

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ  
INSTITUTO AGGEU MAGALHÃES  
Mestrado Acadêmico em Saúde Pública

PAULO VICTOR RODRIGUES DE AZEVEDO LIRA

**A DETERMINAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE DOS(AS) TRABALHADORES(AS) DA  
CONFEÇÃO DO AGRESTE PERNAMBUCANO: DESGASTE E ADOECIMENTO  
COMO EXPRESSÃO DA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO**

RECIFE  
2018

**PAULO VICTOR RODRIGUES DE AZEVEDO LIRA**

**A DETERMINAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE DOS(AS) TRABALHADORES(AS) DA  
CONFECÇÃO DO AGRESTE PERNAMBUCANO: DESGASTE E ADOECIMENTO  
COMO EXPRESSÃO DA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO**

Dissertação apresentada ao Curso de  
Mestrado Acadêmico em Saúde Pública do  
Instituto Aggeu Magalhães, Fundação  
Oswaldo Cruz, para obtenção do grau de  
mestre em Ciência.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Idê Gomes Dantas Gurgel

Coorientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Ângela Santana do Amaral

Recife

2018

**Catálogo na fonte: Biblioteca do Instituto Aggeu Magalhães**

---

- L768d Lira, Paulo Victor Rodrigues de Azevedo.  
A determinação social da saúde dos(as) trabalhadores(as) da confecção do Agreste Pernambucano: desgaste e adoecimento como expressão da superexploração da força de trabalho/ Paulo Victor Rodrigues de Azevedo Lira. — Recife: [s. n.], 2018.  
203 p.: il.
- Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) - Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz.  
Orientadora: Idê Gomes Dantas Gurgel; Coorientadora: Ângela Santana do Amaral.
1. Saúde do Trabalhador. 2. Determinantes Sociais da Saúde. 3. Doenças Profissionais. I. Gurgel, Idê Gomes Dantas. II. Amaral, Ângela Santana do. III. Título.

PAULO VICTOR RODRIGUES DE AZEVEDO LIRA

**A DETERMINAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE DOS(AS) TRABALHADORES(AS) DA  
CONFECÇÃO DO AGRESTE PERNAMBUCANO: DESGASTE E ADOECIMENTO  
COMO EXPRESSÃO DA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO**

Dissertação apresentada ao Curso de  
Mestrado Acadêmico em Saúde Pública do  
Instituto Aggeu Magalhães, Fundação  
Oswaldo Cruz, para obtenção do grau de  
mestre em Ciência.

Data 20/ 06/ 2018

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Idê Gomes Dantas Gurgel  
Instituto de Pesquisas Aggeu Magalhães/FIOCRUZ

---

Profa. Dra. Lia Giraldo da Silva Augusto  
Instituto de Pesquisas Aggeu Magalhães/FIOCRUZ

---

Profa. Dra. Juliane Feix Peruzzo  
Universidade Federal de Pernambuco

## **AGRADECIMENTOS**

À toda minha família, em especial a minha mãe, Adelia, minha irmã, Virginia e minha madrinha, Maria. Obrigado pelo amor, dedicação e compreensão pelas minhas muitas ausências.

À Fernanda, pelo companheirismo, sem sua presença tudo seria mais difícil. Obrigado pela compreensão durante todo o desenvolvimento do trabalho. Amo você!

À Idê Gurgel, pela orientação, confiança e pelas sugestões que qualificaram este trabalho.

À Ângela Amaral, por ter aceitado coorientar este trabalho, pelas importantes contribuições, pela disponibilidade na orientação e no compartilhamento de materiais. Agradeço a confiança.

À Rafaela Miranda, pela parceria e ajuda na pesquisa de campo e na consolidação dos dados da pesquisa. Também agradeço a Ivanildo, Tânia e Guto que possibilitaram nossas viagens a Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, pela disponibilidade, paciência e conversas durante a pesquisa de campo.

À todos que compõe o Laboratório Saúde Ambiente e Trabalho (LASAT) pelo compromisso e dedicação nas pesquisas desenvolvidas.

Aos colegas de turma do mestrado, pela boa convivência e pelo compartilhamento de aprendizado e experiências.

Aos amigos e camaradas Pedro, Emanuela, Jones, Maxuel, Daniere, Bruna, Rhaysa, Túlio, Vanessa, Kim, Kauã, Sebastião e Aderaldo que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos trabalhadores do Cerest Estadual de Pernambuco pela compreensão e ajuda.

A Kátia de Medeiros, Juliane Peruzzo e Aline Gurgel pelas contribuições feitas na qualificação do projeto de mestrado. As sugestões, sem dúvida, contribuíram para a melhora do conteúdo da dissertação.

A todas trabalhadoras e aos trabalhadores das facções que aceitaram participar da pesquisa, pela confiança e pelo aprendizado adquirido em cada entrevista.

*“De quem depende a continuação desse domínio?  
De quem depende a sua destruição?  
Igualmente de nós.  
Os caídos que se levantem!  
Os que estão perdidos que lutem!  
Quem reconhece a situação como pode calar-se?  
Os vencidos de agora serão os vencedores de amanhã.  
E o “hoje” nascerá do “jamais”.*

*(Bertolt Brecht)*

LIRA, Paulo Victor Rodrigues de Azevedo. **A determinação social da saúde dos(as) trabalhadores(as) da confecção do Agreste Pernambucano**: desgaste e adoecimento como expressão da superexploração da força de trabalho. 2018. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) - Departamento de Saúde Coletiva, Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2018.

## RESUMO

O Arranjo Produtivo Local (APL) de confecções do Agreste de Pernambuco é exemplo das mudanças contemporâneas no mundo do trabalho. Nele destaca-se as altas taxas de informalidade. A compreensão destas mudanças é essencial para o entendimento da determinação social da saúde. Este estudo teve por objetivo analisar o processo de determinação social da saúde dos trabalhadores/as de facções do APL de confecções do Agreste. A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma perspectiva que considera a totalidade e historicidade das relações sociais e sua articulação com os processos sociais particulares. Foram aplicados questionários e realizadas entrevistas semiestruturadas. Na análise foi utilizado o método dialético, a partir das categorias superexploração da força de trabalho e determinação social da saúde como centrais. Foram identificadas as formas de expressão da superexploração da força de trabalho, seja na violação do fundo de consumo dos trabalhadores, como também na violação de seu fundo de vida. As formas de superexploração potencializam as cargas de trabalho e o desgaste precoce da força de trabalho. Os principais indícios foram de alterações musculoesqueléticas, circulatórias, na saúde mental e na saúde auditiva. A superexploração é condição estruturante das relações do APL de confecções, sua superação é necessariamente a superação do capital.

**Palavras-chave:** Determinantes Sociais da Saúde. Saúde do Trabalhador. Doenças Profissionais.

LIRA, Paulo Victor Rodrigues de Azevedo. **The social determination of workers' health in Agreste Pernambuco: wear and sickness as an expression of the overexploitation of the workforce.** 2018. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) - Departamento de Saúde Coletiva, Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2018.

## **ABSTRACT**

The Local Productive Arrangement (LPA) of Pernambuco Agreste clothing pole is an example of contemporary changes in the labor world. It highlights the high rates of informality. Comprehend these changes is essential to understand the social determination of health. The objective of this study was to analyze the process of social determination of the health on workers of factions of the LPA of Agreste clothing pole. The research was developed through a perspective that considers the totality and historicity of social relations and their articulation with particular social processes. Questionnaires were applied and semi-structured interviews were carried out. In the analysis was used the dialectical method from the categories overexploitation of the work force and social determination of health as central. The forms of expression of the overexploitation of the labor force were identified, either in violation of the workers' consumption fund, or in the violation of their fund of life. The forms of overexploitation enhance workloads and early workforce wear. The main indications were musculoskeletal disorders, circulatory changes, mental health diseases and hearing health. Overexploitation is a structuring condition of the relations of the LPA of clothing pole, its overcoming is necessarily the overcoming of capital.

**Keywords:** Social Determinants of Health. Occupational Health. Occupational Diseases.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Quadro 1</b> - Bairros onde foram aplicados os questionários.....	77
<b>Figura 1</b> - Escolaridade dos entrevistados no município de Toritama, Pernambuco, 2017.....	82
<b>Figura 2</b> - Escolaridade dos entrevistados no município de Santa Cruz do Capibaribe, Pernambuco, 2017.....	82
<b>Mapa 1</b> - Distribuição geográfica dos bairros no município de Santa Cruz do Capibaribe .....	87
<b>Figura 3</b> - Caminhão comercializa água no município de Toritama .....	89
<b>Figura 4</b> - Facção instalada em galpão no município de Toritama .....	100
<b>Figura 5</b> - Facção instalada em um domicílio no município de Santa Cruz do Capibaribe.....	101
<b>Figura 6</b> - Facção instalada em galpão no município de Toritama .....	101
<b>Figura 7</b> - Mobiliário utilizado em um posto de trabalho em facção .....	102
<b>Figura 8</b> - Identificação de máquina reta utilizada no setor de costura e seus dispositivos de segurança .....	104
<b>Figura 9</b> - Ambiente de trabalho e ambiente domiciliar se confundem .....	106
<b>Figura 10</b> - Fluxograma da produção no município de Toritama .....	109
<b>Figura 11</b> - Fluxograma do processo de produção de vestuário em uma indústria...	109
<b>Figura 12</b> - Quantidade de peças produzidas no período de baixa e alta produção em Toritama, Pernambuco, 2017 .....	112

<b>Figura 13</b> - Quantidade de peças produzidas no período de baixa e alta produção em Santa Cruz do Capibaribe, Pernambuco, 2017 .....	112
<b>Figura 14</b> - Tabela de preços utilizadas em travete em Toritama.....	115
<b>Quadro 2</b> - Preço pago por atividade realizada no município de Toritama, Pernambuco, 2017.....	114
<b>Quadro 3</b> - Tipos de máquinas de costura utilizadas e suas funções.....	121
<b>Figura 15</b> - Variação da Jornada de Trabalho nas facções, considerando o volume da produção, no município de Toritama, segundo resposta dos entrevistados .....	127
<b>Figura 16</b> - Variação da Jornada de Trabalho nas facções, considerando o volume da produção, no município de Santa Cruz do Capibaribe, segundo resposta dos entrevistados .....	127
<b>Figura 17</b> - Formas de expressão da superexploração da força de trabalho .....	133
<b>Figura 18</b> - Cargas de trabalho identificadas no ambiente de trabalho de facções em Toritama.....	155
<b>Quadro 4</b> - Atividade desenvolvida, instrumental utilizado e cargas de trabalho identificadas nas facções estudadas nos dois municípios .....	156
<b>Quadro 5</b> - Limites de tolerância ao ruído ocupacional segundo a Norma Regulamentadora 15 .....	172

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Faixa etária dos entrevistados nos municípios de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe – valores agregados, Pernambuco, 2017 .....	80
<b>Tabela 2</b> - Naturalidade dos entrevistados no município de Toritama, Pernambuco, 2017 .....	85
<b>Tabela 3</b> - Renda do total de entrevistados, considerando os dois municípios, valores agrupados.....	90
<b>Tabela 4</b> - Percepção de risco dos entrevistados por município estudado .....	103
<b>Tabela 5</b> - Causas de afastamento do trabalho nos municípios estudados segundo relatos dos entrevistados.....	150
<b>Tabela 6</b> - Morbidade referida pelos trabalhadores entrevistados nos dois municípios .....	161
<b>Tabela 7</b> - Quantidade de anos que os trabalhadores entrevistados trabalham na confecção, considerando os dois municípios estudados e a soma total, Pernambuco, 2017 .....	166

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>2 OBJETIVOS</b> .....	<b>19</b>
<b>2.1 Objetivo Geral</b> .....	<b>19</b>
<b>2.2 Objetivos Específicos</b> .....	<b>19</b>
<b>3 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>20</b>
<b>3.1 Reestruturação Produtiva do Capital</b> .....	<b>20</b>
3.1.1 Reestruturação Produtiva e o Brasil .....	24
3.1.2 O setor Têxtil e de Confecções e a acumulação flexível .....	27
3.1.2.1 <i>A indústria de confecções</i> .....	29
3.1.2.2 <i>Os municípios de Toritama, Santa Cruz do Capibaribe e a produção de confecções</i> .....	32
3.1.3 Arranjo Produtivo Local .....	35
3.1.3.1 <i>O APL de confecções do Agreste</i> .....	40
<b>3.2 O “novo/velho” mundo do trabalho</b> .....	<b>43</b>
3.2.1 Informalidade: do arcaico ao moderno .....	48
3.2.2 O trabalho no APL de Confecções do Agreste .....	51
<b>3.3 Superexploração da Força de Trabalho</b> .....	<b>55</b>
<b>3.4 Intensificação do Trabalho</b> .....	<b>60</b>
<b>3.5 Cargas de Trabalho, Sofrimento Difuso, Desgaste da Força de Trabalho e Adoecimento dos trabalhadores</b> .....	<b>61</b>
<b>3.6 Determinação Social da Saúde</b> .....	<b>65</b>
<b>4 MÉTODO</b> .....	<b>70</b>
<b>4.1 Desenho do estudo</b> .....	<b>70</b>
<b>4.2 Período e Área do estudo</b> .....	<b>71</b>
<b>4.3 População de referência</b> .....	<b>71</b>
<b>4.4 Fontes e instrumentos de coleta de dados</b> .....	<b>73</b>
4.4.1 Questionário .....	73
4.4.2 Entrevista Semiestruturada .....	74
4.4.3 Instrumento de caracterização das unidades produtivas.....	75
4.4.4 Observação de campo .....	75
<b>4.5 Processamento e Análise dos dados</b> .....	<b>75</b>

<b>5 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS.....</b>	<b>77</b>
<b>6 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>79</b>
<b>6.1 O perfil dos trabalhadores entrevistados.....</b>	<b>79</b>
6.1.1 Caracterização sociodemográfica dos trabalhadores.....	79
6.1.2 Caracterização socioeconômica dos trabalhadores .....	87
<b>6.2 Caracterização do Processo Produtivo: as relações e condições de trabalho .....</b>	<b>92</b>
6.2.1 “Nova Informalidade” e o Trabalho Produtivo.....	97
6.2.2 As condições de trabalho nas Facções.....	100
6.2.3 As implicações do trabalho domiciliar na vida dos trabalhadores .....	106
<b>6.3 A organização do trabalho e o processo de trabalho nas facções.....</b>	<b>108</b>
6.3.1 Processo de Trabalho nas Facções .....	118
6.3.2 Pagamento da força de trabalho: o salário por peça .....	123
6.3.3 A Jornada de Trabalho.....	126
<b>6.4 A Superexploração da Força de Trabalho nos municípios de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe .....</b>	<b>132</b>
6.4.1 O pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor .....	133
6.4.2 O prolongamento da jornada de trabalho além de seus limites normais .....	139
6.4.3 Aumento da intensidade do trabalho além dos limites normais.....	143
<b>6.5 A determinação social da Saúde.....</b>	<b>148</b>
6.5.1 Relação trabalho e saúde na concepção dos entrevistados .....	149
6.5.2 As Cargas de Trabalho e o Desgaste dos trabalhadores .....	153
6.5.3 Desgaste e Adoecimento dos trabalhadores.....	160
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>174</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>180</b>
<b>APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO .....</b>	<b>194</b>
<b>APÊNDICE B - ROTEIRO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA .....</b>	<b>199</b>
<b>APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES PRODUTIVAS.....</b>	<b>201</b>
<b>APÊNDICE D- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO .....</b>	<b>202</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No mundo, sobretudo a partir da década de 1970 nos países desenvolvidos e nos anos 1990 nos países de capitalismo dependente, como o Brasil, o modo de produção capitalista deparava-se com um período de crise, que segundo análise de Mészáros (2011) se expressa em uma crise estrutural. Com a insuficiência do binômio taylorismo/fordismo, o descontentamento com a direção socialdemocrata que o movimento sindical operário havia tomado, emergiram lutas operárias que tinham como base a auto-organização dos trabalhadores em seus locais de trabalho em busca do controle dos meios materiais do processo produtivo. Associado a isso, a queda na taxa de lucro da acumulação capitalista com a consequente crise do Estado de bem-estar social (*welfare state*) demonstrou a necessidade do capital se reestruturar para recuperar seu ciclo produtivo e frear a ascensão da classe trabalhadora (ABRAMIDES; ANTUNES, 2009; CABRAL, 2003).

Esse processo de reestruturação, potencializado pela crise do capitalismo, não direciona nenhuma modificação na essência do modo de produção, apenas possibilita mutações em seu padrão de acumulação. Dessa forma, foi necessário repensar o padrão produtivo engendrado pelo binômio fordismo/taylorismo, que preconizava a produção em massa das mercadorias, de forma verticalizada e fragmentada, com ritmo de trabalho intensificado, parcelar, reduzindo a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades (ANTUNES, 2009).

A reestruturação foi baseada em novas formas de organização do trabalho, sobretudo na incorporação de tecnologias e seus avanços, em outras formas de gestão organizacional, e de modelos alternativos ao binômio fordismo/taylorismo com destaque para o toyotismo, em um processo denominado acumulação flexível. Relacionado a estas mudanças estão: o papel fundamental do capital fictício; a desregulamentação dos mercados e das leis trabalhistas; o sucateamento dos serviços públicos estatais; a ampliação de condições; e as relações precárias de trabalho (CARCANHOLO, 2010; DRUCK; FRANCO, 2007). É crucial atentar que essas mudanças, impulsionadas pelo metabolismo social do capital, atuaram para além da esfera produtiva estimulando, além de outros fatores, o individualismo nas ações e a repulsa pela atuação coletiva organizada dos trabalhadores (ANTUNES, 2009, 2011a).

Neste momento histórico destacam-se algumas características, dentre elas: a divisão de mercados; o desemprego estrutural; a reorganização financeira e tecnológica; o fechamento de unidades; a transferência geográfica das fábricas; a expansão das terceirizações; a exclusão de trabalhadores jovens e velhos do mercado formal; e o “enxugamento das empresas”. Contudo, há uma persistência de diferentes modos de controle do trabalho nas regiões do planeta, influenciadas pela divisão internacional do trabalho e por suas características políticas, sociais, econômicas e culturais (ANTUNES, 2011a; HARVEY, 2012).

Assim, constrói-se uma relação dialética entre a qualificação do trabalho e a precarização do mesmo, com a atividade intelectual atuando de forma importante em parte das empresas em contraste com a emergência de trabalhadores flexibilizados, parciais e temporários, e a crescente ampliação da superexploração da força de trabalho, categoria fundamental para a compreensão do capitalismo dependente. Observa-se também a existência de um número crescente de desempregados que engrossam as fileiras do exército de reserva (ANTUNES, 2009; HARVEY, 2012; LUCE, 2012; THOMAZ Jr., 2004). Marx (2013) constata que a existência deste exército de reserva com frações inclusas no pauperismo é condição necessária para a existência do modo de produção capitalista, com a acumulação de miséria, por partes dos trabalhadores, correspondente a acumulação do capital, por parte da burguesia.

Estas mudanças favorecem uma nova morfologia da classe trabalhadora, potencializada por uma heterogeneidade de relações e condições de trabalho (ANTUNES, 2009). Evidentemente, essas alterações na morfologia do mundo do trabalho irão determinar modificações na saúde dos trabalhadores (ALBUQUERQUE; SILVA, 2014).

Para Laurell (1982), o trabalho assume papel crucial na compreensão do processo saúde-doença. Processo este que é historicamente determinado e que está influenciado pela forma de organização da sociedade e pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas (ALBUQUERQUE; SILVA, 2014). Portanto, é fundamental ampliar a compreensão de saúde para além da ausência de doenças, e apreendê-la em seu conceito ampliado (ALBUQUERQUE; SILVA, 2014; BRASIL, 1986; LAURELL, 1982). Albuquerque e Silva (2014) relacionam a saúde dos seres humanos a sua aptidão de realizar plenamente suas capacidades, relação associada ao acesso ao conjunto das riquezas socialmente produzidas, que dependerá das relações sociais

historicamente estabelecidas. Destarte, ao observarmos e compreendermos as mudanças no desenvolvimento das forças produtivas, na forma de organização do trabalho, na maneira como as riquezas produzidas são apropriadas, também compreenderemos a determinação social da saúde em diferentes períodos da história, sempre levando em consideração o recorte das classes sociais.

É necessário que essa compreensão transcenda a aparência da sociedade capitalista e revele seu caráter de divisão em classes, desvendando como se desenvolve o processo saúde-doença de forma diferenciada em cada classe, com características antagônicas e inconciliáveis, sendo a detentora dos meios de produção evidentemente privilegiada em relação aos que tem que vender a sua força de trabalho. Assim, ao tempo que é riqueza de uns, é pobreza de outros. Esse processo é qualitativamente distinto em frações da classe trabalhadora e aprofundado por relações de gênero, raça, orientação sexual (ALMEIDA FILHO, 2004; ANTUNES; 2009; LÊNIN, 2010; SAFFIOTI, 2013; SOUZA; SILVA; SILVA, 2013).

A saúde pública e coletiva apresenta uma práxis de atuação relacionada ao mundo do trabalho marcada principalmente pela constituição do campo saúde do trabalhador. Este, busca conhecer e intervir nos processos produtivos e (re)afirma a classe trabalhadora como sujeito de transformações de seus ambientes e processos de trabalho. Considera o trabalho como organizador da vida social, compreendendo seu processo de subsunção ao capital, mas sem desconsiderar os processos de luta e resistência da classe trabalhadora (GOMES; LACAZ, 2005; LACAZ, 2007; MENDES; DIAS, 1991; ZEFERINO, 2009).

A partir da compreensão do campo saúde do trabalhador é essencial o entendimento das mudanças ocorridas no mundo do trabalho e como estas relacionam-se com o processo saúde doença das mais diversas formas. A dinâmica de reorganização/reestruturação produtiva, expressa-se em inúmeros processos produtivos nacionalmente. Dentre eles, encontram-se as mudanças na indústria têxtil e de confecções, com extenso enxugamento da força de trabalho nas fábricas, desterritorialização da produção com a terceirização e/ou subcontratações de unidades produtivas menores via contratação de cooperativas, empreendimentos informais, as chamadas *facções*<sup>1</sup> e uso do trabalho domiciliar (CABREIRA; WOLFF,

---

<sup>1</sup> O termo *façonismo* ou *facção* equivale a expressão *à façon* do francês, significando “um sistema de trabalho correspondente a simples prestação de serviços” (COLI, 2000 *apud* TAVARES, 2004; p.187).



2013; JINKINGS; AMORIM, 2006). A constituição do chamado “Polo de Confeccões do Agreste” sofre influência desta dinâmica.

Diante desse contexto, observou-se entre os anos 1980 e 1990 o crescimento de atividades relacionadas à produção de confeccões no Arranjo Produtivo Local (APL) Agreste de Pernambuco, conhecido como Polo de Confeccões, que tinha inicialmente como finalidade a produção de mercadorias, de menor qualidade, para o comércio regional, a chamada “sulanca”, e com o passar dos anos, a produção foi se diversificando e aumentando a sua abrangência territorial (LIRA, 2006).

Em 2003, o setor gerou 76 mil empregos e eram estimadas 12 mil micro e pequenas indústrias na região do agreste pernambucano, com faturamento anual de 2 bilhões de reais, ocupando a segunda posição nacional na produção de confeccões, apesar de estar apenas na quinta posição na geração de empregos formais (AMARAL; MACEDO, 2011; ARAÚJO; PEREIRA, 2006). Já em 2012, eram mais de 100 mil pessoas envolvidas no processo de produção, com destaque para a alta informalidade, a participação de familiares na produção e a maior carga de trabalho nas trabalhadoras do sexo feminino (CARVALHO; SILVA, 2015; SEBRAE/PE, 2013).

O processo desenvolvido no APL de confeccões do Agreste seguiu as mudanças que vinham ocorrendo no mundo, caracterizado pelo pagamento de baixos salários, aumento da intensidade do trabalho associado ao prolongamento das jornadas de trabalho, enfraquecimento dos sindicatos, subcontratação, terceirização, diminuição dos encargos sociais, descentralização da produção, fragmentação do processo produtivo através da estratégia de formação de APL, com 80% das unidades de produção que compõem o tripé do APL de confeccões (Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe) caracterizadas como informais, restringindo o acesso a uma série de direitos trabalhistas e previdenciários (SEBRAE/PE, 2013; SORIANO; AMARAL, 2014).

Estas unidades produtivas<sup>2</sup> executam serviço de corte, costura, bordado, acabamento, entre outras fases do processo de produção, com a remuneração, na

---

<sup>2</sup> No relatório do SEBRAE intitulado “Estudo Econômico do Arranjo Produtivo Local de Confeccões do Agreste Pernambucano, 2012”, unidade produtiva é definida como todo e qualquer conjunto de uma ou mais pessoas, com administração independente, que se reúne regularmente para: (i) produzir confeccões, entendidas como peças de vestuário, na forma de produtos finais; (ii) desempenhar tarefas que correspondem a etapas do processo produtivo de confeccões, como cortar os tecidos ou costurar partes de uma camisa; (iii) produzir componentes das confeccões, como casas de botões ou bolsos de calças. Dividem-se em empresas e empreendimentos complementares (facções). Empresa - é a unidade produtiva que produz confeccões, entendidas como peças de vestuário, na forma de produtos finais. Facção - é a unidade produtiva que desempenha tarefas que correspondem a etapas do

maioria das vezes, sendo realizada por peça produzida. Grande parte da população é beneficiária do Programa Bolsa Família, 33% da população em Caruaru, chegando a 47% no município de Toritama (AMARAL; MACEDO, 2011; SEBRAE/PE, 2013).

As cargas de trabalho presentes no processo de trabalho da confecção, sobretudo no setor de costura, estão relacionadas a execução de um trabalho repetitivo e intenso, com a manutenção de uma mesma postura por longo períodos, cansaço visual, Lesões por Esforço Repetitivo e Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (LER/DORT), sofrimento mental e risco de acidentes (GARCIA JUNIOR, 2006). Além disso, as mudanças no mundo do trabalho promovem a insegurança nos trabalhadores, seja pela ameaça do desemprego, seja por estarem desempregados ou em trabalhos extremamente precários (DRUCK, 2011, 2012). Essas alterações podem se expressar ou não no adoecimento dos trabalhadores, mas são condições determinantes para o desgaste destes (LAURREL; NORIEGA, 1989).

As mudanças não são particularidades do trabalho na confecção, como analisam Abramides e Cabral (2003) que alertam para os problemas de saúde ocasionados pelo processo de acumulação flexível, como o crescente número de incidência de LER/DORT e transtornos mentais causados pela forma de organização do trabalho, pela instabilidade, pela perda de direitos trabalhistas, pelo aumento da intensidade, e pelas terceirização e quarteirização. Os autores também alertam para a maior inserção de mulheres em atividades precarizadas de trabalho e o risco destas a sua saúde.

A relação entre a intensificação do trabalho, aumento das jornadas de trabalho e a diminuição dos salários, ocorrendo simultaneamente ou não, são fatores que influenciam diretamente na saúde dos trabalhadores, como exposto por Luce (2012) ao abordar a categoria superexploração da força de trabalho. Apesar da relevância econômica e do alto número de “empregos” o processo produtivo no APL de confecções é engendrado essencialmente na informalidade (SEBRAE/PE, 2013).

Como a saúde do trabalhador apresenta-se como um campo em permanente construção (MINAYO-GOMES; THEDIM-COSTA, 1997), é justificável a necessidade de analisar e compreender as mudanças no mundo do trabalho e seus impactos na saúde da classe trabalhadora para que se possa subsidiar a construção de políticas públicas, especialmente as de atenção e vigilância em saúde. Além de favorecer a

---

processo produtivo de confecções, como costurar peças de uma calça e/ou produz partes ou componentes das confecções, como forros de bolsos de calças e outros (SEBRAE/PE, 2013).

discussão do processo produtivo entre os trabalhadores e proporcionar a produção de informações para órgãos de representação destes.

Tendo em vista o processo de precarização social do trabalho, o presente estudo será realizado através da seguinte pergunta condutora: **Como se expressa o processo de determinação social da saúde dos/as trabalhadores/as de facções nos municípios de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe?**

Este estudo apresenta os seguintes pressupostos:

- a) O processo produtivo é marcado por condições e relações precárias de trabalho, onde há inter-relação de diferentes cargas de trabalho, considerando as cargas: físicas, químicas, biológicas, mecânicas, fisiológicas e psíquicas (LAUREL; NORIEGA, 1989);
- b) A terceirização e subcontratação, considerando o trabalho domiciliar, pago por peça, é a principal relação de trabalho encontrada nas facções. A elevação da intensidade do trabalho e extensão das jornadas de trabalho são fatores organizacionais que relacionam-se com o desgaste da força de trabalho;
- c) As lesões por esforço repetitivo (LER), Distúrbios Osteomusculares Relacionados aos Trabalho (DORT) e os transtornos mentais serão os problemas de saúde, diretamente relacionados ao trabalho, com suspeitas mais evidenciados;
- d) A precarização do trabalho nas facções é uma manifestação da superexploração da força de trabalho, que além de condicionar a um desgaste precoce da força de trabalho, favorece a violação do fundo de consumo e fundo de vida desses trabalhadores.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo Geral**

Analisar o processo de determinação social da saúde dos trabalhadores/as na produção de confecções do Agreste.

### **2.2 Objetivos Específicos**

- a) Construir o perfil sociodemográfico dos trabalhadores entrevistados;
- b) Caracterizar o processo produtivo das facções, com foco nas condições e relações de trabalho;
- c) Evidenciar os meios e as principais expressões da superexploração da força de trabalho nas facções;
- d) Descrever o desgaste da força de trabalho e o adoecimento dos trabalhadores;
- e) Relacionar a superexploração com o desgaste da força de trabalho e o adoecimento dos trabalhadores.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1 Reestruturação Produtiva do Capital

Para a compreensão dos fenômenos que caracterizam a reestruturação produtiva é essencial compreender o desenvolvimento histórico do capitalismo. Na “transição” realizada do padrão de acumulação baseado no compromisso fordista<sup>3</sup>, nos países que vivenciaram o Estado de bem-estar social, para a acumulação flexível é necessário o entendimento de uma condição inerente a dinâmica capitalista: a crise.

Carcanholo (2010, p. 2) expõe que para Marx a “crise tem o sentido de manifestação das contradições do modo de produção capitalista, ao mesmo tempo que a unidade nessas contradições é resposta”. Em outras palavras, as crises fazem parte da essência do capitalismo, manifestando-se em períodos que exista superacumulação/superprodução de capital e/ou diminuição da taxa de lucro. Esta superacumulação/superprodução, expressão de uma produção demasiada de capital sem que haja o processo de valorização deste, pode ser decorrente da produção excessiva de mercadorias, sem que estas sejam vendidas no mercado, ou seja, não há a apropriação do valor, mas também da produção demasiada de capital fictício e meios de produção (CARCANHOLO, 2010; HARVEY, 2012).

Em momentos de crise são necessárias a adoção de medidas que visem reestabelecer o crescimento da taxa de lucro. Harvey (2012) aponta as maneiras estabelecidas pela ordem burguesa para exprimir, conter, absorver ou administrar essa tendência indissociável do capitalismo. São elas: a) a desvalorização de mercadorias, capacidade produtiva e do valor dinheiro; b) o controle macroeconômico; c) a absorção da superacumulação por intermédio do descolamento temporal e

---

<sup>3</sup> Segundo Bihl (2010, p. 36-37, grifo do autor) “[...] não se deve compreender um compromisso como esse com base no modelo contratual entre dois indivíduos, tal como é codificada pelo direito civil: ele não é resultado de duas vontades livres, que se engajam reciprocamente [...] Em primeiro lugar esse compromisso foi imposto a cada um dos protagonistas pela própria “lógica” do desenvolvimento anterior do capitalismo [...] Em segundo lugar, mesmo onde foi oficial e declarado (especialmente nos países da Europa setentrional), esse compromisso resultou de um processo *muitas vezes cego*, portanto, também *ilusórios* para seus protagonistas [...] Em terceiro lugar, esse compromisso não se deu diretamente entre os membros das próprias classes, mas entre *intermediários organizacionais e institucionais* que lhes serviram de representantes oficiais [...] Em último lugar, finalmente, esse compromisso não acabou com a luta de classes, com o enfrentamento entre o proletariado e a burguesia. No máximo, ele terá circunscrito a disputa à instauração do compromisso, à definição de seus termos e a delimitação de seu campo de aplicação [...] esse compromisso pode ser comparado a uma *espécie de imensa barganha*, pela qual o proletariado renunciou à “aventura histórica” em troca da garantia de sua “seguridade social”.

espacial. O processo de acumulação apoiado no binômio fordista/taylorista baseava-se em um forte sistema de controle macroeconômico, que conseguia administrar as mudanças tecnológicas e organizacionais em ritmo controlado. Além disso, a luta de classes ficava restrita pela negociação coletiva e pela intervenção do Estado, mantendo-se também um equilíbrio entre a produção e o consumo de massa através do gerenciamento Estatal, sem desconsiderar a importância dos deslocamentos espaciais e temporais (BIHR, 2010; HARVEY, 2012).

Nos países de capitalismo desenvolvido, o final da década de 1960 e início dos anos 70 já apontava sinais da crise, expressos na desaceleração da taxa de crescimento das principais economias mundiais e na queda da taxa de lucro (ANTUNES, 2009; CARCANHOLO, 2010). Harvey (2012) aponta a incapacidade do fordismo e keynesianismo de conter as contradições inerentes do modo de produção capitalista. Assim, seriam necessárias mudanças econômicas, políticas, sociais, culturais para “quebrar” a aparente rigidez em que se dava o processo de acumulação.

Havia problemas com a rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no setor “monopolista”). E toda tentativa de tentar superar esses problemas de rigidez encontrava força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora – o que explica as ondas de greve e os problemas trabalhistas do período de 1968-1972 [...] O único instrumento de resposta flexível estava na política monetária, na capacidade de imprimir moeda em qualquer montante que parecesse necessário para manter a economia estável. E assim, começou a onda inflacionária que acabaria por afundar a expansão do pós-guerra (HARVEY, 2012, p. 136-137).

O aumento da inflação gerado pela adoção de uma política monetária frouxa com uma maior autonomia<sup>4</sup> da esfera financeira em relação ao capital produtivo; aumento das fusões empresariais, gerando uma maior concentração de capital; o aumento do preço da força de trabalho gerado por processos de lutas sociais; o esgotamento/ineficiência do padrão acumulação fordista/taylorista<sup>5</sup> de produção na

---

<sup>4</sup> Essa autonomia sempre se dará de forma relativa, pois o fundamento da produção de capital está na extração da mais-valia. Prova disso, são os períodos de crise.

<sup>5</sup> Segundo Antunes (2009) a crise do fordismo e do keynesianismo com o esgotamento do padrão de acumulação baseado no binômio fordismo/taylorismo seria a expressão fenomênica de um processo mais crítico e complexo: a crise estrutural do capital. “Em que se destacava a tendência decrescente da taxa de lucro [...] Era também a manifestação, tanto do sentido destrutivo da lógica do capital, presente na intensificação da lei de tendência decrescente do valor de uso das mercadorias, quanto da incontrolabilidade do sistema de metabolismo social do capital. Com o desencadeamento de sua crise

resposta a retração do consumo, expressando uma saturação dos mercados que se acentuava pelo aumento do desemprego, foram fatores decisivos para a superprodução/superacumulação de capital e redução da taxa de lucro nesse período histórico (ANTUNES, 2009, 2011; CARCANHOLO, 2010; LESSA, 2008).

Processo que gerou a crise do Estado de bem-estar social (*welfare state*) nos países de capitalismo central, com conseqüente crise fiscal, redução dos gastos públicos e transferência de atividades realizadas pelo setor público para a iniciativa privada. Assim, para “solucionar” o problema, seria necessária a aplicação de um receituário neoliberal, que preconizava a generalização da desregulamentação do mercado financeiro, acentuando a mobilidade do capital; desregulamentação e flexibilização dos processos produtivos, do mercado e da força de trabalho associado a elevação do número de privatizações (ANTUNES, 2009; HARVEY, 2012).

A despeito da organização da classe trabalhadora durante o período de desmonte do Estado de bem-estar social, Lessa (2008) argumenta baseado em Mészáros (2002) que o proletariado não teve uma reação efetiva na defesa do estado de bem-estar social, pois esse não representava uma vitória dos trabalhadores, mas uma mediação decisiva, naquele momento histórico, para manutenção da acumulação capitalista. Ressalta que a única forma de luta possível, seria o enfrentamento aberto e radical contra o desemprego e a precarização, mas este enfrentamento estava comprometido pela prática de colaboração de classes que se engendrou nesse período. Essa prática e as características posteriores de desmonte e reestruturação produtiva são fundamentais para compreensão do reforço ao individualismo e o processo de formação/regressão da consciência de classe.

Não é desconsiderado, no entanto, as lutas do operariado que expressavam o descontentamento com a direção socialdemocrata do movimento sindical e com a condição alienante dos processos de trabalho e se manifestavam em um boicote que ia desde manifestações individuais, observadas no aumento do absenteísmo, até manifestações coletivas, que visavam a conquista do controle sobre o processo de trabalho, mas que não detinham força política para avançar na transformação em um projeto hegemônico de enfrentamento ao capital, ficando limitadas a alguns espaços produtivos (ANTUNES, 2009; BIHR, 2010).

---

estrutural, começava também a desmoronar o mecanismo de “regulação” que vigorou, durante o pós-guerra, em vários países capitalistas avançados, especialmente da Europa (ANTUNES, 2009, p. 33).

Em consequência desses fatores as décadas de 1970 e 80 apresentaram um conturbado processo de reorganização do capital, com uma reestruturação produtiva e um reajustamento político e social, com repercussões nas condições de vida e saúde da classe trabalhadora, sobretudo com a desregulamentação do trabalho e privatização de serviços públicos, cujo contorno se dá com o advento do neoliberalismo. Essas mudanças caracterizaram um novo padrão de acumulação capitalista, baseado na acumulação flexível (ANTUNES, 2009; HARVEY, 2012).

Esse novo período teve como característica ataques generalizados à classe trabalhadora e a favor do desmonte das condições vigentes durante o período áureo do compromisso fordista. A ação do Estado na desregulamentação das leis trabalhistas e na instituição de “novas-velhas” formas de organização do trabalho é decisiva neste momento. O emprego com contrato formalizado, estável, com garantia de direitos trabalhistas, dá lugar a formas mais flexibilizadas e precárias, o trabalho parcial, temporário, domiciliar, subcontratado, terceirizado, o que Vasapollo (2006) conceituou como trabalho atípico (ANTUNES, 2009). Associado a esta reorganização dos processos produtivos, com a flexibilização das relações e condições de trabalho, ocorre uma expansão do capital fictício<sup>6</sup>, em um processo crescente de autonomização, sempre relativa, decisivo para a esta fase da acumulação.

A acumulação flexível é:

[...] marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças nos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um

---

<sup>6</sup> Carcanholo (2010, p.5) explica “A complexificação dessa lógica [tratando da lógica do capital portador de juros], isto é, a “especialização” de frações do capital total no mero apropriar-se de uma fração da mais-valia produzida constitui a base de constituição do capital fictício, mas não pode ser confundida com ele. A generalização e aprofundamento dessa lógica exacerbada de apropriação de valor, como se ela fosse totalmente autônoma do processo de produção, faz com que qualquer indivíduo que perceba um rendimento periódico de \$ 10 apareça como proprietário de um capital no valor de \$ 100, ainda que esse capital, de fato, não exista [...]. Esta é a base categorial do capital fictício, um desdobramento dialético e, por isso, com autonomia categorial, em relação ao capital a juros. Esses rendimentos periódicos, base para o capital fictício podem provir de várias fontes como títulos de crédito, ações, e mesmo salários, ou melhor, a parcela deles que é aplicada na forma de capital monetário. Dessa forma, a partir de um rendimento por período, dada a taxa de juros vigente, obtém-se/ constitui-se (pela revenda no mercado desse direito de apropriação) um capital monetário. É a completa inversão da lógica até aqui considerada



vasto movimento no chamado emprego no “setor de serviços” bem como conjuntos industriais em regiões até então subdesenvolvidas (HARVEY, 2012, p. 140).

O aumento da mobilidade do capital, o desemprego estrutural, a tendência universalizante da flexibilização e precarização do trabalho, agora presente em números cada vez maiores nos países de capitalismo central, expande essa tendência de modo mais incisivo nas economias dos países dependentes. Estes que já conviviam com relações e condições de trabalho precárias, mas na acumulação flexível, o processo se amplia por razões inerentes ao novo padrão de acumulação. Associada ao processo, a condição de país dependente agudiza a precarização do trabalho para que se possa garantir a manutenção e crescimento da taxa de lucro, através da transferência de valor da periferia para o centro, com ampliação da superexploração da força de trabalho, mantendo-se na essência a subordinação e dependência da periferia em relação ao centro (ANTUNES, 2009; MARINI, 2011).

É fundamental que a compreensão das mudanças que ocorreram no mundo do trabalho e seus impactos na saúde dos(as) trabalhadores(as) partam da compreensão da crise que atinge dimensões globais sem intervalos cíclicos marcantes entre expansão e recessão. Esta é resultado de um modelo que desvincula a produção das reais necessidades humanas e as vincula a autorreprodução do capital, subordinando o valor de uso ao valor de troca, ou seja, a necessidade constante de expansão do capital. Processo que gera graves repercussões no mundo do trabalho (sua precarização estrutural), na sociedade e meio ambiente (MÉSZÁROS, 2011).

O processo de reestruturação produtiva tem particularidades oriundas da divisão internacional do trabalho, então faz-se necessária uma breve abordagem sobre seu desenvolvimento no Brasil.

### 3.1.1 Reestruturação Produtiva e o Brasil

Partimos da constatação que os países de capitalismo dependente, como o Brasil, não vivenciaram o Estado de bem-estar social e que a condição de precariedade, informalidade, flexibilização e precarização do trabalho sempre foram condições presentes no cotidiano de grande parte da classe trabalhadora latino-americana (BOSCHETTI, 2017; BRAVO; MENEZES, 2012; FERREIRA; AMARAL, 2014). Também não há dúvidas, que as mudanças instituídas pelo processo de

reestruturação produtiva elevam essas condições citadas anteriormente a outros patamares, acentuando ainda mais o processo de exploração e aviltamento da classe trabalhadora brasileira (ANTUNES, 2006a).

Durante a década de 1980 ocorreram as primeiras iniciativas do processo de reestruturação no país, ainda que de maneira restrita, algumas empresas adotam novos padrões organizacionais e tecnológicos, com enfoque em métodos “participativos” e mecanismos que “envolvam<sup>7</sup>” o trabalhador, com incorporação do sistema *jus-in-time*, dos círculos de controle de qualidade, com a produção alicerçada em programas de qualidade total com inserção de novas tecnologias. Essa reorganização é oriunda da exigência de empresas transnacionais, influenciadas pelo toyotismo e outras formas flexíveis de acumulação. Além da evidente imposição feita pelo capital, no sentido de “preparar” as empresas brasileiras para esta nova fase, onde a competição internacional estará mais acentuada. Mudanças essas fundamentais também, como uma resposta ao novo sindicalismo que vinha se estruturando na década de 80 (ANTUNES, 2006b).

Mas é na década de 1990, durante os governos Collor e Fernando Henrique Cardoso (FHC), que o processo de reestruturação produtiva ganha intensidade no Brasil, seguindo o receituário proposto pelo Consenso de Washington e conseqüentemente todas suas repercussões desregulamentadoras/flexibilizadoras para o mundo do trabalho, redesenha-se a divisão internacional do trabalho. A acumulação flexível se expande, apesar de coexistir com “velhas” formas de organização do trabalho. Como conseqüências diretas do processo têm-se: a intensificação do trabalho; o “enxugamento” das empresas (liofilização organizacional); as formas de subcontratação, terceirização<sup>8</sup>, trabalho domiciliar/, expressando o que Tavares (2004) conceituou de “nova informalidade”. Esse processo também é marcado pelo aumento de mobilidade do capital, tanto em sua esfera financeira, quanto produtiva, e vê-se a instalação de empresas em locais onde a legislação trabalhista e ambiental é frágil<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> Um eufemismo para sujeição, subordinação e captura do saber operário.

<sup>8</sup> Na década de 1990 a Hering em Santa Catarina terceirizou mais de 50% da sua produção, acarretando o desemprego de 70% da sua força de trabalho (ANTUNES, 2006, p. 23).

<sup>9</sup> Esse deslocamento ocorre tanto em relações a diferentes países, quanto a regiões de um mesmo país, onde a variação do preço da força de trabalho e as condições de vida e saúde são distintas. Exemplo da mudança do setor calçadista onde várias fábricas transferiram-se de Franca, interior de São Paulo, para estados do Nordeste (ANTUNES, 2006).

O Estado tem importante papel nessa mediação, apesar da aparente liberdade do mercado imposta pelo neoliberalismo, isenções e incentivos fiscais são oferecidos para que se instalem empresas de distintos ramos produtivos em locais onde as condições de vida são mais precárias (ANTUNES, 2006).

As mudanças acentuam-se no estágio atual do capitalismo brasileiro:

[...] enormes enxugamentos da força de trabalho combinam-se com mutações sócio-técnicas no processo produtivo e na organização do controle social do trabalho. A flexibilização e a desregulamentação dos direitos sociais, bem como a terceirização e as novas formas de gestão da força de trabalho implantadas no espaço produtivo, estão em curso acentuado e presentes em grande intensidade, coexistindo com o fordismo, que parece ainda preservado em vários ramos produtivos e de serviços (ANTUNES, 2006, p. 19).

Associado a esses fatores, estão os menores salários pagos, quando comparados aos salários pagos nos países de capitalismo central, e o aumento da intensidade do trabalho, muitas vezes as custas de ritmos mais acelerados de trabalho, acarretando em uma condição essencial do capitalismo dependente: a superexploração da força de trabalho (ANTUNES 2005; LUCE, 2012; MARINI, 2011). Isso não desconfigura, como falado anteriormente, que a flexibilização e precarização das condições e relações de trabalho não é uma condição determinante apenas nos países de capitalismo dependente, essas características se expandem também para as nações que experimentaram o período do Estado de bem-estar social. Essa tendência é analisada por Meszáros (2006), expressa na equalização declinante da taxa de exploração diferencial. O autor ressalta:

Enquanto circunstância necessária à existência da globalização nas relações de produção e distribuição, a equalização descendente das taxas de exploração diferenciais afeta cada um dos países capitalista avançados, mesmo os mais ricos. Aqui já não há espaço nem para relações de trabalho paternalistas, por mais “tradicionais” e “profundamente enraizadas” que possam ser, nem, de fato, para evitar permanentemente o severo impacto negativo da onipresente crise estrutural, por meio das vantagens do comércio e tecnologia [...] o que torna a situação grave é que a precarização e a insegurança avançam por toda parte do mundo do trabalho: “o trabalho sem garantias e mal pago está se alastrando como uma mancha de óleo, ao passo que mesmo o trabalho mais estável está sofrendo uma pressão em direção a intensificação sem precedentes à plena disponibilidade para uma submissão aos mais diversificados horários de trabalho (MESZÁROS, 2006, p. 37).

Inúmeras são as formas como a flexibilização e precarização se manifesta no mundo do trabalho no processo de reestruturação produtiva, sendo influenciada pela posição que cada país ocupa na estrutura global da produção de capital, a maturidade do desenvolvimento sócio histórico e as condições socioeconômicas locais. É fundamental a compreensão de como essa forma de acumulação propiciou mudanças no processo produtivo têxtil.

### 3.1.2 O setor Têxtil e de Confecções e a acumulação flexível

Dados da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT), apontam que em 2017, o setor têxtil contava com 29 mil empresas formais, porém não diferencia em relação ao porte da empresa, sendo o Brasil o 5º maior produtor têxtil do mundo, com 1,479 milhão de empregados diretos e 8 milhões de empregados indiretos, dos quais 75% da força de trabalho, somando empregados diretos e indiretos, é feminina (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção, 2017). Diante da importância econômica que o setor tem nacionalmente, é fundamental a compreensão do processo de organização deste, sobretudo com os impactos da acumulação flexível.

O processo produtivo do setor têxtil compreende o beneficiamento de fibras, a produção de fios, tecelagem e malharia, o acabamento de fios e tecidos e a confecção. Este passou por uma reorganização oriunda da crise capitalista e da consequente reestruturação produtiva, impulsionada no Brasil na década de 1990. Com a desregulamentação financeira, ampliação das privatizações e aumento das importações ocorridas no início da década de 1990, o setor têxtil sofre uma desestruturação, com queda marcante no nível de emprego gerado (JINKINGS; AMORIM, 2006).

O aumento das importações, favorecido pela desregulamentação financeira, também possibilitou o investimento em tecnologia, sobretudo na compra de máquinas importadas. Nos cinco primeiros anos da década de 1990 a importação de maquinário têxtil quase duplicou. O incremento da produtividade do trabalho também influenciou na redução da força de trabalho contratada. A modernização e inserção de tecnologias não é uma condição homogênea, os grandes grupos empresariais coexistem com as

pequenas empresas que não realizaram alterações significativas em tecnologia (JINKINGS; AMORIM, 2006).

Destarte, pode-se observar uma tendência de enxugamento da força de trabalho nas grandes empresas associado ao aumento das terceirizações. Jinkings e Amorim (2006) ao estudarem o setor no estado de Santa Catarina, entre os anos de 1990 a 2001, apontam para um crescimento no número de empresas passando de 2841 para 5740. O que poderia parecer contraditório, pelo cenário que se estabeleceu no período, é reflexo da ampliação das terceirizações e subcontratações. O aumento é caracterizado pelo crescimento de micro e pequenas empresas que passaram de 2692 para 5577 em 2001.

Essa reconfiguração segue o receituário neoliberal aplicado e baseia-se na reestruturação da produção, aplicando a flexibilização e precarização das relações de trabalho, onde a terceirização assume centralidade, como também nas condições de trabalho, agora cada vez mais distantes do chão da fábrica e mais próximas do “quintal de casa”. Como consequência desse processo de reorganização, também são realizadas alterações na forma salário, na intensidade do trabalho e na extensão das jornadas de trabalho (JINKINGS; AMORIM, 2006).

O salário por peça/produção ganha destaque na produção de confecções, sobretudo no pagamento a trabalhadores de cooperativas e no trabalho domiciliar subcontratado (TAVARES, 2004, 2015). Sem dúvida, as modificações na organização do trabalho, além de gerar uma redução nos salários relacionam-se a um processo de intensificação do trabalho (DAL ROSSO, 2008; JINKINGS; AMORIM, 2006).

O processo de organização e luta dos trabalhadores do setor têxtil também é enfraquecido, como em outros setores que passaram pelas modificações da reestruturação produtiva. A atuação sindical restringe-se quase que totalmente aos trabalhadores estáveis, em número cada vez menor, e os trabalhadores com vínculos e condições precárias de trabalho, dentre eles os informais, ficam à mercê da “própria sorte”. Sobre a postura dos sindicatos do setor têxtil em Santa Catarina, Jinkings e Amorim (2006, p. 360) relatam:

[...] diante das mudanças produtivas em curso, os sindicatos de trabalhadores têxteis de Santa Catarina que foram estudados comprovam a crise do movimento sindical nacional. Assim como o movimento nacional vem adotando uma postura conciliatória e buscando ser “propositivo”, os têxteis de Santa Catarina praticamente abandonaram instrumentos históricos de luta, como a greve, buscando

maior espaço na negociação com o empresariado [...] Na análise das convenções coletivas, praticamente não há cláusulas que regulem os movimentos reestruturantes [...] As respostas do movimento sindical têxtil passam pelo o que se convencionou chamar de sindicalismo assistencialista. Os três sindicatos estudados possuem sedes grandes e oferecem diversos serviços aos sócios: médicos, dentistas, farmácia, cabeleireiro. Além disso, todos têm, sedes de campo e promovem festas e bailes.

Este enfraquecimento associado as mudanças de estrutura e organização das empresas favoreceu o avanço flexibilização e precarização do trabalho no setor.

### *3.1. 2.1 A indústria de confecções*

A indústria de confecções faz parte da cadeia produtiva do setor têxtil. Uma de suas particularidades é ser a parte do processo produtivo que mais utiliza de força de trabalho, sendo a parte menos automatizada da cadeia produtiva têxtil. Evidentemente que a partir da década de 1990 a indústria de confecções também sofreu modificações em sua organização (JINKINGS; AMORIM, 2006).

Se a terceirização historicamente é uma característica marcante da produção têxtil, no início dos anos 1990 ela assume uma maior intensidade, pois com a aberturas de novos mercados e a concorrência com produtos importados, é necessária uma reconfiguração da produção. Sob a justificativa, apontada pelo grande empresariado, de redução de custos com encargos trabalhistas e sociais, afim de ter competitividade no mercado, a terceirização, a subcontratação e o uso da informalidade assumem centralidade na produção de confecções nacionalmente (JINKINGS; AMORIM, 2006). Se a indústria de confecções já utilizava da informalidade anteriormente, a partir da década de 1990 ela:

[...] foi 'reinventada'. Assim, o que antes se considerava trabalho informal, como no caso do trabalho em domicílio subcontratado, na conjuntura neoliberal iniciada no Brasil, nos anos 1990 deixou de ter um caráter marginal à produção das grandes empresas e passou a se integrar cada vez mais ao longo da cadeia produtiva (CABREIRA; WOLFF, 2013, p.202).

A própria característica do processo de trabalho permite a fragmentação da produção. A baixa necessidade de tecnologia, pois fundamentalmente a máquina de costura é o meio de trabalho utilizado, e a possibilidade de facionar as diversas atividades para locais distintos, permite a adoção de formas de organização da

produção consideradas como ultrapassadas por outros setores, como é o caso do trabalho domiciliar (TAVARES, 2004, 2006, 2015). Destarte, são revitalizados antigos sistemas de produção calcados na informalidade, como exemplo, o trabalho domiciliar e a subcontratação de facções (CABREIRA; WOLFF, 2013). Esta reengenharia, influenciada pela acumulação flexível, caracteriza-se em nosso país por:

[...] as empresas que sobreviveram as diversas crises, se reestruturaram, adequando-se as demandas internacionais, se transferindo para outras regiões do país, em especial o nordeste. Além dos incentivos fiscais, estas empresas pagam aos trabalhadores/as salários baixos [...] Nos países periféricos, entre os quais o Brasil se encontra, a situação é mais dramática, pois nestas indústrias, predominam a precarização do trabalho, explícito em desigualdades entre os sexos, baixos salários, pouca qualificação profissional, subcontratação da força de trabalho, perda de direitos, aumento do trabalho sem carteira assinada, transferência e terceirização dos riscos para outras regiões do país ou para as empresas de pequeno porte. Caracterizam-se também por absorver um grande contingente de mulheres em especial a indústria do vestuário [...] as mulheres desempenham tarefas consideradas ‘pouco qualificadas’ o que justificaria os baixos salários (BARRETO, 2000, p.8).

Dessa maneira expressa-se uma tendência na indústria de confecções de “informalização do trabalho”, com a transformação dos trabalhadores em pequenos proprietários, autônomos e livres na forma da relação, mas subordinados a coordenação produtiva da empresa contratante em seu conteúdo (CABREIRA; WOLFF, 2013). Como os próprios autores argumentam “a terceirização estaria transformando, falaciosamente, o trabalhador em empresa e o trabalho em serviço” (CABREIRA; WOLFF, 2013, p.205). Conseqüentemente seria possível rebaixar os salários, que antes já se configuravam entre os mais baixos do setor industrial, afim de aumentar a extração de mais-valia. A forma salário por peça/produção adotada na produção de confecções também contribui para essa condição. Como Marx (2013) analisa a relação do trabalho por peça e a teoria do valor trabalho:

Em outras palavras: o salário por peça é rebaixado na mesma proporção em que aumenta a quantidade das peças produzidas durante o mesmo período de tempo ou, portanto, em que diminui o tempo de trabalho empregado na mesma peça (MARX, 2013, p.628).

O pagamento do salário por peça e a utilização da terceirização por meio da contratação de cooperativas, facções e do trabalho domiciliar são estratégias

corriqueiras na produção de confecções. Existem casos descritos em que os trabalhadores que compõe essas cooperativas são oriundos das grandes empresas, e após a demissão, são orientados a se organizar em formato de cooperativa, chegando a receber materiais e treinamentos da empresa contratante (JINKINGS; AMORIM, 2006; TAVARES, 2004).

A ampliação da contratação por meio de cooperativas foi possível pela modificação do artigo 442 da CLT, sugestão de alteração proposta pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e encaminhada pelo Partido dos Trabalhadores por meio da lei 8.949/94. O objetivo expresso na mudança era o de beneficiar trabalhadores assentados de reforma agrária. Na realidade, a mudança possibilitou a contratação das cooperativas sem configurar vínculo empregatício entre os associados da cooperativa e nem entre os associados e os tomadores de serviço dela (JINKINGS; AMORIM, 2006; TAVARES, 2004).

O uso da força de trabalho feminina também é uma importante característica do setor de confecções (BARRETO, 2000). Estudos no Paraná e em Pernambuco apontam para a sobrecarga nas trabalhadoras, com a realização de dupla ou tripla jornada, caracterizada pelo trabalho nas facções ou no domicílio, trabalho doméstico e cuidado dos filhos, a garantia da reprodução da força de trabalho de seus companheiros e em alguns casos demandas relacionadas ao estudo (CABREIRA; WOLFF, 2013; LINDOSO; AMARAL, 2009).

Esta contradição expressa em parte pela modernização do setor de um lado e do outro a adoção de formas arcaicas de contratação é explicada:

Ao mesmo tempo em que houve o desencadeamento de uma modernização industrial no setor, ocorreu também a revitalização de formas pretéritas de trabalho, como é o caso da terceirização via trabalho domiciliar ou sob a forma de cooperativas. Na realidade a oposição é apenas aparente, uma vez que essa revitalização incorporou elementos das novas técnicas de gestão da produção e das tecnologias de informação, ampliando as possibilidades de acumulação nessa indústria (JINKINGS; AMORIM, 2006, p. 366).

Portanto a principal estratégia da indústria de confecção brasileira é a terceirização e subcontratação, ao contrário de outros países que mesclaram as mudanças na organização do trabalho com o investimento em tecnologia para o aumento da produtividade (BARRETO, 2000; CABREIRA; WOLFF, 2013; JINKINGS; AMORIM, 2006). Lima (2009) ao estudar trabalhadores e trabalhadoras da indústria



de confecções de Cianorte no Paraná constata que as remunerações mais baixas são oriundas da relação de trabalho informal subcontratada, além disso, os riscos presentes no ambiente de trabalho são transferidos da empresa contratante e estão presentes, e sob responsabilidades dos trabalhadores, nas condições precárias das facções, que em muitos casos confunde-se com o próprio domicílio do trabalhador.

Essa estratégia se fortalece com a utilização da força de trabalho em regiões com condições precárias de vida e trabalho<sup>10</sup>, com forte uso do trabalho informal, onde a organização sindical é débil. Esta foi uma estratégia utilizada pelos grupos empresariais em municípios do interior do Nordeste brasileiro (BARRETO, 2000; CAMPOS, 2015; TAVARES, 2004).

Este processo de deslocalização geográfica é incentivado também pelo poder público, tanto localmente como federalmente, via incentivos fiscais, aberturas de linhas de crédito, e via desenvolvimento de políticas públicas, como o caso da organização dos Arranjos Produtivos Locais. O Arranjo Produtivo Local representa uma mudança na reterritorialização e reorganização do processo produtivo (ALVES; SOUZA, 2010; BARRETO, 2000; SOUZA, 2010).

### *3.1.2.2 Os municípios de Toritama, Santa Cruz do Capibaribe e a produção de confecções*

Os municípios de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe estão localizados na região Agreste do Estado de Pernambuco, a 171 Km e 191 Km da capital do estado, Recife. Os municípios passaram por uma transição na produção, que antes era focada

---

<sup>10</sup> Matéria produzida pelo portal Repórter Brasil em dezembro de 2015 exemplifica bem a situação: “Desde 2013, a região do Seridó, no semiárido do Rio Grande do Norte, vive um *boom* de pequenas oficinas de costura terceirizadas – as chamadas “facções”. Elas produzem peças antes costuradas por mão de obra contratada diretamente pela Guararapes Confecções, do grupo Riachuelo. A Hering é outra grande marca presente na região [...]. Do mesmo modo como terceirizam sua produção para imigrantes nos grandes centros [do sudeste], o novo boom de oficinas se expande na região de onde costumavam sair os migrantes brasileiros. Muda a localização e o sotaque, mas as roupas continuam sendo costuradas por uma população vulnerável, mais propícia a aceitar condições precárias de trabalho – contando, para isso, com o apoio de políticas estaduais [...] A criação de oficinas terceirizadas no semiárido potiguar conta com a benção e o incentivo do governo estadual. Através do programa “Pró Sertão”, ele capacita a mão de obra sertaneja para operar máquinas de costura e facilita o financiamento a microempresários interessados em montarem suas oficinas. “Sei da importância do emprego para as pessoas que vivem no interior. As pessoas terem o direito de nascer, estudar e trabalhar, sem precisar migrar para grandes centros”, declarou em junho o governador Robinson Faria (PSD), durante a apresentação das metas atualizadas do programa. Até 2018, a intenção é criar 210 oficinas e gerar mais de quatro mil empregos (CAMPOS, 2015).

na agricultura, para a produção de confecções, que surgiu de maneira espontânea e era executada artesanalmente. Esse processo foi mediado pela questão climática que dificultava o desenvolvimento da produção agrícola (LIRA, 2006).

A produção em Santa Cruz do Capibaribe iniciou-se a partir da chamada “Feira da Sulanca”, onde eram costuradas as peças a partir de retalhos trazidos por comerciantes que se deslocavam para Recife para venda de mercadorias (galinhas, carvão, queijos) e por caminhoneiros vindos do Sul e Sudeste do país. O nome deriva justamente dessa característica, fruto da junção das palavras “Sul” e “Helanca”. Essa produção teve início por volta da década de 1940, mas de consolida na “Feira da Sulanca<sup>11</sup>” na década de 1960 (LIMA; SOARES, 2002; LIRA, 2006; SANTOS; CARNEIRO; AUGUSTO, 2009).

Em Toritama, por volta da década de 1930 a atividade que buscou-se como alternativa a produção agrícola foi a fabricação de calçados, que se dava de maneira artesanal em pequenas unidades produtivas. Na década de 1980, devido à concorrência com o Sudeste e o aumento no preço do couro a produção de calçados entra em declínio e inicia-se a produção de confecções, com foco na produção de peças que utilizem jeans (LIRA, 2006). Conforme explica Andrade (2008, p. 155-156)

Foi a partir do aproveitamento das máquinas que antes confeccionavam calçados e de mão-de-obra existente com habilidade adquirida na atividade anterior que Toritama especializou-se na produção de *jeans*. Daí porque os toritamenses optaram por investir na fabricação de peças em *jeans*, tecido pesado, grosso que guardava certa semelhança o manuseio das matérias-primas empregadas na produção de calçados. A princípio produziam-se apenas artigos de vestuário masculinos (calça, camisa, boné), de baixa qualidade, o que garantia a venda das mercadorias, dado o menor preço cobrado pelos produtores do município comparado ao praticado no mercado de confecções de *jeans*.

A produção em ambos municípios esteve marcada desde seu início pela informalidade (LIMA, 2002). A partir da década de 1990, com o avanço do mercado de confecção nos municípios, ações relacionadas a produção de confecção passam a integrar os planos governamentais com enfoque prioritário no crescimento econômico (SANTOS; CARNEIRO; AUGUSTO, 2009). O processo produtivo, que contemporaneamente é incentivado pela implementação do Arranjo Produtivo Local

---

<sup>11</sup> Essa nomenclatura também possui na região uma conotação de roupas simples, de baixa qualidade e destinadas a uma população de baixa renda (LIRA, 2006).

(APL) enquanto diretriz de uma política pública (OLIVEIRA; SOUZA, 2009), é considerado o 2º maior polo de confecções do país, atrás apenas do estado de São Paulo, além de ser responsável por 75% da produção de confecções do estado de Pernambuco (LACERDA, 2013; RODRIGUES, 2010; SANTOS; CARNEIRO; AUGUSTO, 2009; SEBRAE/PE, 2013).

Malgrado o desenvolvimento econômico, a organização do processo produtivo é baseada flexibilização e precarização do trabalho por meio do facionamento da produção, ou seja, as etapas da produção são desenvolvidas em locais distintos da cidade em uma rede de subcontratações, inclusive com migração de muitos trabalhadores de outros municípios. No município de Toritama a produção é prioritariamente de peças de jeans e em Santa Cruz do Capibaribe de artigos de malha, no geral, *lycra, cotton* (blusas, shorts, roupas de ginástica, moda íntima, entre outros). A maior parte destas facções possuem um pequeno número de trabalhadores, sendo compostas de familiares e/ou vizinhos (LIMA; SOARES, 2002; SOUZA, 2012; SEBRAE/PE, 2013).

Uma parcela pequena de trabalhadores possui vínculos formais com empresas, lavanderias e lojas do comércio e possuem direitos trabalhistas e previdenciários assegurados. Outra parcela registra-se como Microempreendedor Individual (MEI), porém a grande maioria dos trabalhadores encontra-se na informalidade (ALVES; SOUZA, 2010).

O trabalho domiciliar, com a presença do trabalho infantil, a contratação informal de trabalhadores em pequenas facções, com predomínio da força de trabalho feminina, o salário por peça, a baixa remuneração, as longas jornadas de trabalho e a situação de desproteção social são características da produção no APL de confecções do Agreste (LIMA; SOARES, 2002; LIRA, 2006; RODRIGUES, 2010; SOUZA, 2012). Associado a isso, as condições insalubres de trabalho, ineficiência de uma política de atenção à saúde dos trabalhadores e o baixo poder de reivindicação desses trabalhadores agravam ainda mais a situação. A produção também sofre variações sazonais, sendo mais intensa no período prévio a festas juninas e natalinas (LIRA, 2006; RODRIGUES, 2010; SOUZA, 2012).

Em Toritama, essa configuração dificulta até mesmo a garantia básica de reprodução da força de trabalho, sendo necessário o acesso a programas da assistência social, como o bolsa família para viabilizar necessidades básicas

(RODRIGUES, 2010). Além de favorecer uma maior exploração da força de trabalho por meio do rebaixamento dos salários (ALVES; SOUZA, 2010).

A organização do processo de produção dessa forma também impactará na saúde dos trabalhadores. Alves e Souza (2010) em estudo no município de Toritama identificaram os problemas de saúde mais relatados pelas famílias de trabalhadores entrevistados. Foram relatados: problemas respiratórios, problemas de coluna, complicações renais e causas externas.

A produção que originalmente se constituiu de forma artesanal para suprir as carências do processo produtivo agrícola, se complexifica e segue a dinâmica organizativa flexível amparada no discurso do desenvolvimento local, empreendedorismo e geração de empregos. Assim, diversas instituições se envolvem para incentivar a produção de confecções nos municípios, inclusive com a construção de grandes centros comerciais como o “Parque das Feiras” em Toritama e o “Moda Center” em Santa Cruz do Capibaribe<sup>12</sup>. Esta constituição esta permeada de contradições, onde o crescimento econômico se afasta do desenvolvimento social da maioria da população dos municípios que compõem o polo de confecções. É dessa maneira que contemporaneamente se constitui o APL de confecções do Agreste (ALVES; SOUZA, 2010).

### 3.1.3 Arranjo Produtivo Local

Nessa configuração da acumulação capitalista, o capital tem uma maior mobilidade e volatilidade, tendo a flexibilização como marca na organização dos processos produtivos. Os arranjos produtivos locais (APL) materializam essa maneira descentralizada de produção.

---

<sup>12</sup>Segundo informações extraídas das páginas dos centros comerciais: “O Parque das Feiras é um dos mais importantes polos comerciais de moda do agreste pernambucano, é um complexo de nove hectares que comporta mais de 700 boxes / lojas, ainda possui praça de alimentação e estacionamento para mais de 2 mil veículos. O Parque das Feiras está localizado na BR-104 (Km 30) na cidade de Toritama-PE, foi inaugurado em setembro de 2001 (PARQUE DAS FEIRAS, 2018). Já o Moda Center é considerado: “o maior centro atacadista de confecções do Brasil. Ele reúne mais de 10 mil pontos comerciais, entre boxes e lojas, onde são comercializadas peças no atacado e no varejo. O mix inclui de produtos populares a artigos mais trabalhados [...] O parque disponibiliza seis praças de alimentação com restaurantes e lanchonetes, estacionamento gratuito para seis mil veículos e rede de hotéis e dormitórios. O centro oferece ainda posto ambulatorial, farmácia, caixas eletrônicos, banheiros, carrinhos de compras, sistema de som, rádio e TV internos, circuito de segurança, balcão de informações e muito mais (MODA CENTER SANTA CRUZ, 2018).

A proposta de formação dos APL traz em seu discurso a perspectiva de desenvolvimento econômico e social, combate ao desemprego, associado ao incentivo ao empreendedorismo e ao desenvolvimento local. A proposta teve como influência a formação dos distritos industriais, a chamada terceira Itália, surgindo da necessidade de reorganização dos processos produtivos e de trabalho como uma das saídas a crise iniciada na década de 1970, e que, na realidade constitui-se em um mecanismo de acentuação da dependência, flexibilização e precarização do trabalho, sobretudo nos países de capitalismo dependente. Além disso, é incentivada por organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, como o caso do Banco Mundial, Sebrae, SENAI, as políticas públicas construídas pelo Estado, entre outros (COSTA, 2011).

De acordo com Oliveira e Souza (2009) os Arranjos Produtivos Locais fazem parte da política de desenvolvimento econômico do Governo Federal Brasileiro desde o ano de 2004, por meio de sua incorporação nos Planos Plurianuais (PPA), com as ações de incentivo a implantação de APL oriundas da Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE). A proposta defendida pelo governo brasileiro é a baseada na dinamização da economia, geração de trabalho, emprego, incentivo as exportações e a subsequente geração de renda e desenvolvimento local (BRASIL, 2014; OLIVEIRA; SOUZA, 2009). O Grupo de trabalho de APL (GTAPL)<sup>13</sup>, instituído

---

<sup>13</sup>O Observatório Brasileiro de APL define os Arranjos como: Arranjos Produtivos Locais são aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. O termo de referência para política de apoio ao desenvolvimento dos arranjos, desenvolvido em 2004, atribui as seguintes características para a caracterização de um APL: 1) Ter um número significativo de empreendimentos no território e de indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante; 2) Compartilhar formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança. Pode incluir pequenas, médias e grandes empresas. Na última relação divulgada o GT APL era composto pelas seguintes instituições: Agência de Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI ; Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos – Apex-Brasil; Banco Bradesco S.A. – BRADESCO; Banco da Amazônia S.A. – BASA; Banco do Brasil S.A. – BB; Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; Caixa Econômica Federal – CAIXA; Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF; Confederação Nacional da Indústria – CNI; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; Instituto Euvaldo Lodi – IEL; Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA ;Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI; Ministério da Cultura – MinC; Ministério da Educação – MEC; Ministério da Integração Nacional – MI; Ministério da Saúde – MS; Ministério de Minas e Energia – MME; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Ministério do Meio Ambiente – MMA; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG; Ministério do Turismo – Mtur; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI; Superintendência da Zona Franca de Manaus –

em agosto de 2004 pela Portaria Interministerial nº 200, identificou, no último levantamento em 2014, a presença de 667 APL no país, presentes em 2.175 municípios brasileiros em 59 setores da economia brasileira (englobando áreas da agricultura, pecuária, têxtil, turismo, entre outros) (GRUPO DE TRABALHO PERMANENTE PARA ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS, 2015).

Como estratégias de discussão e aprimoramento dos APL brasileiros, foram instituídas as Conferências Brasileiras de Arranjos Produtivos Locais (CB APL) com a função de aprimorar as políticas públicas do setor produtivo brasileiro e estimular o desenvolvimento local, promovendo a troca de conhecimentos e de experiências no desenvolvimento dos APL, favorecendo a mobilização de diversos atores, da esfera pública e privada, para a discussão acerca da competitividade, inovação e sustentabilidade dos arranjos. No período de 2004 a 2014 foram realizadas 6 conferências nacionais (BRASIL, 2014).

Em 2014, o GT APL publicou relatório descrevendo e avaliando os dez anos de atuação do grupo de trabalho. Neste relatório avaliam a proposta de implantação e ampliação dos APL como exitosa para o desenvolvimento econômico, local e social, pois esta:

[...] valorizou a cooperação, o aprendizado coletivo, o conhecimento tácito e a capacidade inovativa das empresas e das instituições locais, como questões centrais e como funções interdependentes para o aumento da competitividade sustentável das firmas. Destacou-se também o fortalecimento dos mecanismos de governança, centralizados ou descentralizados das empresas [...]. Tendo em vista o elevado número de postos de trabalho gerados em micro, pequenas e médias empresas, uma política de promoção de APLs demonstrava o potencial de apoio à retomada do desenvolvimento, por sua contribuição para a geração de postos de trabalho, de receitas e de redução das diferenças sociais e regionais. (BRASIL, 2014, p. 11-12).

Dessa forma, as mudanças ocorridas na forma de organização da produção, através da estratégia dos arranjos produtivos de locais, possibilitam a implantação das relações de flexibilização do trabalho sob a roupagem do “novo”, moderno, desenvolvido e sustentável. Assim, coexistem diferentes relações e condições de trabalho, regidas em sua grande parte pela precarização. Outro fator possibilitado pelo

---

SUFRAMA; Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO; Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE; Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM (BRASIL, 2014).

processo de reestruturação produtiva, onde a organização dos APL se localiza, é o reforço a figura do empreendedor<sup>14</sup>, onde o empreendedorismo se apresenta em um aspecto ideológico, sendo determinado pelas mudanças ocorridas nas relações materiais (ALVIM; NUNES; CASTRO, 2012; SABINO, 2010).

Como expõe Marx (2009, p. 67): “As ideias da classe dominante, são em todas as épocas, as ideias dominantes”. São reforçados uma série de valores que estimulam a competição e o individualismo, introjetando nos indivíduos necessidades e responsabilidades que se apresentam como individuais, mas que em sua essência são reflexos ideais da dinâmica de produção e reprodução do capital, por isso, são essencialmente ideológicas (IASI, 2017; SABINO, 2010). Neste aspecto, fenomenicamente as relações não estariam mais determinadas a partir da dinâmica entre compra e venda da força de trabalho, ou seja, baseadas no trabalho assalariado, e a exploração não se daria através da extração de mais-valia, já que a relação se apresenta entre empreendedores (patrões/empresários) que negociam a prestação de serviços. Sobre esta relação, Tavares (2004, p. 57) ressalta:

Essa externalização, traduzida como autonomia pelos apologistas do capital, cria a ilusão de que o trabalho deixou de ser subordinado simplesmente porque o trabalhador não sofre, às vezes, uma vigilância direta do empregador, como ocorre quando o trabalho é realizado dentro de uma empresa. Entretanto, o suposto trabalho autônomo é executado segundo uma obrigação por resultados, portanto sob rigoroso controle e maior exploração.

Em outras palavras, a forma como se apresenta a organização do trabalho se dá de maneira qualitativamente distinta das formas organizadas sobre a hegemonia do binômio taylorista/fordista, sem que aconteça uma ruptura absoluta, mas o

---

<sup>14</sup> O incentivo ao empreendedorismo associado ao aumento do desemprego e da terceirização pode ser visto nos dados da pesquisa demográfica das empresas realizada pelo IBGE referente ao ano de 2014. A pesquisa aponta que 72,6% das empresas que entraram no mercado no ano de 2014 não tinham pessoal ocupado assalariado, apenas sócios e proprietários e 25,9% ocupavam de 1 a 9 assalariados, totalizando 98,5% das empresas que ingressaram no mercado no ano de 2014. Os dados são semelhantes para as empresas que saíram do mercado no mesmo ano, 88% das empresas não empregavam nenhum assalariado e 11,2% ocupavam de 1 a 9 assalariados, representando 99,2% das empresas que abandonaram o mercado. Em relação a taxa de sobrevivência da empresa do total de 694,5 mil empresas que nasceram em 2009, 536,6 mil (77,3%) sobreviveram em 2010; 452,5 mil (65,2%), até 2011; 387,4 mil (55,8%), até 2012; 339,1 mil (48,8%), até 2013; e 275,0 mil (39,6%) sobreviveram até 2014. Assim, após cinco anos da entrada no mercado, verifica-se que menos de 40% das empresas entrantes em 2009 sobreviveram até 2014, dentre as quais a maior parte das empresas que faliram/fecharam era de pequeno porte (IBGE, 2016).

conteúdo da relação de subsunção<sup>15</sup> do trabalho ao capital se mantém, apesar da aparência que se formou. Malgrado a aparente condição de “patrão”, amplia-se a condição de estranhamento do trabalho, ainda que dotado de novos mecanismos de funcionamento, onde a flexibilização do trabalho favorece a desrealização e aviltamento dos aparentes “empreendedores”, “colaboradores”, “parceiros”, mas que são essencialmente trabalhadores e trabalhadoras assalariados (ANTUNES, 2011b).

É mantida a característica do trabalho abstrato, particular da sociedade capitalista, ou seja, o trabalho serve para o atendimento de carências externas a ele e não para a realização de uma atividade vital, consciente e livre.

Sob o domínio da acumulação flexível são utilizados mecanismo que se apropriam mais expressivamente da subjetividade operária, capturando-a, para favorecer a extração de mais-valia, engendrando uma subjetividade inautêntica<sup>16</sup> nos trabalhadores (ANTUNES, 2009, 2011b; MARX, 2010). Essa aparente autonomia gerada pelo empreendedorismo tem severas repercussões na organização da classe trabalhadora, pois encobre, as contradições e antagonismos de classe (ANTUNES, 2011b). A apropriação da subjetividade operária é umas das estratégias utilizadas pelas empresas no período da acumulação flexível, favorecida pela organização horizontal do trabalho estimulada pelos círculos de controle de qualidade, por exemplo. Porém, essa captura não se dá de forma total, anulando a subjetividade dos trabalhadores, exemplo disso, é o número crescente de greves deflagradas a partir de 2011 em nosso país (MORAES, 2016).

---

<sup>15</sup>Na forma particular do Capitalismo o processo de produção é a subsunção do processo de trabalho a acumulação capitalista, ou seja, no capitalismo a relação social que se apresenta é: de um lado a venda da força de trabalho e de outro a compra desta, por um capitalista com o objetivo de ampliar a acumulação. A quantidade de trabalhadores submetidos no processo produtivo e a quantidade de meios utilizados são essenciais para a caracterização da subsunção do trabalho ao capital. A subsunção foi analisada por Marx (1973), expressa em subsunção formal e real. No processo de subsunção formal do trabalho ao capital, a relação de compra e venda da força de trabalho está estabelecida, porém o processo de trabalho realizado mantém similaridades com a fases anteriores a dominação capitalista. Outro aspecto é que a forma de extração de mais-valia é dada por meio da extensão das jornadas de trabalho (mais-valia absoluta). Na subsunção real revoluciona-se as relações de produção, inclusive com o incremento tecnológico, redefinindo o processo produtivo por meio do desenvolvimento das forças produtivas. A base da subsunção real do trabalho ao capital se dá por meio da extração de mais-valia relativa.

<sup>16</sup> Antunes (2011, p. 11) A subjetividade inautêntica isto é, aquela que ocorre quando o incentivo para o exercício da subjetividade do trabalho é sempre conformada pelos *interesses das empresas*, não comportando nenhum traço que confronte com o ideário do lucro e do aumento da produtividade.



### 3.1.3.1 O APL de confecções do Agreste

Essa estratégia “flexível” é a que organiza o APL de confecções em Pernambuco, chamado de polo de confecções do agreste, composto por vinte municípios<sup>17</sup> da região agreste de Pernambuco, onde a população dos municípios que compõe o APL foi se especializando na produção de confecções e atualmente depende quase que exclusivamente desta atividade produtiva, sobretudo nos municípios que concentram a maior parte da produção. Além disso, sua produção antes destinada apenas para a região próxima, amplia-se e segue padrões de moda que possibilitam a circulação mais rápida das mercadorias (COSTA, 2011; LIMA; SOARES, 2002; LINDOSO; AMARAL, 2009).

Ao levar em conta o conjunto dos municípios que compõem o APL de confecções do agreste pernambucano, os municípios de Caruaru, Toritama e Santa Cruz são responsáveis por 77% do PIB e 66% da população total do arranjo, inclusive, com influência na mobilidade de trabalhadores que são atraídos pela atividade produtiva. Exemplo disso, expressa-se no crescimento demográfico desses municípios, no período de 2000 a 2009, onde a população de Toritama teve um incremento de 63% e a de Santa Cruz do Capibaribe um incremento de 48%. Associado a isto, o PIB de Toritama, neste mesmo período quase que duplicou (LIRA, 2006; SEBRAE/PE, 2013).

Em 2017 a população de Toritama foi estimada em 44.189 habitantes, sendo a 6º maior densidade demográfica do estado. Em comparação com o último censo, realizado em 2010, até 2017 houve um crescimento de 19,55% na população do município. Em Santa Cruz do Capibaribe, a população estimada para 2017 foi de 105.761 habitantes, em comparação com o último censo realizado houve um incremento de 17,19%. Por ser um município territorialmente maior, apresenta densidade demográfica menor que Toritama, ocupando a 21º posição entre os municípios do estado (IBGE, 2018a).

---

<sup>17</sup> A experiência do Arranjo Produtivo Local (APL) de confecções em Pernambuco é resultado da política de incentivo ao desenvolvimento regional, que originou o polo de confecções na região agreste do estado. De acordo com dados do SEBRAE (2013), o APL abrange 20 municípios, Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama são os principais, no entanto, devido à expansão do setor produtivo na região, vários outros municípios circunvizinhos integram o Arranjo Produtivo, porém com uma produção inferior, como: Agrestina, Brejo da Madre de Deus, Cupira, Riacho das Almas, Surubim, Taquaritinga do Norte, Vertentes, Belo Jardim, Gravatá, Passira, Pesqueira, Altinho, Frei Miguelinho, Jataúba, Sanharó, Santa Maria do Cambucá e São Caetano. Esses municípios, com subespecializações distintas, desenvolvem a produção têxtil e de confecção.

O relatório do Sebrae ainda aborda indicadores sociais, englobando a infraestrutura e os serviços urbanos, expondo resultados em relação a pavimentação das ruas, saneamento básico e acúmulo de lixo. Segundo o relatório, a situação é tida como preocupante para ambos municípios. Já em relação a incidência da população pobre, população em idade ativa que recebe menos de ½ salário mínimo, o relatório classifica como satisfatória, com os três municípios principais do APL com incidência de 6%, com variações apenas na segunda casa decimal, com índice de Gini<sup>18</sup> 0,41 para Toritama e Santa Cruz do Capibaribe e 0,44 para Caruaru e com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Toritama e Caruaru igual a 0,677 e o de Santa Cruz do Capibaribe igual a 0,648 (IBGE, 2018a; SEBRAE/PE,2013).

Como analisa Costa (2011) e Lindoso e Amaral (2009), em estudos sobre as condições de trabalho no APL em Toritama, grande parte desta população de trabalhadores é informal, ou seja, desprotegida de direitos e em muitas situações dependente de programas assistenciais como o bolsa família, e as cargas de trabalho incidem de forma qualitativamente distinta entre os sexos, apresentando sobrecarga maior nas mulheres que assumem, além do trabalho da confecção, o trabalho doméstico e a criação dos filhos.

Em relação a caracterização do processo produtivo instalado nos municípios, o relatório traz números que quantificam as unidades produtivas, classificadas em empresas e facções ou empreendimentos complementares<sup>19</sup>. São cerca de 18.800 unidades nos dez municípios estudados, com a maior parte instaladas nos três principais municípios do APL, Santa Cruz do Capibaribe (38,1%), Caruaru (24,1%) e Toritama (15%) estimando-se uma proporção de 4 empreendimentos informais para 1 empreendimento formal. Outro dado interessante fornecido pelo relatório é a variação no número de empresas em relação ao número de facções (unidades produtivas) existentes, quando considerado os anos de 2002 e 2012. A proporção se mantém no município de Santa Cruz do Capibaribe, mas varia consideravelmente em Caruaru<sup>20</sup>, passando de 71,6% para 29%, e em Toritama, passando 54,3% para 33,4%, indicativo do aumento do número das empresas subcontratadas, as facções.

---

<sup>18</sup> O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um.

<sup>19</sup> Para compreender a diferenciação entre ambas, ver nota de rodapé nº1.

<sup>20</sup> O relatório aponta alguns vieses que ocorreram com a definição da amostra específica para o município de Caruaru em 2002, portanto a variação apresentada pode não se aproximar da realidade. Para mais informações consultar a página 34 do relatório (SEBRAE/PE, 2012).

Ainda segundo o relatório esta variação estaria ligada as mudanças relacionadas ao aumento na produção de jeans dos municípios. As possibilidades elencadas para a mudança na proporção empresas x facções seriam três: a) aumento dos salários para atrair trabalhadores para as empresas; b) esperar que a imigração de trabalhadores supra a demanda, mesmo sem aumento dos salários; c) realizar a subcontratação de facções em municípios vizinhos para que as mesmas executem parte do processo produtivo. De acordo com a opinião de alguns empresários as opções “a” e “b” não foram suficientes para atender as demandas, sendo necessário recorrer a opção “c” (SEBRAE/PE, 2013).

A estratégia utilizada nesses municípios não é isolada, acompanha as mudanças no mundo trabalho e as necessidades da acumulação de capital, sem descartar obviamente as singularidades e particularidades locais. A “nova informalidade” como tratada por Tavares (2004) se insere de maneira determinante na produção capitalista, estando relacionada diretamente com a produção de capital. As facções, em sua maioria quase que absoluta<sup>21</sup> e as empresas<sup>22</sup> estão nessa condição de informalidade, flexibilizadas, sem direitos, com os trabalhadores expostos a condições precárias de trabalho, mas plenamente produtivos sob a lógica capitalista (SEBRAE/PE, 2013; TAVARES, 2004).

Em contraste a esta relação de precarização, a introdução contida no relatório do Sebrae caracteriza o APL de confecções do estado:

Nos dez municípios onde, hoje, se concentra a atividade confeccionista no Agreste pernambucano, há mais de 100 mil pessoas ocupadas em produzir peças de vestuário. Muitas, em empregos formais; a maioria, ainda não. Para se ter um marco de comparação, toda a indústria pernambucana emprega, formalmente, pouco mais de 200 mil pessoas [...]. Em plena maior seca de todas as que assolaram a região nos últimos 40 anos, não há sinal de crise em Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru ou Toritama. É certo que, em Santa Cruz, água nas torneiras só existe um dia sim, doze não. Mas as pessoas se abastecem com carros pipa. As roupas que elas produzem e vendem dão com folga para comprar a água de que precisam (SEBRAE/PE, 2013, p. 14).

---

<sup>21</sup> De acordo com o relatório do Sebrae 93% das facções do APL de confecções estão na informalidade (SEBRAE/PE, 2013).

<sup>22</sup> As empresas informais correspondem a 66% do total de empresas do APL de confecções do agreste Pernambucano (SEBRAE/PE, 2013)

A ideia de “desenvolvimento” é logo contrastada com as desigualdades inerentes ao processo produtivo, subjugado a lógica do capital como destacado por Alves e Souza (2010), tratando especificamente do município de Toritama: o desenvolvimento econômico do município não vem acompanhado de desenvolvimento social, malgrado todo o discurso de progresso construído com esta atividade produtiva, o que se expressa é a enorme desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida. Em contraste com a iniciativa do setor público em organizar obras que aumentem o desenvolvimento econômico, como por exemplo, a ampliação do parque das feiras, está o débil oferecimento de serviços públicos, como saúde, educação, trabalho e saneamento, além das precárias condições de trabalho que em muitos casos geram renda insuficiente para que os trabalhadores atendam suas necessidades sociais, ou até mesmo, de reprodução básica de força de trabalho.

O estudo dessas condições e relações de trabalho, flexibilizadas e precárias é fundamental para entender as mudanças no mundo do trabalho e sua relação com a saúde dos trabalhadores. Delas, trataremos no ponto a seguir.

### **3.2 O “novo/velho” mundo do trabalho**

Alves (2007) analisa a precariedade como condição sócio estrutural e histórico-ontológica em sociedades que consideram o trabalho vivo e a força de trabalho como mercadoria. O mesmo autor diferencia a condição de precariedade do processo de precarização:

Se a precariedade é uma condição, a precarização é um processo que possui uma irremediável dimensão histórica determinada pela luta de classes e pela correlação de forças políticas entre capital e trabalho. Uma das determinações histórico-ontológica do trabalho vivo é constituir formas de resistência à voracidade do capital [...] que chamamos de processo de precarização do trabalho é o processo de diluição (ou supressão) dos obstáculos constituídos pela luta de classe à voracidade do capital no decorrer do século XX. É a explicitação da precariedade como condição ontológica da força de trabalho como mercadoria. A precarização possui um sentido de perda de direitos acumulados o decorrer de anos pelas mais diversas categorias de assalariados [...] A precarização atinge os proletários sujeitos de direitos e que hoje são vítimas da “flexibilização do trabalho”, sendo usurpados pelo poder das coisas ou pelas leis de mercado (ALVES, 2007, p. 114-115).

Esta condição sócio histórica acentua-se globalmente, impulsionada pela reestruturação produtiva do capital e conseqüentemente pela flexibilização das relações e condições de trabalho. Druck (2011, p.68-69) ao analisar estudos que abordam a flexibilização encontra aspectos em comum:

O que têm em comum é que a flexibilização é produto do processo de reestruturação e constitui um 'novo paradigma', que procura substituir e superar a crise do 'paradigma' fordista, no âmbito da organização dos processos de trabalho (através da adoção do toyotismo/modelo japonês), no campo da desregulamentação do mercado de trabalho, da nova forma de intervenção e regulação do Estado (legislação do trabalho), na 'crise' dos sindicatos e nas formas de atuação das direções sindicais [...] um conjunto de autores, dentre os quais me incluo, concebe a flexibilização como processo que tem condicionantes macroeconômicos e sociais, derivados de uma nova fase de mundialização/globalização do sistema capitalista, hegemônico pela esfera financeira. A fluidez e volatilidades típicas dos mercados financeiros contaminam toda a economia e a sociedade, especialmente o campo do trabalho [...] esse processo mais geral determina e articula a flexibilização dos processos de trabalho, mercado de trabalho, das leis trabalhistas e dos sindicatos.

Flexibilização que tem a marca da instabilidade, incerteza, insegurança, imprevisibilidade e risco. O uso conceitual de "flexibilização" difere da "flexibilidade" pois a primeira expressa a condição de processo em andamento e a segunda como uma condição dada, por isso a autora "defende" o conceito de flexibilização devido as intensas mudanças que o mundo do trabalho vem sofrendo com os constantes ataques sofridos pela classe trabalhadora, em distintas, porém articuladas esferas (DRUCK, 2011).

Os recursos necessários para garantia da flexibilização estão associados justamente nas mudanças expostas anteriormente pela autora e são objetivamente postos através dos contratos por tempo determinado e parcial, da subcontratação, da terceirização, forma que Druck (2011) denominou de dimensão quantitativa da flexibilização. A dimensão qualitativa, ainda segundo a autora, é expressa no processo de trabalho, através das jornadas móveis de trabalho, na composição do salário, cada vez mais dependente do atendimento de metas, na conquista da "empregabilidade", exigindo trabalhadores multifuncionais e polivalentes, na organização e controle do trabalho "administrado por stress". Associado a estes fatores está a diminuição das "barreiras" entre as atividades laborais e a vida privada dos sujeitos (ANTUNES; PRAUN, 2015).

Essas mudanças levam a uma intensificação do trabalho, onde os trabalhadores empregados ficam mais susceptíveis aos acidentes e doenças do trabalho. Constatação que não é oriunda de mera abstração teórica, a própria autora, em outro estudo aponta que a terceirização de serviços gerada pelo processo de flexibilização não se trata de uma necessidade de especialização das empresas em determinadas atividades, mas sim em um processo cujo o ponto essencial está na redução de custos (DRUCK, 2012).

Existe assim, a transferência das obrigações legais e dos riscos para terceiros, que em muitos casos são os próprios trabalhadores, mas a gestão do processo de trabalho é, na maioria das vezes, realizada pela contratante. A repercussão da adoção da terceirização reflete em: jornadas de trabalho mais longas; em salários mais baixos (no ano de 2010 eram cerca de 30% a menos do que trabalhadores não terceirizados); em um tempo de permanência no emprego 55% menor e conseqüentemente em um maior número de doenças e acidentes de trabalho (DRUCK, 2012; LARA, 2011).

Além disso, pesa o fato de enfraquecer a organização e luta da classe trabalhadora, pela fragmentação dos trabalhadores em diferentes categorias e com pautas muito específicas, afora o reforço do individualismo, que rompe com laços de solidariedade entre os trabalhadores (ANTUNES; PRAUN, 2015; DRUCK, 2012).

Os impactos e resultados da flexibilização resultaram em um processo de precarização social do trabalho, expressa de forma de forma sintética na perda de direitos e no aviltamento das condições de vida, trabalho e saúde dos trabalhadores (DRUCK, 2011). A precarização do trabalho não é um fenômeno novo no capitalismo, inclusive é inerente a organização deste, porém o que é fundamental destacar é que com a acumulação flexível, a precarização social do trabalho se generaliza para o conjunto da classe trabalhadora mundialmente, afastando-se de uma análise dicotômica do processo que coloca “precários” e “vínculos estáveis” de forma separada, inclusive nos países de capitalismo central, onde esta era restrita a grupos “marginais”. Também faz-se necessário levar em consideração aspectos relacionados ao gênero, por exemplo, onde as mulheres estão expostas a condições mais precárias de trabalho e recebendo rendimentos inferiores (DRUCK, 2011, 2012; HARVEY, 2012).

Além da precarização do trabalho estar diretamente relacionada a maior quantidade de doenças e acidentes de trabalho, a reengenharia organizacional da produção e a condição de instabilidade imposta pelo neoliberalismo expõem os

trabalhadores a uma permanente condição de incerteza, atingindo empregados, com a constante necessidade de manter seu emprego e suas necessidades de reprodução social, e desempregados, que buscam garantir trabalho, submetendo-se em ambos os casos a condições e relações precárias, marcadas continuamente pelo “fantasma” do desemprego (ANTUNES; PRAUN, 2015; DRUCK, 2011).

A incerteza proporcionada pelo capitalismo contemporâneo, além de favorecer o adoecimento mental dos trabalhadores, articula sentimentos de resignação, revolta, insegurança e instabilidade. A insegurança assume um papel fundamental na organização e controle do trabalho, ao favorecer a subordinação e aceitação de condições e relações de trabalho que antes eram tidas como inaceitáveis em determinados locais (ANTUNES, 2011b; ANTUNES; PRAUN, 2015; DRUCK, 2011).

Sintetizando, a precarização pode ser compreendida como um processo social que atinge todos os trabalhadores, independente da forma de contratação, gerando uma crescente instabilidade e insegurança expressa nas “novas” formas de organização do trabalho, no desmonte da legislação trabalhista e previdenciária com a conseqüente diminuição do papel do Estado como regulador do mercado de trabalho e garantidor da seguridade social, conjunção de fatores que trarão impactos nas condições de vida e saúde e na organização da classe trabalhadora (BOSCHETTI, 2017; DRUCK, 2011).

A terceirização/subcontratação<sup>23</sup> ocupa lugar de destaque nesse processo de precarização, como destaca Druck (2012) vivemos uma “epidemia do processo de terceirização”. Essa prática caracterizada pela contratação de trabalhadores por uma empresa, mas que executam seu trabalho para outra empresa é condizente com a lógica financeira hegemonicamente e com a maior mobilidade e volatilidade do capital que avança sobre a desregulamentação do trabalho, modificando uma relação trabalhista (patrão x trabalhador) para uma relação comercial ou civil (empresa x empresa) (MARCELINO; CAVALCANTE, 2012).

Como apontado por Marcelino (2007, p. 62) as principais formas de terceirização utilizadas no Brasil estão relacionadas a: a) criação de cooperativas que

---

<sup>23</sup> Aqui concordamos com a abordagem de Marcelino e Cavalcante (2012) que não trata terceirização e subcontratação como sinônimos, mas ressalta que a terceirização é uma das formas de subcontratação. O que é decisivo para a autora é que a relação de contratação se dá entre a empresa contratante e uma outra empresa como interposta no processo, independente do tempo de contrato ou se a relação trabalhista oferece mais ou menos direitos ao trabalhador, com o objetivo principal de reduzir custos e/ou externalização dos conflitos trabalhistas.

fornece serviços à uma empresa contratante, em grande parte dos casos incentivados pelas empresas em que eram contratados anteriormente, exemplo disso, é demonstrado por Tavares (2004) ao estudar cooperativas do ramo da confecção no Ceará; b) terceirização de empresas externas que fornecem mercadorias para uma empresa contratante; c) empresas externas a contratante para prestação de serviços, como exemplo, os call centers; d) terceirização de empresas para prestação de serviços internos na empresa contratante, considerada a forma “clássica” de terceirização; e) subcontratação das chamadas personalidades jurídicas (PJs), onde se estabelece um contrato do tipo mercantil e que vem se expandindo nos últimos anos, ocasionando o fenômeno que Druck (2012) denominou de pejetização; f) terceirização em cascata, com o objetivo principal de redução de gastos.

Esse processo vem ocorrendo ao longo dos últimos anos no Brasil, diferindo apenas na forma e intensidade dos ataques, mas com a manutenção do *status quo* do “receituário” neoliberal (MARCELINO, 2007; MORAES, 2016). Isso é evidenciado pela recente aprovação Projeto de Lei da Câmara 30 (PLC 30/2014), anteriormente chamado Projeto de Lei 4330 (PL 4330/2014) ou “PL das terceirizações” que tem como objetivos: ampliar o escopo das terceirizações para as atividades fins<sup>24</sup>; definir o papel dos sindicatos quanto a representações de categorias terceirizadas e não terceirizadas; a terceirização ou não da esfera pública, definição da responsabilidade solidária das empresas contratantes. É necessário analisar também a construção histórica desse processo, onde diversos ataques a classe trabalhadora foram realizados pelos governos petistas, a exemplo, as Medidas Provisórias 664 e 665, que modificaram e restringiram o acesso ao seguro desemprego e a pensões (MORAES, 2016).

A terceirização se apresenta como uma das formas de manifestação da precarização social do trabalho. Atualmente outras formas de organização do trabalho vêm ganhando evidência como a chamada “uberização” da força de trabalho (POCHMANN, 2016). Abílio (2017) trata esse processo como um novo estágio de exploração do trabalhador, com mudanças em relação a organização e controle do trabalho e configuração das empresas. Essas mudanças não surgem da economia

---

<sup>24</sup> Ao terceirizar-se também as chamadas atividades fins, rompe-se com a lógica dual do campo da administração defendida inicialmente pelo empresariado que justificava as terceirizações das atividades meios como uma necessidade das “empresas modernas” se especializarem em suas atividades centrais (MARCELINO; CAVALCANTE, 2012). Mais uma falácia liberal cai por terra.



digital, são fruto do processo de desregulamentação e conseqüente precarização do trabalho, mas ganham materialidade atualmente através de empresas-aplicativos, dentre as mais conhecidas e utilizadas está a Uber<sup>25</sup> (o termo deriva do nome da empresa-aplicativo). Nesse caso, os riscos e/ou a externalização dos conflitos trabalhistas não são mais transferidos para a empresa terceirizada, mas diretamente para os trabalhadores e trabalhadoras e tem o controle do trabalho realizado pelos próprios trabalhadores e pelos consumidores, ao realizarem avaliações que permitem ou não a continuidade do trabalhador na “plataforma”. Assim, a aparente autonomia desenvolvida no trabalho têm a marca em seu aspecto essencial da subsunção do trabalho ao capital, e apresenta foco de resistência coletiva dos trabalhadores por meio da organização de protesto e instituição de sindicatos<sup>26</sup> (ABÍLIO, 2017).

### 3.2.1 Informalidade: do arcaico ao moderno

Para avançarmos na compreensão dessas relações que tem como fio condutor a precarização social do trabalho é necessário abordamos também a informalidade nas relações trabalho. A partir da década de 1960, a informalidade é compreendida como característica do subdesenvolvimento, abordando questões relacionadas a dicotomia moderno/tradicional como uma forma de explicar a existência de trabalhos “não capitalistas”, análise ligada a teoria da marginalidade (ALVES; TAVARES, 2006; PERES, 2015).

Posteriormente, amparados na necessidade do desenvolvimento econômico e social latino americano, adota-se uma perspectiva desenvolvimentista, onde seria necessário engendrar um processo de desenvolvimento autossuficiente. Destarte, a presença de um segmento moderno, composto por trabalhadores assalariados e um segmento que tinha como principal finalidade a subsistência. Seria necessária, de acordo com essa abordagem, o avanço do capitalismo para que o grande resíduo que estava em atividades de subsistência “migrasse” para as atividades modernas,

---

<sup>25</sup> A empresa-aplicativo Uber é só um exemplo de uma tendência de trabalhadores de diversos ramos produtivos, que a cada dia se tornam “microempreendedores” e ingressam em empresas aplicativos. Atividades que fazem parte da denominada *gig economy*.

<sup>26</sup> Exemplo dos trabalhadores da empresa-aplicativo Loggi em São Paulo, Foodora na Itália. Além da fundação do sindicato dos motoristas por aplicativo em São Paulo e da Associação dos Motoristas Autônomos por Aplicativo e Sindicato dos Motoristas de Transporte Privado Individual de Passageiros do Estado de Pernambuco (ABÍLIO, 2017).

formais, assalariadas. (DRUCK, 2011; TAVARES, 2004). Esta perspectiva foi formulada por teóricos da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e ainda mantém a dualidade tradicional/moderno em sua análise (ALVES; TAVARES, 2006; TAVARES, 2004).

Ainda na década de 1970, com o distanciamento da análise Cepalina da realidade, mantém-se uma concepção dualista, incorporando a conceituação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) entre o formal e setor informal. A partir desta concepção, apresentada oficialmente no relatório do Quênia, em 1972, a relação da informalidade estaria associada, considerando a realidade dos países subdesenvolvidos, a uma relação dualista marcada pela tipologia setor formal x setor informal, com ênfase na renda. O que diferencia da abordagem anterior é que os trabalhadores não mais são distinguidos pela diferença do moderno (assalariado) e da atividade subsistência (mais autônoma) e sim entre trabalhadores pobres, com renda insuficiente para satisfação de suas necessidades, e trabalhadores com maior renda. Assim a abordagem acaba por englobar o trabalho familiar, autônomo e assalariado (TAVARES, 2004).

Dessa maneira a abordagem Oiteana aumenta o escopo de trabalhadores que são oriundos do “setor informal” sendo basicamente caracterizada por critérios técnicos da unidade produtiva como: a propriedade familiar; a produção limitada; qualificação recebida fora do sistema oficial de formação, relação onde não exista uma separação clara entre capital e trabalho, entre outras.

O “setor informal” seria responsável então por gerar vínculos relacionado a atividades não regulamentadas e com uso incipiente de tecnologia e com baixa produtividade, materializado em pequenas empresas com condições e relações precárias de trabalho, que estariam relacionadas a “estratégias de sobrevivência” da população que não compõe o setor formal (ABÍLIO, 2014; TAVARES 2004). Essas atividades seriam lucrativas apenas em pequena escala e não teriam ligação com o setor formal, não sendo atividades fundamentais para a lógica da acumulação capitalista (TAVARES, 2004).

Esta compreensão, que cinde a relação em dois polos isolados, não é capaz de explicitar as inter-relações entre “formal e informal” / “moderno e tradicional” e sua funcionalidade para a reprodução do capital. Tese que é criticada pela abordagem marxista, pois desconsidera a funcionalidade do chamado “setor informal” para a reprodução do capital, seja na contribuição no rebaixamento do custo de reprodução

da força de trabalho, por meio da redução do custo de bens salários e pela própria pressão sobre os salários exercida enquanto superpopulação relativa (OLIVEIRA, 2013). Assim, durante as décadas de 1960 e 1970 o Brasil industrializa-se, mas mantém uma economia de baixos salários, com alta rotatividade nos postos de trabalho e persistência do trabalho informal (POCHMANN, 2008).

Ainda é necessário considerar a condição do capitalismo dependente brasileiro e suas implicações na relação centro periferia, que mesmo com alterações na organização do trabalho e no desenvolvimento das forças produtivas mantém seu conteúdo dependente em relação aos países centrais (ABÍLIO, 2014; MARINI, 2011).

Com a ascensão neoliberal e a reestruturação produtiva do capital o trabalho informal avança nos países de capitalismo central, e amplia suas bases nos países de capitalismo periférico. A partir dos anos 1980, autores rompem com a análise dualista da OIT e tratam o chamado “setor informal” como intersticial e subordinado as grandes empresas capitalistas. Com o avanço neoliberal nos anos 1990, as mudanças ocorridas no mundo do trabalho dificultam ainda mais a caracterização das atividades desenvolvidas por setores, e a análise do “setor informal” se esvazia de poder explicativo, sendo importante considerar ampliação para o conceito de informalidade, enquanto processo de informalidade<sup>27</sup> e a compreensão da chamada “nova informalidade”<sup>28</sup> (ALVES; TAVARES, 2006; JESUS, 2014; TAVARES, 2004).

A metamorfose que se apresenta na análise hegemônica deste fenômeno condiz com o novo padrão de acumulação do capital. Agora, o “setor informal” deveria ser estimulado por um lado pelos setores governamentais na formação de pequenas e microempresas como uma alternativa ao desemprego, que aumenta pela alteração da composição técnica e orgânica do capital, e por outro lado, as recomendações de organismos internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) de estímulo ao “setor informal” para garantia de atividades de sobrevivência nas camadas mais pobres. A crítica realizada por Tavares (2004) é no sentido de revelar

---

<sup>27</sup> Cacciamali (2000) aponta que o processo de informalidade relaciona-se com as mudanças na organização do trabalho, incidindo nas formas de assalariamento, nas condições de trabalho; no autoemprego como “estratégia de sobrevivência” e que esse processo tem como características a insegurança na relação de trabalho e na percepção de renda; a ausência de regulamentação laboral e de proteção social; o uso flexível do trabalho, aumentando ou diminuindo jornadas e atribuindo múltiplas funções aos trabalhadores; e a diminuição na remuneração dos destes. Além dos fatores mencionados, a autora ressalta a ausência de proteção em relação aos acidentes de trabalho.

<sup>28</sup> No conceito de “nova informalidade” são consideradas as mudanças no mundo do trabalho, como a desregulamentação dos mercados, o desmonte da legislação trabalhista, a ampliação de vínculos informais. Novos contingentes de trabalhadores que antes possuíam vínculos formais passam a ser informais (PERES, 2015).

como o trabalho informal é funcional ao capital. Logo, a lógica dual entre “setor formal” x “setor informal”, sem ligações diretas, estaria “apenas” na concepção liberal defendida pela OIT. Como enfatiza a autora:

Nessa perspectiva, os defensores do capital assumem a tarefa de esconder as contradições do sistema, realçando a superfície, como se essa fosse a essência. No caso do trabalho informal, ressalta-se a autonomia, a transformação de empregado em patrão, as possibilidades de crescimento oferecidas pelo mercado, etc., enquanto a relação capital-trabalho vai sendo obscurecida [...] Mas, vender força de trabalho ou vender trabalho, hoje, não são relações cuja nitidez se coloque na simples aparência. Com a desregulamentação do trabalho, tornou-se possível extrair mais-valia sem que haja necessariamente uma relação direta e explícita de assalariamento (TAVARES, 2004, p. 54-57).

O que é observado é a expansão do trabalho informal que é expresso por uma relação que fenomenicamente descaracteriza a relação de assalariamento e aparece como uma relação de troca de mercadorias e serviços entre “empresários”. Essa tendência a expansão caracteriza o que Tavares (2004) conceituou como “nova informalidade” onde os trabalhadores assumem relações desprotegidas, sem que haja o vínculo formal, mas que são funcionais a valorização do valor, com contribuições tanto na forma do trabalho produtivo, quanto improdutivo.

Apesar de aparecerem com a roupagem de “novas” e “modernas” formas de organização do trabalho, recorre-se a velhas estratégias utilizadas anteriormente a fase industrial do capitalismo como, por exemplo, o trabalho domiciliar. A configuração desse “novo/velho” mundo do trabalho atende as demandas da acumulação flexível imposta pelo neoliberalismo e pela reestruturação produtiva. Logo, o que antes era visto como atrasado e com necessidade de superação, contemporaneamente assume a roupagem do novo, moderno e flexível (DRUCK; OLIVEIRA, 2008).

### 3.2.2 O trabalho no APL de Confecções do Agreste

Mesmo com a expansão do trabalho informal, a condição que parece central para compreensão do conjunto das condições e relações de trabalho é a precarização social do trabalho, que está presente até na relação de trabalho formal. De forma articulada a esse conjunto de mudanças mediadas pela precarização do trabalho

estão as “novas” formas contratação do trabalho, que já tiveram suas condições centrais analisadas até aqui, mas são conceituadas por Vasapollo (2006, p. 49) como trabalho atípico.

Recorrendo-se, então, à literatura sobre trabalho atípico, podem-se encontrar diversas definições: a) diferenças em relação ao trabalho padrão<sup>29</sup>: falta uma ou mais características em relação ao trabalho efetivo, à integração organizativa da empresa, à obrigatoriedade do tempo indeterminado, ao regime constante de prestação de serviços, à exclusividade na relação e na oferta da disponibilidade temporal; b) uma prestação de serviços cuja característica fundamental é a falta ou a insuficiência de tutela formativa e contratual. No trabalho atípico são incluídas todas as formas de prestação de serviços, diferentes do modelo padrão, ou seja, do trabalho efetivo, com garantias formais e contratuais, por tem indeterminado e *full-time*.

É nessa dinâmica atual de produção e reprodução social que está inserido o APL de confecções do Agreste Pernambucano, onde relações de terceirização, subcontratações com uso do trabalho domiciliar, a “nova informalidade” e relações de trabalho consideradas “formais” se inter-relacionam sob a mediação da flexibilização e precarização do trabalho.

As “vantagens” desta relação aparentemente entre “empresários” são apresentadas pelos empresários e seus representantes: com o faccionamento (terceirização e subcontratação) que as empresas fariam para as facções seria possível reduzir os custos através da dispensa dos encargos sociais que teriam que ser pagos aos trabalhadores do local onde a produção é realizada, agora os custos são direcionados aos trabalhadores (porque estão em seus domicílios); a empresa pode ampliar a produção sem gastos com ampliação do espaço físico; a administração, organização e controle do trabalho fica à cargos dos trabalhadores da facção e não da empresa contratante; os resíduos gerados na produção são de responsabilidade dos “pequenos empresários” e não da empresa contratante (SEBRAE/PE, 2013).

A estratégia de terceirização/subcontratação utilizada nos municípios do APL fica evidente pelo quantitativo de trabalhadores que compõem a maior parte das

---

<sup>29</sup> Vasapollo (2006, p. 49) conceitua as principais características do trabalho padrão: 1) o horário previsto é o de tempo integral; 2) a assunção para trabalhadores empregados e o início da atividade autônoma para os trabalhadores independentes têm tempos e lugares determinados; 3) há uma grande de posição e papel entre quem trabalha como empregado e quem é independente. No trabalho atípico, desapareceriam os três aspectos.

facções: 91,4% das facções tem no máximo 4 trabalhadores empregados, desse percentual 74,3% tem até no máximo 2 trabalhadores empregados. Outro dado importante de ser observado trata da longevidade das unidades produtivas, o que é expresso: 65,3% das unidades produtivas tem até 5 anos de existência, quando o recorte é feito para as facções 16,5% tem menos de 1 ano e 70,2% tem até 5 anos de existência. O relatório aponta para dois caminhos: 1) o crescimento das unidades produtivas, dentre as quais se encontram as facções; 2) a maior taxa de mortalidade das empresas com mais de 5 anos (SEBRAE/PE, 2013).

O faturamento alcançado pelas unidades produtivas é outro indicador que pode dar indícios do processo de flexibilização e precarização das relações e condições de trabalho. O mesmo relatório aponta que somente 18% das unidades produtivas (27% das empresas e 6% das facções) tiveram faturamento anual acima de R\$ 25.000. O faturamento médio das facções, em 2011, girava em torno de R\$ 19.000, valor de faturamento bruto em torno de R\$ 1.580 por mês, o que explicita as precárias condições de remuneração, já que com esse faturamento têm que se arcar com inúmeros custos (energia, manutenção de equipamentos, remuneração da força de trabalho, entre outros). Já o faturamento médio das empresas em 2011 aponta para um quantitativo maior, R\$ 88.417, indicativo que as empresas faturam uma quantia maior que os pequenos empreendimentos (SEBRAE/PE, 2013).

Dentre as características de organização da força de trabalho no APL de confecções do Agreste, estudos como os realizados pelo Sebrae (2013) e Carvalho e Silva (2015) apontam para a conformação de pequenos “empreendimentos” com número reduzidos de trabalhadores, organizados em seus domicílios. A externalização do processo produtivo, antes realizado nas fábricas, para o interior dos domicílios “resgata” o trabalho domiciliar, agora sob a lógica da acumulação flexível. Tavares (2004, p.171) expõe:

Dentre outras formas de trabalho, ressuscitadas pela terceirização, muitos trabalhos se realizam, hoje, no domicílio do trabalhador, onde se efetiva exatamente a mesma função desempenhada na fábrica, embora mudem as condições e relações de trabalho. As mudanças se traduzem em jornadas de trabalho mais longas, que se estendem, às vezes, pela noite e aos finais de semana e feriados; em locais de trabalho improvisados; na ausência de proteção social; na superexploração do trabalho da mulher; na incorporação do trabalho infantil; e no aviltamento do salário que, a depender do número de intermediários entre empresa e o trabalho, é significativamente menor. A transferência de parte da produção realizada fora das fábricas [...]

propicia a prática de trabalho não pago, que incorpora toda a família, não deixando lugar para outras dimensões humanas na vida do trabalhador.

Associado a expansão do trabalho domiciliar existe formas de pagamento do salário por peça produzida. Marx (2013, p. 621) analisa a aparência que o salário por peça carrega “de que o valor de uso vendido pelo trabalhador não é função de sua força de trabalho, trabalho vivo, mas trabalho já objetivado no produto” mas logo elucida: “Fica claro, no entanto, que a diferença de forma no pagamento do salário não modifica em nada a essência deste último”.

O próprio autor ao continuar sua exposição desta forma de salário, revela suas características degradantes, como: a qualidade do trabalho ser controlada pelo produto, pois se os trabalhadores não apresentarem uma mercadoria com total qualidade serão punidos com descontos. Além disso, o processo produtivo passa a ser controlado pelo próprio trabalhador, sendo dispensada a supervisão, ao ponto que, quanto mais o trabalhador produza mais acabará recebendo. Associada a este processo, está a intensificação do trabalho e o prolongamento das jornadas de trabalho (MARX, 2013).

Essas características anteriormente citadas são utilizadas no APL do Agreste de Pernambuco, como apontam dados da cartilha “Diálogo Social: Mulheres Costurando Direitos”<sup>30</sup>. As informações presentes na cartilha apontam para jornadas de trabalho entre 8 e 15h em Toritama e de 3 a 19h em Santa Cruz do Capibaribe<sup>31</sup> (CARVALHO; SILVA, 2015).

A forma salário por peça ainda potencializa o subarrendamento, ou seja, a presença de intermediários entre o trabalhador e o capitalista, diminuindo ainda mais a renda dos trabalhadores (MARX, 2013).

Marx (2013, p. 625, grifo nosso) analisa a diferença nos salários de trabalhadores que podem estar submetidos as mesmas condições de trabalho:

No salário por tempo prevalece, com poucas exceções, o salário igual para funções iguais, ao passo que no salário por peça o preço do

---

<sup>30</sup> A cartilha foi publicada em parceria realizada pela Secretaria da Mulher de Pernambuco, Toritama, Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe, Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e Nova Central Sindical (NCST). Mais informações consultar Carvalho e Silva (2015).

<sup>31</sup> Esses resultados são oriundos de entrevistas realizadas com trabalhadoras da costura dos municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama. Para mais informações consultar a cartilha “Diálogo Social: mulheres costurando Direitos”.

tempo de trabalho é medido por determinada quantidade de produtos; mas o salário diário ou semanal, ao contrário, varia de acordo com a diversidade individual dos trabalhadores, um dos quais fornece apenas o mínimo de produto num dado tempo, o outro, a médio e o terceiro, mais do que a média. **No que diz respeito à receita real surgem, aqui, grandes diferenças, conforme os distintos níveis de destreza, força, energia, resistência etc. dos trabalhadores individuais.** Isso não altera naturalmente em nada a relação geral entre capital e trabalho.

Os estudos realizados no APL no agreste pernambucano apontam para a remuneração de grande parte dos trabalhadores nesta forma de salário, que relaciona-se com intensificação do trabalho. Essa condição é favorecida pelo avanço do trabalho domiciliar, associado a longas jornadas de trabalho, chegando a relatos de jornadas com duração de 19 horas diárias, além da dupla ou tripla jornada desenvolvida pelas mulheres (CARVALHO; SILVA, 2015; LINDOSO; AMARAL, 2009). Ou nas palavras de Marx (2013; p. 329) “Apropriar-se de trabalho 24 horas por dia é, assim, o impulso imanente da produção capitalista”.

As “novas” formas de gestão, organização e controle determinadas pela acumulação flexível se combinam a velhas formas de organização do trabalho e as particularidades que antes eram associadas apenas ao capitalismo dependente. Assim, é necessário apreendermos a categoria investigada e exposta por Marini (2011), essencial para o entendimento das economias dependentes, a superexploração da força de trabalho.

### **3.3 Superexploração da Força de Trabalho**

Marini (2011) ao estudar o desenvolvimento do modo de produção capitalista na América Latina e sua integração ao mercado mundial desenvolve a tese de que os países latino americanos estariam submetidos a uma relação de dependência com os países de capitalismo central. Para o autor a relação de dependência é expressa: “como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2011 p. 134-135).



Essa dependência foi fundamental para o desenvolvimento capitalista nos países centrais, pois possibilitou um acelerado desenvolvimento das forças produtivas nesses países, levando à implantação e desenvolvimento das grandes indústrias. O papel central que a exportação de matérias primas latino-americana, para os países desenvolvidos, teve no início do século XIX, permitiu além do barateamento do custo dos bens salários para os europeus, o mecanismo de transferência de valor da periferia para o centro, neste início de século principalmente para Inglaterra, o que barateou o custo da força de trabalho neste países, permitindo um avanço e especialização em algumas atividades produtivas e deslocando o eixo da acumulação baseada na mais-valia absoluta para a mais-valia relativa (MARINI, 2011).

Relação que sofreu modificações durante o percurso histórico, mas como enfatizado por Marini na caracterização da dependência, as alterações sempre estiveram na direção da manutenção da dependência dos países subdesenvolvidos em relação aos desenvolvidos, mecanismo essencial para manutenção do desenvolvimento dos últimos (MARINI, 2011).

Então, como mecanismo compensatório da transferência de valor, faz-se necessário lançar mão de alterações que ampliem a extração de mais valia nos países subdesenvolvidos, para que se garanta os lucros dos capitalistas individuais, mesmo com a transferência de valor para outros países (CARCANHOLO; AMARAL, 2008; LUCE, 2012; MARINI, 2011). Destarte, a utilização de mecanismo que aumentem os lucros não é baseada no aumento da produtividade do trabalho, mas em formas que ampliem as jornadas de trabalho, intensifiquem o ritmo de trabalho e remunerem a força de trabalho abaixo de seu valor, ou seja, a compensação é feita por meio da superexploração da força de trabalho (LUCE, 2013, 2018; MARINI, 2011).

Dessa maneira, a superexploração da força de trabalho é oriunda da necessidade que o capitalista tem de aumentar o quantitativo de valor produzido, seja por meio do aumento da intensidade da atividade realizada pelo trabalhador, seja pela extensão da jornada de trabalho, ou mesmo, das duas formas combinadas (MARINI, 2011). Assim a superexploração da força de trabalho ocorre: a) no aumento da intensidade do trabalho<sup>32</sup> por meio de uma maior exploração do trabalhador; b) pelo

---

<sup>32</sup> “En suma, por *intensidad del trabajo* entiendo el incremento de la producción con cargo en el desgaste físico-psíquico del trabajador, dentro de un espacio y tiempo determinados: una hora, una jornada de ocho horas o en el lapso de un año; sin que se acompañe de un desarrollo tecnológico sustancial de los medios de producción, de los instrumentos del trabajo o de la organización sociotécnica del trabajo” (SOTELLO VALENCIA *apud* LUCE, 2012, p. 131). Luce (2012, p. 131-132) advierte que não devem ser

prolongamento da jornada de trabalho com a extração de mais-valia absoluta; c) pela redução do consumo do trabalhador para além do seu limite normal, onde o fundo de consumo do trabalhador converte-se em fundo de acumulação do capital; d) a ampliação do valor da força de trabalho (valor histórico-moral da força de trabalho) sem que seja pago o montante necessário para tal (AMARAL; CARCANHOLO, 2012; MARINI, 2011). O que se observa é que estratégias organizacionais que tem como fundamento o prolongamento das jornadas de trabalho e o aumento da intensidade do trabalho vem se expandindo com a reestruturação produtiva (LUCE, 2012).

A primeira forma explicitada está relacionada ao aumento da intensidade do trabalho, ou seja, em um mesmo intervalo de tempo é exigido um maior desgaste do trabalhador com a finalidade de ampliar a extração de mais-valia. Logo, haverá um maior dispêndio da força de trabalho e um desgaste precoce desta. Principalmente nos países dependentes, isso não é um grande problema, devido a superpopulação relativa disponível (CARCANHOLO; AMARAL, 2008; LUCE, 2012; MARINI, 2011).

Na segunda forma apresentada, a ampliação da jornada de trabalho para além de seu período habitual possibilita a extração de mais-valia absoluta, e se, esta relação ocorre por longos períodos fica evidente, mais uma vez, o desgaste precoce da força de trabalho. Desgaste esse que contribuirá para o adoecimento dos trabalhadores e pode estar associado a um maior número de acidentes de trabalho (LUCE, 2012). A primeira e a segunda forma relacionam-se à violação do fundo de vida dos trabalhadores, pois reduz o tempo de utilização da força de trabalho por meio do seu esgotamento precoce (LUCE, 2018).

A terceira forma apresentada relaciona-se, por exemplo, a uma redução dos salários, motivada pelo aumento da superpopulação relativa (exército industrial de reserva), onde os trabalhadores “aceitam” receber menores salários e assim amplia-se a extração de mais-valia (AMARAL; CARCANHOLO, 2012; KAY, 2016).

Outra análise a ser pontuada, foi o exposto por Mota e Peruzzo (2015) que analisam a transferência do fundo de reprodução do trabalhador para a acumulação capitalista. Esta se daria sob a mediação do Estado, que ao retirar direitos ou sucatear serviços públicos, acaba por mercantilizar benefícios públicos, bens e serviços, como

---

desconsideradas as mudanças em relação a produtividade do trabalho: “a ideia em questão é que existe a tendência de o nível de intensidade se elevar acima do nível de produtividade mesmo quando essa última passa por mudanças significativas aumentando a força produtiva do trabalho [...] Ou seja, sempre que pode, o capital procura aproveitar cada novo avanço nas forças produtivas, cada inovação na organização técnica do trabalho para imprimir um ritmo mais intenso ao trabalho”.

observado com a ascensão dos planos de saúde<sup>33</sup> e favorecem o gasto dos trabalhadores com mercadorias e serviços que antes não eram necessárias. Essa condição leva a expor a última característica: que a ampliação do valor da força de trabalho é histórico-social, logo, com o desenvolvimento das forças produtivas e a complexificação da sociedade existe uma ampliação das necessidades para reproduzir a força de trabalho. A quarta forma exposta está associada ao aumento do valor histórico social da força de trabalho sem que haja o pagamento por isso (AMARAL; CARCANHOLO, 2012). Essas duas últimas formas atentam contra o fundo de consumo do trabalhador (LUCE, 2013).

Carcanholo e Amaral (2008, p. 177-178) analisam a relação entre a ampliação da superpopulação relativa e a utilização de formas combinadas da superexploração da força de trabalho:

Relacionar o Exército Industrial de Reserva com a superexploração significa mostrar sua ação no sentido de exacerbar as formas ou os mecanismos de extração de mais-valia antes apontados. Sua atuação mais geral é a de fortalecer a ocorrência da superexploração do trabalho e, sendo assim, provoca impactos simultâneos sobre os mecanismos de extensão da jornada de trabalho, de intensificação do trabalho e de queda salarial. Logo, implica em elevação da taxa de mais-valia e conseqüente elevação da taxa de lucro.

Por fim, é necessário destacar que essas formas não se dão de maneira isolada, podendo estar inter-relacionadas. Com o avanço da precarização social do trabalho no mundo, não são exclusivas de países localizados na periferia do capitalismo, malgrado, assumirem condição essencial nestes (LUCE, 2012; MOTA; PERUZZO, 2015). Como analisa Luce:

[...] o capitalismo pode assumir formas de superexploração tanto nas economias dependentes quanto nas economias centrais. Mas é somente nestas últimas que a superexploração se apresenta como traço sistemático que acompanha toda sua história e não apenas como formas que se observam em uma época de transição inicial ou em uma época de crise estrutural, como hoje. De maneira que identificar o *momento predominante* nas tendências relacionadas ao valor da força de trabalho requer investigar, à luz da evidência concreta, quais são os elementos de regularidade que assumem

---

<sup>33</sup> Exemplo recente disso é a proposta do Ministério da Saúde da criação de Planos de Saúde Acessíveis ou chamados “Planos Populares”, que avançam em direção do sucateamento do Sistema Único de Saúde e ainda abocanham parcela dos salários dos trabalhadores.

caráter estrutural e sistemático, à base da repetição histórica (LUCE, 2018, p. 173).

Assim, quando presente a superexploração da força de trabalho nega-se ao trabalhador condições que permitam a reposição do desgaste de sua força de trabalho, seja pelo dispêndio excessivo desta, que impeça sua reposição adequada, seja pela condição de retirada do consumo do que é estritamente necessário para a reprodução da força de trabalho, ocorrendo a violação do conjunto das condições necessárias à reprodução da força de trabalho (MARINI, 2011; OSÓRIO, 2009).

Como exposto por Mota (201?), a precarização é uma expressão da superexploração da força de trabalho. A autora analisa que o avanço da precarização pode ser compreendido pelo processo de desvalorização da força de trabalho, que ocorre pela:

[...] violação do valor do trabalho socialmente necessário, através da redução dos salários/remuneração do trabalhador, restringindo sua reprodução e a de sua família aos mínimos de sobrevivência, portanto, abaixo dos “padrões normais” socialmente vigentes em cada sociedade (materiais, culturais e morais); a redução da qualidade e do tempo real de vida do trabalhador pelo desgaste psicofísico do trabalho; sítamento de qualquer projeto de vida do trabalhador e sua família (ético-político, pessoal, social), empobrecendo suas objetivações e ideários, dada a centralidade da luta pela sobrevivência, a insegurança, as incertezas e os riscos do trabalho; a fratura da organização e da solidariedade coletivas das classes trabalhadoras, determinada pelo esgarçamento da vivência coletiva do trabalho, pela concorrência entre os trabalhadores etc (MOTA, 201?, p. 83).

Essa dinâmica se mostra danosa para a saúde dos trabalhadores, e em muitos casos, o aumento da intensidade é tamanho, que não é compensado pelo incremento dos salários, como apontado por Luce (2018) em estudos com trabalhadores da indústria automobilística brasileira. Vale destacar que são necessários indicadores que contribuam na identificação e análise da superexploração da força de trabalho nos diferentes processos de produção. O aumento dos acidentes de trabalho e doenças laborais podem servir como indicadores da superexploração da força de trabalho (LUCE, 2012; MARINI, 2008).

A partir dessa compreensão, é importante também entender como as modificações no mundo do trabalho ampliaram a intensificação do trabalho em

diversos processos produtivos e como esta relaciona-se com a superexploração da força de trabalho.

### **3.4 Intensificação do Trabalho**

Segundo estudo de Dal Rosso (2008) a intensidade do trabalho vem aumentando com o advento da acumulação flexível, sobretudo nas atividades classificadas pelo autor de capitalistas modernas, como setores bancários e da telefonia. Isso evidentemente não exclui os demais processos produtivos/serviços das mudanças na intensidade do trabalho.

A intensidade do trabalhador relaciona-se ao dispêndio de energias do trabalhador, seja esse dispêndio físico, intelectual e/ou emocional. Como elucida Dal Rosso (2008, p. 20-21):

A compreensão da noção de intensidade supõe ainda que a atenção esteja concentrada sobre a pessoa do trabalhador, sobre o coletivo dos trabalhadores, e não sobre outros componentes do processo de trabalho que têm capacidade de alterar os resultados, tais como as condições tecnológicas. Sempre que falamos em intensidade do trabalho, partimos da análise de quem trabalha, isto é, do trabalhador. Dele é exigido algo a mais, um empenho maior, seja física, seja intelectual, seja psiquicamente, ou alguma combinação desses três elementos. Não se trata de examinar o desempenho das máquinas ou outras coisas quaisquer. A atenção está centrada sobre quem trabalha para examinar o dispêndio quantitativo ou qualitativo de energias. Analisa-se o processo de trabalho, considerado em suas dimensões físicas, intelectuais e psíquicas [...] A intensidade é, portanto, mais que esforço físico, pois envolve todas as capacidades do trabalhador, sejam as de seu corpo, a acuidade de sua mente, a afetividade despendida ou os saberes adquiridos através do tempo ou transmitidos pelo processo de socialização.

Ou seja, alterar a intensidade do trabalho influenciará no quantitativo e/ou na qualidade do trabalho que está sendo executado, as custas de um maior/menor dispêndio de energia do trabalhador/a ou de um coletivo de trabalhadores (DAL ROSSO, 2011).

Destarte, há a necessidade de se diferenciar o aumento da produtividade, do aumento da intensidade do trabalho. O aumento da produtividade é caracterizado por mudanças nos sistemas organizacionais, podendo estar associado a inserção de inovações tecnológicas no processo produtivo, sem, no entanto, elevar o grau de

consumo da força de trabalho. Se ao contrário, ocorre uma elevação no dispêndio de energia dos trabalhadores estaremos diante de um processo de intensificação do trabalho (DAL ROSSO, 2017).

Esse processo de intensificação ocorre ao longo do tempo, pois, para caracteriza-lo é necessário a análise da mudança ocorrida, comparando tempos distintos. A intensificação se dá por meio de mecanismo ou formas de intensificar o trabalho, que são caracterizadas pela presença isolada ou articulada de: alongamento das jornadas de trabalho; acúmulo de atividades; polivalência, versatilidade e flexibilidade; ritmo e velocidade; e gestão por resultados (DAL ROSSO, 2008). Esses mecanismos modificam tanto condições objetivas da produção, como as mudanças nas jornadas de trabalho e nos meios de produção, como condições subjetivas que incentivem o trabalhador a intensificar mais seu ritmo de trabalho, por exemplo, as “premiações” de funcionário do mês, motivações no sentido de “vestir a camisa da empresa”, a ideia de colaboradores no lugar de trabalhadores, entre outras (DAL ROSSO, 2011).

Pina e Stotz (2014) apontam para importância do estudo da intensificação do trabalho e sua relação com o campo saúde do trabalhador. Os autores ressaltam como os processos contemporâneos de aumento da intensidade do trabalho se manifestam em desgaste de condições físicas e mentais. Inúmeras vezes o quadro só é classificado como adoecimento quando está muito avançado, o que explicita a necessidade de indicadores que apreendam a relação de intensificação e desgaste, sobretudo quando relacionado a saúde mental dos trabalhadores.

### **3.5 Cargas de Trabalho, Sofrimento Difuso, Desgaste da Força de Trabalho e Adoecimento dos trabalhadores**

O desgaste da força de trabalho é mediado pela presença e inter-relação das cargas de trabalho em qualquer processo produtivo. O processo de intensificação do trabalho tem sentido semelhante às cargas de trabalho. Ou seja, ambos são mediadores do desgaste da força de trabalho (PINA; STOTZ, 2014).

Antes de adentrar no debate do conceito de desgaste, é necessário elucidar o que são cargas de trabalho e qual a relação destas com o desgaste. Laurell e Noriega (1989) ao abordarem o processo de produção no capitalismo, amparam-se na análise

marxiana que o processo de produção de mercadorias é processo de trabalho e processo de valorização do capital, e nesse conflito capital x trabalho, há uma subsunção do trabalho ao capital.

Destarte, a essência é a valorização do valor, ou seja, a ampliação de determinado *quantum* de capital por meio da extração de mais-valia, seja absoluta ou seja relativa, ou formas combinadas (MARX, 2013). A estrutura e dinâmica do modo de produção capitalista favorece a presença de cargas de trabalho, pois em última instância, tem como finalidade a constante necessidade de ampliar a extração de mais-valia, como fica evidenciado nos mais recentes ataques a legislação trabalhista, com a “reforma” trabalhista e lei das terceirizações e a proposta de “reforma” da previdência, na tentativa de diminuir/retirar as barreiras legais que limitam a exploração do trabalho (MENDONÇA, 2017; REFORMA..., 2017).

Como analisado por Laurell e Noriega (1989, p.110) a categoria “cargas de trabalho” pretende:

[...] alcançar uma conceituação mais precisa do que temos consignado até o momento com a pré-noção de “condições ambientais” no que diz respeito ao processo de trabalho. Dessa forma busca-se ressaltar na análise do processo de trabalho, os elementos deste que interatuam dinamicamente entre si e com o corpo do trabalhador, gerando aqueles processos de adaptação que se traduzem em desgaste [...] Vale dizer, o conceito de carga possibilita uma análise do processo de trabalho que extrai e sintetiza os elementos que determinam de modo importante o nexos biopsíquico da coletividade operária [...].

Os autores subdividiram as cargas de trabalho em físicas, químicas, biológicas e mecânicas em um grupo e fisiológicas e psíquicas em outro. O primeiro grupo possui uma objetividade externa ao corpo do trabalhador e quando com ele atuam ocasionam alterações internas. Já as cargas fisiológicas e psíquicas só adquirem materialidade quando são expressas mudanças a partir de processos internos no corpo dos trabalhadores. Porém, a compreensão destas não pode ser vista de maneira simplista monocausal, as cargas só podem ser compreendidas na análise da dinâmica do processo de trabalho global (LAURELL; NORIEGA, 1989).

São exemplos das cargas de trabalho que possuem materialidade externa: 1) físicas: ruído, calor, frio, entre outros; 2) químicas: fumaças, pós, fibras, vapores, poeiras; 3) biológicas: microrganismos no geral; 4) mecânicas: contusões, torsões, luxações, feridas, fraturas (LAURELL; NORIEGA, 1989).

As cargas fisiológicas e psíquicas como tem uma manifestação diferenciada das anteriormente citadas, pois são expressas inicialmente por mudanças internas, são mais complexas de serem observadas por características pré-definidas. Em relação as cargas de trabalho psíquicas, estas podem ser relacionadas a sobrecargas e a subcarga psíquica. No primeiro caso, as funções que demandem atenção constante, com supervisão permanente do trabalho e altos ritmos são expressões da sobrecarga. No segundo caso, a monotonia, repetitividade e o pouco controle exercido pelo trabalhador sobre a execução da ação é um exemplo (LAURELL; NORIEGA, 1989).

A este quadro também pode-se relacionar o que Vala (2001 *apud* FONSECA; GUIMARÃES; VASCONCELOS, 2008) conceitua como sofrimento difuso, quadro que é explicitado pelo trabalhador por queixas inespecíficas e sintomas variados em relação à periodicidade e intensidade. Essas manifestações são sentidas e percebidas pelos trabalhadores, mas dificilmente são caracterizadas como sintomas de adoecimento, podendo ser avaliados como relatam Fonseca, Guimarães e Vasconcelos (2008) como Transtornos Mentais Comuns (TMC).

Esses sintomas, expressos em dores de cabeça, desânimo, sonolência, irritabilidade, insônia, dores gástricas, estariam associados a dimensão psicossocial (FONSECA 2007; FONSECA; GUIMARÃES; VASCONCELOS, 2008). Em revisão bibliográfica sobre a temática a autora relata a existência de estudos que apontam as relações dos transtornos mentais comuns com aspectos demográficos, socioeconômicos e laborais, como renda, trabalho e aspectos do trabalho, grau de escolaridade, sexo e idade. Assim, as pessoas com menores rendas, inseridas em condições de trabalho mais precárias ou desempregadas, com baixa escolaridade apresentam maior ocorrência de TMC (FONSECA; GUIMARÃES; VASCONCELOS, 2008). A reengenharia do trabalho, com a ascensão neoliberal e o reforço ao individualismo, competição entre os trabalhadores e a constante insegurança no trabalho podem relacionar-se as causas de sofrimento (ANTUNES; PRAUN, 2015). Barros (2000, p.11) discorre sobre a situação:

Tolerar as mentiras, o medo, a vergonha, as doenças, os ambientes insalubres, as jornadas extenuantes, as perdas de direitos e o desemprego. O indivíduo vai sendo corrompido, submetido enquanto o individualismo é estimulado, impedindo os laços de solidariedade entre os pares. São situações como estas, vivenciadas pelos trabalhadores e trabalhadoras que geram intenso sofrimento psíquico,



insegurança e instabilidade, onde todos passam a viver e testemunhar de alguma forma indiferentes ao sofrimento coletivo [...] O medo oculto, aumenta a subordinação, gesta em muitos a indiferença ao sofrimento alheio, reforçando o individualismo nas relações, gerando uma angústia solitária.

Destarte, pode-se compreender as cargas de trabalho, considerando a complexidade nelas expressa, de conter por exemplo, aspectos relacionados a intensificação do trabalho e ao sofrimento difuso, como mediadoras do desgaste do trabalhador, conceituado por Laurell e Noriega (1989, p.115-116):

[...] o conceito de “desgaste” permite consignar as transformações negativas, originadas pela interação dinâmica das cargas, nos processos biopsíquicos humanos. O desgaste pode ser definido, então, como a perda da capacidade efetiva e/ou potencial, biológica e psíquica. Ou seja, não se refere a algum processo particular isolado, mas ao conjunto de processos biopsíquicos [...] tanto é desgaste, pois, a destruição abrupta ou lenta de órgãos como a impossibilidade de desenvolver uma potencialidade psíquica ou biológica. Finalmente, haveria que acrescentar que a noção de desgaste não se refere necessariamente a processos irreversíveis, já que frequentemente se pode recuperar as perdas de capacidade efetiva e/ou desenvolver potencialidades antes hipotrofiadas. A medida que o desgaste se define como a perda de capacidade potencial e/ou efetiva biopsíquica, ele pode ou não expressar-se no que a medicina reconhece como patologia.

Uma manifestação possível do desgaste é o adoecimento dos trabalhadores. Barreto (2000) ao analisar o processo de produção na indústria de vestuário indica possíveis causas de adoecimento relacionadas ao trabalho neste ramo, são elas: a) o sofrimento mental oriundo das novas formas de organização do trabalho, com reforço ao individualismo, ritmo intenso, pressão por metas, trabalho repetitivo, entre outras; b) lombalgias, cervicalgias e hérnias de disco. Nas costureiras é mais comum a cervicalgia devido a manutenção prolongada da posição de inclinação do pescoço para execução das atividades; c) LER/DORT, causadas por movimentos repetitivos, posturas inadequadas durante um prolongado período de tempo; ritmo intenso, atividades monótonas, pressão para produzir, entre outras; d) fadiga visual, originada pelo esforço e atenção constantes, sobretudo nos setores de costura e acabamento e; e) riscos de acidentes, especialmente risco de incêndio pelo acúmulo de tecidos no chão e organização imprópria do ambiente de trabalho.

Portanto o sofrimento difuso, bem como a presença das cargas de trabalho e o desgaste e adoecimento dos trabalhadores não se apresentam de maneira isolada e abstrata. Tem, em sua essência, fatores biológicos relacionados a mudanças nas estruturas corporais, mas são socialmente produzidos, ou seja, a estrutura e dinâmica da sociedade serão momento predominante no seu aparecimento. Assim, ao observar suas manifestações singulares é fundamental apreende-las historicamente, nas relações sociais de produção e reprodução que esses sujeitos se encontram (LAURELL; NORIEGA, 1989). Esta compreensão é aspecto chave para entender a determinação da saúde.

### **3.6 Determinação Social da Saúde**

A saúde dos trabalhadores é determinada socialmente, estando diretamente relacionada à dinâmica de produção e reprodução social, neste período histórico, determinada pelo modo de produção capitalista e suas formas de exploração.

O processo saúde doença é determinado sócio historicamente. Isto pode ser observado através da relação entre o desenvolvimento das forças produtivas e a relações de produção estabelecidas em dado período histórico. Se tomamos como exemplo o Brasil, veremos que historicamente os problemas de saúde ocorreram de maneira diferenciada, com distintos perfis epidemiológicos ao longo dos anos. Ou seja, inicialmente as doenças infecciosas tinham grande relevância na morbidade e mortalidade dos trabalhadores brasileiros. Com o avanço tecnológico e a complexificação da sociedade brasileira, além da manutenção de algumas doenças infecciosas, atuam as doenças crônicas e causas externas, como hipertensão, diabetes, diversos tipos de câncer e questões relacionadas a violência e acidentes, caracterizando um perfil de transição epidemiológica incompleto, diferente dos países de capitalismo central que possuem um perfil epidemiológico relacionado a Doenças e Agravos Não Transmissíveis (DANT). Malgrado a transição epidemiológica incompleta, as mudanças ocorridas possibilitaram um considerável aumento na expectativa de vida dos brasileiros (AGUIAR, 2011; ALBUQUERQUE; SILVA, 2014; BATISTELA, 2007).

Logo, é necessário partir das relações concretas estabelecidas na sociedade, onde a lógica de produção e reprodução social “determina” diferentes aspectos da vida dos sujeitos, dentre eles, a saúde. Esta perspectiva não anula a individualidade

dos sujeitos, mas, considera sua relação dialética com a totalidade social, sendo esta última, momento predominante para o estabelecimento das relações concretas, e logicamente, para sua investigação e exposição (ALBUQUERQUE; SILVA, 2014; KOSIK, 1976; LESSA, 2012; SOUZA, 2016). Como analisou Marx (2011a, p. 25)

Os homens fazem sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhe foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime os cérebros vivos.

A concepção de Determinação Social da Saúde não é sinônimo de Determinantes Sociais em Saúde. A primeira tem origem na medicina social latino-americana a partir da década de 1970, influenciada pelo marxismo (BREILH, 2013). A segunda tem origem mais recente, a partir da década de 1990, e como analisa Souza, Silva e Silva (2013) apesar de criticar as consequências, como por exemplo, desigualdades geradas pela distribuição de renda, não realiza uma apreensão radical que leve em conta a ordem societária vigente, permanecendo no campo das aparências, sem revelar seu caráter essencial de classes e conseqüentemente não aponta para a necessidade de superação dessa ordem. As “soluções” ficam no campo das reformas, governança e governabilidade, como se fosse possível “dominar” o ímpeto voraz da acumulação capitalista. Como argumenta Albuquerque e Silva (2014, p. 959):

Afirmações eivadas de boa intenção, apelando à colaboração dos diversos setores da sociedade, como as que propõem intervenções através de políticas macroeconômicas e de mercado de trabalho, de proteção ambiental e de promoção de uma cultura de paz e solidariedade no sentido de promover um desenvolvimento sustentável, reduzindo as desigualdades sociais e econômicas, a violência, a degradação ambiental, que atuam sobre os mecanismos de estratificação social e sobre os diferenciais de exposição, de vulnerabilidade e de suas consequências (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007), desconsideram que, para a sociedade capitalista, é vital promover a exploração de imensas parcelas da população, gerando a desigualdade. Ou seja, o que o capitalismo precisa para sobreviver e progredir é exatamente o oposto do que é preconizado, reduzindo o discurso da saúde a uma pregação de responsabilização das vítimas que deverão encontrar meios de melhor viver, nas condições dadas pela sociedade do capital, com uma (improvável) colaboração das classes sociais a cujos interesses se opõem.

A determinação social da saúde relaciona a saúde dos seres humanos a sua aptidão de realizar plenamente suas capacidades, como sujeitos de práxis, sem desconsiderar a relação concreta com desenvolvimento das forças produtivas e com as relações de produção estabelecidas, levando em conta a constituição da sociedade em classes, de interesses distintos (ALBUQUERQUE; SILVA, 2014). Como afirma Facchini (1993, p.179):

[...] a população não é formada pelo somatório de indivíduos que se diferenciam em função de quanto ganham mensalmente, dos anos de escola que completaram, do número de peças de suas casas, etc. Sua heterogeneidade é definida essencialmente pela posição que cada grupo ocupa frente aos meios de produção, ou seja, pela classe social a que pertencem e pela forma como cada classe participa da apropriação e transformação da natureza, por meio de determinada forma de organização social.

Ao compreender a saúde sob este olhar, afasta-se de um paradigma biomédico, fragmentador, focado apenas na aparência dos processos sociais, pois é necessário para se estar saudável desenvolver-se plenamente, capacidade que estará diretamente associada à forma de organização da sociedade, a possibilidade de apropriação do que foi produzido pelo gênero humano (riquezas sociais: alimentos, moradias, tecnologias, educação, transporte, serviços de saúde, entre outros) (ALBUQUERQUE; SILVA, 2014). Breilh (2013), reforça que a determinação social é umas das categorias centrais para a construção de uma epidemiologia crítica, pois parte de uma concepção de saúde fundada na práxis humana, ou seja, que compreende a lógica destrutiva da acumulação capitalista, mas que não desconsidera a dinâmica de lutas e a necessidade de transformação revolucionária. Nas palavras do autor:

O caráter crítico da proposta se vincula com as lutas dos povos para superar um regime social centrado na acumulação da riqueza e no reconhecimento da incompatibilidade do sistema social imperante e o modo de civilização que ele reproduz, frente a construção de modos de viver saudáveis. Não é seu objetivo decifrar conexões empíricas para promover medidas de simples reformas [...] A epidemiologia crítica não pode ser outra coisa que radicalmente emancipadora (BREILH, 2013, p.14, tradução nossa).

Na sociedade capitalista a relação de apropriação das riquezas produzidas se ergue através do antagonismo de classes: a classe trabalhadora, onde se inclui o

proletariado, produtora de toda riqueza material existente e a burguesia, que se afirma enquanto classe pela exploração da classe trabalhadora através da apropriação privada dos meios de produção (LESSA; TONET, 2011).

Contemporaneamente as mudanças oriundas do processo de reestruturação produtiva modificaram as condições de vida e trabalho das populações. As modificações realizadas pela expansão do capital fictício e flexibilização das relações e condições de trabalho, não só alteram a dinâmica da acumulação capitalista e a organização dos processos de trabalho, mas se relacionam diretamente as mudanças no processo saúde-doença dos trabalhadores (LARA, 2011).

Em nosso país, isso se deu de maneira mais pronunciada a partir da década de 1990. Dessa forma, torna-se essencial compreender o avanço da precarização do trabalho e da precarização da vida dos trabalhadores e sua relação com o processo saúde doença (ALBUQUERQUE; SILVA, 2014; SOUZA; SILVA; SILVA, 2013). Antunes e Praun (2015, p. 423-424) evidenciam essa lógica degradante:

Em sua lógica destrutiva, o capital não reconhece nenhuma barreira para a precarização do trabalho. A exploração sem limites da força de trabalho é em si expressão das contradições estruturais de dada forma de sociabilidade que, ao mesmo tempo em que não pode prescindir do trabalho vivo para sua reprodução, necessita explorá-lo ao extremo, impondo-lhe o sentido mais profundo de sua mercantilização: a abreviação de seu tempo de uso como resultado do aprofundamento, pelo adoecimento, de sua característica de mercadoria de alta descartabilidade [...]. As mudanças ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas resultaram na constituição de um exército de trabalhadores mutilados, lesionados, adoecidos física e mentalmente, muitos deles incapacitados de forma definitiva para o trabalho [...] Não se trata, portanto, de mero acaso que a maior incidência de casos de lesões por esforços repetitivos/distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (LER/ Dort) e de transtornos mentais ocorra simultaneamente à disseminação em escala global dos processos de reorganização do trabalho e da produção e, de maneira articulada, à expansão das diferentes formas de precarização do trabalho, entre elas a expansão da terceirização.

O campo Saúde do Trabalhador compreende essa dinâmica, amparado em uma perspectiva crítica, erguendo-se sob influência da concepção da determinação social da saúde (LACAZ, 2007). Mesmo sendo formalmente organizado a partir da década de 1970, pode-se dizer que estudos realizados no século XIX já tinha em seu conteúdo a concepção de um dos campos da saúde coletiva que viria a ser chamado de “saúde do trabalhador”. Como exemplos, os estudos desenvolvidos por Engels, na

obra a “A situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra” e pelo próprio Marx com aplicação da enquete operária para o operariado francês em 1880. Esses estudos demonstraram a necessidade de articulação entre as condições de trabalho, a organização da classe trabalhadora, a saúde destes trabalhadores e a necessidade de superação do modo de produção capitalista (ALVES; JACKSON FILHO, 2017).

Realizar uma abordagem que transcenda a aparência da sociedade capitalista e revele seu caráter de divisão em classes é fundamental para compreender a forma como o trabalho é organizado, desvendando aspectos expressos na “questão social”<sup>34</sup> como as riquezas são distribuídas e como se desenvolve o processo saúde doença de forma diferenciada em cada classe, de características antagônicas e inconciliáveis, sendo a detentora dos meios de produção evidentemente privilegiada em relação aos que tem que vender sua força de trabalho. Assim, ao tempo que é riqueza de uns é miséria de outros, saúde para alguns, doença para outros (LÊNIN, 2010; SOUZA; SILVA; SILVA, 2013).

Desta forma, para compreender como ocorre a determinação social da saúde dos trabalhadores e trabalhadoras faz-se necessário a compreensão que essas relações ocorrem em uma totalidade concreta, onde aparência e essência estão articuladas e a realidade não se apresenta de maneira caótica, amorfa e imutável (KOSIK, 1976; TONET, 2013). Assim é possível investigar as tendências contemporâneas do processo de acumulação do capital e suas repercussões para a saúde dos trabalhadores, sem ao mesmo tempo, deixar de considerar as especificidades políticas, geográficas e dos processos produtivos.

---

<sup>34</sup> Para uma abordagem mais completa sobre a questão social procurar “Determinantes Sociais da Saúde”: reflexos a partir das raízes da questão social. Souza; Silva; Silva, 2013.

## 4 MÉTODO

### 4.1 Desenho do estudo

A pesquisa foi orientada por uma perspectiva que considera a totalidade e historicidade das relações sociais e sua articulação com os processos sociais particulares, compreendendo a realidade concreta como síntese de múltiplas determinações. Desta forma, fundamenta-se o estudo a partir da realidade, compreendendo esta como composta por aparência e essência, sendo sócio e historicamente determinada, constituinte de uma totalidade. Em outras palavras, compreende-se a dinâmica do objeto a ser estudado, através das relações que estão objetivamente postas, articulando a relação entre aparência e essência, relação que se dá de maneira mediata, sem desconsiderar a atividade da consciência humana ou apenas considerá-la como epifenômeno (KOSIK, 1976; TONET, 2013).

Assim, o pensamento científico é o mediador na apreensão do caminho entre aparência e a compreensão da essência (coisa em si). Ressalta-se que a totalidade concreta<sup>35</sup> não é considerada como um todo definido imutável, tampouco que a realidade é caótica e, portanto, sua apreensão é impossível. A totalidade concreta relaciona-se com a práxis humana, e portanto é passível de transformações, mas é possível compreender o movimento do real para além dos fenômenos, realizando a apreensão a nível de consciência das relações materiais, ou seja, o concreto pensado, que é síntese de múltiplas determinações. Logo afasta-se da pseudoconcreticidade e busca-se a compreensão da realidade concreta (KOSIK, 1976; ZAGO, 2013). Como expressado por Marx (2011, p.54)

Parece ser real começarmos pelo real e pelo concreto, pelo pressuposto efetivo e portanto, no caso da economia, por exemplo,

---

<sup>35</sup> Kosik (1976, p. 44) argumenta: Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fator qualquer (classes de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido [...] A dialética da totalidade concreta não é um método que pretenda ingenuamente conhecer todos os aspectos da realidade, sem exceções, e oferecer um quadro “total” da realidade, na infinidade de seus aspectos e propriedades; é uma teoria da realidade e do conhecimento que dela se tem como realidade. A totalidade concreta não é um método para captar e exaurir todos os aspectos, caracteres, propriedades, relações e processos da realidade; é a teoria da realidade como totalidade concreta. Se a realidade é entendida como concreticidade, como um todo que possui sua própria estrutura (e que, portanto, não é caótico), que se desenvolve (e, portanto, não é imutável nem dado uma vez por todas), que se vai criando (e que, portanto, não é um todo perfeito e acabado no seu conjunto e não é mutável apenas em suas partes isoladas, na maneira de ordená-las).

começarmos pela população, que é o fundamento e o sujeito do ato social de produção como um todo. Considerando de maneira mais rigorosa, entretanto, isso se mostra falso. A população é uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais ela é constituída. Essas classes, por sua vez, são uma palavra vazia se desconheço os elementos nos quais se baseiam. Por ex., trabalho assalariado, capital, etc. Estes supõem troca, divisão do trabalho, preço, etc. O capital, p ex., não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc. Por isso, se eu começasse pela população, esta seria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, [chegaria] analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado chegaria a conceitos abstratos cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples. Daí teria de dar início à viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo à população, mas dessa vez não como representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações [...] o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não do ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência também o ponto de partida da intuição e da representação.

É por meio deste *detour* que compreende-se o movimento do real, ou seja que o concreto é reproduzido no pensamento (KOSIK, 1976). Assim, acredita-se que o objeto de pesquisa é parte constituinte de uma totalidade, e a apreensão da relação dialética entre singular-particular-universal deste é fundamental para compreendê-lo (PASQUALINI; MARTINS 2015).

O estudo realizado foi de natureza descritiva e exploratória, baseado em abordagem quantitativa e qualitativa.

## **4.2 Período e Área do estudo**

O estudo desenvolveu-se nos anos de 2017 e 2018 nos municípios de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe localizados na região Agreste do estado de Pernambuco.

## **4.3 População de referência**

Os municípios possuem grande contingente de trabalhadores no setor produtivo da confecção. A população de referência do estudo foi composta por



trabalhadores de facções, estando ou não instaladas no domicílio. A estimativa do número de facções nos municípios foi: 1.447 em Santa Cruz do Capibaribe e 1.856 em Toritama, em sua maioria, com pequeno número de trabalhadores empregados, mais de 80% das facções tem até 4 trabalhadores envolvidos no processo produtivo (SEBRAE/PE, 2013). A escolha das facções foi baseada na maior “informalidade”, 93,2% das facções observadas em relatório do Sebrae eram informais e conseqüentemente as implicações dessa informalidade na flexibilização e precarização das condições e relações de trabalho. A definição da amostra de trabalhadores entrevistados foi baseada na conceituação de sítio/população sentinela de Samaja (1996, p. 318):

Una Población Centinela es una unidad poblacional mínima construida mediante la agregación de segmentos poblacionales que comparten: a) identidad tipológica (en cuanto a las variables estructurales); b) comunidad de territorios o que están en territorios diferentes pero unidos por su dinámica locacional; c) que presentan una dinámica comunicacional (=cultural) significativa, y d) finalmente, que interactúan en procesos decisórios [...] el universo de unidades de análisis (en el sentido de la definición) no tiene que estar establecido completamente desde el comienzo. Más aún, debe ser concebida como una tarea que se prolonga en el tiempo y que va logrando su contenido y forma mediante aproximaciones sucesivas, en las cuales, las experiencias que se obtengan con las primeras poblaciones centinelas (que serán las primeras unidades de análisis en el sentido estricto, con las cuales se “experimente”) serán decisivas para proseguir estas elaboraciones teóricas, sin incurrir en vicios especulativos (SAMAJA, 1996, p.318).

O conceito de sítio sentinela elaborado por Samaja (1996) aborda criticamente os aspectos relacionados a definição da amostra. O autor critica a lógica clássica “conjuntista” que acaba por abstrair as relações entre a “parte” e o “todo”, inferindo analogias entre causa e efeito, excluindo-se as relações recíprocas e as próprias relações sociais que as determinam. Esta concepção deriva propriamente da organização do modo de produção capitalista, ou nas palavras do autor, no modelo prático mercantilista, que tende a individualizar os sujeitos. Por isso, o autor propõe o estudo da morfologia das populações, compreendendo-se suas unidades espaço-populacionais. Logo, quando foi feita a aplicação dos questionários para os trabalhadores de facções buscou-se identificar os resultados obtidos neles como uma informação sentinela para os demais trabalhadores do processo produtivo, com ênfase no trabalho desenvolvido nas facções.

#### 4.4 Fontes e instrumentos de coleta de dados

Foram aplicadas técnicas de entrevista totalmente estruturada (questionário) entrevistas semiestruturadas e observação de campo para alcançar os objetivos propostos. Durante a pesquisa sentiu-se a necessidade de incorporação de instrumento para caracterização das unidades produtivas. Houve registro fotográfico e escrito (diário) do trabalho de campo.

##### 4.4.1 Questionário

É a técnica em que o pesquisador apresenta um questionário para ser preenchido de forma objetiva. A aplicação do questionário deverá ser seguida de maneira rígida, seguindo a ordem das questões. O questionário pode ser composto totalmente por questões fechadas, oferecendo opções para respostas ou com respostas “abertas” mas que na tabulação dos dados se tornarão fechadas. Para aplicação do questionário, foi realizado anteriormente a aplicação de um “piloto” com um número pequeno de trabalhadores para identificar possíveis problemas (SANTOS; OSTERNE; ALMEIDA, 2014). O questionário aplicado continha 61 questões e estava organizado em três eixos prioritários: 1) perfil do trabalhador; 2) aspectos sociais e de trabalho; e, por último 3) aspectos relacionados à saúde (Apêndice A).

Foram aplicados 37 questionários no total, sendo 23 em Toritama e 14 em Santa Cruz do Capibaribe. Antes da realização das entrevistas, foram feitas visitas prévias nas Secretarias da Mulher de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe para coleta de informações a respeito dos bairros onde estavam localizadas as facções e sugestões para acessar os locais de trabalho.

A aplicação dos questionários foi feita em diversos bairros das cidades, conforme o quadro 1. Os questionários foram aplicados pela equipe da pesquisa<sup>36</sup>, no ano de 2017. A aplicação foi realizada no local de trabalho, em sua maioria facções, mediante o consentimento do trabalhador(a) em responder a pesquisa.

---

<sup>36</sup> Como o projeto é parte de um projeto universal intitulado “Precarização, condições de trabalho, saúde e reprodução social dos trabalhadores do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano” o autor da dissertação e uma mestranda do programa de pós graduação em Serviço Social da UFPE que teve seu projeto ligado ao projeto universal realizaram a pesquisa de campo.

**Quadro - 1** Bairros onde foram aplicados os questionários

<b>Município</b>	<b>Bairros</b>
Toritama	Canaã <sup>37</sup>
	Centro
	Cohab
	Coqueiral
	Independente
	Novo Coqueiral
	Planalto
Santa Cruz do Capibaribe	Acauã <sup>38</sup>
	Centro
	Dona Dom
	Nova Santa Cruz
	Santa Tereza
	Santo Agostinho

Fonte: O autor

#### 4.4.2 Entrevista Semiestruturada

Foram realizadas 14 entrevistas do tipo semiestruturadas, 9 no município de Toritama e 5 no município de Santa Cruz do Capibaribe. A entrevistas foram realizadas com trabalhadores(as) diferentes dos que haviam respondido os questionários. Este tipo de entrevista estimula os sujeitos a falarem mais sobre o tema, possibilitando obter um maior número de informações dos entrevistados. Em relação aos questionários, a entrevista semiestruturada permite uma maior flexibilidade na aplicação das perguntas (SANTOS; OSTERNE; ALMEIDA, 2014).

As entrevistas seguiram um roteiro pré-estabelecido (Apêndice B). O roteiro elaborado foi baseado nos mesmos aspectos observados para construção do questionário e na enquete operária aplicada por Marx em 1880 que leva em consideração aspectos relativos a jornada e intensidade do trabalho, acidentes de trabalho e condições de vida dos trabalhadores (ALVES; JACKSON FILHO, 2017).

A definição do número de entrevistados levou em consideração o critério de inclusão progressiva, não sendo demarcado de início quantas entrevistas seriam realizadas, sendo estas cessadas pela saturação das respostas (MINAYO, 2013).

<sup>37</sup> Canaã é considerado distrito do município de Caruaru, porém está territorialmente ligado ao município de Toritama, chegando a se confundir com a área do próprio município.

<sup>38</sup> O loteamento Acauã faz parte do bairro de Santo Agostinho.

Para preservação da identidade os relatos foram identificados pela letra “S” (sujeito), o número da entrevista correspondente e o nome do município do entrevistado.

#### 4.4.3 Instrumento de caracterização das unidades produtivas

No decorrer da pesquisa foi inserido um instrumento, tipo “questionário” com questões acerca da caracterização das unidades produtivas (Apêndice C). O mesmo continha 9 questões que tratavam de dados relacionados as facções, como: localização, número de trabalhadores empregados, quantidade de peças produzidas, atividade desenvolvida, tempo de existência do empreendimento e os riscos identificados no ambiente. O instrumento era preenchido por um dos pesquisadores simultaneamente a aplicação do questionário geral da pesquisa pelo outro pesquisador. Foram respondidos 27 questionários, sendo 17 no município de Toritama e 10 no município de Santa Cruz do Capibaribe.

#### 4.4.4 Observação de campo

Os dados oriundos da observação foram registrados em diário de campo. A conduta assumida foi a de observador-total, onde, conforme Gold (1958 apud MINAYO, 2013) não há envolvimento do pesquisador nas atividades rotineiras que estão sendo estudadas. Como analisa Minayo (2013) o processo de observação do campo é essencial para a realização de uma pesquisa qualitativa. Ainda para a autora, as observações são caracterizadas pelas conversas informais, comportamentos, cerimoniais, gestos, expressões que digam respeito ao tema da pesquisa.

### 4.5 Processamento e Análise dos dados

Os dados dos questionários foram digitados e tabulados utilizando o programa Excel® 2013. Os dados extraídos durante a pesquisa foram expostos em forma de tabelas e gráficos construídos com o auxílio do mesmo programa. Os dados dos

roteiros de entrevistas semiestruturadas foram gravados e transcritos na íntegra e armazenados em banco com o pesquisador.

Como já tratamos no início do tópico, a análise dos dados, tanto relacionados aos dados quantitativos, quanto aos qualitativos, foi orientada por uma perspectiva que considera a totalidade e historicidade das relações sociais, bem como, suas relações com os processos sociais particulares. Portanto, os dados coletados não são a finalidade do estudo, mas as informações empíricas que contribuiriam na mediação da dialética singular-particular-universal.

As categorias analisadas não partem de uma perspectiva idealista, ou criadas pelo pesquisador, são na verdade, expressões do modo de ser, determinações existenciais, de caráter histórico transitório, ou seja, são categorias oriundas da realidade concreta, que também se organizam teoricamente pela mediação intelectual. Ou seja, não existe um “receituário” metodológico de aplicação do método dialético, cabe ao pesquisador extrair do objeto estudado suas múltiplas determinações, sempre considerando a relação com a totalidade concreta como momento predominante. Netto (2017, p. 18) expressa esta necessidade:

Enfim, uma questão crucial reside em descobrir as relações entre os processos ocorrentes nas totalidades constitutivas tomadas na sua diversidade e entre elas e a totalidade inclusiva que é a sociedade burguesa. Tais relações nunca são diretas; elas são mediadas não apenas pelos distintos níveis de complexidade, mas, sobretudo, pela estrutura peculiar de cada totalidade. Sem os sistemas de mediações (internas e externas) que articulam tais totalidades, a totalidade concreta que é a sociedade burguesa seria uma totalidade indiferenciada – e a indiferenciação cancelaria o caráter do concreto, já determinado como “unidade do diverso”.

Para isso, o autor aborda como nuclear na análise e exposição feita por Marx, a articulação das categorias totalidade – contradição – mediação. Estas foram fundamentais para nossa análise. Foram consideradas as categorias superexploração da força de trabalho, determinação social da saúde, reprodução social, processo de trabalho e jornada de trabalho como categorias essenciais para compreender a estrutura e a dinâmica do processo saúde doença dos trabalhadores das facções. Os conceitos de precarização, intensificação, cargas de trabalho, desgaste do trabalhador também foram importantes mediadores teóricos da análise.

## 5 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Em relação aos aspectos éticos da pesquisa, foi considerada a Resolução do Conselho Nacional de Saúde CNS nº 466, de 12 de outubro de 2012, que trata da regulamentação para pesquisa envolvendo seres humanos. Deste modo, o projeto de pesquisa foi submetido à apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto Aggeu Magalhães – IAM e aprovado com Certificado de Aprovação para Apreciação Ética (CAAE) número 73417817.5.0000.5190.

A pesquisa apresentou como riscos relacionados a possibilidade de algum tipo de advertência posterior, por parte do empregador, nos casos em que esse exista, pela participação do trabalhador(a) na pesquisa. Esses riscos foram minimizados pela garantia do anonimato do entrevistado, e na abordagem do entrevistado, explicando os objetivos da pesquisa. Também existiu a possibilidade de algum tipo de constrangimento no momento de aplicação do questionário ou na realização da entrevista, sendo minimizado também pela explicação sobre os objetivos da pesquisa.

Os benefícios da pesquisa (diretos e indiretos) para os voluntários: consistem na possibilidade de, a partir do diálogo no momento da entrevista, contribuir para que os entrevistados reflitam sobre as suas condições de vida, saúde e trabalho, analisando a relação entre o trabalho exercido por ele e o desgaste ocasionado à sua saúde em decorrência da sua atividade, além de subsidiarem informações que podem ser utilizadas para a construção de políticas públicas ou adoção de ações para este público específico. Também foi pactuado com o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador Caruaru (Cerest-Caruaru), que tem os municípios de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe em sua área de abrangência, o encaminhamento e apoio matricial dos casos suspeitos de doenças e agravos relacionados a saúde dos trabalhadores do estudo.

Foi garantido aos/as participantes o sigilo, a confidencialidade dos dados coletados e o anonimato, bem como a liberdade de recusar em participar da pesquisa ou desistir da participação durante andamento da pesquisa sem prejuízo para o/a participante. Foi lido, explicado e entregue uma via do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) (Apêndice C). A outra via do TCLE foi recolhida assinada pelo entrevistado, informando seu consentimento e participar da pesquisa.

O presente projeto está vinculado ao projeto universal “Precarização, condições de trabalho, saúde e reprodução social dos trabalhadores do Polo de Confeções do

Agreste Pernambucano” aprovado na chamada pública MCTI/CNPq (Ministério da Ciência e Tecnologia/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), processo N° 407918/2016-7. Os custos da pesquisa foram arcados pelos pesquisadores e pela verba disponível no projeto supracitado.

## 6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 6.1 O perfil dos trabalhadores entrevistados

Iniciaremos a exposição dos resultados com apresentação do perfil dos trabalhadores entrevistados, um dos elementos que mediará a discussão ao longo dos outros tópicos. Apresentaremos os dados por município estudado, e em alguns aspectos também o consolidado dos dois municípios. As informações foram organizadas da seguinte forma: a caracterização sociodemográfica com as variáveis sexo, faixa etária, escolaridade, naturalidade e bairro onde está localizada a facção e a caracterização socioeconômica onde foram organizadas informações sobre moradia, acesso ao abastecimento de água, meio de transporte, inserção em programa social e renda.

#### 6.1.1 Caracterização sociodemográfica dos trabalhadores

Do total de entrevistados no município de Toritama, 70% (16) foram do sexo feminino e 30% (7) do sexo masculino. Em Santa Cruz do Capibaribe 85% (12) dos entrevistados eram do sexo feminino e 15% (2) do sexo masculino. No consolidado dos dois municípios 75% dos trabalhadores são do sexo feminino e 25% do sexo masculino. Os dados são condizentes aos de outras pesquisas com trabalhadores da confecção, incluindo municípios do APL de confecções do Agreste, que apontam para uma composição da força de trabalho majoritariamente feminina (BARRETO, 2000; CABREIRA; WOLFF, 2013; CARVALHO; LIMA, 2002; LINDOSO; AMARAL, 2009; RODRIGUES, 2010; SILVA, 2015). Já nos empregos formalizados o relatório do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (2010) revela a predominância do sexo masculino na indústria têxtil de Toritama e de Santa Cruz do Capibaribe com 56,5% e 55,3% respectivamente.

A contratação informal da força de trabalho feminina está condicionada por inúmeras determinações, dentre as quais, podemos elencar: a constituição histórica do trabalho na costura ser relacionado ao trabalho feminino; o pagamento de salários



mais baixos; e a necessidade de realizar as atividades domésticas e cuidados dos filhos, como indicam os trabalhos de Barreto (2000) e Tavares (2004).

No município de Toritama a maior quantidade de trabalhadores entrevistados estava agrupada na faixa etária de 18 a 24 anos, com 34,78% (8) das respostas, seguida pela faixa etária 32 a 40 anos com 30,43% (7), 25 a 31 anos com 21,74% (5) e 41 a 50 anos com 13,04% (3) das respostas. Nenhum trabalhador entrevistado no município tinha mais de 51 anos.

Em Santa Cruz do Capibaribe os resultados apontaram a maior frequência da faixa etária 32 a 40 anos com 42,86% (6) das respostas, seguida pela faixa etária 18 a 24 anos com 21,3% (3), 41 a 50 anos com 14,29% (2), 51 a 60 com 7,14% (1), mais de 60 com 7,14% e um questionário “sem resposta” equivalendo ao percentual de 7,14%.

Ao agrupar os dados dos dois municípios, o perfil dos entrevistados em relação a faixa etária está apresentado na tabela 1.

**Tabela 1** - Faixa etária dos entrevistados nos municípios de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe – valores agregados, Pernambuco, 2017.

Faixa Etária	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
18-24	11	29,73%
25-31	5	13,51%
32-40	13	35,14%
41-50	5	13,51%
51-60	1	2,70%
Mais de 60 anos	1	2,70%
Sem informação	1	2,70%
Total	37	100,00%

Fonte: O autor

A prevalência de trabalhadores jovens, na faixa etária de 18 a 24 anos, no município de Toritama é um indicativo do precoce ingresso da juventude nas ocupações informais das facções. É importante considerar também que ambos municípios têm altas taxas de informalidade e boa parte da população, de quase todas as idades, está envolvida no processo de produção.

O que é necessário enfatizar é o ingresso dos jovens trabalhadores neste ramo. Ressaltamos que é frequente o trabalho de pessoas menores de 18 anos nas facções (adolescentes e/ou crianças), sejam instaladas no domicílio ou não, essa população

não está registrada nas respostas dos questionários por termos entrevistado somente maiores de 18 anos. O ingresso precoce na produção, acaba por influenciar outras questões na vida desses jovens, como por exemplo, a evasão escolar. Este aspecto foi evidenciado por Lira (2006) em estudo realizado nos principais municípios que compõe o APL do Agreste. A autora identificou a existência da evasão escolar de adolescentes que trabalhavam na confecção, afim de garantir renda imediata, mesmo que esta esteja associada a alta intensidade do trabalho, a extensão das jornadas, a ausência de proteção social e a variações consideráveis durante o ano.

Outro aspecto relevante a ser mencionado e que pode ter influenciado na diferença entre a faixa etária nos dois municípios foi o local onde as facções estavam instaladas. Em Toritama 47,06% (8) das facções visitadas<sup>39</sup> eram também o domicílio do entrevistado. Já em Santa Cruz do Capibaribe esse percentual foi de 90% (9). Os trabalhadores contratados nas facções tendem a ser mais novos que os que trabalham em domicílio, que em geral são mulheres acima dos 25 anos. O perfil encontrado assemelha-se ao apresentado em cartilha publicada por Carvalho e Silva (2015), porém em pesquisa realizada exclusivamente com mulheres.

Afora esta particularidade, ressaltamos a tendência com a reestruturação produtiva do capital de exclusão dos trabalhadores mais jovens e os considerados “velhos” do mercado formal de emprego (ANTUNES, 2009; DRUCK; 2007, 2012; THOMAZ JÚNIOR, 2004). As taxas de informalidade são mais altas para trabalhadores jovens<sup>40</sup> com proporção de 22,1%, em 2016, proporção mais elevada do que a de qualquer outra faixa etária (IBGE, 2017).

Esta tendência também pode ser observada, nacionalmente, no período de 2012 a 2016, no acompanhamento da taxa de desocupação, que foi mais elevada para a faixa etária jovem em relação as outras faixas etárias em todos os ramos da economia. No ano de 2016, o estado de Pernambuco teve a segunda maior taxa de desocupação do país (IBGE, 2017). Como estratégia de sobrevivência para grande parte destes trabalhadores jovens, resta recorrer ao trabalho informal.

---

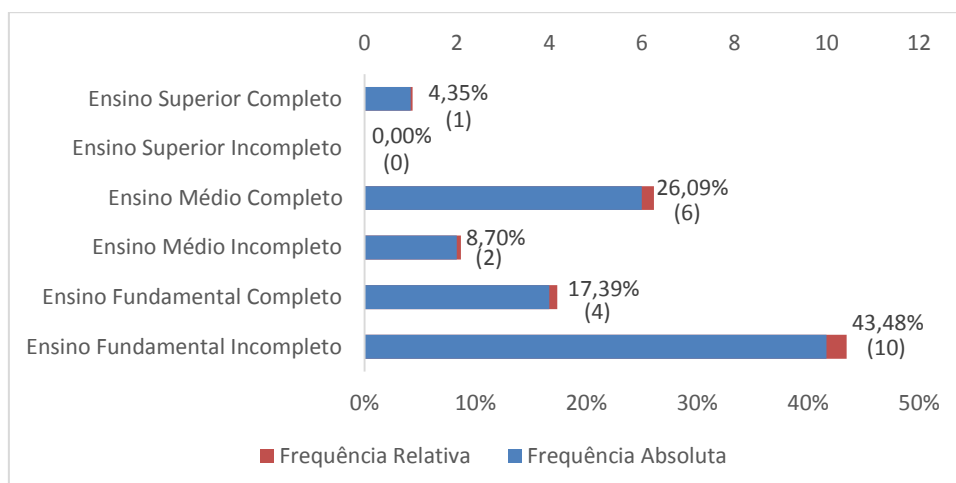
<sup>39</sup> Os dados aqui apresentados são oriundos do formulário de caracterização das unidades produtivas. O número total de formulários preenchidos foi de 27. Estes eram preenchidos pelos pesquisadores em conjunto com a realização dos questionários. O número total da amostra difere, pois o formulário de caracterização das unidades produtivas foi inserido após o início da pesquisa.

<sup>40</sup> No relatório do IBGE são considerados trabalhadores jovens os que estão na faixa etária de 16 a 29 anos de idade (IBGE, 2017).

As diferenças, levando em consideração a população jovem, se apresentam em relação a aspectos geográficos, onde os piores resultados concentram-se nas regiões Norte e Nordeste e a distinções entre gênero e escolaridade (IBGE, 2017).

A escolaridade dos entrevistados no município de Toritama é apresentada na figura 1.

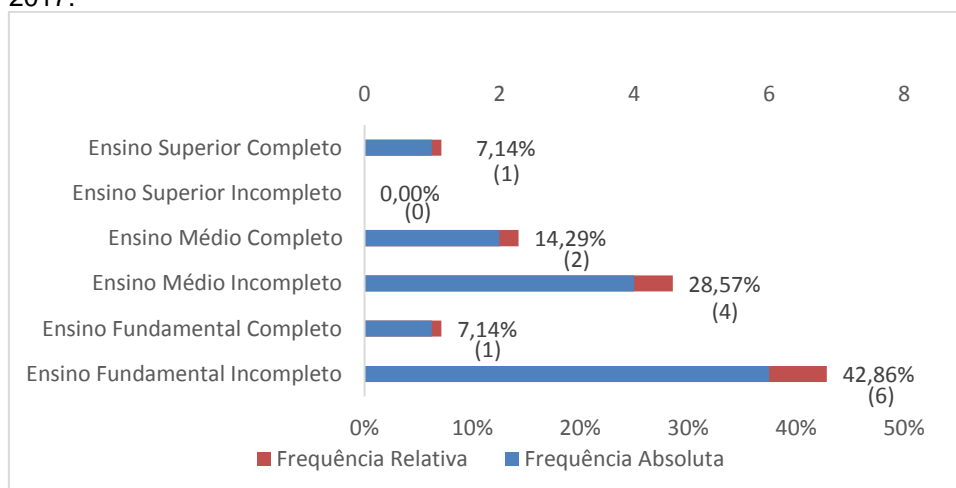
**Figura 1** - Escolaridade dos entrevistados no município de Toritama, Pernambuco, 2017.



Fonte: O autor

Em relação a Santa Cruz do Capibaribe, os dados são os seguintes (figura 2):

**Figura 2** - Escolaridade dos entrevistados no município de Santa Cruz do Capibaribe, Pernambuco, 2017.



Fonte: O autor

Ao agrupar os dados dos dois municípios o perfil não destoa muito dos resultados agrupados por município. As respostas foram organizadas em ordem

decrecente: ensino fundamental incompleto 43,24% (16); ensino médio completo 21,62% (6); ensino médio incompleto 16,22% (6); ensino fundamental completo 13,51% (5) e ensino superior completo 5,41% (2). Nenhum trabalhador entrevistado possuía o ensino superior incompleto.

Os dados encontrados na pesquisa de campo se aproximam de outras pesquisas realizadas na região como as de Rodrigues (2010) e Carvalho e Silva (2015) ou corroboram com registros de baixa escolarização dos trabalhadores de facções como pontuam Lira (2006), Alves e Souza (2010) e Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (2014). Rodrigues (2010), em estudo realizado em facções em Toritama registrou que 40% dos entrevistados tinham cursado o ensino fundamental incompleto, 38% havia concluído o ensino fundamental, 10% havia chegado ao ensino médio e 4% nunca havia estudado. Um achado que se diferencia do apresentado pela autora, apesar do pequeno quantitativo, são trabalhadores que declararam ter o ensino superior completo, mais um indício da crescente dificuldade em acessar o mercado formal, mesmo que para os trabalhadores mais qualificados. Essa característica também esteve presente nas informações de Carvalho e Silva (2015), onde em Santa Cruz do Capibaribe foram registrados trabalhadores com o ensino superior completo.

Rodrigues (2010) e Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (2014) ainda ressaltam a baixa qualificação da força de trabalho, sem utilização de espaços formais de qualificação, como cursos técnicos, capacitações, entre outros. O aprendizado da profissão dá-se na experiência passada por familiares, vizinhos ou amigos e na prática estabelecida no dia a dia do trabalho nas facções.

A própria dinâmica de organização do trabalho impede que os trabalhadores consigam manter-se nos estudos e no trabalho. Acerca da organização do trabalho, trataremos em um tópico específico, mas concordamos com o evidenciado por Souza (2012) visto que o intenso trabalho na confecção impede ou dificulta a continuação ou retorno aos estudos, uma vez que o tempo utilizado para o estudo acaba por ser menos tempo de trabalho e conseqüentemente menos renda.

O relatório apresentado pelo Sebrae (2013, p.57) ao comentar sobre os municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama terem as menores taxas de analfabetismo do “Polo” coloca as seguintes hipóteses que vão de encontro ao exposto por Souza (2012):

Isso pode ser interpretado com base em dois argumentos não mutuamente excludentes. O primeiro é que a geração de renda (mais intensa nos municípios onde há mais produção) vai, aos poucos, criando a demanda por mais educação como um bem de consumo, ao que a oferta (de educação) responde, pela pressão política, no caso do ensino público, ou pelas razões que Adam Smith nos ensinou a enxergar, no caso do ensino privado. Tal fenômeno pode ocorrer mesmo se dispor de trabalhadores mais qualificados não seja um requisito para que as empresas mantenham e expandam a produção, por exemplo, de confecções. O segundo argumento supõe existir causalidade no sentido inverso: o aumento da produção e a relativa sofisticação dos produtos que se pretende confeccionar exige que as empresas contem com trabalhadores capazes de, pelo menos, ler instruções simples.

O relatório parece “abstrair” as múltiplas determinações que conformam a dinâmica do processo de produção no APL, inclusive sobre a própria concentração de renda e o faturamento insuficiente das fábricas, e estabelece uma relação de causa-efeito entre renda x educação, que desconsidera as inúmeras determinações, como a informalidade, o trabalho infantil, a rede de educação instalada no município, as extensas jornadas de trabalho, entre outras. Para se ter ideia, a taxa de escolarização de crianças de 6 a 14 anos de idade, em 2010, no município de Toritama é de 91,5%, ocupando a posição 5.519 entre os 5570 municípios do Brasil e a posição 179 de 185 no estado de Pernambuco (IBGE, 2018a).

Os dados sobre a origem dos trabalhadores que atuam nas fábricas estão assim distribuídos: dentre os entrevistados em Toritama 34,78% (8) eram naturais do próprio município, 17,39% (4) naturais de Vertentes e 13,04% (4) de Caruaru. Outros 7 municípios foram citados por apenas um entrevistado, representando 4,35% cada, além de um trabalhador entrevistado ser natural do município de Jacuípe no estado de Alagoas (tabela 2).

**Tabela 2** - Naturalidade dos entrevistados no município de Toritama, PE, 2017.

<b>Município</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa</b>
Toritama	8	34,78%
Vertentes	4	17,39%
Caruaru	3	13,04%
Brejo da Madre de Deus	1	4,05%
Taquaritinga do Norte	1	4,05%
Frei Miguelinho	1	4,05%
São José do Egito	1	4,05%
Gravatá	1	4,05%
Cortês	1	4,05%
Surubim	1	4,05%
Jacuípe/AL	1	4,05%

Fonte: O autor.

Ressaltamos que o município de Toritama teve emancipação política em 1953, sendo antes distrito de Taquaritinga do Norte e Vertentes. A maior parte dos municípios citados faz parte da região agreste de Pernambuco, como Frei Miguelinho, Toritama, Surubim, Taquaritinga do Norte e Vertentes (Agreste setentrional) e Brejo da Madre de Deus, Caruaru e Gravatá (Agreste central). São José do Egito localiza-se no Sertão do Pajeú e Cortês na região da Zona da Mata (Mata Sul) (PERNAMBUCO, 2000). Assim, 65,22% (15) dos entrevistados não são naturais do município de Toritama, contudo, todos os entrevistados no momento da entrevista residiam no município. O perfil fica abaixo do encontrado por Rodrigues (2010), onde 84% dos entrevistados nasceram em outros municípios e Alves (2012) com 78% dos entrevistados com natalidade em outros municípios, e aproxima-se mais de Campos e Silva (2015) uma vez que 73% dos entrevistados não nasceram em Toritama.

A naturalidade dos entrevistados em Santa Cruz do Capibaribe ficou disposta da seguinte forma: 35,71% (5) dos entrevistados são naturais do próprio município, 14,29% (2) nasceram no município de Brejo da Madre de Deus e outros 14,29% (2) no município de Surubim. Os outros municípios registrados foram de Caruaru, Campina Grande/PB e Teixeira/PB cada um com uma resposta, correspondendo a 7,14% cada. Dois trabalhadores só afirmaram a unidade federativa em que nasceram, ambos paraibanos (14,29%). Destarte, 64,29% (11) dos entrevistados não haviam nascido no município, destes 28,57% (4) migraram de municípios de outro estado, a Paraíba. Nas entrevistas apresentadas por Campos e Silva (2015), apenas 16% dos

entrevistados eram residentes de Santa Cruz do Capibaribe. Todos os entrevistados do município também afirmaram residir em Santa Cruz do Capibaribe.

Lira (2008, p.91) reforça a constatação e amplia as possibilidades de movimentação (fluxos) dos trabalhadores no APL:

Pessoas podem se deslocar de municípios, pertencentes ao estado de Pernambuco ou mesmo da Paraíba para irem trabalhar em Toritama ou Santa Cruz do Capibaribe. Muitos fixam residências em um destes territórios. Outros preferem passar a semana trabalhando e voltar aos seus territórios de origem nos finais de semana. Alguns, ainda, diariamente se deslocam entre os diversos territórios, construindo assim inter-relações que vão além dos limites dos municípios onde residem ou trabalham.

Em nossa pesquisa não encontramos a relação de trabalhadores que se deslocam de outros municípios para trabalhar nas facções e ao final do dia retornam aos seus municípios de origem. Este aspecto relaciona-se ao fato de muitos dos entrevistados trabalharem em suas próprias residências. O fluxo de trabalhadores no deslocamento entre os municípios possivelmente estará mais associado a trabalhadores de facções maiores e/ou trabalhadores responsáveis pela venda das mercadorias. Porém, a variedade de municípios citados aponta para a migração, ao longo do tempo, de famílias para os municípios. Esta migração foi influenciada pela dinâmica produtiva crescente e evidenciada pelo crescente aumento da densidade demográfica. A maior parte dos entrevistados respondeu residir no município há pelo menos 10 anos, sendo 92,96% (13) em Santa Cruz do Capibaribe e 86,26% (20) em Toritama. Destes, 69,23% (9) e 60% (12) estão residindo no município há 20 ou mais anos.

Em Toritama foram entrevistados trabalhadores em 7 diferentes bairros, listados em ordem decrescente, ao se considerar o quantitativo de entrevistas: Cohab 34,78% (8), Novo Coqueiral 17,39% (4), Independente 13,04% (3), Coqueiral 13,04% (3), Planalto 8,70% (2), Centro 8,70% (2) e Canaã 4,35% (1).

A distribuição em Santa Cruz do Capibaribe se deu da seguinte forma: Santa Tereza 28,57% (4), Santo Agostinho 21,43% (3), Nova Santa Cruz 21,43% (3), Centro 14,29% (2), Dona Dom 7,14% (1) e Acauã 7,14% (1). A disposição geográfica dos bairros no município se dá conforme o mapa 1.

**Mapa 1** - Distribuição geográfica dos bairros no município de Santa Cruz do Capibaribe.



Fonte: Google (2015).

As facções estão distribuídas por todo o território, em ambos municípios, mas são mais numerosas nos bairros da periferia, onde a população está em piores condições de habitação, saneamento e acesso aos serviços públicos de saúde. Conforme Souza (2012, p.73) ao abordar o município de Toritama:

É importante considerar que em toda a cidade encontramos inúmeras facções e fabricos, além das lavanderias de *jeans*, porém nos bairros mais pobres da cidade é onde encontramos uma maior concentração dessas unidades produtivas. Como por exemplo, Planalto e Independente que são dois bairros onde residem trabalhadores pobres, inclusive, são localidades que fazem parte da área de abrangência do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

### 6.1.2 Caracterização socioeconômica dos trabalhadores

Iniciaremos a caracterização socioeconômica com informações referentes a moradia dos entrevistados. Em Toritama a maior parte dos entrevistados tinham moradia própria, o percentual foi de 60,87% (14), seguido por 34,78% (8) com moradia alugada e 4,35% (1) com moradia cedida. Já no município de Santa Cruz do Capibaribe o percentual de entrevistados com moradia própria foi de 50% (7), seguido



por 42,86% (6) com moradia alugada e 7,14% (1) como moradia cedida. Quando analisamos os percentuais dos dois municípios os resultados ficam dispostos da seguinte maneira: 56,76% (21) com moradia própria, 37,84% (14) com moradia alugada e 5,41% (2) como moradia cedida.

Uma parcela relevante dos entrevistados possui gastos com aluguel de imóveis, além das outras despesas relacionadas diretamente a produção. Sobre este aspecto um dos entrevistados relata:

Eu tinha uns amigos aqui que eram de Alagoas. Já moravam aqui em Toritama há muito tempo, mas tiveram que ir embora. Porque eles pagavam aluguel de uma casa que era 300 reais. Ai na minha casa, por exemplo, eu pago 90 reais de energia, de vez em quando vem 120. Depende da produção do mês. Além disso compro água, 250 o caminhão. E essas pessoas que não tem uma casa em Toritama para morar? (S4 – Toritama)

O relato do entrevistado evidencia uma diferente condição, que no caso se materializou na saída dos trabalhadores do município. É possível que estas determinações que incidem sobre as necessidades básicas de reprodução da força de trabalho, como ter que arcar com custos do aluguel, tenham influência na intensificação do trabalho, no prolongamento das jornadas de trabalho e conseqüentemente no desgaste precoce da força de trabalho.

O acesso a água também pode ser visto dessa maneira, visto que, todos os entrevistados, apesar de afirmarem ter água encanada em suas residências, estas não eram abastecidas. Alguns entrevistados possuíam poços ou cisternas construídas mas todos afirmaram a necessidade de comprar água para suprir as necessidades básicas da residência, pois o rodízio de água na época de aplicação dos questionários chegou a ser de 2 dias com água e 28 dias sem, segundo alguns entrevistados. No deslocamento pelas cidades é possível identificar a todo momento o transporte de água pela cidade, um verdadeiro “comércio da seca” (figura 3). A contradição é expressa na instalação de grandes lavanderias em uma cidade que não têm água suficiente para abastecer aos seus moradores.

O gasto com água é evidenciado no depoimento da entrevistada:

Não compramos um caminhão cheio não, porque a cisterna da gente é pequena. Ele vende (distribuidor) uns botijões de mil litros, a gente compra desses de mil litros. Já faz mais de ano que está desse jeito. Tá nessa dificuldade comprando água direto, e tem que comprar mesmo, se não comprar fica sem água! Cada mil litros é R\$ 35,00

reais. Mil litros dão para uma semana só. A gente compra, 2 mil, 3 mil, depende do bolso. (S1 – Toritama).

**Figura 3** - Caminhão comercializa água no município de Toritama.



Fonte: O autor.

O principal meio de transporte utilizado pelos entrevistados é a moto com 82,61% (19) das respostas em Toritama e 78,57% (11) em Santa Cruz do Capibaribe. Neste percentual, no município de Toritama 78,26% (18) são motocicletas próprias e 4,35% (1) utiliza o serviço de moto taxi. O perfil encontrado em Santa Cruz do Capibaribe é semelhante, 71,43% (10) tem motocicleta própria e 7,14% (1) utiliza o serviço de moto taxi. Alguns entrevistados também possuem carros, 13,04% (3) em Toritama e 21,04% (3) em Santa Cruz. O uso de transporte alternativo, o chamado “Toyota” também foi citado em Toritama, com 4,35% (1), mormente a necessidade de deslocamento para alguma cidade circunvizinha.

Os dados sobre a renda dos entrevistados no município de Toritama foram os seguintes: 17,39% (4) trabalhadores possuíam renda inferior a um salário mínimo<sup>41</sup>, 47,83% (11) de um salário mínimo, 17,39% (4) de 1 a 2 salários mínimos e 17,39% (4) de 2 a 3 salários mínimos. Em Santa Cruz do Capibaribe os entrevistados relataram: ter renda inferior a um salário mínimo 28,57% (4), de um salário mínimo 43,86% (6) e 1 a 2 salários mínimos 14,29% (2). Dois trabalhadores não sabiam informar sua renda mensal, o que correspondeu a 14,29%. A renda quando considerada o total de entrevistados nos dois municípios ficou disposta da seguinte maneira: 21,62% (8) dos entrevistados recebe menos de um salário mínimo, 45,95% (17) recebe um salário mínimo, 16,22% (6) recebe entre 1 e 2 salários mínimos e

<sup>41</sup> O salário mínimo no período de realização das entrevistas era de 937 reais.

10,81% (4) recebe de 2 a 3 salários mínimos. As informações estão organizadas na tabela 3.

**Tabela 3** Renda do total de entrevistados, considerando os dois municípios, valores agrupados.

Renda do Entrevistado	Toritama		Santa Cruz		Agrupado	
	nº	%	nº	%	nº	%
Inferior a um salário mínimo	4	17,39%	4	28,57%	8	21,62%
1 salário mínimo	11	47,83%	6	42,86%	17	45,95%
1 a 2 salários mínimos	4	17,39%	2	14,29%	6	16,22%
2 a 3 salários mínimos	4	17,39%	0	0,00%	4	10,81%
Não responderam	0	0,00%	2	14,29%	2	5,41%

Fonte: O autor.

Desta forma, o perfil de trabalhadores que ganham até no máximo um salário mínimo relaciona-se a maior parte dos entrevistados, correspondendo a 65,22% em Toritama, 71,43 % em Santa Cruz do Capibaribe e 67,57% quando somado os valores dos dois municípios. Porém, a renda dos trabalhadores é relativa, sendo determinada por uma série de outras características da produção flexível, por exemplo, a extensão da jornada de trabalho, o grau de destreza na execução da atividade, a maior ou menor intensidade do trabalho, a sazonalidade da produção e as condições de saúde dos trabalhadores<sup>42</sup>.

Esta variação na renda pôde ser evidenciada no desenvolvimento da pesquisa. Segundo os entrevistados, em alguns meses durante o período de realização da pesquisa o número de encomendas não estava grande. Alguns entrevistados relativizaram a renda, ao colocar a renda conseguida em períodos considerados “fracos” e em períodos de pico na produção, os valores apresentados variam no acréscimo de 200 reais até mais de um salário mínimo. Ou seja, em períodos de pico na produção os trabalhadores chegam a duplicar sua renda, mas este aumento relaciona-se com as demais características do processo de produção flexível.

A renda conseguida mensalmente é também utilizada para a reprodução de outros membros da família. Quando os entrevistados foram questionados sobre o

<sup>42</sup> Souza (2012, p.91) aborda a renda dos munícipes de Toritama “Esses dados podem ser indicativos de que os rendimentos dos trabalhadores não vêm acompanhando o suposto desenvolvimento econômico da região. Pois 34,57% dos domicílios pesquisados no Censo de 2010 apresentaram rendimentos que variaram de ¼ a ½ salário mínimo; 38,10% apresentaram rendimento de ½ a 1 salário mínimo e apenas 18,56% apresentaram rendimentos de mais de 1 a 2 salários mínimos.

quantitativo de pessoas que dependem desta renda<sup>43</sup>, 34,78% (8) dos entrevistados em Toritama responderam de 1 a 2 pessoas, seguido por 26% (6) de 3 a 4 pessoas, 21,74% (5) ninguém depende da renda, 13% (3) de 5 a 6 pessoas e um entrevistado não respondeu, o que corresponde a 4,35% do total das entrevistas. Em Santa Cruz do Capibaribe o perfil analisado foi o seguinte: dependem da renda do entrevistado 1 a 2 pessoas 42,86% (6), 5 a 6 pessoas 21,43% (3), ninguém depende da renda 21,43% (3) e de 3 a 4 pessoas dependem dos rendimentos do entrevistado com 14,29% (2). O perfil dos dois municípios em relação a esta variável fica da seguinte forma: 37,84% (14) 1 a 2 pessoas dependem da renda do entrevistado, 3 a 4 pessoas 21,62% (8), ninguém depende da renda 21,62% (8), 5 a 6 pessoas 16,22% (6) e um entrevistado não respondeu, correspondendo a 2,7%.

Ou seja, a remuneração destes trabalhadores é fundamental para reprodução social de toda a família. Do total analisado 76% dos entrevistados tem pelo menos uma pessoa que depende da renda. A insuficiência nos rendimentos em muitos casos determina a necessidade dos trabalhadores alternativas para complementar a renda, a inserção no Programa Bolsa Família é uma dessas, como já analisado por Rodrigues (2010) e Alves e Souza (2010).

A respeito da inserção das famílias dos entrevistados em algum programa social, 57,14% (8) afirmaram estar inseridos em Santa Cruz do Capibaribe e 26,09% (6) em Toritama. Todos os entrevistados que informaram estar inseridos em programa social, relataram estar recebendo o benefício do Programa Bolsa Família. Rodrigues (2010) analisou o papel que o programa bolsa exercia na reprodução da força de trabalho no município de Toritama, sendo determinante para mantê-la, mesmo com os entrevistados pela autora estarem trabalhando nas facções. Esses elementos articulam-se com a dinâmica de produção e reprodução social no Brasil contemporâneo, com o desmonte da Seguridade Social e o fortalecimento de programas focais de assistência social, como o bolsa família. Sobre isso Boschetti (2017, p. 119) conclui:

A confluência entre expansão da assistência social e redução dos direitos do trabalho, saúde e previdência, com contexto atual de crise do capital, faz com que o Estado Social participe do processo de reprodução ampliada da força de trabalho, não mais na condição de

---

<sup>43</sup>Considerou-se dependentes os demais membros da família que participam/dependem da renda familiar com a exceção da pessoa que estava sendo entrevistada. Também consideramos dependente familiares que residem em outro local, mas necessitam do auxílio financeiro do entrevistado para viver.

redução da desigualdade e universalização do acesso a bens e serviços públicos, mas na condição de garantia de uma política restrita de renda mínima necessária ao consumo e à reprodução da força de trabalho.

Rodrigues (2010) ainda defende a tese de que além da necessidade do recebimento do benefício, esta política no município de Toritama contribui no rebaixamento do valor dos salários, pois assume papel complementar na manutenção da reprodução da força de trabalho. Trataremos do aspecto mais detalhadamente quando adentrarmos no debate da superexploração da força de trabalho nos municípios.

## **6.2 Caracterização do Processo Produtivo: as relações e condições de trabalho**

O processo de produção nos dois municípios é caracterizado pela ambivalência entre um contingente de trabalhadores ocupado com o estatuto de emprego formal, o chamado emprego com carteira assinada, seja no comércio, em algumas fábricas, fabricos e lavanderias, como também a forma já flexibilizada do Microempreendedor Individual e um grande contingente de trabalhadores na informalidade, atuando principalmente em facções que são responsáveis por etapas do processo produtivo.

Há então uma articulação de complementariedade expressa na relação formal e informal na cadeia de produção em ambos municípios, com a predominância das ocupações informais. Este aspecto revela o caráter funcional da informalidade enquanto trabalho produtivo, não sendo apenas mero interstício de atividades não atribuídas aos empregos formais.

A ampliação das ocupações informais não é um “achado” restrito ao APL de confecções. Na esteira das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, com a desregulamentação da legislação trabalhista e a consequente ampliação da flexibilização e precarização as taxas de informalidade vêm crescendo nos últimos anos (FERREIRA; AMARAL, 2014). Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua (PNAD-contínua) apontam que a partir de 2015 crescem os números de trabalhadores por conta própria; empregados sem carteira assinada, além da relação entre a diminuição dos empregados com vínculo formal, aumento da informalidade e do quantitativo de desocupados, que quase se duplica entre os anos

de 2014 e 2017<sup>44</sup>. Comparando a taxa de ocupação dos anos de 2014 (92,1 milhões) e 2017 (90,6 milhões), há uma diminuição de 1,5 milhão de postos de trabalho. Especificamente sobre aumento dos desocupados, a pesquisa registra taxa de desocupação de 14% para o estado de Pernambuco em 2016, configurando-se entre as mais altas do Brasil (IBGE, 2017, 2018b).

Os dados acerca da informalidade apontam para seu crescimento, sendo determinante na diminuição da taxa de desocupação no último trimestre de 2017. Durante o ano houve crescimento de 598 mil postos sem carteira assinada, além do aumento das atividades designadas como “trabalhadores por conta própria<sup>45</sup>”, com 1,07 milhão de trabalhadores, que engloba uma grande quantidade de profissões e serviços, como o motorista de aplicativo, vendedor de alimentos<sup>46</sup> e a costureira que trabalha em seu domicílio, por exemplo (IBGE, 2018b).

Esse movimento relaciona-se com o avanço do desemprego, que pode ser tratado como um problema “estrutural” visto a dinâmica que a acumulação capitalista assume contemporaneamente. Assim, amplia-se a superpopulação relativa, pelo aumento na composição orgânica do capital, pressiona-se contingentes de trabalhadores a submeterem-se a atividades flexibilizadas e precárias, além das ações via Estado, por meio de políticas públicas, na tentativa de “formalizar relações informais”, como exemplo o uso do cadastro de Micro Empreendedor Individual<sup>47</sup> sob o julgo do “desenvolvimento local” e da “autonomia dos trabalhadores” como acontece

---

<sup>44</sup> Dados da PNAD Contínua, divulgados em 31 de janeiro de 2018, apontam que o número de desocupados passou de 6,7 milhões em 2014 para 13,2 milhões em 2017. A taxa de desocupação foi estimada em 12,7%, sendo a maior entre os anos de 2012 a 2017 (IBGE, 2018b).

<sup>45</sup> Cacciamali (2000, p.165) aponta a necessidade de desagregar a categoria “por conta própria” pois “[...] ela acaba por apreender ocupações e indivíduos com formas díspares de inserção, de visibilidade e de legalidade no exercício das ocupações, tais como: profissionais liberais que trabalham em firmas, prestadores de serviços que atuam como assalariados temporários; proprietários de negócios no comércio ou setor de serviços; comerciantes e trabalhadores de rua; prestadores autônomos de serviços; ajudantes assalariados de diferentes tipos de conta própria”.

<sup>46</sup> Apesar de não ser o objeto principal da pesquisa, é fundamental o acompanhamento da tendência de ampliação da informalidade e sua funcionalidade na reprodução ampliada do capital. Em recente notícia publicada pelo Portal Folha de São Paulo é exposto a ampliação do número de trabalhadores que passaram a vender comida nas ruas do país. Os números chegam a mais de 500 mil brasileiros (CUNHA, 2018).

<sup>47</sup> O marco regulatório do Micro Empreendedor Individual (MEI) foi instituído pela Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, que passou a ser efetiva a partir de meados de 2009. Segundo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) (2014, p. 95) “O MEI estimula a formalização por simplificar e diminuir os custos de uma série de procedimentos necessários ao registro de empreendimentos [...] além de garantir o acesso à Previdência Social a milhares de trabalhadores, a formalização também assegura o exercício das atividades profissionais com segurança, permite o acesso a linhas de crédito, a emissão de nota fiscal, entre outros benefícios [...] No total, 467 ocupações podem se enquadrar na categoria MEI. Algumas delas são: alfaiate, artesão, barbeiro, eletricista, costureira...”.

nos municípios estudados (CARCANHOLO; AMARAL, 2008; JESUS, 2014; SOUZA, 2012).

Esta é a tendência que se observa no APL de confecções do Agreste Pernambucano, como já apontava o relatório do Sebrae (2013), porém há que se considerar a dinâmica de constituição da produção local, como aborda (LIMA; SOARES, 2002) que esteve ligada a informalidade desde sua formação. Nos municípios estudados a relação já explicitada pelo relatório do Sebrae (2013) aponta taxa de informalidade média de 80% em todos os municípios do polo, sendo de 77% e 81% em Toritama e Santa Cruz do Capibaribe respectivamente.

Nosso estudo foi focado nas atividades desenvolvidas nas facções, que possuem os percentuais mais altos de informalidade. Todos os entrevistados apresentaram uma relação de trabalho atual baseada na informalidade. Somado a isto, a própria constituição histórica das relações de trabalho nos municípios esteve ligada a informalidade, o que configura uma “barreira” a menos para o avanço da flexibilização.

Em Toritama e Santa Cruz do Capibaribe a informalidade foi a base desde o início do processo produtivo da confecção, como foi abordado por Lima e Soares (2002), com a migração da produção de calçados no município de Toritama para a costura e a qualificação da produção da chamada “sulanca” em Santa Cruz do Capibaribe. Esta característica esteve presente nos depoimentos dos entrevistados:

Não, já costurei fora, mas já faz muitos anos que eu costuro em casa. Eu trabalhava na fábrica do meu cunhado, trabalhei em outros cantos também. Mas nunca com carteira assinada (S1 Toritama).

Porque aqui não tem emprego formal. Em Toritama são poucos que tem, emprego com carteira assinada, aqui não tem. São poucos! Apenas essas empresas grandes que tem. Que os funcionários têm direito a abono salarial, tem essas coisas (S4 Toritama).

Eu já trabalhei fora (do município). Eu já trabalhei aqui em Santa Cruz também, mas nunca trabalhei com carteira assinada. (S4 Santa Cruz do Capibaribe).

Mesmo com a presença da informalidade ao longo do desenvolvimento histórico da produção nos municípios, os entrevistados relatam a relação de desproteção social ocasionada pela informalidade, bem como o acesso a proteção social que o emprego registrado traria:

Preferia (carteira assinada), por que a gente tem filho, se a gente tem um acidente? não é seguro. Se acontecer um acidente aqui. A gente não paga INSS. A gente não paga nada. Não tem o que fazer. Se chegar no caso eu adoecer. Como é que vai sustentar a família? (S4 Toritama)

Tem muita diferença (comparando o trabalho com carteira assinada e o trabalho informal) porque as coisas são muito melhores no trabalho com carteira assinada. Paga muito imposto, mas tem as recompensas no final do ano. As férias, tudo. Tudo de bom! Tem muita coisa melhor. Que quando a pessoa trabalha assim clandestino, não recebe nada. Recebe quando o patrão quer dar. A carteira assinada é melhor porque o patrão tem que seguir as regras. E desse jeito (na informalidade) não, assim “o cara” (se referindo ao trabalhador) tem que levar muito carão, muitas coisas assim, muita reclamação. (S8 Toritama)

É possível ainda abordar a comparação feita pelos trabalhadores como uma relação entre a insegurança do trabalho informal e a segurança, mediante a garantia de direitos trabalhistas e previdenciários, que o vínculo com carteira assinada traria. Esse aspecto foi evidenciado por Druck e Oliveira (2008) ao analisarem as condições de trabalho e de vida e as estratégias que permitem a continuidade no trabalho de trabalhadores informais de rua em Salvador-BA. Os autores identificaram a condição de continuidade do trabalho informal como indesejada, conseqüentemente relacionada a uma formalidade desejada.

Outros entrevistados relatam sua “opção” de se manter na informalidade:

Minha irmã trabalha fora já arrumou um emprego pra mim, mas eu nunca quis porque lá só é aquele salário mesmo. E em casa a gente tem a opção de cuidar do meu filho, cuidar da casa e ainda ganha mais (S3 Santa Cruz do Capibaribe).

Eu acho melhor (trabalhar) em casa. Porque eu trabalho a hora que eu quero, vou pra máquina a hora que eu quero e aqui eu trabalho por peça. E quem trabalha fora, é só aquele salarinho que recebe. E eu não. Às vezes eu tiro um salário em 15, 20 dias. Eu acho melhor em casa (S5 Santa Cruz do Capibaribe).

Ao analisarmos os depoimentos que colocam a “opção” dos trabalhadores em permanecerem na relação informal é possível extrair algumas determinações, sobretudo relacionadas a realização de trabalho doméstico, cuidado dos filhos, flexibilidade na jornada de trabalho e a uma remuneração maior, mesmo que ligada a



mudanças na intensidade do trabalho e na jornada, pontos que serão discutidos posteriormente.

Assim, a “opção” pelo trabalho informal elencada nas entrevistas nos permite articular as questões relacionadas com a “desproteção social”, seja na ausência de creches públicas para as crianças, seja na baixa remuneração que não atende as necessidades de reprodução das famílias garantidas nos vínculos formais. A “opção” pelo informal, singularizada no depoimento dos entrevistados, articula-se com as mudanças no mundo do trabalho, onde a precarização media a decisão pela ocupação. Como argumenta Boschetti (2017, p.105):

O processo de desmonte da seguridade social é indissociável do processo de precarização do trabalho. As seguidas contrarreformas manejadas pelos Governos que se sucederam no país, desde Fernando Henrique Cardoso, passando por Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, provocaram um gradual processo de desmonte e fragmentação dos direitos do trabalho, da previdência social e da saúde.

Em outros depoimentos os entrevistados não conseguem realizar a comparação entre vínculo formal e a ocupação atual no trabalho informal, reforçando a relação entre a informalidade e a produção de confecções no município.

Olha, eu nunca trabalhei com carteira assinada. Eu não sei nem lhe dizer assim.... (se) para mim é mais vantagem. Não sei dizer se para mim é mais vantajoso eu trabalhar aqui do que eu trabalhar com carteira assinada. (S9 Toritama)

Ao estudarem a ambivalência entre a condição provisório-permanente presente no trabalho informal de trabalhadores baianos, Druck e Oliveira (2008, p.16) explicitaram o desejo dos trabalhadores de que a condição de informalidade seja provisória, no entanto a tendência que se apresenta é que esta seja vivida como permanente, ou nas palavras dos autores “o permanente seja vivido sob o signo de provisório”. Esse aspecto também foi evidenciado nas entrevistas, onde os entrevistados relatam a vontade de estarem em outras ocupações:

[..] eu escolheria trabalhar em farmácia, que é o que eu gosto, e é o que eu pretendo fazer um curso técnico para trabalhar. Farmácia ou enfermagem. Não pretendo continuar na costura. Eu estou trabalhando só para dizer assim, não, eu tenho um dinheiro próprio

todo final de semana. Mas eu não pretendo não, continuar costurando não. (S7- Toritama)

Eu não queria costurar, tipo assim, eu não queria isso aqui pra mim. Eu queria ou trabalhar fora ou trabalhar em outra coisa. (S1 – Santa Cruz do Capibaribe)

A “opção” pelo trabalho nas facções é determinada socialmente, apesar do interesse dos trabalhadores por outros empregos, relações e condições de trabalho. Assim, como concluem Druck e Oliveira (2008) o que antes era tratado como tradicional e provisório, sob a roupagem da flexibilização e precarização do trabalho assume o caráter de moderno e permanente.

#### 6.2.1 “Nova Informalidade” e o Trabalho Produtivo

As unidades acessadas, em ambos municípios, apresentam característica de pequenos empreendimentos, com no máximo 10 trabalhadores envolvidos, sendo unidades instaladas em galpões ou em cômodos dos domicílios. Em Toritama, 47% das unidades acessadas tinham menos de 5 trabalhadores empregados e 53% possuíam de 5 a 10 trabalhadores. Em Santa Cruz do Capibaribe, 90% das unidades acessadas tinham menos de 5 trabalhadores envolvidos na produção e os 10% restantes possuíam de 5 a 10 trabalhadores.

A priori, o processo pode aparentar apenas uma “estratégia de sobrevivência” para os trabalhadores envolvidos, que inseridos na informalidade precisam de alguma ocupação para garantir a reprodução de suas necessidades básicas, mantendo a característica de uma circulação simples da mercadoria, baseada na fórmula Mercadoria – Dinheiro – Mercadoria (M – D – M). Porém é preciso compreender a relação para além de sua aparência.

Ao analisar as informações coletadas sobre as facções nos dois municípios, identificamos que mais de 90% dos questionários aplicados apontam para a realização de atividades nas facções para terceiros, seja destinando o produto para um intermediário, seja diretamente para empresários. É fato, que ao analisarmos apenas o processo de produção na facção, identificaremos a relação como uma “estratégia de sobrevivência” dos trabalhadores, visto que não estão vinculados a lógica de produção de capital, e sim a reprodução de suas necessidades básicas por

meio daquela ocupação. Ao buscar as mediações que articulam a dinâmica produtiva do polo, é possível desvelar alguns aspectos.

Assim, vemos a articulação do trabalho informal com a extração de mais-valia, onde a organização do APL de Confecções do Agreste favorece esse mecanismo, sob a roupagem do desenvolvimento local. A fragmentação das atividades na cadeia produtiva, influenciada pela reestruturação produtiva do capital, permite a subcontratação e utilização do trabalho informal em parte do processo de produção das mercadorias, como constatou Tavares (2004).

A informalidade assume portanto um sentido para além das “estratégias de sobrevivência” ou barateamento de bens salários por meio da produção de mercadorias através de atividades “não especificamente capitalista” (OLIVEIRA, 2007), não ocupando apenas o interstício de atividades que não são realizadas pelas empresas capitalistas, e se insere também no núcleo de trabalhadores produtivos, onde ocorre a extração de mais-valia.

Pelas entrevistas realizadas não é possível precisar o porte das empresas que contratam os serviços das facções, ou quem realiza as encomendas aos intermediários. Essa dificuldade também foi encontrada por Jinkings e Amorim (2006), ao estudarem o desenvolvimento do setor em Santa Catarina, onde as autoras caracterizam a relação entre cooperativas e grandes empresas, mas não conseguem precisar quais empresas utilizam do trabalho domiciliar informal. A necessidade de um controle de qualidade maior sobre a peça é um aspecto que pode interferir no uso do trabalho domiciliar pelas grandes empresas, porém não o inviabiliza. Nem impossibilita a subcontratação de facções, que possuam uma maior quantidade de trabalhadores e melhor controle sobre a produção ou de cooperativas com esta finalidade.

A subcontratação exclusiva de facções por uma empresa seria limitada legalmente por legislação que impedia a terceirização de atividades fins<sup>48</sup>. Com a recente aprovação da lei 13.429/2017 a prática de terceirizar as atividades fins torna-se legal, ou seja, um empecilho jurídico a menos para ampliar a extração de mais-

---

<sup>48</sup>Em 2016 o Ministério Público do Trabalho de Pernambuco (MPT-PE) firmou Termo de Ajuste de Conduta com a empresa Rota do Mar, com sede em Santa Cruz do Capibaribe, para a contratação de trabalhadores de facções que realizavam atividade de costura para a empresa (ACORDO..., 2016). Juridicamente a empresa estava desrespeitando a legislação trabalhista porque terceirizava atividade fim. Com a sanção da chamada “lei das terceirizações” lei nº13.429/2017 a terceirização de atividades fins passa a ser legal.

valia. Esse processo de subcontratação, acaba por encobrir uma relação que essencialmente é de assalariamento, apesar de assumir a forma de relação entre “empresários”, além de transferir os encargos da produção (energia, maquinário, local de produção) para os trabalhadores. Isso fica evidenciado nos relatos “Não pego mais encomendar porque dela (pessoa que contata o serviço) já vem várias pelas, aí não tem como pegar de outras, se viesse pouca eu pegava de outras” (S1 Santa Cruz do Capibaribe). E “[...] a manutenção das máquinas e energia é por conta da gente” (S4 Toritama).

A funcionalidade da subcontratação exclusiva de facções por empresas no APL de Confeções do Agreste já era abordada em material do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (2014, p. 119):

Alguns empreendimentos complementares (facções) trabalham com exclusividade para uma única empresa. Trata-se de uma prática comum que consiste em desvincular a empresa dos encargos trabalhistas e dos custos ambientais da produção. A empresa ainda tem a vantagem de poder aumentar a produção sem ter que construir mais locais para tanto, uma vez que o trabalho é realizado nos locais das facções, muitas vezes, o próprio domicílio da costureira.

A relação que no início da produção de confeções no Agreste era baseada na costura e venda nas “feiras da sulanca” pelos próprios trabalhadores vai assumindo nova forma e conteúdo, sob as determinações da reestruturação produtiva e as particularidades locais, onde o que já foi analisado como tradicional/atrasado assume a forma de moderno e flexível. É óbvio que as várias formas de manifestação da produção e comercialização ainda persistem no local, mas existe uma tendência a expansão das subcontratações de “empreendimentos informais”. Malgrado a existência de formas diferenciadas, todas convergem para a subordinação ao modo de produção capitalista.

A ampliação da informalidade, como evidenciado nos municípios, justifica-se na necessidade de redução de custos, de proteção social e ampliação da valorização do valor. Tavares (2004, p.123, grifo nosso) analisa:

Isso evidencia que o desenvolvimento capitalista, ao invés da promessa de assalariamento sob relações formais para todos os trabalhadores, livra-se do constrangimento da relação empregado-empregador mediante estratégias que tendem a fazer do trabalho informal a forma de ser da sociedade assalariada [...] Evidências empíricas demonstram que, além de certas formas arcaicas de

produção terem sido mantidas no capitalismo desenvolvido, a terceirização encarregou-se de recuperar outras, a exemplo das cooperativas, do trabalho domiciliar e da pequena empresa. **Estas, já vimos, não são formas independentes, externas à dinâmica capitalista [...] ao contrário, elas são parte essencial da estratégia de acumulação flexível.**

Seguindo este raciocínio, Vasapollo (2005) caracteriza o avanço da acumulação flexível, caracterizando o denominado “*outsourcing*”, com a finalidade de externalizar as fases do processo produtivo e diminuir custos. Processo associado a terceirização, seja na contratação de empresas formalizadas ou utilizando-se da informalidade (*putting out*). É nessa dinâmica que acreditamos se aprofundar o processo de informalidade no APL, reflexo dos processos de flexibilização e precarização do trabalho e se utilizando de características históricas da região para aprofundar a exploração da força de trabalho.

### 6.2.2 As condições de trabalho nas Facções

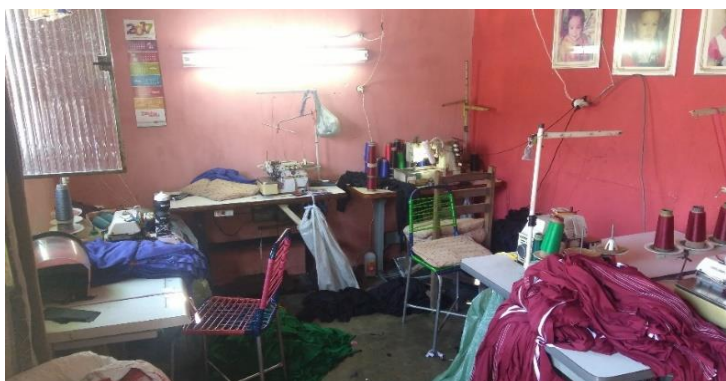
Em nossa pesquisa, conseguimos acessar pequenas facções, no geral instaladas em galpões (figura 4), que “empregavam” vizinhos, amigos e familiares e facções instaladas em domicílios, com menos trabalhadores envolvidos no processo e geral a força de trabalho era formada pela família e vizinhos que residiam no local e nas proximidades (figura 5).

**Figura 4** - Facção instalada em galpão no município de Toritama.



Fonte: O autor.

**Figura 5** - Facção instalada em um domicílio no município de Santa Cruz do Capibaribe.



Fonte: O autor.

Por meio da observação de campo foi possível identificar a presença de facções que ocupavam um maior quantitativo de trabalhadores. Em uma delas, o espaço de duas casas foi utilizado para produção. Os trabalhadores desta facção não aceitaram responder o questionário, provavelmente por medo de alguma retaliação do empregador, ou por acreditarem se tratar de uma fiscalização.

As condições objetivas em que o trabalho é realizado são precárias, com instalações elétricas expostas, iluminação inadequada, acúmulo de poeira, máquinas de costura sem a devida manutenção, mobiliário inadequado, amontoamento de mercadorias, com temperatura do ambiente desconfortável (calor) e com pouca ventilação de ar (“ar viciado”) (figura 6 e 7).

**Figura 6** - Facção instalada em galpão no município de Toritama.



Fonte: O autor.

**Figura 7** - Mobiliário utilizado em um posto de trabalho em facção.



Fonte: O autor.

Quando indagados como avaliam suas condições de trabalho, alguns entrevistados destacaram:

Só o que a gente reclama muito é do calor, e o pior é que não pode nem ligar um ventilador, por causa das linhas. O vento balança as linhas, ai acaba quebrando tudo. O problema demais é o calor (S3 – Santa Cruz do Capibaribe).

Eu queria no caso, a cadeira. A cadeira de costureira que é melhor. A máquina melhor, a iluminação melhor. (S3– Toritama).

Associado a estas características do ambiente de trabalho estão os ruídos frequentes produzidos pelas máquinas, como também as vibrações produzidas pelo motor dos equipamentos. Dentre os questionários aplicados, os trabalhadores indicaram problemas relacionados a riscos<sup>49</sup> ergonômicos com 35,4%(13), onde queixas relacionadas a mobiliário inadequado, repetitividade da atividade, extensão da jornada foram mais recorrentes. Os riscos químicos com 32,43% (12), exemplificados na poeira e no “pelo” do jeans ou das malhas costuradas, riscos físicos com 8,11% (3), representados por ruídos, vibrações, calor intenso e os riscos de acidentes 5,41% (2). Chama a atenção o percentual de trabalhadores que não

<sup>49</sup> Utilizamos o conceito de risco apenas para facilitar a organização das queixas dos trabalhadores sobre as condições de trabalho. Na análise dos dados trabalharemos com o conceito de “cargas de trabalho” por compreender que este é mais adequado, pois leva em consideração a análise do processo produtivo no geral, considerando o conflito capital x trabalho intrínseco a ele no capitalismo.

identificam riscos em seu ambiente de trabalho, representando 48,65% (18) das respostas.

A percepção de risco por município está representada na tabela 4.

**Tabela 4** - Percepção de risco dos entrevistados por município estudado

Risco <sup>50</sup>	Toritama		Santa Cruz do Capibaribe	
	Percentual	nº Absoluto	Percentual	nº Absoluto
Ergonômico	39,13%	9	38,57%	4
Químico	34,78%	8	28,57%	4
Físico	4,35%	1	14,29%	2
Acidente	0%	0	14,29%	2
Biológico	0%	0	0%	0
Não identificado	52,17%	12	42,86%	6

Fonte: O autor.

As informações sobre o ambiente de trabalho, especificamente sobre condições precárias e insalubres no município de Toritama já eram relatadas nos estudos de Lindôso e Amaral (2009), Rodrigues (2010), Alves e Souza (2010) e Souza (2012). Rodrigues (2010), por exemplo, evidenciou as precárias e insalubres condições de trabalho nas facções, além da insuficiente ou ausente proteção social, nela inclusa a política de atenção à saúde dos trabalhadores. Como vimos, a condição insalubre é traço marcante nos ambientes de trabalho das facções.

Para se ter uma ideia da precarização das condições de trabalho e sua consequente insalubridade, é interessante realizar a comparação caso a produção se desse em uma fábrica formalizada. Somente para o atendimento a Norma Regulamentadora (NR) 12 que trata da “Segurança no trabalho em Máquinas e Equipamento” seria necessária produção de inventário com as informações dos equipamentos como: tipo do equipamento, capacidade produtiva, dispositivos de segurança e a disposição destes na planta da fábrica (SENAI, 2015).

Em cartilha do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) que trata exclusivamente da NR12, são apresentados 27 diferentes tipos de máquinas, com funcionalidades específicas para cada etapa da costura. Para cada equipamento

<sup>50</sup> Ressaltamos que nas entrevistas os trabalhadores poderiam assinalar mais de um risco, por isso o quantitativo de respostas ultrapassa o número de entrevistas realizadas. Os números foram analisados por categoria de riscos, ex. nº de risco ergonômico/nº total de entrevistas do município X 100.



deverá ser elaborada uma apreciação de riscos que contenha determinação dos limites da máquina, considerando seu uso correto e formas, razoavelmente previsíveis, de mau uso; identificação dos pontos perigosos e situações perigosas associadas; identificação de possíveis riscos para cada situação; avaliação do risco, com definição, se aceitável, ou com necessidade de redução; eliminação do perigo ou da situação perigosa associada e, se inviável, redução dos riscos a níveis aceitáveis por meio da adoção de medidas de proteção (SENAI, 2015). A figura 8 exemplifica a identificação de uma máquina utilizada na costura e seus dispositivos de segurança:

**Figura 8** - Identificação de máquina reta utilizada no setor de costura e seus dispositivos de segurança

### MÁQUINA RETA CONVENCIONAL



PRINCIPAIS PONTOS DE SEGURANÇA APLICÁVEIS À MÁQUINA RETA CONVENCIONAL
<b>MEDIDAS DE SEGURANÇA DA PARTE MECÂNICA</b>
1. Escudo de proteção de quebra de agulha, opcional (conforme ISO 10821: 2005 – 5.3.1; Anexo D).
2. Desviador de dedo (conforme ISO 10821: 2005 – 5.2.1.1; Anexo A).
3. Pedais de controle com acabamento antiderrapante.
4. Transmissão de força 100% enclausurada.
5. Proteções fixas nas zonas perigosas.
6. Eixo do volante protegido, minimizando a possibilidade de enrolar o cabelo.
<b>MEDIDAS DE SEGURANÇA DA PARTE ELÉTRICA</b>
7. Cabo de alimentação tripolar com dupla isolamento (PP) com o condutor de aterramento na cor verde ou verde e amarelo (NBR 5410), com dimensões adequadas à potência instalada.
8. Plugue de conexão de 3 pinos ou industrial conforme padrão ABNT.
9. Chave liga/desliga IP 54 ou superior (conforme NBR IEC 60529).
<b>MEDIDAS DE SEGURANÇA NA PARTE DA ERGONOMIA</b>
10. Mesa que permita a regulagem de altura do tampo (conforme recomendação da ISO 10821: 2005 – Anexo L Obs.: g).
11. Mesa com rodízios íntegros e os dois frontais com trava.
12. Cadeira com 5 pés, no formato “aranha” e com sapatas de borracha.
13. Cadeira com acento e encosto confortáveis e em conformidade com NR-17 Ergonomia.
14. Iluminação suplementar no ponto de trabalho.
15. Espaço adequado para os movimentos corporais na operação da máquina.

Fonte: Senai (2015).

A simples comparação de apenas um aspecto relacionado a produção de confecções demonstra a abissal distância entre o preconizado em atividades formais e a situação encontrada nas facções dos dois municípios estudados.

Outro aspecto interessante que expressa a subordinação das necessidades sociais dos trabalhadores, dentre elas as condições de segurança e saúde no trabalho, foi o caso ocorrido em 2011, quando empresários com empresas ligadas ao APL de confecções do Agreste importaram material hospitalar contaminado para a confecções de forro e bolsos das mercadorias<sup>51</sup>.

A adoção da estratégia de organização do APL, com a presença de micro e pequenas empresas, e com alta informalidade, acaba por determinar a manutenção da produção às custas de precárias condições de trabalho, da saúde e segurança dos trabalhadores, contraditoriamente a uma perspectiva de “desenvolvimento local”. Assim, como analisa Souza (2012, p.53):

Nos relatórios técnicos dos órgãos públicos e privados de fomento pouco se fala dos impactos da lógica dos APLs para as condições de vida dos trabalhadores, dos diversos regimes de trabalho; do próprio processo de trabalho, de que maneira as atividades produtivas são realizadas e conduzidas, da proteção ou desproteção social dos trabalhadores etc. Quando citados são apresentados como “gargalos” que devem ser superados com o próprio desenvolvimento do APL [...] O discurso que reveste a dinâmica dos APLs apresenta que o crescimento econômico propaga o desenvolvimento social, atendendo as necessidades sociais e contribuindo para redução das desigualdades sociais e da pobreza. Assim, a dimensão econômica é posta como central no processo de desenvolvimento local/regional, pois é a partir dela que são criadas as possibilidades para alcançar um desenvolvimento autossustentável - no âmbito econômico, social e ambiental.

As condições analisadas que colocam a perspectiva de desenvolvimento de experiências como a do APL pautada apenas na positividade do “crescimento econômico” apresentam-se como manifestações ideológicas. A ideologia emerge das relações hegemônicas objetivamente postas. Logo são uma expressão a nível de consciência das relações de produção adotadas na contemporaneidade, ou seja, é

---

<sup>51</sup> Em matéria veiculada pelo portal Folha de Pernambuco em 2017 constam as informações: “A investigação teve início com a apreensão feita pela Receita Federal, em setembro de 2011, no Porto de Suape, de uma carga suspeita de lençóis sujos com logotipos de hospitais dos Estados Unidos. Entre os itens encontrados na carga, havia lençóis e fronhas com manchas de fluidos orgânicos (como sangue e pus), além de materiais hospitalares usados, como cateteres, gases, aventais, luvas, seringas, algodão e máscaras. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama) atestou que a mercadoria “apresentava um forte odor característico de matéria orgânica em decomposição”. Para o juiz titular da 35ª Vara Federal de Pernambuco, Rodrigo Vasconcelos Coelho de Araújo, os acusados tinham pleno conhecimento de que estavam importando lençóis com resíduos hospitalares, sendo ressaltado que um dos acusados presenciou a abertura dos fardos e afirmou aos empregados que tais produtos não trariam risco à saúde, pois estavam esterilizados (JUSTIÇA..., 2017).

uma expressão da flexibilização atual ocorrida no mundo do trabalho que tem por objetivo legitimar, como algo positivo e/ou necessário, as precárias condições e relações de trabalho (IASI, 2017). O que pode explicar a importância atualmente dada a alternativas que reforcem o individualismo, a competição e as condições flexíveis, como é o caso do empreendedorismo.

### 6.2.3 As implicações do trabalho domiciliar na vida dos trabalhadores

Uma condição relevante que nos deparamos nos estudos utilizados como referência dessa pesquisa, bem como nos dados coletados em campo, foi a utilização do trabalho domiciliar. Com a organização dos dados, oriundos do questionário de caracterização das unidades produtivas, no município de Toritama 47% (8) e em Santa Cruz do Capibaribe 90% (9) das unidades estavam organizadas por meio desta modalidade.

Os cômodos das residências são pequenos, no geral os equipamentos relacionados à produção são instalados na sala, competindo com o espaço do móveis e eletrodomésticos (figura 9). As mercadorias ficam amontoadas dificultando o deslocamento no cômodo, que é utilizado simultaneamente como ambiente de trabalho e local de descanso e lazer por diferentes moradores.

**Figura 9** - Ambiente de trabalho e ambiente domiciliar se confundem.



Fonte: O autor

A ocupação dos trabalhadores sob esta relação gera inúmeras repercussões em suas vidas. Como a maioria da força de trabalho é composta de mulheres, as implicações do trabalho confundem-se com sua rotina diária, em relação ao cuidado da casa e dos filhos:

Eu acordo de 6h50, aí arrumo minhas filhas para irem à escola, volto e fico costurando. Aí quando é 11h30, pego uma e 11h50 pego a outra. Não são as duas no mesmo colégio, são em colégios diferentes. Aí almoço, descanso um pouco, e volto a costurar até noite. Se for na terça, na sexta e no sábado eu tenho treino. Aí eu paro de 7 da noite até 9, mas quando eu volto do treino eu faço serão (trabalho a noite). Aí a gente sempre faz serão até umas meia noite, meia noite e meia por aí (S2 - Santa Cruz do Capibaribe).

Porque em casa eu posso tirar um cochilo se eu tiver muito cansada, eu posso fazer as minhas coisas, posso fazer meu almoço sossegada, levo o menino para a escola, sem precisar ficar agoniada para chegar lá no serviço, eu levo o menino pra escola depois tem que parar para ir buscar, eu acho melhor trabalhar em casa por causa disso. É, porque você tem mais tempo em casa, mas em compensação você tem mais coisa para fazer! Que você tem que fazer as suas coisas junto com o serviço! (S1- Toritama).

Fica evidente no relato das entrevistadas que o trabalho flexível, na forma de trabalho domiciliar, gera impactos na vida dos trabalhadores, especialmente na vida das mulheres. Não há uma distinção clara entre o tempo de trabalho e o tempo de realizar as atividades domésticas e o cuidado dos filhos. Além disso, durante a realização da atividade, principalmente nos períodos de pico na produção, utiliza-se do trabalho dos familiares. Dentre estes, estão inclusas as crianças da residência, que assumem as atividades “mais simples” da produção.

A relação também transfere e amplia as cargas de trabalho para a residência do trabalhador e conseqüentemente para sua família, onde trabalhadores e não trabalhadores presentes no domicílio estão expostos as precárias condições de trabalho. Segundo Santos, Carneiro e Augusto (2009, p. 206-207): “O ambiente doméstico foi transformado em locais de trabalho provocando profundas alterações nas relações familiares, por vezes com implicações na exploração do trabalho infantil e na violência contra a mulher”.

Exemplificando a situação, o caso registrado em uma das visitas ao município de Santa Cruz do Capibaribe, no bairro de Santo Agostinho, no qual a entrevistada

trabalhava na garagem de casa e deixava o filho de 1 ano e 3 meses<sup>52</sup> brincando no mesmo ambiente. A criança apresentava uma deformidade em um dos dedos da mão direita, oriunda de um acidente na correia do motor da máquina de costura. Enquanto a mãe realizava o trabalho, a criança prendeu o dedo nesta correia, que fica na parte inferior da máquina, ocasionando o acidente e a deformação.

Para além dos “riscos” presentes no ambiente, a relação flexibilizada representa, como enfatiza Dal Rosso (2017, p. 119), “a invasão dos tempos de trabalho sobre os tempos de não trabalho”, dessa forma, a jornada que foi regularizada no trabalho formal em 8 horas diárias, no domicílio informal assume uma nova dimensão de tempo, com o seu prolongamento, e intensidade. Esta relação de flexibilização com a consequente invasão do tempo de trabalho na captura do tempo livre do trabalhador, fica evidente no relato da entrevistada:

Tem um lugar em Santa Cruz que gostamos de ir, que é na avenida no dia de domingo. Mas, às vezes, eu trabalho até no domingo, se tiver encomenda. Ai ele me chama (falando do marido), não fica chateado comigo porque ele é muito paciente, ele entende, mas só que fica: “amor, nós vamos sair?” ai eu digo: “se der, se der certo ai a gente vai.” Se eu tiver terminado as peças a gente vai. Ai semana passada eu trabalhei, quando foi no sábado teve o aniversário de uma filha de uma amiga minha de 15 anos. Ai ela disse: “Venha para a festa”. Ai eu: “Tá bom, eu vou”. Mas eles foram era 18 horas e eu cheguei só às 20h, mas cheguei. Devido a correria (S4 – Santa Cruz do Capibaribe).

Para avançarmos na compreensão do processo produtivo é necessário abordamos questões relacionadas a organização e ao processo de trabalho nas facções.

### **6.3 A organização do trabalho e o processo de trabalho nas facções**

Como já elencamos, a produção de confecções por meio da constituição dos arranjos produtivos locais, segue um modelo de organização flexível onde existe a atuação de várias empresas, de diferentes portes, entidades governamentais e privadas e trabalhadores em diferentes relações de trabalho. Nesta perspectiva, há um forte incentivo a “cultura do empreendedorismo” e a consequente tentativa de encobrir as relações trabalhistas entre patrão e empregado com o véu de relações

---

<sup>52</sup> Idade da criança no período em que ocorreu o acidente.

entre empresários (ALVES; SOUZA, 2010; ALVIM; NUNES; CASTRO, 2012; SOUZA, 2012; TAVARES, 2004, 2006).

Na configuração do APL de confecções do Agreste a produção ocorre, na maior parte dos casos, de maneira fragmentada e descentralizada, uma vez que cada etapa do processo produtivo acontece em um local diferente do município ou de territórios ou municípios próximos. O fluxograma da produção é relatado pelos trabalhadores de Toritama (figura 10).

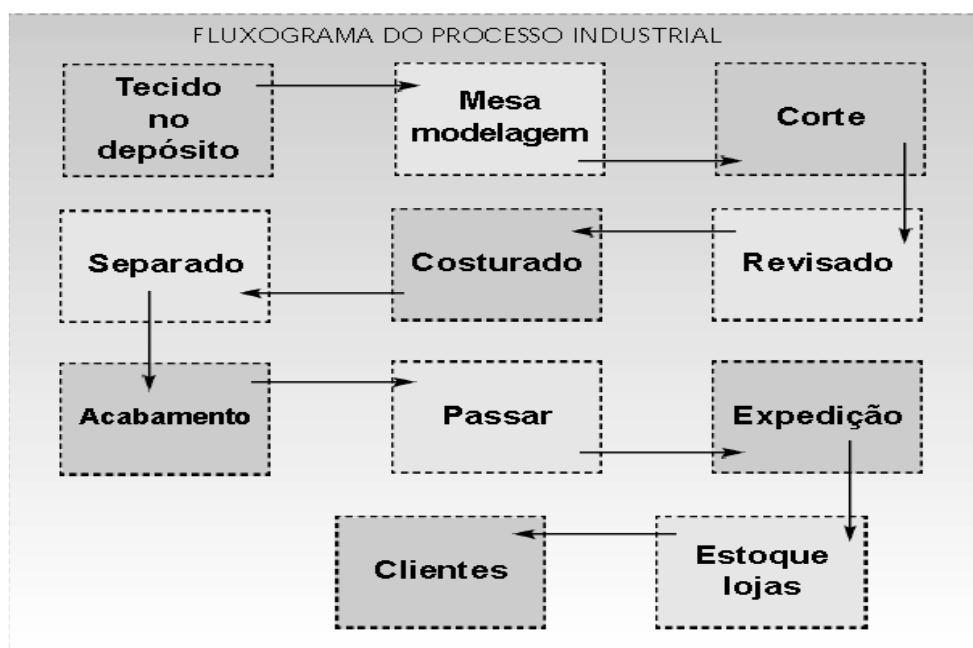
**Figura 10** - Fluxograma da produção no município de Toritama.



Fonte: O autor.

O fluxo elaborado pode ser comparado com o fluxo utilizado em uma indústria “tradicional” organizada sob a lógica do binômio taylorista/fordista (figura 11).

**Figura 11** - Fluxograma do processo de produção de vestuário em uma indústria.



Fonte: Barreto (2000, p.13).

As etapas contidas em ambos fluxogramas possuem semelhanças, até por se tratarem de processos de trabalho similares. As principais modificações ocorridas estão na chamada reengenharia, que consolida-se com o processo de reestruturação

produtiva. Destarte, rompe-se com uma lógica de trabalho “rígida” organizada no “chão de fábrica” e adota-se a flexibilização na organização do processo produtivo. Os reflexos sobre a organização do trabalho se materializam na externalização produtiva, na alteração das condições de trabalho, na transferência de responsabilidades, que antes eram do empregador e passam a ser do trabalhador, assim como dos conflitos gerados no ambiente de trabalho (AMORIM, 2006; CABREIRA; WOLFF, 2013; JINKINGS; MARCELINO, 2007, 2012; TAVARES, 2004, 2015). A gestão da força de trabalho passa a ser organizada por outros mecanismos que prescindem a supervisão direta das atividades por parte do empregador, como é o caso do pagamento do salário por peça. Sob esta lógica, sobretudo com o uso do trabalho informal o capital:

[...] promove meios para continuar alcançando o seu fim, dispondo da força de trabalho de que necessita, mediante formas que reduzam significativamente seus custos. É nesse cenário que viceja o trabalho informal articulado à grande indústria. Para o capital, economizar prédios, iluminação, vigilância, custos sociais [...] (TAVARES, 2004, p.115)

A organização da produção no APL dos municípios estudados acompanha uma tendência do capitalismo contemporâneo, com a finalidade de ampliar as taxas de lucro, a partir da ampliação das taxas de mais-valia. A desregulamentação das leis trabalhistas, o uso da informalidade ou da “formalização do informal” como o caso dos MEI, o trabalho domiciliar são as formas utilizadas para isso.

Diante dos dados coletados, 93% (21) dos entrevistados em Toritama e 91% (13) em Santa Cruz do Capibaribe confeccionam suas peças para terceiros. As peças são encomendadas semanalmente, com a entrega organizada para o sábado. Este fluxo de encomendas é feito afim de favorecer a distribuição das mercadorias nos “dias de feira”, que ocorrem nas segundas e terças-feiras em ambos municípios. No geral, as encomendas são realizadas por meio de intermediários e/ou comerciantes que levam as peças cortadas até a facção e no fim da semana as recolhem:

É o seguinte: as pessoas cortam tecidos terceirizados, ai já mandam pra gente fazer. Ai mandam, no caso, mandam as peças cortadas e a gente começa a fazer. Assim, eu não tenho uma pessoa certa que realiza as encomendas sempre. (S4 Toritama)

Os entrevistados não deixam claro se as pessoas que contratam os serviços possuem alguma empresa ou microempresa ou repassam as mercadorias para outro contratante. Este aspecto pode estar relacionado a proteção da identidade do contratante ou a realmente desconhecer o fluxo da mercadoria, pela intensa fragmentação do processo produtivo na região. Os entrevistados também informam que em alguns casos a produção é realizada exclusivamente para um contratante. Também foram relatados casos da contratação dos serviços ser realizada por duas ou três pessoas diferentes:

No momento eu estou com peças de dois contratantes, mas eu estava com peças de três. Ai eu trabalho (em casa) de manhã pra um, ai a noite já trabalho (em casa) para outro. Porque é melhor ter mais do que costurar só pra um e faltar (S3 Santa Cruz do Capibaribe).

As encomendas também são realizadas por meio de anúncios de serviços colocados nas portas das casas ou das facções ou pelo uso de aplicativo de mensagens. A forma como a encomenda é realizada também expressa a face da flexibilização e precarização do trabalho, onde a insegurança de ter ou não ter encomendas ou contratantes suficientes permeia o dia a dia dos trabalhadores dos dois municípios. O caráter flexível atribuído a produção permite que o vínculo estabelecido seja o “contratante” e o “contratado” seja rompido a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou garantia.

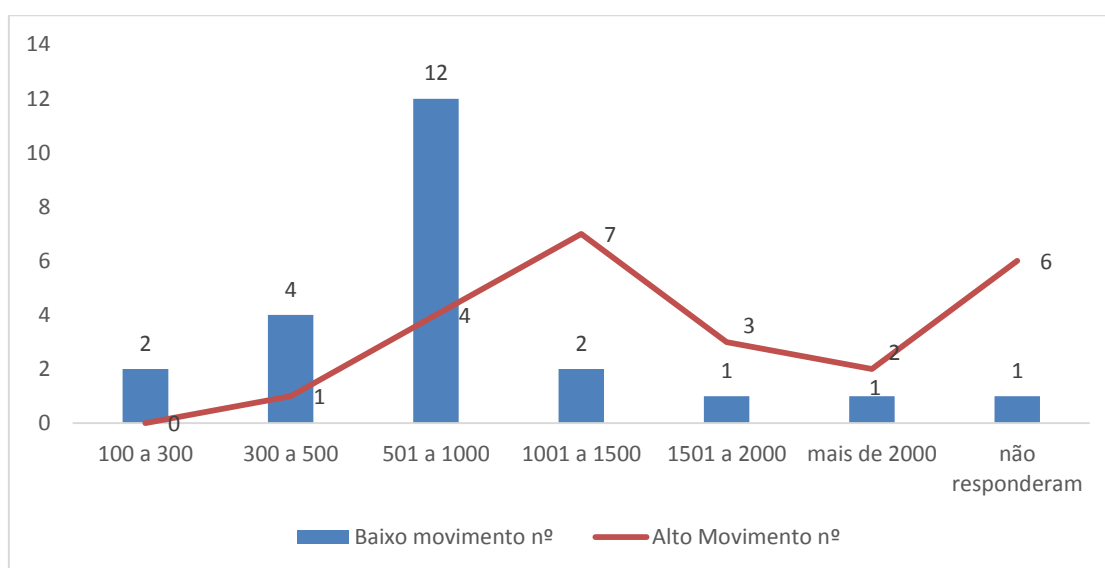
Este aspecto é agravado em diferentes meses do ano com a ocorrência de períodos com alta produção alternados com períodos de baixa produção. Como já expusemos, os períodos relatados como de pico na produção precedem épocas festivas como o São João, meses de maio e junho, e Natal, meses de novembro e dezembro. A quantidade de peças produzidas, o salário e a extensão da jornada de trabalho são consideravelmente modificadas pela sazonalidade da produção. Segundo os entrevistados os preços pagos por peça não sofrem variações em relação aos meses do ano. Souza (2012) também evidenciou este aspecto variável da produção. A autora relata a discrepância entre os meses, com a intermitência entre períodos de alta intensidade produtiva e baixa ou até mesmo ausência de produção.

A quantidade de peças produzidas é uma variável relativa que associa-se diretamente a época do ano. No período em que foram realizadas as entrevistas, meses de produção considerada como “normal” ou “baixa” 46% (17) dos entrevistados



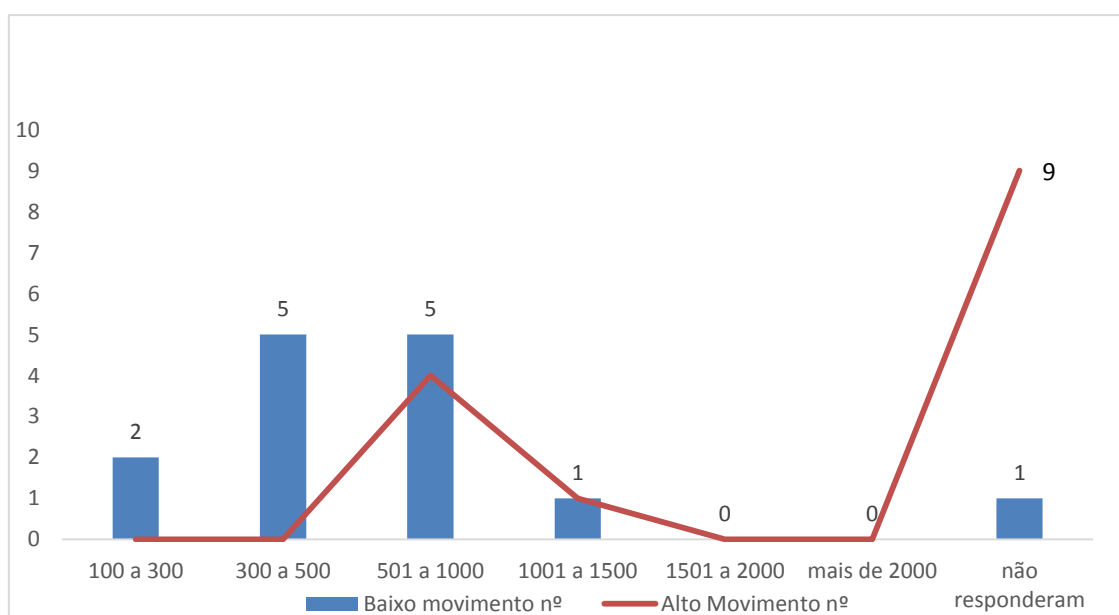
relatam que a quantidade de peças costuradas semanalmente é em torno de 500 a 1000 peças, já quando questionados em relação ao período de pico na produção a distribuição muda, ficando com 21,62% (8) produzem de 500 a 1000 peças, 21,62% (8) de 1001 a 1500 e 8,11% (3) de 1501 a 2000 peças. A distribuição da produção por quantidade de peças e municípios encontra-se nas figuras 12 e 13.

**Figura 12** - Quantidade de peças produzidas no período de baixa e alta produção em Toritama, Pernambuco, 2017.



Fonte: O autor

**Figura 13** - Quantidade de peças produzidas no período de baixa e alta produção em Santa Cruz do Capibaribe, Pernambuco, 2017.



Fonte: O autor.

Os relatos também expressam que a quantidade de peças produzidas é relativa: “No mês mais fraco de movimento saem 300 peças por semana. E nos meses fortes eu faço mil peças por semana” (S2 Toritama). Quando comparadas as informações das figuras a princípio pode aparentar que a produção do município de Toritama é maior, em relação ao quantitativo de peças, mas é importante frisar que 90% das facções visitadas em Santa Cruz do Capibaribe tinham menos de 5 trabalhadores envolvidos na produção, já em Toritama esse percentual foi de 47%. Como o trabalho desenvolvido é coletivo, ou seja, trabalhadores estão envolvidos em diferentes etapas do processo, o número de peças produzidas tende a ser maior nos locais onde estão ocupados mais trabalhadores.

Os preços pagos variam em relação a atividade faccionada (se costura, travetagem, aprontamento), ao tipo de peça produzida e o material que é confeccionada. As peças de jeans têm um preço mais elevado do que as peças de malha. Isso está condicionado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de cada mercadoria. Este tempo é mais elevado na produção das peças de jeans. Assim, apesar da diferença no pagamento do preço das peças, os salários em ambos municípios não sofrem grandes variações devido as diferenças relacionadas ao tempo necessário para produção de cada mercadoria e a características inerentes ao processo de produção de confecções na região, como a produção estar baseada na superexploração da força de trabalho.

Quando questionados acerca da definição dos preços os entrevistados respondem:

Não mudamos o preço, já tem um valor fixo. Trabalho com essa pessoa há três anos. Quando ameaça alterar ai ele já procura outra facção e já coloca as peças em outro lugar, esse cara trabalha muito em cima de preços. 10 centavos já é uma diferença (S2 Toritama).

Ele (pessoa que realiza as encomendas) vem aqui na facção e diz: veja, eu quero que você faça isso, mas eu só pago a 10 centavos. Ai se eu disser assim: não, pode pagar 12 centavos? Ai ele diz: não. Se eu não quero, outras pessoas querem, né?! É porque eu não entendo, tem facção e fabrico. Pra mim tanto faz. Eu não entendo. Agora eu acho barato, tá entendendo? Porque a pessoa gasta energia, gasta o tempo todinho. Mas eu vou fazer o que? (S3 Toritama)

Pelas entrevistas é evidente que os trabalhadores não possuem controle sobre a definição dos preços cobrados. Este são pré-definidos pelos intermediários ou

comerciantes que levam as mercadorias até as facções. A relação entre os preços pagos por cada mercadoria está diretamente relacionada ao salário dos trabalhadores, já que este é pago por peça e que nada mais é do que uma forma metamorfoseada do salário por tempo como analisou Marx (2013).

Não é possível estabelecer com clareza uma tabela de preços, pois as atividades realizadas são variadas e as mercadorias produzidas tem diferentes especificidades que interferem no tempo de produção. Porém, em Toritama os relatos extraídos nas entrevistas mostram que os preços recebidos para costura variam de 0,70 centavos a 4,00 reais por peça, incluindo várias etapas que são subdivididas no interior da própria facção. Destarte, existem nestes locais trabalhadores responsáveis por funções específicas como colocar braguilhas (R\$ 0,20), revel (acabamento) (R\$ 0,07), cós (R\$ 0,05 a 0,25), riata (R\$ 0,05), bolsos (R\$ 0,05 a 0,25) e etiquetas (R\$ 0,06). Algumas dessas atividades são realizadas nos chamados “travetes” que tem por finalidade realizar costuras em determinados pontos da peça para “travar” ou reforçar a costura no local, como exemplo, as regiões próximas aos bolsos das calças. Nestes locais também são colocados os botões e feitas suas “casas”, com preços variando de 0,24 a 0,48 centavos por peça (figura 14). Por fim, no aprontamento das peças, a chamada limpeza da peça é realizada e por ela é pago em torno de R\$ 0,20 por peça limpa.

**Quadro 2** - Preço pago por atividade realizada no município de Toritama, Pernambuco, 2017.

<b>Atividade Realizada</b>	<b>Preço pago</b>
Costura da peça completa	R\$ 0,70 a 4,00.
Aplicação de Braguilha	R\$ 0,20
Revel	R\$ 0,07
Costura do Cós	R\$ 0,05 a 0,25
Costura da Riata	R\$ 0,05
Costura dos Bolsos	R\$ 0,05 a 0,25
Aplicação das Etiquetas	R\$ 0,06
Aplicação dos Botões	R\$ 0,24 a 0,48
Limpeza da Peça	R\$ 0,20

Fonte: O autor

**Figura 14** - Tabela de preços utilizadas em travete em Toritama.

CASA QUADRADA.		PREÇO DA PEÇA COMPLETA COM A CASA.	
1-casa:	24 centavos	1-casa:	30 centavos
2-casas:	30 centavos	2-casas:	38 centavos
3-casas:	36 centavos		
4-casas:	42 centavos		
5-casas:	48 centavos		

Fonte: O autor.

Em Santa Cruz do Capibaribe os valores pagos são mais baixos, giram em torno de R\$ 0,35 a no máximo R\$ 2,50. A produção apesar de ser subcontratada e parcelizada passa por menos etapas que na produção das peças jeans.

Na maioria dos casos o destino das mercadorias coincide com a origem das encomendas, que é seu retorno ao intermediário ou microempresário/empresário que realizou a encomenda, ou como os entrevistados costumam chamar os “donos das peças”. Nos dados tabulados 78,26% (18) em Toritama e 64,29% (9) em Santa Cruz do Capibaribe destinam sua produção a intermediários. Ainda ao tratar do destino das mercadorias, só que agora em relação a sua comercialização, os entrevistados relatam:

Aí eu não sei explicar pra onde as peças vão, por que assim, eu estou parada, como agora. Ai eu coloco assim, preciso de peça para o overloque boleiro e reta, no caso. Aí alguém vem, me oferece a peça. (S1 Santa Cruz do Capibaribe).

Não sei, pra bem longe. Que é só entrega. Ai é bem longe, esses lugares longe, eles só vem buscar. Ai eu não sei lhe falar para onde vai, porque vários fregueses dela levam a mercadoria pra longe. Outros estados, não sei lhe informar onde. (S4 Santa Cruz do Capibaribe).

Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte... vão todas para fora... (questionado se vende as peças na cidade) Não, essas vão todas para fora do estado... (S2 Toritama)

Ai eu não sei para onde vai não... eu não sei se eles vão pra feira, se vão para outro lugar, não sei. Sei não, daqui sai e eu não sei não pra onde vai. Sei nem pra onde eles levam essas peças. (S3 Toritama)

As informações sobre a comercialização final das peças são vagas, quando apontam um destino referem-se a outros estados do Brasil, além do comércio no próprio APL em municípios mais próximos. Porém, nos relatos também está presente o total desconhecimento dos entrevistados sobre o destino das peças produzidas. Há aqui uma dimensão diferenciada da alienação/estranhamento do trabalho que se tinha na organização tipicamente taylorista/fordista. Os produtos do trabalho humano se defrontam com seus produtores como algo estranho, alheio a estes, não mais nas fábricas, mas por várias residências e galpões espalhados pelos municípios. A própria relação inicial que pode aparentar uma maior autonomia destes trabalhadores, por trabalharem em casa sem uma supervisão direta, se desmancha em sua essência reificada. Marx (2010, p.81) expõe a relação de estranhamento:

[...] quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando, tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio.

A forma alienada do trabalho realizada nas facções reflete para além da produção material das mercadorias, esta externalização volta-se contra os trabalhadores como estranhamento, aviltamento destes. Evidentemente que o sócio-metabolismo do capital é condição *sine qua non* para a ocorrência desta relação estranhada, coisificada, fetichizante, onde relações sociais tomam a aparência de relação entre coisas. Porém, a dinâmica de organização do trabalho sob a égide da flexibilização do trabalho amplia esta dimensão para outros patamares (ANTUNES, 2009, 2011a).

A organização externa e interna da produção, considerando a divisão técnica do trabalho, não é uma superação da lógica taylorista/fordista para o toytismo, *quicá* uma metamorfose com traços dos modelos organizacionais permeados com “grande dose de precarização”. Senão vejamos, a produção se organiza de forma

descentralizada, distribuída por toda a cidade, utilizando do trabalho informal, neste incluso o trabalho domiciliar. Como explica didaticamente o entrevistado:

Porque nós somos um prestador de serviço. Aí as fábricas mandam pra gente e a gente produz [...] tudo tem as suas funções. Em Toritama existe o que? As pessoas que fazem, que produzem a peça, ai essas peças já vão para outras pessoas que tem travete, coloca o cóis, já é uma outra pessoa. Tem a pessoa que já faz a barra... tudo tem sua etapa. Que nem a pessoa quando vai construir uma casa. O pedreiro ele faz, no caso, a armação. O outro faz a base. Cada um tem a sua função. O aprontamento é quem entrega a mercadoria assim do jeito que vocês estão usando aí (S4 Toritama).

Porém, esta divisão também ocorre no ambiente de trabalho das facções, sobretudo nas que não estão instaladas nos domicílios. Os trabalhadores têm funções bem definidas e pouco mudam a atividade que realizam, se “especializando” naquela tarefa específica e a realizando no menor tempo possível de forma continua e repetitiva. Assim, na organização do trabalho não há uma superação de um “modelo” de organização para outro e sim combinações de traços característicos. Estas alterações permeadas pela flexibilização das relações e condições de trabalho, têm como mediações a formação sócio-histórica do nordeste brasileiro, a dinâmica organizativa dos trabalhadores, as políticas públicas desenvolvidas, entre outras. Moraes (2016, p. 52) reforça a tese de articulação das formas de organização do trabalho:

[...] para nós, toyotismo não é o mesmo que pós-fordismo. Em outras palavras, não constatamos uma total ruptura entre o modelo taylorista-fordista e o toyotismo. Trata-se muito mais de uma ideia de superação que conserva pressupostos que um corte ou uma mudança abrupta.

No entanto é necessário ressaltar que o analisado no APL de confecções do Agreste não é uma expressão de um modelo organizacional específico ou uma transposição mecânica de características organizacionais de um “modelo”. Se analisarmos desta maneira cairíamos no equívoco por desconsiderar aspectos particulares da formação do APL. As múltiplas determinações analisadas explicitam a condição de precarização social do trabalho nas facções, que apesar da aparente autonomia e controle do trabalho reforçada ideologicamente, tem em seu conteúdo a dependência na organização da produção, seja no trabalho “autônomo” desenvolvido nos domicílios, seja na subcontratação de trabalhadores.

Este aspecto esteve presente nos depoimentos dos entrevistados. Como relata a entrevistada: “Não sou eu que decido o que fazer, o dono da facção é que coloca. Eu que faço a braguilha, outro faz bolso [...]” (S5 Toritama).

Assim, como analisamos nos parágrafos anteriores a dinâmica organizativa da produção é determinada externamente ao ambiente das facções, o quantitativo de peças a serem produzidas, as datas de entregas e os preços pagos pouco sofrem influência dos façõnistas<sup>53</sup>.

Ainda sobre este aspecto Tavares (2004) enfatiza que a lógica do trabalho realizado em facções ao contrário de ser trabalho “autônomo” depende do fornecimento da matéria prima por parte do contratante, além deste trabalho ser pago por peça produzida, o que explicita a dependência do façõnista em relação a outra empresa. Destarte, para avançar na compreensão da organização do trabalho interno nas facções temos que nos debruçar sobre os elementos que constituem o seu processo de trabalho.

### 6.3.1 Processo de Trabalho nas Facções

Compreendemos a partir da análise marxiana que o processo de trabalho, assim como o trabalho, é uma condição essencial, ou seja, ineliminável a vida dos seres humanos, sendo comum a todas formas sociais. Marx (2013) expõe os momentos simples do processo de trabalho como: uma atividade orientada a um fim, ou seja, o próprio trabalho, seu objeto e por último seus meios. Dessa maneira o trabalho, por meio da constituição do processo de trabalho, orienta a atividade humana na transformação da natureza em meios de subsistência e produção (valores de uso). Se considerarmos o processo a partir do seu resultado, tanto os meios de trabalhos, quanto os objetos de trabalho são considerados como meios de produção (MARX, 2013).

---

<sup>53</sup> Outro estudo realizado no município de Toritama identificou aspectos semelhantes na relação de subordinação dos trabalhadores. Souza (2012) evidenciou a relação de subordinação de famílias façõnistas no município de Toritama. Segundo a autora: “O trabalho desenvolvido nas facções é totalmente subordinando ao empregador, às micro e pequenas empresas. Estes delimitam *quando* devem entregar as mercadorias (o tempo necessário para produzir), *quanto* de mercadorias os trabalhadores devem produzir e o *valor total* que será pago pelo serviço ou pelo número de mercadorias produzidas através do pagamento por peça/produção, criando a ilusão de que o pagamento não é pela venda da força de trabalho e sim pelo resultado do seu trabalho” (SOUZA, 2012, p.78).

Esta constatação anterior confere um sentido universal ao processo de trabalho, obviamente este sofrerá determinações sócio históricas das diferentes formas de organização da sociedade, assumindo assim um caráter particular. Na sociabilidade capitalista o processo de trabalho é também processo de valorização do capital. Sobre esta unidade Marx a analisa como processo de produção capitalista:

O processo de produção, como unidade dos processos de trabalho e de formação de valor, é processo de produção de mercadorias; como unidade dos processos de trabalho e de valorização, ele é processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias (MARX, 2013, p. 273).

Portanto, a compreensão da historicidade do processo de trabalho na sociedade capitalista é também a compreensão da subsunção do trabalho ao capital. Feito esta breve introdução, é possível avançar na caracterização do processo de trabalho nos municípios estudados.

O processo de trabalho realizado nas facções utiliza basicamente o local onde a facção está instalada (meio de trabalho), as máquinas de costura necessárias para produção (meios de trabalho), a energia elétrica (meio de trabalho), aviamentos necessários (linhas, botões e enfeites das peças no geral - meio de trabalho), as peças cortadas (objeto de trabalho) e a força de trabalho (atividade humana destinada a um fim). Ao final de qualquer processo de trabalho é gerado um produto deste, nesta forma societária particular uma “mercadoria”, que no nosso caso será a peça de vestuário.

A forma mercadoria possui em seu conteúdo um duplo sentido, é valor de uso, pois, é fundamental que satisfaça uma necessidade<sup>54</sup> para que seja consumida, e é valor, expresso em seu valor de troca quantificado no *quantum* de trabalho socialmente necessário<sup>55</sup> para sua produção. Dessa forma, a produção de mercadorias é ao mesmo tempo desenvolvimento do processo de trabalho e processo de formação do valor, já que nas mercadorias produzidas se incorporam o tempo de

---

<sup>54</sup> “Se estas (necessidades) provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão (MARX, 2013, p. 113).

<sup>55</sup> Como escreve Marx (2013, p.272) “No entanto, o trabalho só importa na medida em que o tempo gasto na produção do valor de uso é socialmente necessário, o que implica diversos fatores. A força de trabalho tem que funcionar sob condições normais. Se a máquina de fiar é o meio de trabalho dominante na fiação, seria absurdo fornecer ao trabalhador uma roda de fiar. Ou em vez de um algodão de qualidade normal, fornece-lhe um refugo de algodão, que a toda hora arrebenta. Em ambos os casos, seu trabalho ocuparia um tempo de trabalho maior do que o socialmente necessário”.



trabalho socialmente necessário para sua produção. Neste aspecto reside uma compreensão fundamental para o entendimento do *modus operandi* capitalista. É necessário para a acumulação capitalista, que a quantia inicialmente utilizada na compra dos meios de produção e da força de trabalho, ao final do processo seja maior que o início, como representado na fórmula geral do capital: D (dinheiro) – M (mercadoria) – D' (quantia maior que a inicial).

Então, qual mercadoria seria capaz de incorporar mais-valor no processo de produção? Já que relação entre valores de troca se dá entre o *quantum* de trabalho cristalizado em cada mercadoria. A mercadoria força de trabalho é a resposta da pergunta, pois:

O valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são, portanto, duas grandezas distintas. É essa diferença de valor que o capitalista tem em vista quando compra a força de trabalho. Sua qualidade útil, sua capacidade de produzir fio ou botas, é apenas uma condição indispensável, já que o trabalho, para criar valor, tem que ser despendido de modo útil. Mas o que é decisivo é o valor de uso específico dessa mercadoria, o fato de ela **ser fonte de valor**, e de mais valor do que aquele que ela mesma possui [...]. **Na verdade o vendedor da força de trabalho, como vendedor de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso.** Ele não pode obter um sem abrir mão do outro (MARX, 2013, p. 270; grifo nosso).

O que Marx constata é que a força de trabalho é a única mercadoria capaz de ser fonte de valor, ou seja, de produzir mais valor do que ela possui, justamente pela dupla acepção da mercadoria, onde seu valor de uso é ser fonte de valor para o capitalista e seu valor de troca são as condições necessárias para manter a reprodução da força de trabalho ativa, ou seja, o salário. Por meio desta relação é que o processo de trabalho assume sua particularidade na sociedade capitalista, compondo o processo de produção de mercadorias e sendo também processo de valorização do valor.

É sob estas determinações que os diferentes processos de trabalho se organizam no capitalismo. No APL de confecções a organização do processo de trabalho nos domicílios ou em instalações precárias de garagens ou galpões é uma expressão das determinações contemporâneas do modo de produção capitalista.

A atividade desenvolvida nas facções pode ser caracterizada em: ato de costurar tecidos e/ou adereços para formar peças de vestuários, sofrendo pequenas

alterações a depender do tipo de atividade realizada, se costura de bolsos, costura de cócs, entre outras. Os meios de trabalho utilizados diretamente no processo são as máquinas de costura de diferentes tipos<sup>56</sup>: reta; overloque; galoneira (goleira); travete; máquina de braço, caseadeira e botoneira. A descrição dos equipamentos e suas funções básicas encontram-se no quadro 3.

**Quadro 3** Tipos de máquinas de costura utilizadas e suas funções

<b>Máquina de Costura</b>	<b>Função</b>
<b>Reta</b>	Faz o ponto de costura básico, utilizado para construir a maioria dos tipos de costura. É a máquina mais popular em qualquer atelier ou fábrica.
<b>Pespontadeira</b>	Máquina industrial com a finalidade de fazer o pesponto de jeans e outros tecidos pesados. Possui de duas a três agulhas. Esse tipo de máquina é utilizada para acelerar o processo de produção
<b>Overloque</b>	Usada para arrematar bordas de tecido criando um acabamento limpo e impedindo que o tecido desfie; utilizada em tecidos planos e no fechamento de tecidos com elasticidade como a malha.
<b>Galoneira</b>	Usada para fazer barras em tecidos com elasticidade, cruzando as linhas do lado do avesso, evitando assim que a costura estoure na hora de vestir.
<b>Travete</b>	Máquina robusta que tem como finalidade fazer travas em pontos específicos onde há maior tensão como bolsos, passantes, laterais, zíper.
<b>De braço</b>	Une embutindo às bordas do tecido e pesponta ao mesmo tempo. Por possuir um braço cilíndrico, faz o fechamento de partes tubulares como as entrepernas de calças jeans e mangas de camisas.
<b>Caseadeira</b>	Essa máquina faz caseados tradicionais em diversos tamanhos, principalmente em jeans e alfaiataria.
<b>Botoneira</b>	Usada para aplicação de botões.

Fonte: adaptado de Saleh (2015; TIPOS..., 2014)

Pela própria dinâmica flexível na organização do trabalho e as limitações de renda dos trabalhadores, os equipamentos utilizados estão nos mais variados estados de funcionamento (em relação a tempo de fabricação, período de uso e funções desenvolvidas pela máquina). Além disso, não existe uma periodicidade de manutenção definida, e esta manutenção quando ocorre, é de responsabilidade dos próprios façoneiros.

A respeito da posse das máquinas de costura, 65% (24) dos entrevistados relataram que estas são próprias, 27% (10) são dos empregadores, 5% (2) cedidas e 3% (1) não respondeu. Nos dois municípios o perfil permanece semelhante ao apresentado: em Santa Cruz do Capibaribe 72% (10) e Toritama 61% (14%) dos entrevistados tem a posse de seus instrumentos de trabalho. Os entrevistados que

<sup>56</sup> Nas entrevistas semiestruturadas foram relatados os seguintes tipos de máquina: reta, goleira, overloque e travete. As demais citadas são oriundas da observação dos pesquisadores e da pesquisa bibliográfica sobre a produção de peças de vestuário.

afirmam não ter a posse das máquinas trabalham em facções instaladas fora do domicílio.

A posse dos “meios de produção” por parte dos façonistas, seja no trabalho domiciliar ou nas pequenas facções que subcontratam trabalhadores não os credencia como capitalistas, visto que a finalidade última de sua produção são as suas próprias necessidades básicas de reprodução, contudo não exclui a complexa articulação do capitalismo contemporâneo na utilização destes trabalhadores para a extração de mais-valia. Como explicam Alves e Tavares (2005):

Impulsionado pela extração de mais-valia, o capital emprega força de trabalho sob as formas mais variadas em cada momento histórico [...] Na sociedade contemporânea, não é incomum, embora não se possa apontar como tendência dominante, a existência de trabalhadores que utilizam os seus próprios meios de produção. Mas isto não se pode atribuir a um caráter socialista, nem mesmo classificá-lo como novidade, pois já estava presente na gênese do modo de produção capitalista (ALVES; TAVARES, 2005, p. 435-436).

Ainda ao tratar da posse dos instrumentos de trabalho, apesar de não termos abordado a questão do endividamento destes trabalhadores com a compra dos instrumentos de trabalho nas entrevistas da pesquisa, Souza (2012, p. 98) ao estudar trabalhadores de facções em Toritama afirma:

Alguns trabalhadores afirmaram que compraram as máquinas usadas de outras facções que fecharam, outros alegaram que parte das máquinas foi comprada através de crediário. Assim, além de custear toda a estrutura de uma unidade produtiva os trabalhadores também possuem a despesa das mensalidades das máquinas de costura. Segundo o relato de uma trabalhadora, ela paga mensalmente R\$ 400,00 por uma máquina nova de rebater que comprou em 10 vezes. Outra trabalhadora afirmou que chegou a juntar R\$ 2.000,00 (trabalhando na confecção para abrir a sua própria facção) para dar de entrada em 10 máquinas de costura, dividiu em 12 vezes de R\$ 800,00, no momento da entrevista ainda estava com o débito.

A organização do processo de trabalho nas facções amplia os gastos dos trabalhadores para conseguir manter a produção, pois como já abordamos, externaliza os custos da produção (energia elétrica, aluguel, equipamentos e manutenção) para os trabalhadores ditos “autônomos”. Além disso, como analisou Souza (2012) favorece mecanismos de endividamento a médio prazo, como a aquisição das máquinas via crediário. Associado aos custos de manutenção da

produção estão a necessidades básicas de reprodução dos trabalhadores e suas famílias.

Os produtos gerados no processo de trabalho são diversificados. Em Toritama a produção gira em torno da matéria-prima jeans, mas dá origem a calças, bermudas e saias, com algumas facções confeccionando exclusivamente peças femininas. Em Santa Cruz do Capibaribe a produção é mais diversificada e os entrevistados relatam que a produção é influenciada pela “modinha” caracterizada pela confecção de peças que seguem a influência da mídia para sua confecção, como por exemplo, roupas utilizadas por personagens de novelas da atualidade. Como relata a entrevistada “a gente costura modinha. Blusa, saia, calça (S2 Santa Cruz do Capibaribe)”. Também foi relatada a produção de roupas íntimas femininas, bermudas, camisas, jaquetas, blusas femininas, calças, saias, “moda fitness” e roupas infantis. A produção nas facções visitadas em Santa Cruz não utiliza o jeans como matéria prima. A produção é focada em produtos de elastano, algodão e poliéster.

### 6.3.2 Pagamento da força de trabalho: o salário por peça

A forma salário adotada na produção de mercadorias nas facções é o salário por peça ou por produção, esta última focada nas facções que subcontratam trabalhadores e os remuneram por funções específicas, como por exemplo, a aplicação de braguilhas ou etiquetas. Esta forma de salário é utilizada como pagamento de 95% (35) dos entrevistados sem variações consideráveis quando analisado por município 95% em Toritama e 93% em Santa Cruz do Capibaribe.

O pagamento realizado por peça/produção aparentemente apresenta-se como uma relação entre produtores, na compra e venda de produtos do trabalho. Porém, a relação que essencialmente se expressa é a de compra e venda da força de trabalho. Tavares (2004, p. 193) explica a condição:

O assalariamento enquanto expressão jurídica das relações de produção existentes nesta sociedade está se metamorfoseando, o que não equivale a dizer que o capitalismo contemporâneo prescinde do sistema salariado nem do trabalho vivo. As obrigações do trabalhador, sejam quais forem as relações de trabalho, continuam submetidas às mesmas regulações que incidem sobre o assalariado, indicando que a mudança é apenas formal [...].

Nas palavras de Marx (2013, p.621-622):

O salário por peça não é senão uma forma modificada do salário por tempo, assim como o salário por tempo, a forma modificada do valor ou preço da força de trabalho [...]. Fica claro, no entanto, que a diferença de forma de pagamento do salário não modifica em nada a essência deste último, ainda que uma forma possa ser mais favorável que a outra para o desenvolvimento da produção capitalista.

Desta maneira, a definição do pagamento realizado por peça/produção não é feita de maneira arbitrária, pelo contrário, é determinado pela teoria do valor trabalho, ou seja, é uma expressão do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria. Porém existem particularidades nesta forma de pagamento que são utilizadas em determinados setores produtivos como mecanismos de gestão da força de trabalho (TAVARES, 2004; TAVARES; LIMA, 2009).

A suposta “autonomia” que é enfatizada por essa forma de pagamento é falsa, e dimensões relacionadas exclusivamente da relação esforço individual/ aumento dos salários servem mais como um reforço da ideologia dominante para a intensificação e extensão das jornadas de trabalho. Evidentemente que esta forma de salário relativiza o pagamento dos trabalhadores de diferentes formas, como por exemplo, o maior grau de destreza e habilidade de determinado trabalhador na execução da tarefa lhe conferirá, a priori, um pagamento mais elevado que um trabalhador menos habilidoso. Essa condição aparece no relato da entrevistada:

Eu mesmo, é porque assim, eu moro aqui em Toritama faz nove anos. Mas eu sou meio devagar nessas coisas (se referindo a costura). Agora é que eu aprendi a costurar essas peças. Eu sou meio devagar ainda, sabe? Aí quem é mais rápido ganha mais, né? Eu não sou. (S3 Toritama)

Assim, mesmo sofrendo as determinações da lei do valor trabalho, o pagamento do salário é sempre relativo, visto que varia de acordo com a produção individual dos trabalhadores. “No que diz respeito a receita real surgem, aqui, grandes diferenças, conforme os distintos níveis de destreza, força, energia, resistência, etc. dos trabalhadores individuais” (MARX, 2013, p. 625). Contudo, esta variação tende, ainda segundo a análise marxiana, a aumentar os salários individuais ao ponto que rebaixa o nível médio dos salários, pois reduz tempo de trabalho socialmente necessário para a produção da mercadoria (MARX, 2013).

A dimensão presente na variação do pagamento relacionado a um maior tempo de trabalho para a confecção de determinada peça, por exemplo a peça “A” em relação à peça “B” é expressa no depoimento:

Porque a peça mais simples fica no preço de dois reais e setenta centavos, três reais. E quando a peça exige um modelo mais complicado, que hoje em dia, é roupa para mulher é muito diferente, de mulher vaidosa... um bolsinho diferente, uma etiqueta, uma costura diferente (paga mais). (S4 Toritama)

Ao questionarmos o mesmo entrevistado se o salário sofre variações quando são costuradas as peças mais “difíceis” em relação as “fáceis” a resposta explicita a relação de pagamento pelo tempo de trabalho necessário à produção: “acaba dando a mesma coisa” (S4 Toritama).

Acerca da gestão da força de trabalho nas fábricas o salário por peça é um elemento essencial no controle dos trabalhadores. Como apontado por Marx (2013), esta forma prescinde o uso de supervisão direta, pois os próprios trabalhadores se organizam para produzir a maior quantidade de peças possíveis, visto que o salário estará relacionado a este quantitativo. Associado a este aspecto, estão aspectos relacionados ao controle de qualidade do produto, a eliminação de “tempos livres” durante a jornada de trabalho e a consequente intensificação do trabalho. Sobre esta análise Tavares (2004, p. 204) afirma:

O método de pagamento por peça, ainda segundo Marx, permite que a qualidade e a intensidade do trabalho sejam controladas pela forma salário, com o que se torna supérflua a supervisão. A essa economia alia-se a do prédio, da energia, etc. e a vantagem de que certamente o capitalista não pagará por qualquer tempo em que o trabalhador tenha ficado desocupado. Acrescenta-se ainda a possibilidade de rebaixamento do custo do trabalho pela aplicação mais intensa da força de trabalho. O trabalhador que é pago por peça é levado a trabalhar mais ou pedir a ajuda de familiares para obter uma maior produção, a fim de aumentar sua renda. No entanto, ao fazer isso está criando condições para rebaixar o custo do seu trabalho, e de todos os outros trabalhadores envolvidos na mesma atividade, pois a partir da sua produção o tempo médio que serve de base para o valor daquele trabalho pode ser alterado.

A questão levantada pela autora, principalmente no tocante a participação de membros da família no processo produtivo merece ser destacada. Como já abordamos essa condição é estruturante do trabalho no APL. Cabe destacar que ela

também é engendrada no trabalho reconhecido como “ajuda”, realizado por membros da família que não estão diretamente inseridos no processo, mas que em períodos de picos de produção contribuem de maneira gratuita para a confecção das mercadorias. O uso do trabalho infantil no auxílio a produção é um exemplo desta prática: “minha menina também costura. E me ajuda” (S4 Santa Cruz do Capibaribe).

Um último elemento a ser destacado nesta forma específica de pagamento, é que ela possibilita a presença de intermediários no processo produtivo. Estes promovem o subarrendamento do trabalho, se interpondo entre empresários e os trabalhadores da facção e favorecendo ainda mais o rebaixamento dos salários. Nas pequenas facções que subcontratam os trabalhadores o pagamento por produção também será reduzido, pois os proprietários/trabalhadores das facções retiram parte do recebido e repassam uma quantia inferior aos trabalhadores “a exploração dos trabalhadores pelo capital se efetiva, aqui, mediante exploração do trabalhador pelo trabalhador” (MARX, 2013, p. 624).

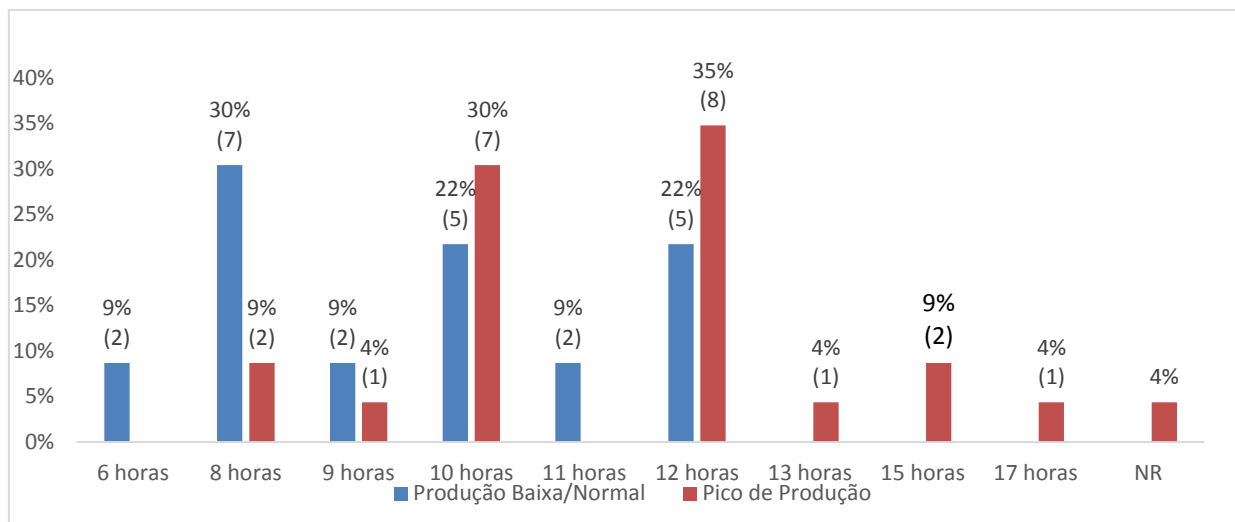
A partir dos pontos elencados podemos analisar como o pagamento pela forma salário por peça cumpre um importante papel na gestão da força de trabalho, inclusive sendo um instrumento de intensificação do trabalho e de alongamento da jornada de trabalho.

### 6.3.3 A Jornada de Trabalho

Outro elemento variável no processo de produção desenvolvido nas facções é a jornada de trabalho. Pelo caráter flexível da produção, que sofre variações no decorrer do ano, a jornada de trabalho também oscila com essas variações. A combinação entre o pagamento do salário por peça/produção com a informalidade, permite a extensão da jornada de trabalho a patamares similares a jornadas realizadas no final do século XIX.

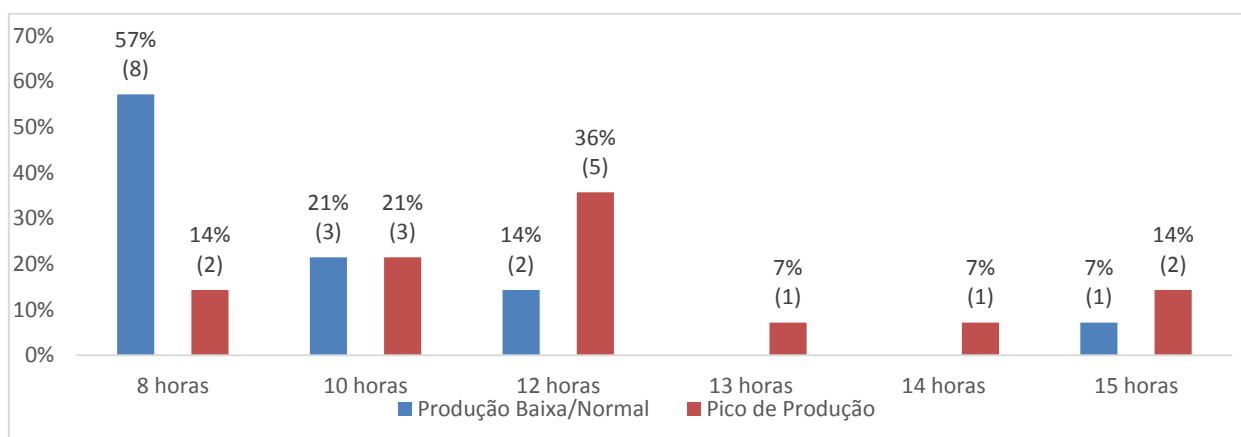
A duração da jornada de trabalho dos entrevistados nos dois municípios está presente nas figuras 15 e 16. Ressaltamos que foi comparado o período considerado de produção normal/fraca com o período que os entrevistados consideram como o pico da produção.

**Figura 15** - Variação da jornada de trabalho nas facções, considerando o volume da produção, no município de Toritama, segundo resposta dos entrevistados.



Fonte: O autor

**Figura 16** - Variação da jornada de trabalho nas facções, considerando o volume da produção, no município de Santa Cruz do Capibaribe, segundo resposta dos entrevistados.



Fonte: O autor

Em Toritama, nos períodos considerados como de baixa produção, 39% dos entrevistados tinham jornada de trabalho de até 8 horas diárias, de segunda a sexta, e 4 horas aos sábados<sup>57</sup>, com uma jornada semanal de 44 horas. Os 61% restantes relataram trabalhar diariamente entre 9 e 12h, com esse horário reduzido aos sábados, jornada que variou de 49 a 64 horas semanais, se considerarmos as 4 horas de trabalho aos sábados e o domingo como dia de descanso. Nos meses de pico na

<sup>57</sup> Quando questionados sobre o trabalho aos fins de semana, este existe, mas relaciona-se com as variações na produção. Os entrevistados que eram contratados de facções trabalhavam, na maioria dos casos, aos sábados de 8 às 12h. Porém, dependendo da quantidade de peças a serem entregues este horário era estendido ou reduzido. No trabalho domiciliar esta linha é mais tênue.



produção, o percentual de entrevistados que relataram trabalhar até 8 horas diárias cai para 9%. As jornadas relatadas que situam-se acima das 8h diárias, variam de 9 até 17 horas de trabalho por dia. Carvalho e Silva (2015) relataram situação semelhante em Toritama, uma vez que, 87% das trabalhadoras entrevistadas no município trabalhavam entre 9 e 15 horas

Em Santa Cruz do Capibaribe o percentual de entrevistados que relatou trabalhar até 8 horas diárias nos períodos de baixa produção foi de 57%. Os outros 33% distribuíram-se entre 10 a 15 horas de trabalho diário. Nos períodos de pico, 14% dos entrevistados relatam trabalhar 8 horas diariamente. Comparando os dois períodos apresentados, observamos uma variação de 43% nas respostas, número que expressa a alta flexibilidade da jornada de trabalho nas facções. Os 86% dos entrevistados que afirmaram trabalhar mais de 8 horas diárias nos períodos de alta produção, distribuíram-se em jornadas de 10 a 15 horas de trabalho diário. Carvalho e Silva (2015) relataram que 79% das trabalhadoras entrevistadas em Santa Cruz do Capibaribe relataram trabalhar mais de 9 horas diárias, com relatos de jornadas de 19 horas diárias. No relatório do Sebrae (2013), o órgão relata uma jornada de trabalho média nas facções (empreendimentos complementares) de 43 horas semanais, o que contrasta com o observado por nós, e os estudos de Souza (2012) e Carvalho e Silva (2015).

Estas características empiricamente observadas, coadunam com dois aspectos analisados por Silva (2013), que se referem a ordenação do tempo jornada de trabalho. Um aspecto refere-se a dimensão qualitativa da jornada de trabalho e outro a sua dimensão quantitativa. Na última é considerada a duração da própria jornada, ou seja o tempo de trabalho desenvolvido. Já a dimensão qualitativa se refere a distribuição da jornada ao longo de um determinado período de tempo, seja de um dia, mês, semana ou do ano. Para além do aspecto quantitativo da jornada de trabalho, é necessário analisar seu aspecto qualitativo, pois este sofre considerável alteração nos períodos de pico da produção, ampliando ainda mais a extensão da jornada. É fato que este aspecto incidirá sobre os trabalhadores de formas distintas.

Os elementos da flexibilidade na jornada de trabalho também estão presentes nos relatos dos entrevistados extraídos nas entrevistas semiestruturadas:

Acordo de cinco horas da manhã, sento na máquina de cinco até uma da tarde [pausa para o almoço e retorna] dá uma e meia até as dez da noite sentado na máquina. (S2 Toritama).

É assim, como eu trabalho em casa, tanto faz eu me acordar de seis horas, de oito horas, para começar. Depende, não tem um horário certo não, porque eu trabalho em casa. Se tiver muitas peças, aí eu me acordo cedo, mas se não tiver, eu acordo meio dia. Não tem horário certo não. [Quando as encomendas aumentam] eu vou até meia noite, às vezes até mais. Eu vou pra 3h da manhã. (S3 Toritama).

Eu chego de 8 horas e saio ao meio dia. Ai retorno às 14h, e saio às 19h. [Quando as encomendas de peças estão baixas] quando está baixo nós diminuimos a jornada (S5 Toritama).

Mais ou menos o horário mesmo de eu começar a trabalhar na máquina é 8h30, por ai, porque primeiro eu cuido dos meus filhos. Eu não acordo assim para de 7h eu ir para máquina, não. Eu faço alguma coisa que tem para fazer, aí como é em casa não tem que tá marcando horário, né? Ai quando eu perco de manhã, eu estico pra noite. Até 22, 23horas, depende do preparo físico que a pessoa está [...] [questionada se amplia o horário para a madrugada] “virar” muito não, mas acho que até meia noite a gente já trabalhou. (S1 Santa Cruz do Capibaribe).

Os relatos expressam dimensões singulares das variações da jornada de trabalho nas facções e na vida de cada entrevistado, porém estas estão articuladas com a dimensão flexível e precária do trabalho na contemporaneidade. A dependência dos trabalhadores com a realização de encomendas, as diferenças expressas na divisão sexual do trabalho, onde como já elencamos, as mulheres apresentam sobrecarga de trabalho pois acumulam as funções das facções com as atividades domésticas, o pagamento do salário por peça, o que viabiliza a ocorrência de jornadas distintas em um mesmo ambiente de trabalho, pois depende da habilidade, destreza e do ritmo de trabalho, são determinações importantes a serem consideradas no estudo da variação quantitativa e qualitativa da jornada de trabalho<sup>58</sup>.

Além disso, outro elemento a ser destacado é que existem diferenças nas jornadas de trabalho executadas nas facções instaladas fora do domicílio e no domicílio. Quando o processo de trabalho se desenvolveu nos domicílios existiu uma maior tendência de ampliação da jornada de trabalho, como observamos nos relatos dos entrevistados. Isso, no entanto, não elimina as variações das jornadas de trabalho

---

<sup>58</sup> “[...] quando o modo de produção capitalista atinge certo grau de amadurecimento, o trabalhador isolado, o trabalhador comum “livre” vendedor de sua força de trabalho, sucumbe a ele sem poder de resistência. A criação de uma jornada normal de trabalho é, por isso, produto de uma longa e mais ou menos oculta guerra civil entre as classes capitalistas e trabalhadora” (MARX, 2013, p. 370).

organizadas nas facções não domiciliares. O que pode existir nestas últimas são variações em relação ao aumento da jornada e no cumprimento destas, ao considerar os trabalhadores que são também os proprietários das facções e os trabalhadores assalariados. Como observado por Souza (2012):

Como os responsáveis pelas unidades produtivas fazem o acordo e se comprometem com o empregador, que terceiriza parte ou subetapa da produção, acabam possuindo uma carga de responsabilidade maior do que os outros trabalhadores. Sobretudo, porque as unidades produtivas informais não sobrevivem sem encomendas, então fidelizar o empregador que passa ser o cliente é primordial (SOUZA, 2012, p.95).

Silva (2013) ao analisar estudos que relatam a necessidade de instituição de descansos e tempos livres para os trabalhadores destaca três aspectos que atuam na limitação da jornada de trabalho, são eles: 1) aspecto fisiológico; 2) aspecto moral e social e 3) aspecto econômico. Esta compreensão acerca dos limites da jornada de trabalho, perpassa por esses três aspectos, que vão desde as próprias limitações vitais dos trabalhadores, a aspectos relacionados ao desenvolvimento das forças produtivas, a necessidade de satisfação de demandas intelectuais e sociais, geração de mais empregos, todos estes mediados pela correlação de forças entre classe trabalhadora e burguesia em determinado tempo histórico. Como analisa Marx 2013; p.307:

O capital é trabalho morto, que como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga. O tempo durante o qual o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou do trabalhador. Se este consome seu tempo disponível para si mesmo, ele furta do capitalista.

O que Marx expõe é a própria dinâmica imanente do modo de produção capitalista na necessidade constante de valorização do valor por meio da exploração da força de trabalho. Ainda segundo o autor:

Tempo para formação humana, para o desenvolvimento intelectual, para o cumprimento das funções sociais, para relações sociais, para o livre jogo das forças vitais físicas e intelectuais, mesmo o tempo livre do domingo [...] é pura futilidade! Mas em seu impulso cego e desmedido, sua voracidade de lobisomem por mais-trabalho, o capital transgride não apenas os limites morais da jornada de trabalho, mas

também seus limites puramente físicos. **Ele usurpa o tempo para crescimento, o desenvolvimento e a manutenção saudável do corpo** [...] Avança sobre os horários das refeições e os incorpora, sempre que possível, ao processo de produção, fazendo com que os trabalhadores, como meros meios de produção, sejam abastecidos de alimentos do mesmo modo como a caldeira é abastecida de carvão [...] O sono saudável, necessário para a restauração, renovação e revigoramento da força de vital, é reduzido pelo capital a não mais do que um mínimo de horas de torpor absolutamente imprescindíveis ao reavivamento de um organismo completamente exaurido [...] O capital não se importa com a duração de vida da força de trabalho. O que lhe interessa é única e exclusivamente o máximo de força de trabalho que pode ser posta em movimento numa jornada de trabalho. Ele atinge esse objetivo por meio do encurtamento da duração da força de trabalho [...] (MARX, 2013, p. 337-338, grifo nosso).

Destarte, o prolongamento das jornadas de trabalho é uma das múltiplas determinações do processo de determinação social da saúde dos trabalhadores no APL de confecções. Como analisamos, a jornada de trabalho é variável, no entanto, a maior parte dos trabalhadores entrevistados relatam estar submetidos a jornadas superiores a 8 horas, até mesmo no período de baixa produção, 54% do total de entrevistados, nos períodos de pico produtivo, 89% do total de entrevistados tem jornada de trabalho superior a 8 horas diárias.

Nos municípios que compõem nosso estudo, o prolongamento da jornada de trabalho consome do tempo livre dos trabalhadores e favorece o consumo, desgaste e esgotamento precoce da força de trabalho. A alternativa quase que exclusiva do trabalho é expressa no relato: “Tem lazer não, Toritama é só trabalho mesmo! Tem outra coisa não, a não ser trabalhar” (S6 Toritama). Este aspecto também foi evidenciado por Costa (2012) em estudo com trabalhadores e trabalhadoras de facções no município de Toritama.

A dinâmica produtiva do APL, que se engendra na “nova informalidade” com a gestão da força de trabalho sendo feita em grande parte pela forma de pagamento por peça/produção, impõe uma série de modificações na organização e no processo de trabalho, o que favorece, além da imersão na desproteção social, o prolongamento das jornadas de trabalho a patamares degradantes, tanto no aspecto social/moral, quanto na própria limitação física dos trabalhadores, promovendo assim um esgotamento prematuro da força de trabalho. Como explicitado por Silva (2013, p. 66-67, grifo do autor):

[...] sobretudo a partir da década de 1990, com uma *intensa reestruturação* do sistema produtivo e uma forte flexibilização das relações trabalhistas, principalmente quanto à jornada de trabalho, têm provocado um aumento considerável do estresse laboral, bem como de inúmeras doenças do trabalho. Tudo isso conduz à conclusão de que há uma *necessária relação* entre a limitação da jornada de trabalho e a saúde dos trabalhadores.

Acerca deste último elemento é mister considerar a própria estrutura e dinâmica do capitalismo brasileiro e assim sua inserção na divisão social do trabalho, levando em conta o processo de mundialização do capital. Sob esta análise é possível compreender os mecanismos essenciais de organização das relações sociais de produção em nosso país. Portanto, compreendemos, seguindo a análise de Marini (2011) o Brasil como um país de capitalismo dependente, e a superexploração da força de trabalho como condição necessária e essencial para compensar os mecanismos de transferência de valor entre centro e periferia. Dessa forma, iniciaremos nossa análise no próximo tópico, considerando as determinações até aqui expostas, a partir da análise desta categoria, que acreditamos reger as relações de produção no APL do Agreste Pernambucano.

#### **6.4 A Superexploração da Força de Trabalho nos municípios de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe**

A superexploração da força de trabalho é realizada como mecanismo de compensação a dinâmica desigual constituída historicamente entre periferia e centro, como forma de contrarrestar os valores transferidos da periferia para o centro. O desenvolvimento histórico do capitalismo nos países dependentes não é isolado da dinâmica global, articula-se com ela, sendo o subdesenvolvimento característica fundamental para o desenvolvimento presente nos países de capitalismo central (LUCÉ, 2012, 2013, 2018; MARINI, 2011). Portanto, o capitalismo dependente é “regido” por leis tendenciais particulares “como são a transferência de valor como intercâmbio desigual, a cisão nas fases do ciclo do capital e a superexploração da força de trabalho, que se cristalizaram enquanto características [...] em nossas sociedades” (LUCÉ, 2018, p. 162). A partir desta particularidade analisamos a superexploração da força de trabalho e suas formas de expressão no trabalho desenvolvido nas facções.

As formas em que a superexploração da força de trabalho é expressa encontram-se exposto na figura 17.

**Figura 17** Formas de expressão da superexploração da força de trabalho.



Fonte: adaptado de Luce (2018).

A seguir analisaremos as formas encontradas no processo produtivo estudado.

#### 6.4.1 O pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor

Antes de iniciarmos a nossa análise é fundamental explicitar como o valor da força de trabalho é definido. Segundo Marx:

O valor da força de trabalho, como o de todas as outras mercadorias, é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção – e, conseqüentemente, também para a reprodução – deste artigo específico. Como valor, a força de trabalho representa apenas uma quantidade de trabalho social médio nela objetivado. [...] Para sua manutenção, o indivíduo vivo necessita de certa quantidade de meios de subsistência, ou, dito de outro modo, o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor [...] O valor da força de trabalho se reduz ao valor de uma quantidade determinada de meios de subsistência e varia, portanto, com o valor desses meios de subsistência, isto é, de acordo com a magnitude do tempo de trabalho requerido para sua produção (2013, p.245-247).

O que Marx explicita é a necessidade que a força de trabalho tem de receber certa quantidade de meios de subsistência, como alimentação, moradia, educação, vestuário, lazer, entre outras, para que seja garantida sua reprodução. Esta quantidade é

determinada historicamente, assim o elemento histórico moral é considerado na atribuição do valor desta mercadoria específica (MARX, 2013). Dito isto, passemos a análise nos municípios estudados.

É necessário resgatar alguns elementos expostos no início da nossa discussão que subsidiaram a análise deste tópico. Em relação a renda dos trabalhadores (tabela 3) observamos que 67,57% (25) dos entrevistados recebem até um salário mínimo, com 21,62% (8) destes, recebendo menos que um salário. Lembramos que o salário mínimo no período de realização das entrevistas estava estipulado em R\$ 937,00. Os outros 27,03% receberam em torno de 1 a 2 salários mínimos, o que acarretaria no máximo uma renda de R\$ 1.874,00. Ainda é necessário reforçar que os entrevistados encontram-se na informalidade, logo estão em um acentuado estado de desproteção social, sobretudo em relação a direitos trabalhistas e previdenciários. Também é necessário ressaltar que 73,78% dos entrevistados possuíam na data da entrevista pelo menos um dependente.

Os dados coletados nos permitem realizar a comparação entre a renda dos trabalhadores entrevistados e o Salário Mínimo Necessário (SMN)<sup>59</sup> calculado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (2018). Este último sofreu variações nos meses em que a pesquisa foi realizada, estando entre R\$ 3.658,72 e 3.899,66, com média em R\$ 3.782,74. Portanto, o SMN seria o valor mínimo que atenderia as necessidades de reprodução da força de trabalho, considerando seus aspectos fisiológicos e histórico morais. A discrepância é explicitada na comparação entre o salário mínimo nominal e o SMN, que apresenta um valor 4x vezes mais alto que o primeiro.

Destarte, o que identificamos nos municípios estudados é o distanciamento entre o salário recebido pelos trabalhadores e o SMN, onde nenhum trabalhador entrevistado recebe uma quantia próxima à estabelecida pelo Dieese. Sobre isto, é essencial frisar dois aspectos: 1) devido a forma de pagamento e o aspecto qualitativo

---

<sup>59</sup> Segundo Luce (2018, p180) "Para calcular o SMN, o Dieese produz o levantamento do preço médio de 13 produtos alimentares que constam no decreto-lei n. 399/1938 e nas quantidades especificadas por este. Após, é calculado o gasto mensal agregado de cada dos produtos. Considerando a unidade familiar típica composta em média por dois adultos e duas crianças e o consumo de uma criança como equivalente à metade de um adulto, multiplica-se por três o preço mensal da cesta básica do Dieese e o resultado é novamente multiplicado, agora pelo peso da inflação na porcentagem que a alimentação representa entre os gastos essenciais de uma família no rol dos demais itens avaliados pelo Índice do Custo de Vida (ICV) e que entram também na cesta de consumo do SMN. Com base nesse resultado, produz-se a série histórica a preços correntes do ano em consideração a evolução, buscando traçar a evolução do poder de compra do salário mínimo legal em relação à quantidade e aos tipos de valores de uso reconhecidos como necessários para um trabalhador ou trabalhador sustentar a si e a família".

da jornada de trabalho os salários recebidos ao longo do ano apresentam variações; 2) poderia surgir o questionamento sobre a renda da família somada atingir ou ultrapassar o SMN. Sobre o ponto 1, os entrevistados relatam variações no pagamento, porém, nenhum relatou o recebimento de salário acima dos R\$ 3.000. O relato mais próximo disso é de uma trabalhadora/proprietária de facção: “[...] Mas geralmente eles sempre ganham de 250, 300 [por semana]. Tem semana que dá mais, tem semana que um só chega a tirar 700 reais” (S9 Toritama). No segundo ponto, podemos nos basear nos dados da pesquisa de Carvalho e Silva (2015) que levaram em consideração a renda familiar dos entrevistados, em ambos os municípios. Os resultados mostram que 67% das trabalhadoras em Toritama e 79% em Santa Cruz do Capibaribe tem a renda familiar composta por no máximo 2 salários mínimos, neste percentual estão inclusas famílias que se mantêm com menos de 1 salário mínimo, valor que correspondeu a 16% das famílias entrevistadas em Santa Cruz do Capibaribe, o que descarta a hipótese apontada no ponto 2.

A violação do valor da força de trabalho, expressa na remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor, expõe a condição de superexploração da força de trabalho que os trabalhadores e trabalhadoras estão submetidos nas facções. A condição aparece também nos relatos dos entrevistados, ao explicitarem as dificuldades entre a remuneração conseguida e a aquisição de insumos básicos à reprodução social da família:

[...] na verdade acaba faltando tudo. A casa é alugada. Aí, quando pago o aluguel atrasa a conta de luz, aí vai segurando como pode. É uma água que tem que comprar, tanto para as atividades domésticas, como para beber, tudo tem que comprar. [quando está faltando alimentação] ai vai na casa do pai dela e da mãe dela e diz assim: olha, tá faltando arroz, tá faltando umas misturas [carnes] [...] aí a mãe dela vai e ajuda. (S2 Toritama).

Também é reforçado o papel das políticas assistenciais, como o programa bolsa família:

Não, sempre falta [dinheiro para complementar a renda]. Ainda bem que tem a ajuda do bolsa família, porque como as coisas estão fracas, ai tira [dinheiro] pra uma coisa, ai tira pra outra, quando chega no final do mês que você vem somar, ai fica uma coisa para pagar [dívidas] (S2 Santa Cruz do Capibaribe).



O benefício cumpre assim com o papel de complementar as necessidades básicas dos trabalhadores, atuando no auxílio a reprodução da força de trabalho nas facções. Rodrigues (2010) além de constatar esta relação entre o recebimento do benefício e a reprodução da força de trabalho, abordou o papel que este teve no rebaixamento dos salários dos trabalhadores de facções em Toritama, pois apresentava-se com o caráter de complementaridade ao salário pagos por peça.

Os principais gastos para a reprodução da força de trabalho foram relatados pelos entrevistados, expressos em: gastos com alimentação (78%); luz e água (70,27%); aluguel (19%); lazer e gastos com a saúde com o mesmo percentual de 11%. Além dos gastos principais para a reprodução da força de trabalho, também expusemos que a produção flexível do APL, externaliza o processo de produção das mercadorias, onde os ambientes de trabalho confundem-se com os domicílios ou instalam-se em galpões e garagens que são de responsabilidade dos próprios trabalhadores.

Assim, a relação “empreendedora” evidencia suas contradições e os salários também são utilizados para custear a produção: no pagamento de energia elétrica; na compra e manutenção de equipamentos; na organização do ambiente de trabalho; no pagamento de aluguel e em alguns casos no pagamento por produção a trabalhadores contratados. Esta “confusão” entre domicílio e local de trabalho possibilita a conversão do fundo de consumo do trabalhador em fundo para acumulação capitalista. Além disso, o gasto mais elevado com o consumo de água, que como abordamos, tinha que ser comprada em caminhões pipas e o custeamento de serviços privados de saúde indicam também a transferência do fundo de consumo do trabalhador para a acumulação capitalista. Como analisam Mota e Peruzzo (2015):

[...] as expropriações de direitos, paralelamente à oferta de serviços mercantis antes acessados como políticas públicas, podem ser consideradas mecanismos de superexploração do trabalho, porquanto uma parcela do salário/remuneração do trabalhador destina-se à compra de bens e serviços – como saúde, educação, creches, lazer, cultura etc. [...] Ou seja, formas evidentes de superexploração, a contratação do trabalhador por baixo do valor da força de trabalho – ou a conversão de parcela do fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação do capital (MOTA; PERUZZO, p. 9)

Outra condição determinante para a remuneração abaixo do seu valor é a expressa na quantidade de trabalhadores disponíveis para execução de atividades na

região, que depende quase que exclusivamente da produção de confecções. A constituição de um grande contingente de trabalhadores na superpopulação relativa, em ocupações estagnadas, porém produtivas para o capital, favorece a redução dos salários sem maiores repercussões. Além disso, a organização coletiva dos trabalhadores é frágil, 89,19% (33) dos entrevistados desconhecem a existência de sindicatos e/ou associações de costureiros e os 10,81% (4) que dizem conhecer nunca participaram de nenhum espaço da entidade. Dal Rosso (2011, p. 142) expõe o movimento de deslocamento e instalações de empresas do centro para a periferia do capitalismo e enfatiza suas razões:

Entre as razões declaradas do deslocamento de empresas do centro a periferia estão a mão de obra barata e a sua não organização política, ainda, em sindicatos e movimentos, bem como a fuga de regiões em que estas organizações são fortes.

O que coaduna com o exposto por Alves (2007) ao analisar a precarização enquanto um processo que se desenvolve e tem como elemento de mediação a luta de classes, uma vez que a correlação de forças entre burguesia e classe trabalhadora seria determinante no avanço ou contenção da flexibilização e precarização.

Configuram-se assim os mecanismos que possibilitam a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor, onde destacamos: 1) o processo produtivo ser baseado na informalidade; 2) a presença de um grande contingente de trabalhadores disponíveis para a atividade; 3) atuação do Estado contribuindo com a reprodução da força de trabalho; 4) externalização dos gastos da produção para os trabalhadores; 5) baixa participação dos trabalhadores na esfera de circulação (na realização) de mercadorias e 6) a deficiência na organização coletiva dos trabalhadores. Evidentemente que expomos esses mecanismos como determinações impostas pela própria lógica do capitalismo dependente. Dessa forma não incorremos no “idealismo” de superação da lógica presente no APL por medidas mitigantes que acabam por estimular uma “informalidade formalizada”.

A contradição é expressa pela diferença entre o faturamento do APL e a remuneração abaixo de seu valor recebida pelos trabalhadores. Notícias divulgadas por grandes veículos da mídia do estado apontam que o “Polo de Confecções” se destaca como o segundo maior no seguimento, atrás apenas do Polo de Confecções Paulista ( LACERDA, 2013; PIMENTEL, 2017; POLO DE CONFECÇÕES, 2017).

Ainda segundo Pimentel (2017), somente o município de Santa Cruz do Capibaribe é responsável pela produção de 30% das confecções do Polo o que corresponde a 2,4% bilhões de reais por ano do Produto Interno Bruto (PIB) de Pernambuco. A participação do Agreste no PIB do estado passou de 14,1% equivalente à 14,6 bilhões de reais para 15,7% equivalente a 24,3 bilhões de reais, levando em consideração a série histórica 2004 a 2014, a variação no valor corresponde a um aumento de 66,5% na produção de bens e serviços, grande parte desses relacionados ao APL de confecções. Apesar disso, o que encontramos nas respostas dos entrevistados são condições flexíveis e precárias de trabalho sendo remuneradas abaixo de seu valor.

Porém, a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor não é uma expressão isolada dos trabalhadores de fações nos municípios estudados, é uma tendência presente em nosso país. Dados da PNAD 2017 acerca do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos apontam para um valor nacionalmente de R\$ 2.178,00, com diferenças em relação ao sexo, a mulheres receberam em média R\$ 1.868,00 em torno de 22% a menos que os homens que recebiam R\$ 2.410,00. Quando os dados são organizados por região geográfica, o Nordeste apresenta valor de rendimento médio de R\$ 1.509,00, com as mulheres recebendo em torno de 1.362,00 e os homens 1.612,00 (IBGE, 2018c). Já ao considerarmos o rendimento médio dos 50% da população com os menores rendimentos, a pesquisa aponta uma média nacional de R\$ 754,00, ou seja, menos que um salário mínimo nominal. Quando o dado é restringido a região Nordeste o valor chega a R\$ 487,00 (IBGE, 2018c). Os dados só reforçam a constatação que a classe trabalhadora brasileira encontra-se sob o julgo da superexploração da força de trabalho, tendo seu fundo de consumo violado e consequentemente esta violação também incidirá sobre o fundo de vida destes trabalhadores. Como ressalta Luce (2013, 176): “Se o salário não alcança quantia suficiente para o trabalhador repor o desgaste de sua força de trabalho, estaremos diante da superexploração”.

Por fim, ressaltamos uma condição que pode derivar da remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor, mas que tem outros determinantes históricos. Como já tratamos o valor da força de trabalho é histórico moral, ou seja, é fruto de múltiplas determinações que estão associadas a questões econômicas, culturais, políticas, entre outras. Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, novas necessidades de consumo são geradas. Exemplo simples disto, é que grande parte da população brasileira tem acesso a bens de consumo que há cinquenta anos eram

restritos a parcelas da sociedade considerados bens suntuários, como a televisão e máquina de lavar roupa, além da necessidade de novas mercadorias como o celular e a internet, esta última ainda mais restrita. Esse exemplo explicita um aumento no elemento histórico moral da força de trabalho.

Porém, como expõe Luce (2012, 2013, 2018) esta elevação não é acompanhada pela elevação da remuneração recebida pelos trabalhadores. Resta ao trabalhador três opções: 1) o endividamento; 2) o aumento da jornada de trabalho para custear as dívidas; 3) o aumento da intensidade do trabalho para custear as dívidas. O autor demonstrou que essa tendência atuou na chamada “classe C<sup>60</sup>” que foi responsável por 45% das compras de eletrodomésticos no ano de 2010 e em 2012 correspondia a mais de 50% das famílias inadimplentes.

Os gastos relatados pelos entrevistados em ambos municípios são mais relacionados a bens prioritários para a reprodução da força de trabalho, como alimentação, moradia, energia e água. Porém as novas necessidades aparecem no relato:

Hoje o lucro tá pouquinho demais. Porque a energia aumentou. Dá para pagar as contas. E tem mês que já passa apertado, uma coisa... porque a gente usa o serviço de internet também, aí tem que ter, hoje em dia tem que ter, porque é um meio de comunicação muito bom. Aí isso aí já aumenta no orçamento (S4 Toritama).

#### 6.4.2 O prolongamento da jornada de trabalho além de seus limites normais

Como já destacamos as jornadas de trabalho desenvolvidas nas fações são relativas, dependem do quantitativo de encomendas realizadas, variando em diferentes meses dos anos. Malgrado esta importante observação, o prolongamento das jornadas acima das 8 horas de trabalho diárias é uma característica da produção para a maior parte dos trabalhadores entrevistados em qualquer época do ano. Este prolongamento é estendido em determinadas épocas do ano, como expusemos nas figuras 14 e 15.

O aspecto qualitativo da jornada de trabalho é expresso em uma distribuição desigual das jornadas durante o ano. Nos meses de alta produção, quando relacionados aos períodos de baixa produtividade, ocorre uma variação na jornada de

---

<sup>60</sup> O estrato da “Classe C” tinha remuneração entre R\$ 906 a 2.200 reais (dados de 2012). Como o autor pontua, valor inferior ao salário mínimo necessário para o período (LUCE, 2018).

trabalho de 77% em Toritama e 75% em Santa Cruz do Capibaribe, se considerarmos o limite de 8 horas de trabalho diárias, ou seja, dos trabalhadores que relataram trabalhar até 8 horas nos períodos de produção normal/baixa 77% e 75% tem que elevar suas jornadas para além das 8 horas diárias nos períodos de pico produtivo. Ainda considerando o período de pico produtivo 64% dos entrevistados em Santa Cruz do Capibaribe e 52% em Toritama afirmam trabalhar mais de 12 horas diárias, totalizando no mínimo 60 horas semanais de trabalho (sem contabilizar as horas trabalhadas aos sábados e domingos).

Em nosso estudo o processo de informalidade associado ao pagamento do salário por peça, este sendo inferior as necessidades de reprodução da força de trabalho são os elementos determinantes para a extensão das jornadas para além dos seus limites normais. A ausência de regulação e o desenvolvimento do processo de trabalho no domicílio ou próximo deste favorecem o prolongamento desta jornada. O alongamento da jornada também se materializa nos trabalhos aos fins de semana, feriados e na ausência de férias regulares. Em torno de 68% (25) dos entrevistados relatam trabalhar aos fins de semana, associado a isto, 62% (23) afirmam não tirarem férias durante o ano. Os períodos de descanso ficam restrito a época do ano em que a produção está baixa e a recessos como o período de carnaval e ano novo. No relato oriundo da entrevista é possível extrair elementos que materializam o esgotamento dos trabalhadores por meio da extensão das jornadas de trabalho:

[...] eu já cheguei a passar mal de tanto que eu costurei, sem dormir direito. Eu cheguei a desmaiar. Eu desmaiei porquê eu estava sem conseguir dormir, muitos dias fazendo serão até tarde e amanhecendo o dia praticamente. Aí uma hora, duas horas da manhã, ficou muito. Fiquei muito cansada (S4 Santa Cruz do Capibaribe).

Ao tratar da extensão das jornadas de trabalho, Luce (2018) acompanhou tendência histórica, em diferentes períodos, comparando sua duração em países de capitalismo central e em países de capitalismo periférico latino americanos. O que o autor constata é que a média de duração da jornada de trabalho é maior nos países de capitalismo dependente do que nos países de capitalismo central. A característica não é mera arbitrariedade é fruto da necessidade de ampliação da taxa de mais-valia, baseada na extração da mais-valia absoluta, com a finalidade de compensar as perdas oriundas da relação diferenciada de produção e apropriação do valor.

Porém, ressaltamos que a superexploração da força de trabalho não pode ser confundida como sinônimo de extração de mais-valia absoluta. Na primeira, a extensão da jornada de trabalho acima dos limites normais tem duração suficiente para atentar contra o fundo de vida dos trabalhadores. Para explicar esta relação é necessário compreender as categoriais mediadoras de valor diário da força de trabalho, seu valor total e a relação com a extensão da jornada de trabalho. Marx analisa:

Por meio de um prolongamento desmedido da jornada de trabalho, podes, em um dia, fazer fluir uma quantidade de minha força de trabalho maior do que a que posso repor em três dias. O que assim ganhas em trabalho eu perco em substância do trabalho. A utilização de minha força de trabalho e o roubo dessa força são coisas completamente distintas. Se o período médio que um trabalhador médio pode viver executando uma quantidade razoável de trabalho é de 30 anos, o valor de minha força de trabalho, que me pagas diariamente, é de  $1/365 \times 30$ , ou  $1/10.950$  de seu valor total. Mas se a consumes em 10 anos, pagas-me diariamente  $1/10.950$  em vez de  $1/3.650$  de seu valor total; portanto, apenas  $1/3$  de seu valor diário, e me furtas, assim, diariamente,  $2/3$  do valor de minha mercadoria. Pagas-me pela força de trabalho de um dia, mas consumes a de 3 dias (MARX, 2013, p. 308).

Logo, a extensão da jornada de trabalho não se relaciona apenas com seu desenvolvimento imediato, materializado na duração da jornada e em seu valor pago diariamente. O prolongamento da jornada influenciará no consumo da força de trabalho ao longo do tempo, esgotando-a precocemente, reduzindo seu valor total e violando o fundo de vida dos trabalhadores (LUCCE, 2013, 2018). A respeito disso Marx conclui:

Assim, a produção capitalista, que é essencialmente produção de mais-valor, sucção de mais-trabalho, produz, o prolongamento da jornada de trabalho, não apenas a debilitação da força humana de trabalho, que se vê roubada de suas condições normais, morais e físicas, de desenvolvimento e atuação. Ela produz o esgotamento e a morte prematuros da própria força de trabalho. Ela prolonga o tempo de produção do trabalhador durante certo período mediante o encurtamento de seu tempo de vida (MARX, 2013, p.338).

A relação entre o prolongamento, em seu aspecto quantitativo e/ou qualitativo, e a saúde dos trabalhadores é analisada por Silva (2013). O autor realiza revisão de estudos e reportagens em diferentes países (Estados Unidos da América, Japão, Alemanha, Brasil, entre outros) constatando a relação entre a ampliação das jornadas

de trabalho e a maior ocorrência de acidentes de trabalho e adoecimento relacionado ao trabalho, inclusive com o desencadeamento em mortes e até mesmo casos de suicídios. O autor descreve acerca do desenvolvimento de um estudo na Alemanha que aponta para um risco de acidente de trabalho aumentado após a nona hora de trabalho e três vezes maior em trabalhadores que executam jornadas de 16 horas diárias. Ainda ressalta a ocorrência de mortes pelo esgotamento biopsíquico dos trabalhadores, como exemplo, os casos de *Karoshi*<sup>61</sup> ocorridos no Japão.

Nos municípios pesquisados 27% (10) dos entrevistados relataram ter sofrido ou conhecer algum trabalhador que sofreu acidente de trabalho enquanto costurava. Quando o dado foi analisado por município 30% (7) dos entrevistados em Toritama e 21% (3) informaram ter sofrido acidente ou conhecer alguém que sofreu no trabalho da confecção. A maior parte dos entrevistados relatam não ter sofrido acidente, apesar que, em algumas entrevistas se referiam a acidentes considerados por eles como “leves” onde a agulha da máquina atingia os dedos das mãos: “Só assim quando alguém machuca o dedo na agulha, né? As vezes a costura machuca. É só um furinho normal, só é botar remédio e pronto” (S5 Toritama). Um dos entrevistados relatou um caso de trabalho no passado: “Aqui em máquina nunca aconteceu acidente. Só besteira assim. Aonde eu trabalhava, levei uma queda e quebrei o braço. Eu trabalhava de cassaco, de ajudante de salão. Eu caí de uma parede ai quebrei o braço” (S8 Toritama). A ocupação chamada de “cassaco” consiste em auxiliar as atividades das costureiras dentro da facção, geralmente executada por crianças e adolescentes como no caso do relato, onde o entrevistado afirmou ser menor de 18 anos na época do acidente.

A respeito dos acidentes de trabalho ocorridos em território nacional, segundo informações do anuário estatístico da previdência social, ocorreram no ano de 2016, em torno de 578,9 mil acidentes de trabalho, número 6,58% mais baixo quando relacionado ao ano anterior (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2016). Porém, cabe ressaltar que os dados são para trabalhadores formalizados e

---

<sup>61</sup> Mortes relacionadas ao excesso de trabalho, sobretudo as longas jornadas de trabalho. Como divulgada em matéria: “Dados oficiais apontam que há centenas de casos anuais de “karoshi” no país, incluindo enfartos, derrames e suicídios decorrentes da estafa profissional extrema. Mas ativistas acreditam que o número real seja muito mais alto. Quase um quarto das empresas japonesas tem empregados que excedem 80 horas extras semanais por mês - muitas vezes sem ganhos extras -, diz um estudo recente. E, em 12% das empresas, os funcionários fazem mais de 100 horas extras por mês. São números significativos: é a partir de 80 horas extras no mês que se nota um aumento da possibilidade de morte do funcionário (LANE, 2017).

como vimos houve aumento na taxa de desocupação e informalidade nos últimos anos. Luce (2018) e Silva (2013) ao analisarem séries históricas mais longas, constatam a partir do início do século XXI o incremento no número de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. Estes podem relacionar-se a extensão das jornadas de trabalho em diferentes setores da economia, como também analisaram os autores.

Dessa maneira fica evidente que o prolongamento da jornada de trabalho não é exclusividade do trabalho informal, o processo de precarização e flexibilização do trabalho, associado a novas formas de gestão da força de trabalho e a desregulamentação da legislação trabalhista permitem o avanço dessa condição para os empregos formais. Alguns exemplos que permitem explicitar essa condição estão materializados por meio do: banco de horas; horas extras; venda de férias; trabalho aos fins de semana e feriados; negociação da redução do horário de almoço; entre outras (DAL ROSSO, 2017; LUCE, 2018). Afinal:

O capital não tem, por isso, a mínima consideração pela saúde e duração da vida do trabalhador, a menos que seja forçado pela sociedade a ter essa consideração. As queixas sobre a degradação física e mental, a morte prematura, a tortura do sobretrabalho, ele responde: deveria esse martírio nos martirizar, ele que aumenta nosso gozo? (MARX, 2013, p. 342).

Destarte, o avanço promovido pelo capital não se restringe a um setor produtivo específico, ao contrário, atua de forma distinta e articulada para garantir sua reprodução ampliada. O avanço sobre o tempo livre dos trabalhadores está contido na nova organização do trabalho. Porém, as alterações não se restringem ao prolongamento das jornadas de trabalho, a dinâmica flexível exige dos trabalhadores polivalência, capacidade de adaptação e superação (ALVES, 2007; ANTUNES, 2009; DRUCK, 2011). Esta dinâmica também incidirá sobre o desenvolvimento diferenciado do trabalho em dado período fixo de tempo, assim é necessário analisar o processo de intensificação do trabalho.

#### 6.4.3 Aumento da intensidade do trabalho além dos limites normais

Outra forma de manifestação da superexploração da força de trabalho é o aumento da intensidade do trabalho: “O aumento da intensidade do trabalho aparece,



nessa perspectiva, como um aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva” (MARINI, 2011, p. 147). Por consequência, essa condição não é sinônimo do aumento da produtividade do trabalho. A última está baseada na implantação de tecnologias que reduzam o tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção. Já a intensificação do trabalho, tem o foco em um maior dispêndio de energias seja este físico, psíquico e/ou intelectual por parte dos trabalhadores que executam a função, e tem em seu cerne uma maior exploração da força de trabalho (DAL ROSSO, 2008). Como afirma Marx ao analisar a variação da intensidade do trabalho mantendo-se constantes a força produtiva e a duração da jornada de trabalho:

A intensidade cada vez maior do trabalho supõe um dispêndio aumentado de trabalho em um mesmo espaço de tempo. A jornada de trabalho mais intensiva se incorpora em mais produtos do que a jornada menos intensiva de igual número de horas (MARX, 2013, p. 591).

Como destaca Luce (2012) o aumento da intensidade do trabalho e o prolongamento das jornadas de trabalho são características que vem se agudizando com o processo de reestruturação produtiva. Destarte, o trabalho realizado nas facções também sofre variações em relação a sua intensidade, condicionada sobretudo, aos períodos onde são realizadas mais encomendas. Segundo o relato da entrevistada:

Eu não paro muito não porque eu tenho que entregar as peças!? Eu só paro mesmo quando eu termino. Às vezes chega um ponto que tem que parar senão não aguento, eu passo uns minutos, às vezes eu passo uma hora, duas horas [sem trabalhar por dores]. Às vezes eu desisto, paro. Vou e começo no outro dia. Ai é ruim pra mim. Porque se eu não entregar, eu não ganho. Se eu entregar 100 peças, só ganho aquelas 100 peças. Não ganho nem mais nem menos. (S3 Toritama)

Outro entrevistado expõe: “se tiver muita entrega a gente almoça na máquina, e na máquina mesmo fica” (S2 Santa Cruz do Capibaribe).

Dal Rosso (2011) explica que a produção de mais valores na sociabilidade capitalista baseia-se na extensão das jornadas de trabalho, no aumento da intensidade do trabalho e no aumento da produtividade do trabalho. O autor analisa que a presença e articulação destas formas se dá de maneira diferenciada, atreladas

ao papel que os países tem na economia mundial, apesar de também considerar o avanço das relações e condições de trabalho precárias para países de capitalismo central. Considera ainda, a condição dos países da periferia mais complexa de ser analisada e a forma de exploração é “organizada com base na mais valia relativa combinada com diversas formas de mais valia absoluta” (DAL ROSSO, 2011, p. 142).

Isto posto, o que analisamos em Toritama e Santa Cruz do Capibaribe é uma combinação entre extensão das jornadas de trabalho associada ao aumento da intensidade do trabalho realizado, principalmente durante os períodos que as facções recebem mais peças para serem costuradas, conseqüentemente, exigindo um maior dispêndio de energia dos trabalhadores.

Ainda segundo Dal Rosso (2008) as empresas utilizam instrumentos que operam na intensificação do trabalho. O autor elenca estes instrumentos a partir do estudo de atividades econômicas do “setor formal” categorizadas por ele como capitalistas modernas, tradicionais e atividades governamentais. Os instrumentos foram categorizados em: 1) Alongamento das jornadas de trabalho; 2) Ritmo e velocidade; 3) Acúmulo de atividades; 4) Polivalência, versatilidade e flexibilidade e 5) Gestão por resultados.

Evidentemente que os instrumentos identificados pelo autor não podem ser transpostos mecanicamente para o nosso estudo, visto que, nossos trabalhadores encontram-se em uma condição de informalidade, ou como analisamos, “nova informalidade”. Porém, é possível relacionar o trabalho realizado nas facções com pelo menos dois instrumentos identificados pelo autor, que são: o alongamento das jornadas, do qual já tratamos e o ritmo e velocidade do trabalho. Além dos dois instrumentos citados anteriormente, o acúmulo de atividades e a polivalência são metamorfoseadas, ou seja, não se caracterizam apenas nas atividades relacionadas à costura das peças, mas essencialmente na combinação, quase simultânea, entre as atividades oriundas do processo de trabalho e as tarefas domésticas. Indiscutivelmente as mulheres são as mais afetadas:

Você tem que tomar conta da casa, cuidar dos filhos, ai você vai para escola de noite, [ainda] tem que entregar as peças. Tem dia que eu me deito onze horas da noite, meia noite eu estou pela metade [relatando o desgaste da rotina]! (S1 Toritama).

Cabe ressaltar que os instrumentos de intensificação expressam-se na realidade estudada de maneira particular, porém são expressões da dinâmica flexível do capitalismo e da necessidade de superexplorar a força de trabalho.

Logo, os instrumentos elencados anteriormente sofrem mediação de uma categoria essencial para compreensão do trabalho nas facções: o salário por peça. Esta forma de pagamento possibilita a qualquer momento o aumento do ritmo e intensidade e o alongamento das jornadas de trabalho, pois como vimos a remuneração conseguida pelos trabalhadores é insuficiente para a reprodução de força de trabalho. Assim, os trabalhadores tendem a intensificar o ritmo de produção na tentativa de conseguirem um rendimento mais elevado. Esta tentativa a longo prazo tende a rebaixar os salários gerais, pois o tempo de trabalho socialmente necessário acaba sendo reduzido.

Não é o caso de nosso estudo, porém cabe a pontuação, mesmo que os trabalhadores consigam atingir uma condição salarial suficiente para a reprodução de sua força de trabalho, a intensificação pode levar a uma violação do valor da força de trabalho por seu desgaste precoce, ou seja, pela violação do fundo de vida dos trabalhadores, como apontou Luce (2018) em estudo com operários do setor automotivo da empresa General Motors (GM) em São José dos Campos - SP.

Tavares e Lima (2009) expressam a relação do salário pago por peça e a intensificação do trabalho por meio de uma elevação do ritmo e velocidade em jornadas de trabalho estáveis. As autoras ao estudarem o trabalho dos cortadores de cana explicitam:

A jornada de trabalho para o cortador de cana, aprovada em dissídio coletivo, desde de 1984, é de oito horas, decisão que as empresas geralmente não respeitam. Só recentemente, quando a precariedade do trabalho, aliada às denúncias de morte por exaustão, suscitou nas usinas o medo de penalidades, estas começaram a considerar a necessidade de respeitar a jornada legal de trabalho. Importa ressaltar que até agora a produtividade não foi reduzida. Ora, se a produção não diminuiu, duas hipóteses podem ser aventadas: ou a jornada de oitos horas não está sendo respeitada; ou o trabalho foi intensificado, alterando-se, portanto, o tempo de trabalho socialmente necessário. Nesse contexto, chama a atenção o fato de cortadores de cana expressarem insatisfações com uma lei que teoricamente objetiva protegê (informação verbal). **Protegeria, não fosse a alternativa do salário por produção, da qual o capitalista dispõe. Essa modalidade de salário que pressiona o trabalhador nos mais diversos aspectos [...]** (TAVARES; LIMA, 2009, p. 175, grifo nosso).

As autoras exemplificam a condição a partir de um processo de trabalho que “tem” uma jornada de trabalho constante de oito horas, portanto, a forma de ampliação da extração de mais-valia se deu pela intensificação do trabalho por meio do pagamento do salário por peça, que no trabalho do corte de cana já resultou em casos de morte por exaustão, expressão nítida da violação do fundo de vida dos trabalhadores (TAVARES; LIMA, 2009). Por isso, o pagamento por peça/produção atua no sentido de intensificar o trabalho, repercutindo na saúde dos trabalhadores de diferentes maneiras, e tem como expressões mais nítidas o aumento dos acidentes de trabalho ou o adoecimento biopsíquico dos trabalhadores.

O setor nacional de confecções também passou por modificações que aumentaram sua produtividade, sobretudo, com a aquisição de tecnologias que possibilitaram esta elevação. Porém, este incremento de produtividade ficou restrito a grandes empresas instaladas nacionalmente e associado a ele houve uma grande expansão das pequenas e micro empresas nascidas nas precárias condições e relações de trabalho (JINKINGS; AMORIM, 2006). Esta dinâmica favorece alterações no tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias, visto que, nas empresas que possuem uma produtividade mais elevada este tempo tende a ser menor. Já nas “empresas” que possuem menor produtividade este tempo é mais elevado e para compensar as diferenças entre a produção e apropriação do valor, é necessário lançar mão de instrumentos de intensificação, alongamento das jornadas e a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor. Esta relação é exposta por Luce (2018) ao tratar dos trabalhadores do corte de cana:

Resistindo novamente à aparência dos fenômenos, é necessário colocar que, antes que solucionar o problema do trabalho em condições sub-humanas, o estímulo à mecanização do corte da cana sem que se altere a lógica das relações de produção exercerá pressão para que os trabalhadores de empresas não mecanizadas sejam obrigados a cumprir cotas ainda maiores de produção, fazendo elevar ainda mais o esgotamento de sua força de trabalho. Esse caso evidencia como superexploração por aumento da intensidade cumpre um papel para as empresas com menor produtividade que estão perdendo uma parcela de mais-valia via mercado, a qual é apropriada pelas empresas operando com vantagem em relação à taxa de lucro média (LUCE, 2018, p. 191).

Assim, compreendemos que nos municípios pesquisados as formas de superexploração da força de trabalho atuam de maneira articulada, seja nas variações

na duração da jornada de trabalho, na intensidade do trabalho e na remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor. Compreensão esta que corrobora com a análise de Costa em estudo com trabalhadores de facções em Toritama (2012) que evidenciou a centralidade da superexploração da força de trabalho na dinâmica produtiva da região.

Dito isto, avançaremos nossa análise na relação entre a superexploração da força de trabalho e a presença de cargas de trabalho e o consequente desgaste dos trabalhadores, explicitando elementos inerentes à determinação social da saúde deste grupo.

## **6.5 A determinação social da saúde**

Até aqui tratamos de aspectos relacionados ao processo de produção das mercadorias nos municípios de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, como ênfase no trabalho desenvolvido nas facções. Dessa forma, desde o início de nossa análise já estamos compreendendo as contradições e mediações fundamentais para o entendimento do processo de determinação social da saúde dos trabalhadores envolvidos. Por isso, é necessário frisar que a abertura do tópico possui um caráter meramente didático explicativo, visto que a análise da categoria também está implícita nas determinações que foram expostas anteriormente.

Malgrado o lugar de destaque que ocupa na produção de confecções nacionalmente, o que se constata é a abissal desigualdade no acesso as riquezas socialmente produzidas pelos trabalhadores, refletida nas precárias condições de vida, trabalho e saúde da maior parte da população dos municípios. Como enfatizado por Souza (2012, p. 53):

Nos relatórios técnicos dos órgãos públicos e privados de fomento pouco se fala dos impactos da lógica dos APLs para as condições de vida dos trabalhadores, dos diversos regimes de trabalho; do próprio processo de trabalho, de que maneira as atividades produtivas são realizadas e conduzidas, da proteção ou desproteção social dos trabalhadores etc. Quando citados são apresentados como “gargalos” que devem ser superados com o próprio desenvolvimento do APL [...]O discurso que reveste a dinâmica dos APLs apresenta que o crescimento econômico propaga o desenvolvimento social, atendendo as necessidades sociais e contribuindo para redução das desigualdades sociais e da pobreza. Assim, a dimensão econômica é posta como central no processo de desenvolvimento local/regional,

pois é a partir dela que são criadas as possibilidades para alcançar um desenvolvimento autossustentável - no âmbito econômico, social e ambiental [...]. Na verdade, a abordagem dos APLs no país periférico como o Brasil vem aprofundar a lógica flexível de produção, ideologizando um suposto empreendedorismo, o trabalho autônomo, subcontratado, terceirizado como modalidades modernas de trabalho. Estas são apreendidas como saídas para o enfrentamento do desemprego e acesso à renda, em detrimento de políticas públicas universais voltadas para atender, por exemplo, as necessidades de saúde, educação, moradia e saneamento dos trabalhadores

Neste contexto é que a precarização social do trabalho está relacionada à determinação social da saúde. Veremos então a relação entre as cargas de trabalho e o desgaste e adoecimento dos trabalhadores, tendo a superexploração da força de trabalho como fio condutor das alterações na saúde dos trabalhadores e trabalhadoras.

#### 6.5.1 Relação trabalho e saúde na concepção dos entrevistados

Neste tópico partiremos da concepção dos entrevistados para discutir aspectos referentes à relação trabalho e saúde, sem nos “esquecer” que “toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidisse imediatamente” (MARX, 2017, p. 880). Portanto, a representação dos sujeitos compõe um aspecto aparente da realidade, que precisa ser investigado em sua essência.

Sobre a relação entre o ambiente de trabalho e os problemas de saúde 37,84% (14) dos trabalhadores entrevistados afirmaram que o ambiente de trabalho pode acarretar em algum problema de saúde. Por outro lado 37,84% (14) disseram que a relação ambiente de trabalho e os trabalhadores não traz danos à saúde e 24,32% (9) não responderam. O perfil organizado por município ficou da seguinte forma: em Santa Cruz do Capibaribe 42,86% (6) disseram que aspectos do ambiente de trabalho podem trazer danos à saúde, 42,86% (6) afirmaram que não e 14,29% (2) não responderam. No município de Toritama os respectivos percentuais foram: 34,78% (8) disseram que existe relação entre o ambiente de trabalho e os danos à saúde, 34,78% (8) relataram que o ambiente de trabalho não traz danos à saúde e 30,43% (7) não responderam.

Dentre os que consideraram a relação positiva entre ambiente de trabalho e prejuízo à saúde, as principais causas relatadas foram: pêlo do tecido 50%; assentos

inadequados 28,57%; manutenção da mesma postura por grandes intervalos de tempo 21,43%; ventilação inadequada 7,14% e pouco tempo para descanso 7,14%. Ressalta-se que a manutenção da postura por elevados intervalos de tempo e o pouco tempo para descanso estão mais relacionados a fatores organizacionais do trabalho do que a características do ambiente de trabalho.

O percentual sofre modificações ao considerar-se a relação entre o trabalho executado e os danos à saúde: 51,35% (19) dos entrevistados relataram que o seu trabalho pode trazer danos à saúde e 46% afirmaram que o trabalho executado não traz danos à saúde. Ao relacionar o resultado com a variável sexo, existem diferenças. Em torno de 89% (8) dos entrevistados do sexo masculino afirmaram haver relação entre o trabalho e danos à saúde. Em Toritama esse percentual foi de 100% (7). Já entre as entrevistadas do sexo feminino esse percentual foi de 36% (10). A comparação em relação à escolaridade e faixa etária não sofre grandes variações percentuais quando relacionados à resposta positiva ou negativa dos entrevistados.

Outra variável abordada foi a questão do afastamento do trabalho por algum problema ou condição de saúde. Cerca de 54% (20) dos entrevistados relataram ter se afastado das atividades desenvolvidas nas facções em algum momento. Os principais motivos descritos foram: infecção pelo *Chikungunya* (20%); acidentes de trânsito (15%), com a motocicleta como principal meio de deslocamento e procedimento cirúrgico diverso também com 15%. As demais causas relatadas pelos trabalhadores estão organizadas na tabela 5.

**Tabela 5** - Causas de afastamento do trabalho nos municípios estudados segundo relatos dos entrevistados.

Afastamento do trabalho		
Causa	Frequência absoluta	Frequência relativa
Infecção por Chikungunya	4	20%
Acidente de Trânsito	3	15%
Procedimento Cirúrgico Diverso	3	15%
Depressão	1	5%
Problemas na Coluna	1	5%
Gravidez	1	5%
Desmaio	1	5%
Hemorroidas	1	5%
Choque elétrico	1	5%
Infarto	1	5%
Depressão	1	5%
Crise renal	1	5%
Febre recorrente	1	5%

Fonte: O autor.

É perceptível o grande número de doenças e agravos expressos que resultaram no afastamento dos entrevistados, condizente com as mudanças no perfil epidemiológico brasileiro, caracterizado por uma “transição incompleta” onde há existência simultânea de doenças infecciosas e das doenças e agravos não transmissíveis (BATISTELA, 2007). Ora, a transição epidemiológica incompleta não é senão uma expressão do desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro e suas múltiplas determinações que originam desigualdades necessárias para a sua reprodução ampliada em um contexto de mundialização do capital.

Como podemos analisar, a presença de doenças infecciosas como a infecção por *Chikungunya* é uma expressão do déficit no abastecimento de água nos municípios, e conseqüentemente na necessidade de armazenamento da água, o que aumenta a possibilidade de proliferação dos mosquitos e a transmissão do vírus. Nesta enfermidade, os acometidos têm como um dos principais sintomas dores nas articulações (poliartralgias). As dores se manifestam com mais frequência nas regiões distais do corpo, como membros inferiores e superiores, também é relado nos casos agudos da doença a dor ligamentar (BRASIL, 2017a). Isto explica a necessidade de afastamento da ocupação, visto que, na execução da atividade da costura são necessários inúmeros movimentos com os membros superiores e inferiores. A fase aguda da doença tem duração média de 7 dias, mas em um percentual menor de acometidos a infecção pode evoluir para as fases subaguda e crônica. Na última os sintomas têm comportamento flutuante e podem reaparecer durante anos. Nas fases subagudas e crônicas as dores articulares e incapacidade de realizar algumas atividades são sintomas recorrentes (BRASIL, 2017a).

A segunda causa de afastamento mais relatada foram os acidentes de trânsito, sobretudo envolvendo motocicletas. Segundo Mendonça, Silva e Castro (2017) baseando-se em análise da organização mundial de saúde (OMS) os acidentes de trânsito causam em torno de 1,2 milhão de mortes por ano, 90% destas ocorrem em países de média e baixa renda. Houve também um aumento dos casos registrados na região Nordeste e no estado de Pernambuco. Como aponta relatório da Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco, os acidentes de moto vêm apresentando, a partir de meados da década de 1990 uma tendência crescente, sobretudo em estados das regiões nordeste. A frota de motociclista no estado aumentou 3,7 vezes, quando comparado os anos de 2002 a 2011 (PERNAMBUCO, 2013). Sobre isto:



O crescimento no quantitativo de Acidentes de Moto é uma realidade em todas as Regiões brasileiras com maior incremento na Região Nordeste e destaque para os municípios de pequeno porte. Nestes, as motocicletas têm se configurado como uma alternativa para o transporte público e um substituto dos meios tradicionais de locomoção de tração animal, além de atenderem à necessidade da modernidade de rapidez e baixo custo (PERNAMBUCO, 2013, p. 7).

Ainda segundo o relatório, em 2011, o município de Santa Cruz do Capibaribe possuía classificação de risco “muito alto risco” e Toritama “alto risco” para os acidentes com motocicletas (PERNAMBUCO, 2013).

É possível então articular as mudanças ocorridas no desenvolvimento do APL, com o aumento da frota de motocicletas<sup>62</sup> na região, e em decorrência disto o número mais elevado de acidentes e de afastamento do trabalho (acidentes por causas externas). Como também foi possível observar a persistência das doenças infecciosas, como analisado nos casos de afastamento por *chikungunya*.

A ocorrência de doenças ou agravos levam ao afastamento temporário ou permanente dos trabalhadores de suas atividades. Nos municípios pesquisados os afastamentos relatados variaram entre o período de uma semana a quatro meses de afastamento. A frequência ficou disposta da seguinte forma: 35% se afastaram por 1 semana; 15% de 2 a 3 semanas; 15% entre 1 mês e 1 mês e 10 dias; 15% de 2 meses a 2 meses e 29 dias e 20% por 3 meses ou mais, com período máximo de afastamento de 4 meses.

Uma das determinações possíveis a ser levantada para a maior prevalência de curtos períodos de afastamento é o estado de desproteção social que os entrevistados ocupam. Como o salário é pago por peça e não existe, na maior parte dos entrevistados, nenhum tipo de proteção trabalhista ou previdenciária, a pressão pelo retorno ao trabalho é iminente. Dentre o total de entrevistados apenas 5% (2) afirmaram realizar o pagamento de contribuição previdenciária e nenhum, como já abordamos anteriormente, possui o vínculo como empregado formal com carteira registrada. A condição de desproteção se manifesta de diferentes formas mas tem como característica aglutinadora que:

---

<sup>62</sup> Associado a isso, está a isenção de impostos para grupos específicos e a maior facilidade no financiamento e compra de motocicletas. A frota de motocicletas no país entre os anos 2000 e 2006 aumentou 150%. Segundo reportagem da Info Money “A facilidade de crédito em longo prazo e as taxas de juros menores tornaram a moto o verdadeiro carro popular no Brasil” (FACILIDADE..., 2007, EM PE..., 2013).

[...] as formas precárias de trabalho e emprego são compreendidas como sendo forjadas por fatores predominantes na desestruturação do trabalho no mercado de trabalho e no papel que o Estado assume em relação às políticas sociais, gerando uma desproteção social que vai ter impactos sobre a saúde dos trabalhadores e sua reprodução. Tais mudanças, na esfera dos estados nacionais, são operadas pelas frações locais da burguesia que implementam o seu projeto articulado às novas determinações de restauração do capitalismo mundial. As indicações gerais se localizam na tendência da mercantilização dos direitos sociais e no seu redirecionamento a parcelas específicas da sociedade (FERREIRA; AMARAL, 2014, p. 179-180).

Desse modo, nos períodos em que os entrevistados têm que se afastar do trabalho por algum motivo de saúde, ou no caso das mulheres, na gravidez e puerpério, se constitui uma situação de maior insegurança e incerteza no auferimento de renda. O que é contraditório, pois deveria ser nesses períodos de impossibilidade, que os trabalhadores obtivessem o amparo da Seguridade Social. Neste caso, esta restringe-se ao acesso deficiente aos serviços de saúde e a programas focais da Assistência Social. Como concluem Ferreira e Amaral (2014) em seu estudo com trabalhadores afastados do trabalho por acidentes:

[...] diante da diminuição de sua capacidade produtiva pela perda de saúde no trabalho, torna-se difícil a sua reinserção no mercado de trabalho. Em razão disso, os trabalhadores se inserem em um contexto de precarização mais ampla, que envolve as esferas do trabalho, social e econômica [...] e [são] desprotegidos pelo Estado, quando os direitos derivados do trabalho deixam de ser uma realidade para reparar a perda da saúde no trabalho (FERREIRA; AMARAL, 2014, p. 182).

A condição dos trabalhadores entrevistados é mais aguda do que o apontado pelas autoras, visto que os trabalhadores já se encontram envolvidos no processo de informalidade e por isso privados de direitos. O acidente e/ou adoecimento e a necessidade de afastamento só exacerbam ainda mais a situação de desproteção.

#### 6.5.2 As Cargas de Trabalho e o Desgaste dos trabalhadores

As cargas de trabalho são os elementos mediadores entre o processo de trabalho e o desgaste dos trabalhadores (LAURELL; NORIEGA, 1989). Procuramos identificar as cargas de trabalho encontradas no ambiente das facções e o conseqüente processo de desgaste decorrente da presença das primeiras. O

processo de desgaste é também uma expressão da condição de superexploração da força de trabalho a qual estão expostos os trabalhadores das facções que foram entrevistados. Portanto, em nossa análise articulamos a presença das cargas de trabalho e o desgaste dos trabalhadores como resultado da superexploração da força de trabalho que poderão levar a violação do fundo da vida destes. Para que fique claro, a articulação entre as categorias não nos habilita a concordar que as cargas de trabalho e o desgaste só estarão presentes em condição de superexploração. Esta condição é falsa, pois qualquer processo de trabalho as possuirá. O que expomos nesta articulação são justamente as determinações que extraímos da realidade do APL de confecções.

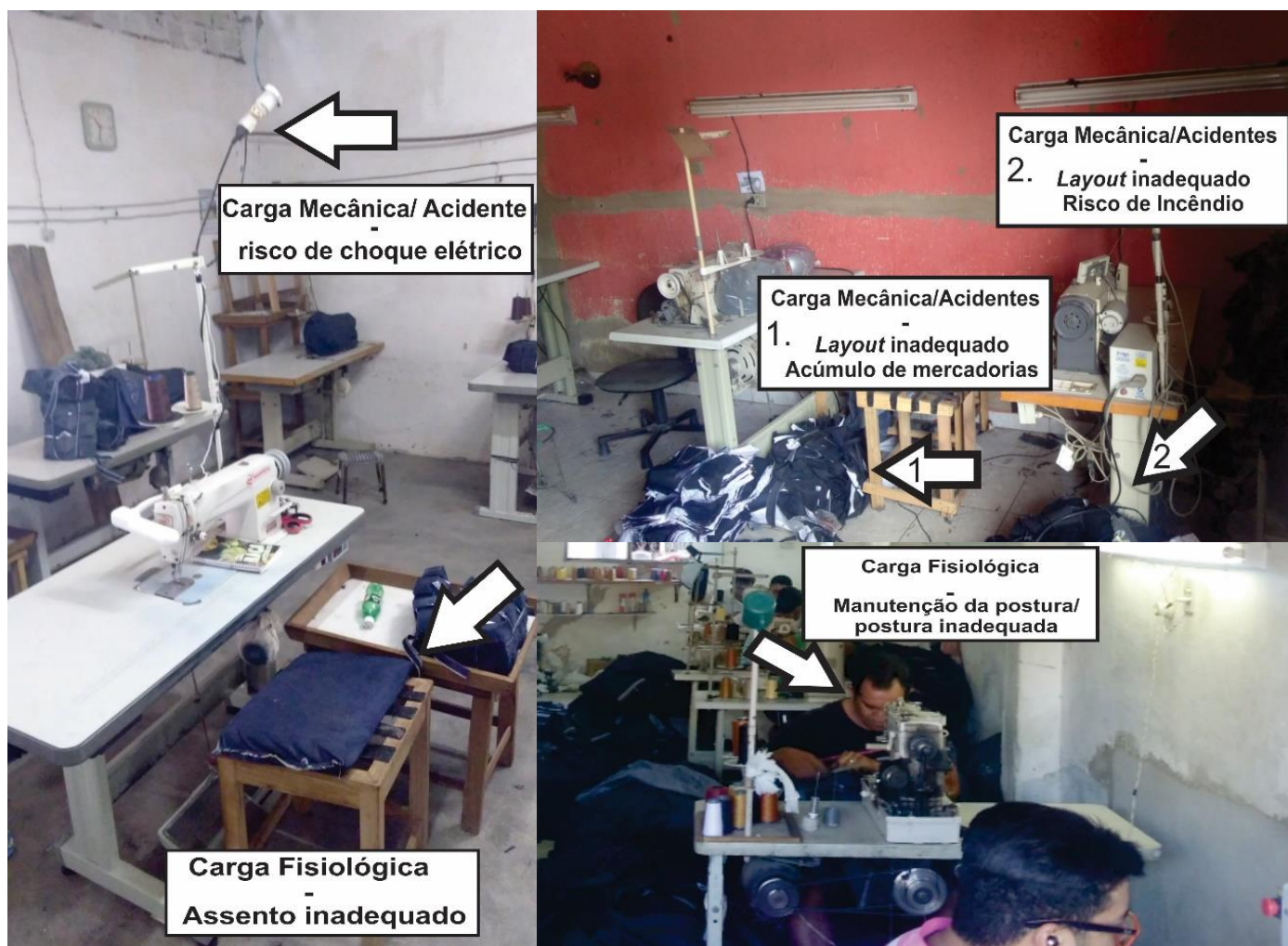
No tópico acerca das condições de trabalho relatamos que em torno de 49% (18) dos entrevistados não identificavam nenhum risco em seu ambiente de trabalho. Dos entrevistados que expuseram os riscos presentes em seu ambiente e processo de trabalho a ordem de prioridade foi exposta da seguinte forma: 1º) ergonômico; 2º) químico; 3º) físico e 4º) acidentes. Não foi relatado risco biológico.

Utilizaremos o conceito carga de trabalho pois ela diferencia-se da compreensão de risco para além de uma compreensão semântica. As cargas de trabalho consideram a dinâmica de funcionamento do processo de produção como processo de trabalho e processo de valorização do valor, como é no capitalismo, ou seja, esta concepção possui uma dimensão histórica e concreta (LAURELL; NORIEGA, 1989).

Destarte, a atividade desenvolvida nas facções sofre determinações históricas, e tem seu processo de trabalho organizado de acordo com as exigências técnicas, mas com mediação da flexibilização e precarização do trabalho. Para avançarmos na construção é necessário inicialmente abstrair as cargas de trabalho separadamente para só depois compreender sua articulação e o processo de desgaste dos trabalhadores.

O quadro 4 está organizado de acordo com a atividade desenvolvida nas facções, os instrumentos de trabalho necessários e as cargas de trabalho identificadas. Na figura 18 estão expostos os ambientes de trabalho de algumas facções e algumas das cargas de trabalho externas identificadas.

**Figura 18** - Cargas de trabalho identificadas no ambiente de trabalho de facções em Toritama



Fonte: O autor.

**Quadro 4** - Atividade desenvolvida, instrumental utilizado e cargas de trabalho identificadas nas facções estudadas nos dois municípios.

<b>Função: Costureiro(a)</b>		
<b>Atividade:</b> costurar tecidos e/ou adereços para formar peças de vestuários, sofrendo pequenas alterações a depender do tipo de atividade realizada, se costura de bolsos, costura de cós, da peça inteira, entre outras.	<b>Instrumentos utilizados:</b> Máquinas de costura (são as principais: reta; overloque; travete; de braço; caseadeira; botoneira) e aviamentos (linhas, etiquetas, botões, alguns desses dependem da atividade realizada na facção).	<b>Cargas Físicas:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Ruído;</li> <li>○ Vibração;</li> <li>○ Iluminação insuficiente;</li> <li>○ Calor.</li> </ul>
	<b>Mobiliário Utilizado:</b> Mesa de costura; cadeira ou banco.	<b>Cargas Químicas:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Pêlo do tecido (particulado).</li> </ul>
		<b>Cargas Biológicas:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Excesso de poeira no ambiente (presença de ácaros e fungos);</li> </ul>
		<b>Cargas Mecânicas/Acidentes:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Queda de mesmo nível;</li> <li>○ Choque elétrico;</li> <li>○ Perfuração com agulha;</li> <li>○ Incêndio;</li> <li>○ Acidentes com crianças;</li> <li>○ <i>Layout</i> impróprio do ambiente de trabalho</li> </ul>
		<b>Cargas Fisiológicas:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Manutenção da mesma postura (sentada) por longos períodos;</li> <li>○ Repetição de mesmo movimento;</li> <li>○ Posturas inadequadas;</li> <li>○ Mobiliário inadequado;</li> <li>○ Olhar fixo para um mesmo local por muito tempo;</li> <li>○ Longa jornada de trabalho.</li> </ul>
		<b>Cargas Psíquicas:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Sobrecarga psíquica <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Realização de atividades da facção, atividades domésticas e cuidado dos filhos simultaneamente;</li> <li>○ Exigência de ritmo de trabalho elevado;</li> <li>○ Salário por peça/Remuneração insuficiente;</li> <li>○ Desproteção Social.</li> </ul> </li> <li>○ Subcarga psíquica <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Parcelização do trabalho;</li> <li>○ Pouco controle sobre o trabalho;</li> <li>○ Perda do sentido do trabalho;</li> <li>○ Monotonia e repetitividade.</li> </ul> </li> </ul>

A partir da análise de aspectos relacionados ao processo de trabalho, ambiente de trabalho e sua organização foi possível elencar as cargas de trabalho presentes nas facções.

As cargas de trabalho não atuam de modo isolado: desenvolvem-se de maneira distinta, contudo articulada. Ainda é necessário ressaltar que a presença de algumas cargas pode potencializar o efeito de outras sobre o grupo de trabalhadores. Como exemplo, podemos apontar a articulação entre a presença constante de ruído e sua conexão com as cargas psíquicas, uma vez que, os ruídos constantes no ambiente aumentam a condição de estresse, podendo inclusive estar associado a uma maior chance de ocorrência de acidentes de trabalho, como destacou Barcelos e Ataíde (2014). Além disso, a dimensão sócio-histórica será determinante para a constituição e interação entre as cargas. Sobre isto:

[...] se bem o ruído seja ruído, e como tal origina transformações nos processos biopsíquicos, não é irrelevante perguntar porque se produz e porque se mantém num determinado nível. Ao tentar responder a essas perguntas com relação a qualquer carga, aparecem invariavelmente dois fatos. Um é que surge como expressão particular da forma específica de produzir (das características da base técnica e dos objetos empregados, mas também da organização e divisão do trabalho). Outro é que a intensidade, e ainda a presença ou não, das cargas não é alheia às relações de força entre capital e trabalho num centro de trabalho concreto e na sociedade (LAURELL; NORIEGA, 1989, p. 113).

O que os autores explicitam é a complexa relação entre a carga existente e sua influência no processo saúde doença de um grupo de trabalhadores, não como uma relação causa e efeito imediata, mas, ao se considerar essencialmente a mediação dada entre capital trabalho. Senão vejamos: trabalhadores expostos a ruídos em grandes intervalos de tempo, como por exemplo, vários anos executando a mesma atividade, tendem a desenvolver a perda auditiva induzida por ruído (PAIR). Esta exposição contínua a ruídos de alta intensidade pode ser causadora de alterações estruturais da orelha interna. A continuidade da exposição se dá tanto em relação a duração da jornada de trabalho, quanto ao tempo de ocupação do trabalhador (BARCELOS; ATAÍDE, 2014). Portanto, é evidente que a exposição a ruídos contínuos pode gerar alterações que levem à perda da audição.

No entanto, é necessário expor mais elementos para dar sustentação à análise. A necessidade de reprodução ampliada do capital levou a uma série de modificações

no mundo do trabalho (ANTUNES, 2015). No caso de nosso estudo, por exemplo, ainda considerando a exposição aos ruídos, os trabalhadores entrevistados encontram-se em uma condição de desproteção social. Logo, além de não possuírem acesso a direitos trabalhistas e previdenciários, os ambientes de trabalho não atendem à legislação trabalhista mínima no oferecimento de condições de trabalho. Como exemplo, a não realização de medidas que possibilitem a exposição controlada da relação intensidade do ruído e duração da jornada de trabalho como preconiza o anexo 1 da NR15 ou a utilização de protetores auriculares como equipamentos de proteção individual (EPI). As barreiras legais, mesmo que muitas vezes não respeitadas pelas indústrias e empresas formais, são mecanismos que possibilitam garantir aspectos mínimos relacionados a saúde dos trabalhadores.

Para “se proteger” contra a serpente de suas aflições, os trabalhadores têm de se unir e, como classe, forçar a aprovação de uma lei, uma barreira social intransponível que os impeça a si mesmo de, por meio de um contrato voluntário com o capital, vender a si e a suas famílias à morte e a escravidão (MARX, 2013, p. 374).

Ao contrário, o avanço do processo de informalidade e a utilização da “nova informalidade” são elementos da flexibilização e precarização do trabalho que repassam para os trabalhadores além de custos relacionados à produção, a responsabilização sobre as condições de trabalho e suas consequências na saúde. O resultado não poderia ser mais profícuo para o capital e aviltante para os trabalhadores. A renda limitada, as instalações precárias dos equipamentos, muitas vezes no espaço da residência são elementos a serem considerados na constituição dos ambientes de trabalho insalubres.

Desse modo, não há como cindir a análise dos efeitos das cargas de trabalho no corpo dos trabalhadores das mudanças oriundas da reestruturação produtiva. Por isso mesmo, a já citada condição de desproteção social, a exposição prolongada aos ruídos, visto as longas jornadas de trabalho desenvolvidas nas facções, a ausência de manutenção regular nos equipamentos e do uso de equipamentos de proteção possibilitarão, em alguns anos de trabalho, o desgaste e a perda parcial da audição de parte destes trabalhadores. Condição esta “invisível”, pois não existe qualquer acompanhamento auditivo ou medida educativa acerca do problema sendo realizada. Apenas neste exemplo foi possível expor a articulação das cargas físicas, psíquicas e fisiológicas, contextualizando-as historicamente no processo de trabalho analisado.

Identificamos a articulação entre outras cargas presentes no processo de produção das facções. A estruturação e a organização do ambiente de trabalho e do processo de trabalho em condições precárias, gera dentre outras condições, o desconforto térmico nos trabalhadores. Desconforto este que associado ao aumento do ritmo e intensidade da produção e as longas jornadas de trabalho amplia a condição de sobrecarga psíquica e fadiga. O pagamento do salário por peça é um elemento a ser destacado, pois media o aparecimento de cargas de trabalho fisiológicas (manutenção de mesma postura por longos intervalos de tempo, manutenção de posturas inadequadas, longas jornadas de trabalho), psíquicas (remuneração insuficiente, aumento do ritmo e intensidade do trabalho e perda do sentido do trabalho) podendo levar ao aparecimento de cargas mecânicas expressas nos acidentes de trabalho.

A interação das cargas pode levar a inúmeras situações que contribuam para o desgaste da força de trabalho. Como analisam Laurell e Noriega (1989) esse desgaste pode-se dá por meio de uma perda potencial ou efetivada capacidade biológica e psíquica e não resulta necessariamente no aparecimento de uma patologia “À medida que o desgaste se define como perda da capacidade potencial e/ou efetiva biopsíquica, ele pode ou não expressar-se no que a medicina reconhece como patologia” (LAURELL; NORIEGA, p. 115-116). Nas palavras dos autores “tanto é desgaste, pois, a destruição abrupta ou lenta de órgãos como a impossibilidade de desenvolver uma potencialidade psíquica ou biológica” (LAURELL; NORIEGA, p. 115).

As considerações anteriores nos permitem relacionar o processo de desgaste com a violação do fundo de vida do trabalhador, visto que as condições e a organização do trabalho nas facções não se alteraram significativamente nos últimos anos, como mostraram os estudos de Lindôso (2009), Alves e Souza (2010), Rodrigues (2010), Costa (2011, 2012), Souza (2012), Carvalho e Silva (2015) em comparação com o nosso. Portanto, a superexploração da força de trabalho potencia o aparecimento de cargas de trabalho e o consequente desgaste dos trabalhadores.

Como destacamos, o desgaste pode ou não originar o que a medicina reconhece como patologia. A seguir abordaremos a relação entre o desgaste e o adoecimento dos trabalhadores entrevistados.



### 6.5.3 Desgaste e Adoecimento dos trabalhadores

Como já discutimos anteriormente o processo de desgaste, mediado pela ação das cargas de trabalho pode resultar no adoecimento dos trabalhadores. Também analisamos que este adoecimento ou perda possível no desenvolvimento de potencialidades relaciona-se, na nossa pesquisa, com os mecanismos de superexploração da força de trabalho.

Também é mister ressaltar que o adoecimento apesar de ser uma expressão singular, pois materializa-se em um sujeito, sofre determinações gerais da dinâmica de produção e reprodução da sociedade capitalista. Segundo Laurel e Noriega (1989, p. 116):

É, pois, a combinação entre desgaste e a reprodução que determina a constituição das formas históricas específicas biopsíquicas humanas. Estas, por sua vez, são o substrato geral que determina a geração de uma constelação característica de doenças particulares, conhecido como perfil patológico de um grupo social.

Portanto, a nossa análise vai em direção à compreensão do perfil patológico do conjunto de trabalhadores entrevistados. Como ressaltado por Barreto (2000) os problemas de adoecimento relacionado ao trabalho na indústria de vestuário estão relacionados à convivência entre novas e antigas formas de estruturação do processo produtivo. Ainda segundo a autora os principais problemas de saúde apontados estão relacionados a alterações musculoesqueléticas, dentre as quais estão as LER/DORT; ao sofrimento mental; a fadiga visual e o risco de acidentes. Estes problemas também foram relatados por nossos entrevistados, porém com algumas mediações distintas das encontradas na análise do processo de trabalho desenvolvido em uma indústria.

As principais queixas relatadas pelos entrevistados estão expostas na tabela 6<sup>63</sup>.

---

<sup>63</sup> A questão permitia a escolha de mais de uma queixa/sintoma, por isso, o resultado é bem maior que o número de entrevistados.

**Tabela 6** - Morbidade referida pelos trabalhadores entrevistados nos dois municípios.

<b>Queixas/Sintomas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa</b>
<b>1. Alterações musculoesqueléticas</b>		
Artralgia/artrose	9	24%
Cervicalgias	4	11%
Lombalgias	28	76%
Indícios de LER/DORT (formigamento e/ou dormência e/ou dor nos membros)	8	22%
<b>2. Alterações respiratórias (asma e alergias)</b>	4	11%
<b>3. Alterações sistema urinário</b>		
Infecção Urinária	14	38%
Urolitíase	1	3%
<b>4. Alterações sistema circulatório</b>		
Inchaço nos membros inferiores	16	43%
Varizes	8	22%
Hipertensão	5	14%
<b>5. Dores de cabeça frequentes</b>	11	30%
<b>6. Perda Auditiva (Zumbido)</b>	10	27%
<b>7. Queixas relacionadas ao sofrimento difuso</b>		
Insônia	3	8%
Angústia	3	8%
Cansaço recorrente	12	32%
Tontura	2	5%
Ansiedade	5	14%
Sonolência	3	8%
Tristeza	3	8%
<b>8. Problemas na visão</b>		
Visão Cansada	15	41%
<b>9. Alterações no sistema endócrino</b>		
Diabetes	1	3%
Obesidade	1	3%

Fonte: O autor

As queixas foram agrupadas de acordo com a relação entre o sintoma e as alterações patológicas ocasionadas em algum sistema corpóreo. Dessa forma, a organização ficou disposta da seguinte maneira: 1) alterações musculoesqueléticas; 2) alterações respiratórias; 3) alterações sistema urinário; 4) alterações sistema circulatório; 5) dores de cabeça frequentes; 6) perda auditiva; 7) queixas relacionadas ao sofrimento difuso; 8) problemas na visão e 9) alterações no sistema endócrino.

Do total de queixas registradas, 25% se relacionaram as alterações musculoesqueléticas, 20% estão ligadas a sintomas inespecíficos que podem

associar ao sofrimento difuso, 19% a alterações no sistema circulatório, 10% a problemas na visão, 7% a dores de cabeça frequentes, 6% a perda auditiva e 1% alterações endócrinas.

Dentre as queixas mais recorrentes estão as relacionadas a alterações musculoesqueléticas, com destaque para a ocorrência de lombalgias presente na resposta de 76% dos entrevistados, as artralguas com 24% e a cervicalgias com 11% também estiveram presentes nas respostas dos entrevistados. Os estudos de Barreto (2000) e Garcia Júnior (2006) relatam maior incidência de dores cervicais nos trabalhadores da costura, o que difere do encontrado em nosso estudo, onde as dores lombares foram mais recorrentes. Isso pode se relacionar ao tipo de assento utilizado nas facções: geralmente, um “banquinho” que não possui encosto em nenhum local para coluna. Outro elemento a ser destacado é o de que vários trabalhadores se queixavam de “dores nas costas” e quando era solicitado para identificar o local, a região lombar era mais apontada, o que não exclui a possibilidade das dores também estarem presentes na região cervical. A queixa aparece no depoimento do entrevistado:

Aí essa noite eu fiquei quase sem dormir [...]. Porque assim, as minhas costas estão doendo. Acho que é dor muscular, sei lá como é que se fala. Mas é muito dolorido, aí eu não consegui nem levantar os braços hoje. Ai eu tomei um remédio para o músculo, ou sei lá o que é. Tomei um comprimido porque eu não aguentei, tomei ainda agora (S4 Santa Cruz do Capibaribe).

No relato é possível expor dois importantes aspectos. O primeiro diz respeito a limitação que as dores causam no desenvolvimento da atividade ao longo da jornada de trabalho, impossibilitando temporariamente os trabalhadores de executarem suas tarefas e relacionando-se ao aumento da intensidade do trabalho no momento em que estes retornam a atividade, pois o pagamento é realizado por peça/produção. O segundo aspecto diz respeito a automedicação realizada pelos trabalhadores, o que acaba por mascarar os sintomas e manter a força de trabalho ativa possibilitando uma ampliação do desgaste. Esse aspecto é reforçado por um dos entrevistados em Toritama quando questionado sobre o que faz quando sente dores: “Toma um remédio para ver se alivia, toma um paracetamol para dor, mas continua trabalhando” (S1 Toritama). Alencar e Nobre (2017) discorrem sobre o processo de automedicação por parte dos trabalhadores enquanto mecanismo de “calar” as dores sentidas na tentativa

de manter o corpo sempre apto e produtivo, exigência feita pelo atual mundo do trabalho. A respeito deste último dado, em torno de 60% (22) dos entrevistados relataram tomar medicamentos com frequência, destes 68% (15) informaram tomar analgésicos/antinflamatórios rotineiramente, sobretudo para dores musculoesqueléticas, principalmente dores nas costas e coluna vertebral, e dores de cabeça.

Outras queixas relatadas dizem respeito a indícios de lesões por esforço repetitivo e/ou distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (LER/DORT) que são lesões dos tendões, fâscias, ligamentos, nervos e músculos mais comum nos membros superiores e caracterizadas por dores, diminuição da sensação em membros, sensação de peso, formigamento e fadiga nos membros (BARRETO, 2000; BRASIL, 2012).

Queixas relacionadas ao início das LER/DORT estiveram presentes em 22% dos questionários dos trabalhadores entrevistados. Este número aumenta se considerarmos a soma com as cervicalgias. A origem das LER/DORT não é recente, existem indicativos do aparecimento de queixas similares a este agravo desde o século XVIII no escrito de Ramazzini “As doenças do Trabalho” quando o autor analisou o trabalho desenvolvido pelos escribas (LIMA, 2012). No entanto, as mudanças contemporâneas no mundo do trabalho, impulsionadas pela acumulação flexível e a consequente reengenharia produtiva expandem o escopo de atividades e possibilitam uma elevação no ritmo e intensidade do trabalho, malgrado a diminuição da jornada de trabalho em vários setores.

A interatuação das cargas de trabalho potencializa as condições necessárias para o aparecimento das LER/DORT. Segundo publicação do Ministério da Saúde, a ocorrência das LER/DORT está ligada a uma série de aspectos como: biomecânicos, sensoriais, afetivos e de organização do trabalho (BRASIL, 2012). Assim, análise acerca do aparecimento das lesões deve considerar a localização anatômica da região envolvida, sendo mais comum em mãos, punhos, cotovelos, ombro e pescoço; o processo de intensificação do trabalho; a característica da atividade desenvolvida, considerando a monotonia e repetitividade; à distribuição qualitativa da jornada de trabalho, levando em conta as horas trabalhadas e a quantidade de pausas; o tempo de ocupação e o *layout* do ambiente de trabalho, que tem influência na adoção de posturas inadequadas, por exemplo (BRASIL, 2012). Portanto, aspectos relacionados

à estrutura do ambiente e o desenvolvimento técnico da atividade articulam-se com a dinâmica de organização e gestão da força de trabalho.

No trabalho realizado nas facções as lesões nos membros superiores são favorecidas pelos movimentos repetitivos durante longos períodos. O aumento no ritmo e intensidade da produção potencializa o aparecimento da lesão. Como ressalta Gárcia Júnior (2006) ao descrever o trabalho de uma costureira:

A posição de trabalho da costureira (o) é permanentemente sentada, mas exige do trabalhador vários tipos de movimentos, como: esticar os braços, acionar o pedal do motor da máquina, movimento lateral da perna para acionar o sistema que levanta as agulhas, torção do tronco para transferir peças de um lado para o outro, entre vários outros movimentos sutis que compõem toda a complexa operação que é executada (GÁRCIA JÚNIOR, 2016, p. 68).

Este conjunto de ações repetidas continuamente durante várias horas do dia, sem atribuições de pausas na rotina de trabalho levam ao desgaste das estruturais corporais dos trabalhadores, como analisado por Garcia Júnior (2006, p. 81) “A repetição dos mesmos movimentos por longo período de tempo provoca o desgaste dos ligamentos e ossos pelo atrito, podendo ocasionar inflamações”. As lesões progridem ao longo do tempo e se o trabalhador não for afastado da atividade podem avançar até a condição de incapacidade permanente (BARRETO, 2000).

As características abordadas anteriormente estão presentes nas atividades das costureiras do APL. No entanto, o quantitativo de notificações do agravo no banco de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificações (Sinan), sistema este que engloba as notificações de trabalhadores com registro, como também os trabalhadores informais, não aponta nenhum caso de LER/DORT notificado, no ano de 2017<sup>64</sup>, pelos serviços de saúde nos municípios que compõem o APL de confecções. Ainda segundo dados do Sinan, em Pernambuco, no ano de 2017, foram notificados 419 casos de LER/DORT. Desses, apenas cinco estiveram associados a ocupação de costureiro(a) e foram registrados nos municípios do Cabo de Santo Agostinho, Goiana e Olinda. As informações colocadas ao contrário de se aproximarem da realidade expressam a subnotificação das doenças relacionadas ao trabalho, principalmente entre os trabalhadores informais.

Como ressalta artigo técnico da Fundacentro:

---

<sup>64</sup> Os dados foram fornecidos pelo Centro de Referência Estadual de Pernambuco (CEREST - Estadual Pernambuco).

O Sistema Único de Saúde (SUS), cujos profissionais não têm vínculo com as empresas, poderia então, atuar de forma efetiva, como preconiza o protocolo do Ministério da Saúde. No entanto, sabotado pelos que veem na saúde um excelente meio de lucrar e sem um verdadeiro apoio da sociedade, o SUS não se constitui em uma rede potente de diagnóstico de doenças ocupacionais. Dessa forma, os trabalhadores não possuem uma rede de serviços que traduza suas dores decorrentes do trabalho em diagnósticos ocupacionais que possam ser devidamente registrados, havendo um grande subdiagnóstico e subnotificação de doenças ocupacionais (MAENO; TAVARES; LIMA, 2017, p. 5).

Portanto, além da ausência de direitos trabalhistas e previdenciários o acesso ao diagnóstico e acompanhamento dos trabalhadores nos serviços de saúde públicos, garantido universalmente, apresenta deficiências, sobretudo quando necessário o estabelecimento do nexo entre sintomas e o trabalho desenvolvido pelas costureiras.

As LER/DORT não causam danos apenas as estruturas musculoesqueléticas dos trabalhadores. A limitação também se apresenta enquanto carga psíquica, pois quando se agrava os trabalhadores têm de reduzir o ritmo ou até mesmo parar de trabalhar. Esta condição expressa na incapacidade gera um sentimento de insegurança, “improdutividade” e pode estar relacionada a quadros depressivos (ALENCAR; NOBRE, 2017).

O avanço da produção no APL baseado na intensificação do trabalho em detrimento de uma modernização tecnológica impacta na saúde dos trabalhadores, ampliando-se assim o desgaste físico e psíquico. A utilização de instrumentos que necessitem de maior esforço dos trabalhadores é ressaltada pela entrevista:

Trabalha muito sentada. Essa semana mesmo eu estou costurando a pulso, com uma dor assim, no meu braço. Porque a minha máquina tem motor mais pesado, é mais pesado do que esses outros. É mais esforço [para executar o trabalho] (S3 Santa Cruz do Capibaribe).

As diferenças entre o desenvolvimento tecnológico utilizado em indústrias de referência para a produção de confecções e o trabalho executado nas facções informais é funcional à lógica da acumulação capitalista, pois favorece a transferência de valores no momento de realização das mercadorias. Além disso, esta discrepância incidirá sobre a saúde dos trabalhadores, visto que, determina um maior desgaste de energia, no caso dos trabalhadores das facções, para o desenvolvimento de suas

atividades. Garcia Júnior (2006) analisa estas diferenças e seu impacto nos corpos dos trabalhadores da indústria de vestuário:

A diferença tecnológica entre as empresas ressalta as diferenças do uso do corpo do trabalhador na observação das atividades mais simples, como a de virar a calça ao avesso. Nas empresas mais modernas esta atividade pode ser realizada com o uso de dispositivos semi-automatizados que permitem a economia de movimentos do trabalhador, enquanto que nas oficinas ou indústrias de facção a mesma atividade é realizada de forma totalmente manual, o que exige mais esforço de movimentos do trabalhador para sua execução (GÁRCIA JÚNIOR, 2006, p.57).

O tempo na ocupação será um dos determinantes para o desenvolvimento de doenças relacionadas ao trabalho, uma vez que os trabalhadores que estão expostos aquela condição durante um período de tempo mais longo, possuem, evidentemente, maior risco de desenvolverem a patologia. Entre os entrevistados, 65% (24) estavam envolvidos com o trabalho em facções há pelo menos três anos, desses 16% (6) trabalhavam há mais de dez anos realizando a atividade. Em Santa Cruz do Capibaribe o percentual ainda é maior: 78% (11) entrevistados trabalhavam na atividade há pelo menos três anos e desses 36% (5) exercem a ocupação há mais de dez anos. As informações estão organizadas na tabela 7.

**Tabela 7** - Tempo de trabalho na confecção, considerando os dois municípios estudados e a soma total, Pernambuco, 2017.

Tempo de Trabalho na Confecção	Toritama		Santa Cruz do Capibaribe		Total	
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Menos de 1 ano	4	17,39%	1	7,14%	5	13,51%
1 a 2 anos	3	13,04%	1	7,14%	4	10,81%
3 a 5 anos	8	34,78%	3	21,43%	11	29,73%
6 a 8 anos	4	17,39%	3	21,43%	7	18,92%
Mais de 10 anos	1	4,35%	5	35,71%	6	16,22%
Não respondeu	3	13,04%	1	7,14%	4	10,81%

Fonte: O autor

As alterações ocorridas no sistema circulatório também são referidas com frequência pelos entrevistados. O inchaço nas pernas foi relatado em 43% (16) dos

questionários, seguido pela presença de varizes com 22% (8) das queixas e a hipertensão com 14% (5) dos registros.

As posições assumidas durante o desenvolvimento da jornada de trabalho favorecem as alterações no sistema circulatório. Posições fixas por longos períodos, com uso de mobiliário inadequado acabam por comprimir os vasos sanguíneos causando inchaço nos membros inferiores, além de aumentar o risco de trombose. A manutenção de posições estáticas por longos períodos pode favorecer o desgaste de articulações e ossos (GÁRCIA JÚNIOR, 2006).

Também foram frequentes queixas de caráter mais “inespecífico”, no sentido de não se enquadrarem em um diagnóstico nosológico. Porém, são importantes indicativos do desgaste, sobretudo relacionado ao sofrimento difuso semelhante aos chamados Transtornos Mentais Comuns (TMC). A sensação de cansaço recorrente esteve presente em 32% (12) das queixas realizadas, seguidas por queixas relacionadas à sensação de ansiedade 14% (5), tristeza 8% (3), sonolência 8% (3), angústia 8% (3) e tontura 5% (2). Além dessas queixas, as dores de cabeça frequentes também foram registradas em 30% (10) dos questionários.

As queixas apresentadas são expressões da realidade vivenciada cotidianamente pelos trabalhadores. Assim, os sintomas mostram a articulação entre as relações objetivamente postas e a subjetividade dos trabalhadores. É necessário frisar este elemento a fim de evitar interpretações que considerem o aparecimento dos sintomas como um processo de psicologização dos indivíduos. Ao contrário, nossa compreensão busca expor os elementos essenciais da relação desgaste e adoecimento considerando estas alterações como biopsíquicas inclusas nas particularidades dos locais onde os trabalhadores estão inseridos, mas articuladas à produção e reprodução do capital.

Fonseca, Guimarães e Vasconcelos (2008) e Braga, Carvalho e Binder (2010) em revisão bibliográfica acerca dos TMC explicitam que estes relacionam-se diretamente a fatores socioeconômicos como: baixa escolaridade, baixa renda, inserção em trabalhos menos qualificados, a exclusão do mercado de trabalho formal e o desemprego. Os autores também relataram aspectos relacionados à organização do trabalho, como a exigência de altas demandas psicológicas e o baixo controle sobre a produção. Além disso, destacaram a existência de estudos que apontam que indivíduos do sexo feminino apresentam maior prevalência dos TMC. No nosso estudo, queixas relacionadas ao cansaço recorrente, ansiedade e sonolência



apresentam maior percentual nas entrevistadas do sexo feminino, respectivamente 39%, 14% e 11%, e nos homens 11%, 11% e 0%. Esta maior ocorrência longe de ser um “fator biológico” inerente às mulheres, está relacionada a maior sobrecarga que estas enfrentam, como já discutimos ao longo deste trabalho.

A permanente condição de insegurança presente no processo de produção do APL e materializada por meio das variações na renda dos trabalhadores, na remuneração insuficiente, no endividamento, na desproteção social, deve ser considerada no aparecimento de queixas “inespecíficas”. O relato do entrevistado explicita esta condição:

[...] se eu continuar costurando daqui há 10 anos deve tá só a grade mesmo [se referindo a estar desgastado, esgotado] porque eu não vou aguentar esse pique até daqui a 10 anos. É porque é muito barato! É muito barato essas coisas, se fosse uma coisa que desse lucro, era bom! Porque dava até para juntar um dinheiro para quando chegar um certo tempo parar e, ou então... eu não sei... porque eu não tenho condições de fazer uma facção pra mim. Eu não tenho dinheiro para comprar uma máquina, porque não dá! (S3 Toritama).

A insegurança identificada nas relações sociais do APL é marca do processo de flexibilização e precarização do trabalho ocorrida contemporaneamente, e explicitada de maneiras qualitativamente distintas a depender da divisão social do trabalho e da localização de cada país na esfera político e econômica. No entanto, a condição se espalha por “todos os lugares” (ANTUNES; PRAUN, 2015; DRUCK, 2011; MESZÁROS, 2006).

Segundo a revisão de Fonseca, Guimarães e Vasconcelos (2008) outra característica importante que se relaciona com a ocorrência de TMC é a inserção fragilizada/não inserção dos indivíduos em redes sociais de apoio, como as relações familiares, grupos terapêuticos, atividades de lazer, grupos religiosos, entre outros. Apesar de o trabalho ser realizado na maior parte dos casos entre familiares e vizinhos, o prolongamento das jornadas de trabalho e a debilidade na oferta de dispositivos públicos, como praças, parques, eventos culturais, impedem a realização de outras atividades de lazer, práticas esportivas. Quando os indivíduos não relatavam ficar em casa no horário livre, afirmavam ir à casa de parentes, à igreja ou recorriam ao consumo de bebidas alcoólicas em bares da região. Em relação ao consumo de bebidas alcoólicas e uso de cigarros, 43% (16) dos entrevistados relatou que costuma ingerir bebidas alcoólicas e 14% (5) tem o hábito de fumar. Barreto (2000) enfatiza

que a relação entre consumo de álcool e outras drogas e o trabalho é maior em trabalhadores expostos frequentemente a humilhações, sobrecarga e que exercem funções monótonas e repetitivas.

Malgrado não ter sido relatado por Fonseca, Guimarães e Vasconcelos (2008) a participação dos trabalhadores em entidades coletivas, como associações e sindicatos, é um elemento importante no fortalecimento do que os autores denominam “redes sociais de apoio”. Para além da perspectiva terapêutica individual, a atuação nestas entidades fortalece os laços coletivos e a identidade de classe, atuando dialeticamente no processo de formação de consciência individual e coletiva (IASI, 2011). Como já expusemos, a participação dos entrevistados em entidades de organização dos trabalhadores inexistem, o que acaba por colaborar com queixas relacionadas a insegurança, ansiedade, tristeza, entre outras. Segundo Barreto:

Tolerar as mentiras, o medo, a vergonha, as doenças, os ambientes insalubres, as jornadas extenuantes, as perdas de direitos e o desemprego. O indivíduo vai sendo corrompido, submetido enquanto o individualismo é estimulado, impedindo os laços de solidariedade entre os pares. São situações como estas, vivenciadas pelos trabalhadores e trabalhadoras que geram intenso sofrimento psíquico, insegurança e instabilidade, onde todos passam a viver e testemunhar de alguma forma indiferentes ao sofrimento coletivo [...] O medo oculto, aumenta a subordinação, gesta em muitos a indiferença ao sofrimento alheio, reforçando o individualismo nas relações, gerando uma angustia solitária. (BARRETO, 2000, p. 11).

Dentre os entrevistados que mencionaram fazer uso frequente de alguma medicação 18% (4) afirmaram utilizar antidepressivos/ansiolíticos com frequência. Todos eram do município de Santa Cruz do Capibaribe. Este quantitativo representou 40% do total de entrevistados no município que informaram utilizar algum medicamento rotineiramente. O consumo de antidepressivos e ansiolíticos vem aumentando consideravelmente no Brasil nos últimos anos. Segundo dados da OMS o Brasil é o país da América Latina com mais casos de depressão. Dados de uma seguradora privada informam um crescimento de 74% no consumo de antidepressivos por parte de seus segurados, considerando o intervalo de 2010 a 2016. No mesmo período, o consumo de ansiolíticos cresceu 110% (MORAES, 2017).

Corroborando com os dados previdenciários, ou seja, considerando apenas os trabalhadores “formais” explicitam que entre 2012 e 2016 os transtornos mentais e comportamentais foram a terceira maior causa de afastamento do trabalho no Brasil

(BRASIL, 2017b). Logo, as queixas acerca da saúde mental dos trabalhadores expõem facetas das relações sociais contemporâneas, sob o julgo da incerteza e insegurança e diante da voracidade das formas de contratação, organização e gestão da força de trabalho ampliam-se as possibilidades de adoecimento mental.

Outra queixa frequentemente apresentada pelos entrevistados foi relativa a problemas de visão, referindo-se à visão cansada. A queixa esteve presente em 41% (15) dos questionários. A dificuldade em enxergar vai piorando ao longo da jornada de trabalho. A iluminação insuficiente é uma carga física presente nos ambientes das facções e articula-se com o aparecimento de cargas fisiológicas, como a fadiga visual, e psíquicas, na necessidade de ter mais atenção para o desenvolvimento da atividade. No relato da entrevistada é explicitada a questão: “A vista também, eu sofro da vista. Costurar a noite é o maior sacrifício para mim, porque eu era para eu ter feito uns exames. Ai devido muitas contas eu não fiz o exame de vista” (S4 Santa Cruz do Capibaribe).

A fadiga visual é identificada como um problema na atividade da costura, como destacado por Barreto:

A fadiga visual é sentida como cansaço nos olhos e sensação de lacrimejamento. Causa diminuição da capacidade visual e da atividade laboral. Quando se realizam atividades monótonas e repetitivas, que exigem minuciosidade e olhar atento, as condições de trabalho devem ser adequadas e o posto de trabalho deve estar iluminado adequadamente. Caso contrário, o cansaço visual aumenta a penosidade do trabalho, pois a fadiga é sempre um sinal de alerta do organismo. Um ‘grito’ das condições inadequadas no posto de trabalho (BARRETO, 2000, p.21).

Assim, a iluminação insuficiente associada as longas jornadas e à intensificação do trabalho tendem a gerar a fadiga visual nos trabalhadores, o que pode acarretar em uma elevação no número de acidentes e na prevalência de dores de cabeças frequentes.

Algumas queixas apresentadas se distinguiram em relação ao sexo dos entrevistados. As queixas referentes ao sistema urinário estiveram mais presentes nas mulheres, uma vez que 46% dos questionários respondidos pelas entrevistadas relataram a queixa de infecção urinária, enquanto 11% dos questionários respondidos pelos entrevistados do sexo masculino referiram o problema. A maior prevalência explica-se pela própria anatomia do trato urinário feminino, com a uretra mais curta e

proximidade entre a vagina e o ânus. A frequência de infecções urinárias está relacionada aspectos da organização do trabalho, como explicitamos anteriormente, o prolongamento das jornadas e a elevação no ritmo e intensidade do trabalho, o que favorece a retenção de urina por mais tempo e facilita a proliferação bacteriana no trato.

Os indícios de Perda Auditiva Induzida por Ruído (PAIR) também apresentam diferenças em relação ao sexo. Neste caso os 55% dos entrevistados do sexo masculino relataram queixas relacionadas a perda auditiva ocupacional, com o zumbido como sintoma mais frequente. Já as entrevistadas do sexo feminino relataram queixas referente à perda auditiva em 18% dos questionários. No total dos entrevistados queixas relacionadas à PAIR representaram 27% das queixas apresentadas.

As PAIR também podem ser chamadas de perdas auditivas ocupacionais. As alterações auditivas funcionais estão relacionadas à degeneração das células ciliadas do órgão de Corti, localizada na orelha interna, ocasionando uma perda neurossensorial. As alterações são na maioria dos casos bilaterais (BRASIL, 2006). Alterações auditivas podem levar a diversas limitações, como por exemplo, as alterações na sensibilidade auditiva, alterações de seletividade de frequência, e os zumbidos. O zumbido é o sintoma mais comumente encontrado nos portadores de PAIR, sendo importante causador de incômodos (BRASIL, 2006). Entre os entrevistados que relataram perda auditiva esta afirmação foi confirmada, pois o zumbido foi a queixa preponderante.

Outras manifestações são possíveis, dentre elas estão presentes efeitos auditivos e não auditivos. São exemplos de alguns efeitos: dificuldade no entendimento da fala, sensação de audição abafada, dificuldade na localização da origem do som, alterações no sono, transtornos vestibulares, transtornos comportamentais, entre outros. As alterações também podem ocasionar quadros de estresse nos trabalhadores e ampliar a sensação de sobrecarga (BRASIL, 2006; BARCELOS; ATAÍDE, 2014). No entanto, as alterações só começam a ser percebidas após anos de exposição a carga (BARCELOS; ATAÍDE, 2014).

Barcelos e Ataíde (2014) ao estudarem a exposição de trabalhadores ao ruído em indústria de confecção relataram a presença de ruídos acima dos 85 decibéis (dB) em setores responsáveis pela costura na indústria, a legislação trabalhista por meio da NR 15, define “limites de tolerância” para ambientes de trabalho que produzam

mais de 85 dB. Nesta frequência (85 dB) os trabalhadores devem ter jornada máxima de 8 horas diárias, conforme aumenta a frequência de exposição diminui a jornada de trabalho (figura 19). É evidente que esse controle não é realizado em atividades informais, como o ambiente de trabalho das facções.

Como a maior parte dos trabalhadores entrevistados (65%) desenvolvem suas atividades na confecção de vestuários há no mínimo três anos, com trabalhadores envolvidos há mais de 10 anos na mesma atividade é possível o aparecimento deste tipo de lesão. Porém, é necessário aprofundar a análise com mensurações da emissão de ruídos nos ambientes das facções e a avaliação e acompanhamento audiológico desses trabalhadores. Evidentemente nossa pesquisa não tratou destes aspectos, sendo necessário aprofundá-los em estudos posteriores.

**Quadro 5** - Limites de tolerância ao ruído ocupacional segundo a Norma Regulamentadora 15.

Nível de Ruído dB(A)	Máxima Exposição Diária Permissível
85	8 horas
86	7 horas
87	6 horas
88	5 horas
89	4 horas e 30 minutos
90	4 horas
91	3 horas e 30 minutos
92	3 horas
93	2 horas e 40 minutos
94	2 horas e 15 minutos
95	2 horas
96	1 hora e 45 minutos
98	1 hora e 15 minutos
100	1 hora
102	45 minutos
104	35 minutos
105	30 minutos
106	25 minutos
108	20 minutos
110	15 minutos
112	10 minutos
114	8 minutos
115	7 minutos

Fonte: Barcelos e Ataíde (2014, p.43)

Por fim, também foram relatadas doenças que compõem o grupo das DANT, como a hipertensão, diabetes e obesidade. Apesar de apresentarem menor frequência, 14%, 3% e 3% respectivamente, essas patologias são cada vez mais recorrentes nos dias atuais. O que aparentemente pode se apresentar como hábitos individuais pouco saudáveis, na essência, revelam o complexo processo de

determinação social da saúde dos trabalhadores do APL. As longas jornadas de trabalho, a intensificação do trabalho, os baixos salários e a ausência de atividades para além do trabalho favorecem o consumo de alimentos de baixa qualidade nutritiva, o sedentarismo, o estresse contínuo que ao longo do tempo serão determinantes para o surgimento dessas patologias.

Deste modo, a partir da avaliação das cargas de trabalho e sua mediação para ocorrência do desgaste dos trabalhadores, explicitamos elementos que podem levar à violação do fundo de vida dos trabalhadores, seja no aparecimento de uma patologia classificada pela medicina, seja no desgaste psíquico e na perda potencial de habilidades que poderiam ser desenvolvidas no futuro. Expusemos assim um perfil patológico dos trabalhadores das facções, como proposto por Laurell e Noriega (1989) na análise dos processos produtivos. A combinação encontrada permite a ocorrência simultânea de patologias ligadas historicamente ao trabalho na confecção, como as LER/DORT, lombalgias, PAIR e a fadiga de visual e agravos expressos nas novas formas de organização do trabalho como o avanço dos transtornos mentais, problemas no sistema urinário e nas DANT. Evidentemente que a precarização do trabalho agudizará as condições que já se relacionavam com o desenvolvimento da atividade técnica ampliando as cargas de trabalho sobre os trabalhadores.

Em diversos momentos de nossa análise expusemos determinantes que relacionam-se ao processo saúde doença dos trabalhadores, tais como renda, escolaridade, inserção no mercado de trabalho, entre outros. Porém, estas características são oriundas de múltiplas determinações que tem como seu momento predominante o estabelecimento de relações sociais de produção que criam as bases para a manutenção e reprodução ampliada do capital.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nosso estudo tivemos como ponto de partida o trabalho desenvolvido nas facções instaladas nos municípios de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe. Realizamos a análise a partir da crítica da economia política com o objetivo de expor a estrutura e dinâmica das relações estabelecidas no APL, fundadas na sociabilidade capitalista pelo antagonismo de classes e conseqüentemente pelo embate capital x trabalho. É justamente nesse aspecto que a compreensão da determinação social da saúde diferencia-se dos determinantes sociais em saúde, pois a primeira compreende, a partir da realidade concreta, a necessidade de superação da ordem societária comandada pelo capital como condição necessária para o acesso as riquezas socialmente produzidas e para o avanço nas condições de saúde dos trabalhadores e trabalhadoras.

Ao longo dos tópicos explicitamos múltiplas determinações que constituem o processo de produção de confecções, com ênfase no trabalho executado nas facções. A exposição da realidade, partindo da aparência para atingir sua essência, foi possível por meio da utilização do método dialético, que nos permitiu evidenciar os processos sociais particulares, inseridos e determinados dialeticamente pela totalidade social concreta. Portanto, a utilização do método foi essencial para a apreensão da realidade concreta em suas múltiplas determinações. Além de explicitar a atualidade de seu uso para compreensão das relações contemporâneas de produção e reprodução social.

Dessa forma, identificamos que a dinâmica do APL de confecções do Agreste segue as tendências das mudanças contemporâneas do mundo do trabalho. A flexibilização e precarização do trabalho se expressam na alta taxa de informalidade, nas condições precárias de trabalho e na organização e gestão da força de trabalho baseada no pagamento por peça/produção.

O papel da informalidade também acompanha as tendências contemporâneas. Se antes ela era tratada como elemento de superação necessária para o desenvolvimento do país, atualmente, os vínculos informais se constituem como uma alternativa ao desemprego e a manutenção da renda dos trabalhadores para garantir a reprodução mínima da força de trabalho. Além disso, a informalidade tem sido a estratégia no mascaramento de relações de trabalho assalariadas.

A aparente autonomia da produção no APL é marcada por um forte discurso ideológico. No entanto, a estrutura e dinâmica da relação expõe um limitado controle

sobre a produção por parte dos trabalhadores, característica de uma relação assalariada "disfarçada" com a apologia ao empreendedorismo. A informalidade não atua enquanto "resíduo intersticial" das atividades que não são ocupadas pelas empresas capitalistas formais. Pelo contrário, participa da produção de mercadorias, inclusive com articulação durante o desenvolvimento do processo de produção e distribuição de mercadorias, entre as atividades formais e as informais. A funcionalidade da informalidade está essencialmente relacionada à exteriorização das atividades das empresas para as facções, à redução de custos, à expansão de condições precárias de trabalho e ao favorecimento dos mecanismos de superexploração da força de trabalho.

Associado a isso, os trabalhadores encontram-se em situação de desproteção social, sem acesso a direitos trabalhistas e previdenciários. A assistência social fica quase restrita ao recebimento do programa bolsa família e a renda oriunda deste cumpre importante papel na reprodução da força de trabalho.

Os ambientes onde a produção estava organizada possuíam precárias condições de trabalho. As instalações, sejam nos galpões, garagens ou na própria residência dos façõistas colocam em risco a saúde dos trabalhadores. A "estratégia" explícita a necessidade de transferência das responsabilidades antes dos patrões para os próprios trabalhadores, que pela renda insuficiente não conseguem garantir condições adequadas de trabalho. No trabalho realizado nos domicílios o ambiente de trabalho confundia-se com as atividades domésticas ou de lazer da família. Além disso, membros da família que não participavam rotineiramente da produção eram expostos aos perigos do ambiente de trabalho, com destaque para as crianças.

Pudemos observar que a organização do trabalho no APL não reflete um modelo organizacional específico. Se afirmássemos o contrário acabaríamos por cair no equívoco de transpor mecanicamente a teoria com o intuito de "encaixá-la" na realidade evidenciada. A dinâmica produtiva do APL é permeada por traços da flexibilização, que são expressos: na fragmentação das atividades, na alta taxa de informalidade, no uso do trabalho domiciliar, no pagamento por peça. Contudo, o processo de trabalho estabelecido, principalmente nas facções instaladas fora do domicílio, tem tarefas prescritas para cada trabalhador, que no geral não variavam, tornando-se repetitivas. O que se evidenciou foi uma miscelância de relações e condições de trabalho que dão forma e conteúdo ao chamado Polo de Confecções do Agreste.



A organização do trabalho potencializou a condição de estranhamento nos trabalhadores. Estes, em sua maioria, apesar da atividade ser considerada “autônoma” desconheciam o fluxo de comercialização das peças produzidas. Neste aspecto a condição assume novos traços que combinam-se com elementos antigos. A relação estranhada entre produtor x produto foi evidenciada, tanto no momento da produção quanto no fluxo posterior da mercadoria. Associado a isto, se tem a roupagem de autonomia dada ao trabalho realizado nas facções, que potencializa a condição de estranhamento. Visto que as contradições desta suposta autonomia são explicitadas na ausência de controle da produção. Sem dúvida, este processo é um potencializador do aviltamento dos trabalhadores.

Outra dificuldade exposta foi em relação a organização política destes trabalhadores. O desconhecimento sobre o sindicato, ou qualquer outra entidade representativa, como associações ou movimentos sociais, expõe a debilidade reivindicativa dos trabalhadores enquanto coletivo organizado. Identificamos em alguns relatos a consciência das precárias condições e relações de trabalho aos quais os trabalhadores estavam submetidos. Todavia, esta consciência quando manifestada só se explicitou de forma individual e isolada.

Homens e mulheres estavam expostos a diferentes cargas de trabalho. As mulheres estavam expostas a cargas de trabalho mais intensas, sobretudo, por assumirem dupla ou tripla jornada - no trabalho, cuidado da casa, família e estudo. No entanto, a tendência geral observada é a adoção dos mecanismos de superexploração da força de trabalho para o conjunto de trabalhadores envolvidos na produção de vestuário nas facções.

A identificação da categoria superexploração da força de trabalho nas relações de produção estabelecidas no APL, nos possibilitou evidenciar a relevância da categoria para a compreensão dos processos de produção na periferia do capitalismo. Este fato torna explícito a importância da obra de Ruy Mauro Marini para apreensão do capitalismo brasileiro. Porém, a análise não pode ser uma mera transposição teórica das formulações de Marini. Pelo contrário, deve ancorar-se na realidade concreta, considerando sua historicidade, para que possa avançar no entendimento das relações de dependência estabelecidas entre centro e periferia e as particularidades do objeto estudado.

Logo, a expressão da superexploração da força de trabalho nas relações de produção do APL foi uma mediação decisiva para a compreensão da determinação social da saúde dos trabalhadores da costura nos municípios estudados.

Identificamos a articulação das formas de manifestação da superexploração da força de trabalho. Os trabalhadores eram remunerados abaixo do valor de sua força de trabalho. Essa remuneração é variável e sofre oscilações durante meses do ano. Ainda foi possível explicitar que existia uma elevação do valor histórico moral da força de trabalho sem que este seja repassado aos trabalhadores: ou seja, o pagamento dos salários não acompanhava as novas necessidades contemporâneas. Os gastos prioritários dos trabalhadores eram com necessidades vitais, como alimentação, moradia e a manutenção das condições de produção. Os gastos com a compra de água, com os insumos necessários para a produção de mercadorias nas fábricas e em alguns casos com serviços particulares de saúde representaram a transferência do fundo de consumo do trabalhador para a acumulação capitalista. Esses mecanismos atuam na violação do fundo de consumo dos trabalhadores.

Também identificamos os mecanismos de superexploração da força de trabalho expressos por meio da intensificação do trabalho e a extensão das jornadas. Estes mecanismos têm caráter relativo e estavam relacionados à quantidade de peças encomendadas que variava em diferentes períodos do ano. Esta variação nos remete a dois aspectos da jornada de trabalho: o qualitativo e o quantitativo. Observamos que os trabalhadores do APL tendem a ter jornadas médias acima das 8 horas de trabalho diárias em qualquer período do ano. Porém, o aspecto qualitativo da jornada revela períodos de variação desta ao longo do ano. Nas épocas anteriores a festividades a jornada de trabalho sofreu importantes variações, modulada pelo aumento no número de encomendas. Este elemento favoreceu ainda mais o desgaste precoce dos trabalhadores, visto que, além de prolongar a duração da jornada, intensifica o trabalho. O controle do trabalho foi realizado majoritariamente pela forma de pagamento por peça/produção. Esta forma de pagamento modula tanto o ritmo e velocidade do trabalho, intensificando-o, quanto o prolongamento da jornada. A manutenção desses mecanismos tende a violar o fundo de vida dos trabalhadores, esgotando a força de trabalho precocemente.

Como a composição da força de trabalho das fábricas possui muitos trabalhadores jovens, a violação do fundo de vida destes trabalhadores pode ser uma característica importante a ser observada ao longo dos anos por outras pesquisas.

A violação do fundo de consumo e do fundo de vida dos trabalhadores expressou-se em um desgaste precoce da força de trabalho que foi mediado pela presença das cargas de trabalho nos ambientes das facções articulados com a sempre crescente necessidade de valorização do valor. As cargas de trabalho atuaram de maneira articulada. Nas facções identificamos o predomínio de cargas psíquicas, materializadas na sobrecarga quantitativa e nas subcargas qualitativas; nas cargas fisiológicas relacionadas a ampliação das jornadas de trabalho e na manutenção das posições durante longos períodos; nas cargas físicas, como ruídos, iluminação e o calor; nas cargas químicas, nas partículas dos tecidos; e nas cargas mecânicas explicitadas sobretudo nos acidentes de trabalho.

As cargas de trabalho podem ou não se materializar em patologias reconhecidas pela medicina. Dentre as possíveis patologias que identificamos indícios merecem destaque os problemas muscoesqueléticos, onde estão inclusas as LER/DORT, e os sintomas mais inespecíficos como dores de cabeça frequentes, ansiedade, cansaço recorrente, tristeza, insônia, queixas estas relacionadas aos indícios de sofrimento difuso (Transtornos Mentais Comuns). Também merece destaque os indícios encontrados relacionados as Perdas Auditivas Induzidas por Ruídos (PAIR), principalmente nos trabalhadores do sexo masculino.

Os resultados da pesquisa apontaram para uma tendência ao esgotamento precoce da força de trabalho. Na condição de desproteção social que os trabalhadores das facções se encontram este esgotamento é agudizado, pois não existem mecanismos que possibilitem a recuperação adequada deste desgaste. Este esgotamento materializa-se também no aparecimento de agravos e doenças relacionados ao trabalho. Agravos e doenças que podem levar, precocemente, à perda da capacidade para o trabalho, afetando diretamente as condições de reprodução social dos trabalhadores e conseqüentemente sua condição de saúde. Ainda é fundamental ressaltar que pelo ingresso precoce dos trabalhadores no processo de trabalho das facções, inclusive com uso do trabalho infantil, esta tendência pode expressar-se em uma invalidez de trabalhadores jovens.

É necessário a continuação de estudos que se debrucem sobre aspectos destas patologias e seu impacto direto no desgaste e esgotamento precoce da força de trabalho, sobretudo nas doenças musculoesqueléticas, inclusas nestas as LER/DORT, os transtornos mentais relacionados ao trabalho e as perdas auditivas ocupacionais, aprofundando assim as pesquisas acerca do perfil patológico dos

trabalhadores do APL do Agreste. Também é importante que a partir dos indícios apresentados sejam planejadas e desenvolvidas ações em Saúde do Trabalhador pelo Sistema Único de Saúde (SUS), visto que os agravos citados anteriormente compõem o escopo de doenças de notificação em estratégia sentinela.

O processo de determinação social da saúde dos trabalhadores da confecção do agreste pernambucano é uma expressão particularizada das modificações que acontecem no mundo do trabalho. As alterações, quando consideradas apenas em seu aspecto de crescimento econômico, apresentaram seu caráter contraditório, pois “escondem” expressões do avanço de formas precárias de ocupação, como o trabalho domiciliar, e o pagamento da força de trabalho realizado por peça. Longe de reverter este quadro, a tendência atual é de expansão e agudização da precarização do trabalho, visto as recentes alterações na legislação trabalhista, no financiamento público, na expansão no número de trabalhadores informais ocupados e no aumento da taxa de desemprego no Brasil.

A dinâmica produtiva do APL é engendrada sobre essas condições e utiliza-se da superexploração da força de trabalho como mecanismo de compensação das perdas ocorridas na transferência de valores. Medidas paliativas acerca do trabalho desenvolvido nas facções serão pouco ou totalmente ineficazes, pois trata-se de uma condição estruturante do capitalismo dependente. É necessário avançar contra estes mecanismos de exploração. O processo de organização e de luta dos trabalhadores articulando exigências que tornem explícitas as precárias condições de constituição do APL será um importante mediador no pressionamento dos setores públicos e privados para a adoção de ações que busquem impor “barreiras” as formas de exploração evidenciadas. A constituição de políticas públicas voltadas para a saúde dos trabalhadores, considerada em seu sentido mais amplo, só emergirá das pressões e lutas travadas nas ruas como saldo político e organizativo da classe trabalhadora. Esses avanços conquistados são elementos mediadores importantes e necessários, porém insuficientes. O pleno desenvolvimento do ser social, onde se inclui a saúde, só será possível quando não existirem relações sociais que tenham em sua essência a exploração do ser humano pelo ser humano. Esta condição só será possível com a superação do capital e a conseqüente emancipação humana.

## REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Uberização do trabalho**: subsunção real da viração. São Paulo, 22 fev. 2017. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>>. Acesso em: 4 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. A informalidade e a questão social. In: \_\_\_\_\_. **Sem maquiagem**: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos. São Paulo: Boitempo, 2014. cap. 2. p. 51-94.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO (Brasil). **Perfil do setor**. 2017. Disponível em: <<http://www.abit.org.br/cont/perfil-do-setor#>>. Acesso em: 2 jan. 2018.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. Regime de acumulação flexível e saúde do trabalhador. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 1, n. 17, p. 3-10, jan. 2003.

ACORDO entre Rota do Mar e MPT-PE acaba com terceirização de mão-de-obra. **Diário de Pernambuco**, Recife, 16 fev. 2016. Disponível em: <[http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/economia/2016/02/16/internas\\_economia,627267/acordo-entre-rota-do-mar-e-mpt-pe-acaba-com-terceirizacao-de-mao-de-ob.shtml](http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/economia/2016/02/16/internas_economia,627267/acordo-entre-rota-do-mar-e-mpt-pe-acaba-com-terceirizacao-de-mao-de-ob.shtml)>. Acesso em: 17 fev. 2018.

AGUIAR, Zenaide Neto; **SUS - Sistema Único de Saúde**: antecedentes, percurso, perspectivas e desafios. São Paulo: Martinari, 2011.

ALMEIDA-FILHO, Naomar. Modelos de determinação social das doenças crônicas não-transmissíveis. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 9, p.865-884, maio 2004.

ALBUQUERQUE, Guilherme Souza Cavalcanti de; SILVA, Marcelo José de Souza e. Sobre a saúde, os determinantes da saúde e a determinação social da saúde. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 103, p. 953-965, out./dez. 2014.

ALENCAR, Maria do Carmo Baracho de; NOBRE, Thalita Lacerda. Adoecimento e o sofrimento de trabalhadores acometidos por LER/DORT. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 8, n. 2, p.8-18, jul./dez. 2017.

ALVES, Giovanni. Precariedade e Precarização do Trabalho. In: \_\_\_\_\_. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Bauru: Práxis, 2007. cap. 5. p.111-152.

ALVES, Júlio César Lopardo; JACKSON FILHO, José Marçal. Trabalho, saúde e formação política na enquete operária de Marx. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p.13-31, jan./abr. 2017.

ALVES, Luanne; SOUZA, Viviane. Crescimento econômico e desigualdade social: reflexões sobre a experiência produtiva de Toritama – PE. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **As ideologias da contrarreforma e o Serviço Social**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta. A dupla face da informalidade do trabalho: "autonomia" ou precarização. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006. cap. 19. p. 425-446.

ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende; NUNES, Tiago de Garcia; CASTRO, Carla Appolinario de. Empreendedorismo Tupiniquim: notas para uma reflexão. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 2012, Niterói. **Anais...** Niterói: Aninter-sh, 2012. p. 1 - 22.

AMARAL, Angela Santana do; MACEDO, Roberta Soriano. **Qualificação dos trabalhadores no arranjo produtivo local de Toritama**: o papel do Estado e dos agentes privados. [S. l.], 2011.

AMARAL, Marisa Silva; CARCANHOLO, Marcelo Dias. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias. **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012. cap. 3. p. 87-102.

ANDRADE, Tabira de Souza. **A estrutura institucional do APL de confecções do agreste pernambucano e seus reflexos sobre a cooperação e inovação**: o caso do município de Toritama. 2008. 219 f. (Dissertação de Mestrado em Economia) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 1, p.407-427, jul./set. 2015.

ANTUNES, Ricardo Luis Coltro A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006b. p. 15-25.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011a. 213 p.

\_\_\_\_\_. Os exercícios da subjetividade: reificações inocentes e reificações estranhadas. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 1, p.121-131, jan. 2011b.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009. 285 p.

ANTUNES, Ricardo Luis Coltro (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006a. 528 p.

ARAUJO, Carlos Augusto Lucena; PEREIRA, Clarisse Ferrao. A indústria de confecções em Pernambuco: impactos e oportunidades em um cenário pós-ATC (Acordo sobre Têxteis e Confecções). In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 13., 2006, Bauru. **Anais...** Bauru: Simpep, 2006. p. 1 - 13.

BARCELOS, Daniela Dalapicula; ATAÍDE, Soraya Gama de. Análise do risco ruído em indústria de confecção de roupa. **Cefac**, São Paulo, v. 16, n. 1, p.39-49, 2014. Bimensal.

BARRETO, Margarida. **Cadernos de Saúde do Trabalhador: A indústria do Vestuário e a saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras.** São Paulo: [s.n], 2000. 25 p.

BATISTELLA, Carlos. Análise da Situação de Saúde: principais problemas de saúde da população brasileira. In: FONSECA, Angélica Ferreira; CORBO, Anamaria D'andrea (Org.). **O território e o processo saúde doença.** Rio de Janeiro: Epsjv, 2007. cap. 4. p. 137-158.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010. 283 p.

BOSCHETTI, Ivanete. Precarização do trabalho e expropriação dos direitos da Seguridade Social. In: NAVARRO, Vera Lúcia; LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza (Org.). **O avesso do trabalho IV: terceirização precarização e adoecimento no mundo do trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2017. p. 105-120.

BRAGA, Ludmila Candida de; CARVALHO, Lidia Raquel de; BINDE, Maria Cecília Pereira. Condições de trabalho e transtornos mentais comuns em trabalhadores da rede básica de saúde de Botucatu (SP). **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p.1585-1596, 2010.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Anuário Estatístico da Previdência Social 2016.** Brasília: Dataprev, 2016. 934 p.

BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. **Guia de Vigilância Epidemiológica em Saúde:** volume único. 2. ed.- Brasília: Ministério da Saúde, 2017a. 705 p.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Coordenação Geral de Monitoramento dos Benefícios por Incapacidade. **Adoecimento Mental e Trabalho: A concessão de benefícios por incapacidade relacionados a transtornos mentais e comportamentais entre 2012 e 2016.** Brasília, 2017b. 32 p.

BRASIL. Secretaria de Desenvolvimento da Produção. **Relatório Executivo dos 10 anos do GTP ALP.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, 2014. 106 p.

BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. **Dor relacionada ao trabalho: lesões por**

esforços repetitivos (LER): distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (Dort). Brasília: Ed. do Ministério da Saúde, 2012. 68p.

BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Perda auditiva induzida por ruído (Pair)**. Brasília: Ed. do Ministério da Saúde, 2006. 40p.

BRAVO, Maria Inês Souza; MENEZES, Juliana Souza Bravo de (Org.). **Saúde, Serviço Social. Movimentos Sociais e Conselhos: desafios atuais**. São Paulo: Cortez, 2012. 336p.

BREILH, Jaime. La determinación social de la salud como herramienta de transformación hacia una nueva salud pública (salud colectiva). **Revista Facultad Nacional de Salud Pública**, Bogotá, v. 31, n. 1, p.14-27, dez. 2013.

CABREIRA, Lucas Ferreira; WOLFF, Simone. Precarização e informalidade na Indústria de Confecções em Cianorte (PR): crise na tutela trabalhista. In: NAVARRO, Vera Lúcia; LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza (Org.). **O avesso do trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 199-218.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 9, n. 1, p.153-174, jun. 2000.

CAMPOS, André. Hering e Riachuelo terceirizam parte da produção para oficinas do sertão. **Repórter Brasil**, Rio Grande do Norte, 22 dez. 2015. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2015/12/roupas-da-hering-e-riachuelo-vem-de-oficinas-terceirizadas-no-sertao/>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora. **Revista Aurora**, Marília, v. 4, n. 6, p. 1-10, 2010.

CARCANHOLO, Marcelo Dias; AMARAL, Marisa Silva. Acumulação capitalista e exército industrial de reserva: conteúdo da superexploração do trabalho nas economias dependentes. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 34, p.163-181, 2008. Número especial.

CARVALHO, Clarissa Barbosa Ramos Prudêncio de; SILVA, Sandra Roberta Alves (Org.). **Diálogo Social: mulheres costurando direitos**. Santa Cruz do Capibaribe: Secretaria da Mulher de Pernambuco, 2015. 84p.

CONFERENCIA NACIONAL DE SAÚDE, 8., 1986, Brasília. **Relatório final**. Brasília: Ministério da Saúde, 1986. 29 p.

COSTA, Fabiana Maria da. **Trabalho e qualificação profissional no Arranjo Produtivo Local de Confecções do Agreste de Pernambuco: a experiência de Toritama**. 2012. 230 f. (Dissertação de Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.



\_\_\_\_\_. Condições de trabalho no arranjo produtivo local de Toritama/PE: condições de ser da informalidade e da precarização. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2011, São Luís. **Anais...** São Luís: [s. n.], 2011. p. 1 - 9.

CUNHA, Joana. Meio milhão de brasileiros vendem comida na rua. **Folha de São Paulo**, 7 jan. 2018. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/01/1948561-meio-milhao-de-brasileiros-vende-comida-na-rua.shtml>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

DAL ROSSO, Sadi. **O ardil da flexibilidade**: os trabalhadores e a teoria do valor. São Paulo: Boitempo, 2017. 286 p.

\_\_\_\_\_. Ondas de intensificação do labor e crise. **Perspectivas**, São Paulo, v. 39, n. 1, p.133-154, jan./jun. 2011.

\_\_\_\_\_. **Mais trabalho!**: A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008. 206 p

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos**: Salário mínimo nominal e necessário. São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#2017>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **As experiências de Diálogo Social para a redução da informalidade**: modelo de intervenção social no território. Brasília, 2014. 147p.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Diagnóstico do setor têxtil e de confecções de Caruaru e região**. Recife, 2010. 76 p.

DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (Org.). **A perda da razão social do trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007. 235p.

DRUCK, Graça. Precarização e Informalidade: Algumas especificidades do caso brasileiro. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan. **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho**: das origens às novas abordagens. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2011. p. 65-103.

\_\_\_\_\_. A metamorfose da precarização social do trabalho. **Margem à Esquerda**, São Paulo, v. 1, n. 18, p.37-41, jun. 2012.

DRUCK, Graça; OLIVEIRA, Luiz Paulo. A condição "provisória permanente" dos trabalhadores informais: o caso dos trabalhadores da cidade de Salvador. **Revista Veracidade**, Salvador, v. 3, n. 3, p.1-22, maio 2008. Disponível em: <<http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/v3/images/veracidade/pdf/artigo1.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2018.

EM PE lei isenta agricultores de pagar IPVA na compra de moto. **G1 Pernambuco**, [S. l.], 30 out. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2013/10/em-pe-lei-isenta-agricultores-de-pagar-ipva-na-compra-de-moto.html>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

FACCHINI, Luis Augusto. Uma contribuição da Epidemiologia: O modelo de determinação social aplicado à Saúde do Trabalhador. In: BUSCHINELLI, José Tarcísio P.; ROCHA, Lys Esther; RIGOTTO, Raquel Maria (Org.). **Isto é trabalho de gente?** São Paulo: Vozes, 193. cap. 11. p. 178-186.

FACILIDADE de financiamento faz frota de motos mais que dobrar desde 2000. **Info Money**, [S. l.], 11 out. 2007. Disponível em: <<http://www.infomoney.com.br/minhas-financas/carros/noticia/834602/facilidade-financiamento-faz-frota-motos-mais-que-dobrar-desde-2000>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

FERREIRA, Aurora Marcionila de Assunção; AMARAL, Angela Santana do. A saúde do trabalhador e a (des)proteção social no capitalismo contemporâneo. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p.176-184, jul./dez. 2014.

FONSECA, Maria Liana Gesteira; GUIMARÃES, Maria Beatriz Lisboa; VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Sofrimento Difuso e Transtornos Mentais Comuns: uma revisão bibliográfica. **Revista de Atenção Primária à Saúde**, Minas Gerais, v. 11, n. 3, p.285-294, jul./set. 2008.

\_\_\_\_\_. **Sofrimento Difuso, Transtornos Mentais Comuns e Problema de Nervos**: Uma revisão bibliográfica a respeito das expressões de mal-estar nas classes populares. 2007. 153 f. (Dissertação de Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2007.

GARCIA JÚNIOR, Antônio Carlos. **Condições de trabalho e saúde dos trabalhadores na indústria do vestuário em Colatina - ES**. 2006. 130 f. Dissertação (Mestrado Curso de Programa de Pós-graduação em Atenção à Saúde Coletiva) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

GOMEZ, Carlos Minayo; LACAZ, Francisco Antonio de Castro. Saúde do trabalhador: novas - velhas questões. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 10, p.797-807, jan. 2005.

GOOGLE. Santa Cruz do Capibaribe. In: \_\_\_\_\_ **Google Earth**. [S. l.], 2015.

GRUPO DE TRABALHO PERMANENTE PARA ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (Brasil). **O GTP APL**. Brasília, 2015. Disponível em: <[http://portalapl.ibict.br/menu/itens\\_menu/gtp\\_apl/gtp\\_apl.html](http://portalapl.ibict.br/menu/itens_menu/gtp_apl/gtp_apl.html)>. Acesso em: 12 jan. 2017.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 23. ed. São Paulo: Loyola, 2012. 341 p.

IASI, Mauro. Alienação e Ideologia: a carne real das abstrações ideais. In: \_\_\_\_\_. **Política, Estado e Ideologia**: na trama conjuntural. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr, 2017. cap. 4. p. 85-112.

\_\_\_\_\_. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 176 p.

IBGE. **Cidades**. 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 8 jan. 2018a.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua - PNAD**: principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil 2012-2017. Rio de Janeiro, 2018b. 14 p. (Indicadores IBGE).

\_\_\_\_\_. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua**: rendimento de todas as fontes 2017. Rio de Janeiro, 2018a. 8 p.

\_\_\_\_\_. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 145 p.

JESUS, Natália Cerri de. Uma nova "cultura social?": Uma análise do empreendedorismo na reconceituação do trabalho informal. **Pensata**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 93-110, maio 2014.

JINKINGS, Isabella; AMORIM, Elaine Regina Aguiar. Produção e desregulamentação na indústria têxtil e de confecção. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006. cap. 17. p. 337-385.

JUSTIÇA condena acusados de importar tecidos contaminados para Polo Têxtil do Agreste. **Folha de Pernambuco**, Recife, 20 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.folhape.com.br/economia/economia/economia/2017/01/20/NWS,14931,10,550,ECONOMIA,2373-JUSTICA-CONDENA-ACUSADOS-IMPORTAR-TECIDOS-CONTAMINADOS-PARA-POLO-TEXTIL-AGRESTE.aspx>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

KAY, Cristóbal. Enfoques reformistas e marxistas da dependência. In: SEABRA, Raphael Lana. **Marxismo e Dependência**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2016. cap. 5. p. 157-218.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 230 p.

LACAZ, Francisco Antonio de Castro. O campo Saúde do Trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 757-766. abr. 2007.

LACERDA, Angela. Agreste tem 2º maior polo têxtil do País. **Estadão**, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,agreste-tem-2-maior-polo-textil-do-pais-imp-,981078>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

LANE, Edwin. Os jovens japoneses que estão trabalhando literalmente até a morte. **BBC Brasil**, [S. l.], 10 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-40140914>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

LARA, Ricardo. Saúde do trabalhador: considerações a partir da crítica da economia política. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p.78-85, jan./jun. 2011.

LAURELL, Asa Cristina. La salud-enfermedad como proceso social. **Revista Latinoamericana de Salud**, Mexico, v. 1, n. 2, p.7-25, jan. 1982.

LAURELL, Asa Cristina; NORIEGA, Mariano. **Processo de Produção e Saúde: Trabalho e Desgaste Operário**. São Paulo: Hucitec, 1989. 333 p.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 144 p.

LESSA, Sergio. **Para compreender a Ontologia de Lukács**. 3. ed. Maceió: Instituto Lukács, 2012.

\_\_\_\_\_. Trabalho e Sujeito Revolucionário: A Classe Operária. In: MATTA, Gustavo Corrêa. **Estado, sociedade e formação profissional em saúde: contradições e desafios em 20 anos de SUS**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. p. 249-310.

LESSA, Sergio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 121 p.

LIMA, Angela Maria de Sousa. **As faces da subcontratação do trabalho: um estudo com trabalhadoras e trabalhadores da confecção de roupas de Cianorte e região**. 2009. 355 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2009.

LIMA, Maria Elizabeth Antunes. As LER/DORT e as novas formas de precarização do trabalho. In: ALVES, Giovanni; VIZZACCARO-AMARAL, André Luís; MOTA, Daniel Pestana (Org.). **Trabalho e Estranhamento: saúde e precarização do homem-que-trabalha**. São Paulo: Ltr, 2012. cap. 6. p. 125-139.

LIMA, Jacob Carlos; SOARES, Maria José Bezerra. Trabalho Flexível e o novo informal. **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p.163-180, jul./dez. 2002.

LINDÔSO, Raquel Oliveira; AMARAL, Ângela. As costureiras industriais em domicílio e a flexibilização do trabalho no arranjo produtivo de confecções de Pernambuco. In: SEMINARIO LATINOAMERICANO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL, 19., 2009, Guayaquil. **Anais...** Guayaquil: [s.n.], 2009.

LIRA, Sônia Maria de. Entre os fixos e os fluxos da Sulanca. **Revista de Geografia**, Recife, v. 25, n. 2, p.89-97, maio/ago. 2008.

\_\_\_\_\_. Os aglomerados de micro e pequenas indústrias de confecções do agreste/PE: um espaço construído na luta pela sobrevivência. **Revista de Geografia**, Recife, v. 23, n. 1, p.98-114, jan. 2006

LUCE, Mathias Seibel. A Superexploração da Força de Trabalho. In: LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da Dependência**: problemas e categoriais. Uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018. cap. 3. p. 135-196.

\_\_\_\_\_. A superexploração da força de trabalho no Brasil. **Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, v. 1, n. 32, p.119-141, 2012.

\_\_\_\_\_. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da força de trabalho?. **Trabalho Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.169-190, jan./abr. 2013.

MAENO, Maria; TAVARES, Daniela Sanches; LIMA, Cristiane Queiroz Barbeiro. **28 de Fevereiro de 2017**: Dia Internacional de Combate às LER/Dort. São Paulo: Fundacentro, 2017. 6 p.

MARCELINO, Paula; CAVALCANTE, Sávio. POR UMA DEFINIÇÃO DE TERCEIRIZAÇÃO. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p.331-346, maio/ago. 2012.

MARCELINO, Paula. Afinal, o que é terceirização? **Pegada**, São Paulo, v. 8, n. 2, p.55-71, dez. 2007.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. **Ruy Mauro Marini**: Vida e Obra. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 131-172.

\_\_\_\_\_. **Las Razones del neodesarrollismo**. Bogotá: Clasco, 2008. 71 p

MARX, Karl. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 126 p.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011 b. 788 p

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010. 190 p.

\_\_\_\_\_. **O capital**: Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013. 894 p.

\_\_\_\_\_. **O capital livro capítulo VI Inédito**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978. 76 p.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: Livro 3. São Paulo: Boitempo, 2017. 980 p.

\_\_\_\_\_. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011a. 163 p.

MENDES, Rene; DIAS, Elizabeth Costa. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 5, n. 25, p.341-349, jan. 1991.

MENDOÇA, Heloísa. **A lei da terceirização vai aposentar minha carteira de trabalho?** El País, São Paulo, 24 de mar. 2017. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/23/politica/1490301245\\_478355.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/23/politica/1490301245_478355.html)>. Acesso em: 3 jan. 2018.

MENDONÇA, Marcela Franklin Salvador de; SILVA, Amanda Priscila de Santana Cabral; CASTRO, Claudia Cristina Lima de. Análise espacial dos acidentes de trânsito urbano atendidos pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência: um recorte no espaço e no tempo. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 20, n. 4, p.727-741, out./dez. 2017.

MESZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011. 155 p.

\_\_\_\_\_. Desemprego e Precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. cap. 2. p. 27-44.

\_\_\_\_\_. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002. 1101 p.

MINAYO, M.C. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M.C. et al. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 9-29.

MINAYO-GOMEZ, Carlos; THEDIM-COSTA, Sonia Maria da Fonseca. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 15, p.21-32, jan. 1997.

MODA CENTER SANTA CRUZ (Org.). **O parque**. Santa Cruz do Capibaribe, 2018. Disponível em: <<http://www.modacentersantacruz.com.br/o-parque.php>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

MORAES, Ana Luísa. Consumo de antidepressivos cresce 74% em seis anos no Brasil. **Saúde**, São Paulo, 6 jul. 2017. Disponível em: <<https://saude.abril.com.br/mente-saudavel/consumo-de-antidepressivos-cresce-74-em-seis-anos-no-brasil/>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

MORAES, Livia de Cássia. Imbricações entre terceirização e Financeirização no Brasil: um debate acerca do Projeto de Lei da Terceirização. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. **Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e serviço social: estudos da relação trabalho e saúde no capitalismo contemporâneo**. Campinas: Papel Social, 2016. cap. 2. p. 49-66.

MOTA, Ana Elizabete; PERUZZO, Juliane Felix. Trabalho precário e superexploração na indústria do vestuário em Pernambuco. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 20., 2015, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu [s.n.] 2015.

MOTA, Ana Elizabete. Superexploração: uma categoria explicativa do trabalho precário. **Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira**

**Interior.** Covilhã, p. 79-90, [201?]. Disponível em: <<http://www.ubimuseum.ubi.pt/n02/docs/ubimuseum02/ubimuseum02.ana-elizabete-mota.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método da teoria social.** Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal/docs/int-metodo-teoria-social.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2013. 152 p.

OLIVEIRA, Luanne Alves; SOUZA, Viviane da Silva. **O arranjo produtivo local de confecção de jeans - na realidade de Toritama e as condições de vida e de trabalho da população.** 2009. 116 f. TCC (Graduação em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

OSÓRIO, Jaime. Dependência e superexploração. In: MARTINS, Carlos Eduardo; SOTELO VALENCIA, Adrián (Org.). **América Latina e os desafios da globalização: Ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini.** São Paulo: Boitempo, 2009.

PASQUALINI, Juliana Campregher; MARTINS, Ligia Márcia. Dialética Sigular-Particular-Universal: Implicações do método Materialista Dialético para a Psicologia. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, n. 2, p. 362-371, maio/ago. 2015.

PARQUE DAS FEIRAS (PE). **Parque das Feiras, Toritama-PE.** Disponível em: <<http://toritama-jeans.com/parque-das-feiras-toritama>>. Acesso em: 3 jan. 2018.

PERES, Thiago Brandão. Informalidade: um conceito em busca de uma teoria. **Revista da Abet**, João Pessoa, v. 14, n. 2, p.270-289, jul./dez. 2015. Semestral.

PERNAMBUCO. **Relação dos municípios por região de desenvolvimento.** 2000. Disponível em: <[http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao\\_formato2.aspx?CodInformacao=798&Cod=1](http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?CodInformacao=798&Cod=1)>. Acesso em: 21 mar. 2018.

PERNAMBUCO. Secretaria de Saúde do Estado. Secretaria Executiva de Vigilância em Saúde. Diretoria Geral de Promoção, Monitoramento e Avaliação da Vigilância em Saúde. **Acidentes de transporte terrestre: O cenário em Pernambuco.** Recife, 2013. 54 p. (Série Acidentes e Violências, n. 3).

PIMENTEL, Thatiana. Santa Cruz é sinônimo de polo têxtil. **Diário de Pernambuco**, Recife, 2017. Disponível em: <[http://www.impreso.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/cadernos/economia/2017/01/14/interna\\_economia,161460/santa-cruz-e-sinonimo-de-polo-textil.shtml](http://www.impreso.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/cadernos/economia/2017/01/14/interna_economia,161460/santa-cruz-e-sinonimo-de-polo-textil.shtml)>. Acesso em: 22 mar. 2018.

PINA, José Augusto; STOTZ, Eduardo Navarro. Intensificação do trabalho e saúde do trabalhador: uma abordagem teórica. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 39, n. 130, p.150-160, jul./dez. 2014.

POCHMANN, Márcio. “**A uberização leva à intensificação do trabalho e da competição entre os trabalhadores**”. 17 nov. 2016. Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal2/12644>>. Acesso em: 3 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. Informalidade e Emprego. In: \_\_\_\_\_. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo, 2008. cap. 7. p. 195-216.

POLO de Confeccões. **JC online**, Recife, 2017. Disponível em: <<http://especiais.jconline.ne10.uol.com.br/agresteempreendedor/polo-de-confeccoes/>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

REFORMA trabalhista já prejudica trabalhadores: conheça alguns casos. **Brasil de Fato**, São Paulo, 12 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/12/01/reforma-trabalhista-ja-esta-prejudicando-trabalhadores-conheca-alguns-casos/>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

RODRIGUES, Haidée de Caez Pedroso. Trabalho e Assistência Social: Bolsa Família e Reprodução da força de trabalho no município de Toritama- PE. In: MOTA, Ana Elizabeth (Org.). **As ideologias da contrarreforma e o Serviço Social**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2010. p. 243-284.

SABINO, Geruza Tomé Empreendedorismo: reflexões críticas sobre o conceito no Brasil. SEMINÁRIO DO TRABALHO, 7., 2010, Diamantina. **Anais....** Diamantina: UFVJM, 2010. Disponível em: <[www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010](http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010)>. Acesso em: 14 fev. 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 528 p.

SALEH, Francys. **Tipos de máquinas industriais utilizadas nas confeccões**. 2015. Disponível em: <<https://www.audaces.com/tipos-de-maquinas-industriais-utilizadas-nas-confeccoes/>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

SAMAJA, Juan. Muestras y representatividad en vigilancia epidemiologica mediante sitios centinelas. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 12, p.309-319, jul./set. 1996

SANTOS, Francisco de Assis Silva; CARNEIRO, Rosa Maria; AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva. A saúde do trabalhador no Polo de Confeccões. In: AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva (Org.). **Saúde do Trabalhador e Sustentabilidade do Desenvolvimento Humano Local**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2009. cap. 6. p. 193-218.

SANTOS, João Bosco Feitosa dos; OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira; ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. A entrevista como técnica de pesquisa do mundo do trabalho. In: ALVES, Giovanni; SANTOS, João Bosco Feitosa dos. **Métodos e**



**Técnicas de pesquisa sobre o mundo do trabalho.** Bauru: Práxis, 2014. cap. 2. p. 29-52.

SEBRAE (PE). **Estudo econômico do arranjo produtivo local de confecções do agreste pernambucano, 2012.** Recife, 2013.

SENAI. **NR 12 indústria do vestuário:** requisitos gerais de segurança em máquinas e equipamentos. São Paulo: SENAI/SP, 2015. 144 p.

SILVA, José Antônio Ribeiro de Oliveira. A flexibilização da jornada de trabalho e seus reflexos na saúde do trabalhador. In: NAVARRO, Vera Lúcia; LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza (Org.). **O avesso do trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas.** São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 61-90.

SORIANO, Roberta; AMARAL, Angela Santana do. Os fundamentos teóricos e políticos que orientam a relação trabalho-educação no arranjo produtivo local (apl) de confecções do agreste de Pernambuco. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO, 9., 2014, Marília. **Anais....** Marília: Unesp, 2014.

SOUZA, Diego Oliveira. A saúde na perspectiva da 'ontologia do ser social'. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 337-354, maio/ago. 2016.

SOUZA, Diego de Oliveira; SILVA, Sóstenes Ericson Vicente da; SILVA, Neuzianne de Oliveira. Determinantes Sociais da Saúde: reflexões a partir das raízes da "questão social". **Saúde Sociedade**, São Paulo, v. 22, n. 1, p.44-56, jan. 2013.

SOUZA, Viviane da Silva. **Trabalho e Proteção Social na Experiência do Polo de Confecção de Pernambuco:** os fios dessa relação. 2012. 165 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, UFPE, Recife, 2012.

TAVARES, Maria Augusta. O trabalho informal e sua suposta autonomia: uma modalidade flexível de exploração. **Revista Direitos, Trabalho e Política Social**, Cuiabá, v. 1, n. 1, p. 39-58, jan./jun. 2015.

TAVARES, Maria Augusta; LIMA, Roberta Oliveira Trindade de. A "liberdade" do trabalho e as armadilhas do salário por peça. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p.170-177, jul./dez. 2009.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista:** informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004. 216 p.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Reestruturação produtiva do capital no campo, no século xxi, e os desafios para o trabalho. **Pegada**, [S. l.], v. 5, n. 1-2, p. 9-30, nov. 2004.

TIPOS de máquinas e suas funções. 28 maio 2014. Disponível em:  
<<https://blogsigbofashion.com/2014/05/28/tipos-de-maquinas-e-suas-funcoes/>>.  
Acesso em: 9 fev. 2018.

TONET, Ivo. **Método Científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013. 133 p.

VASAPOLLO, Luciano. O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 45-57.

VASAPOLLO, Luciano. A precariedade como elemento estratégico determinante do capital. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 16, n. 2, p.368-386, nov. 2005.

ZAGO, Luis Henrique. O método dialético e a análise do real. **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 1, n. 127, p.109-124, jun. 2013.

ZEFERINO, Bárbara Cristhinny. Subsunção formal e real do trabalho ao capital e suas implicações nas relações sociais. In: SEMINARIO LATINOAMERICANO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL, 19., 2009, Guayaquil. **Anais...** Guayaquil: [s. n], 2009. p. 1 - 11.

## APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

### I- PERFIL DO ENTREVISTADO

- 1) Nome: \_\_\_\_\_
- 2) Faixa Etária:  12-17  18-24  25-31  32-40  41-50  51-60  mais de 60 anos
- 3) Escolaridade: \_\_\_\_\_
- 4) Naturalidade: \_\_\_\_\_
- 5) Mora no município?  Sim  Não
- 6) Mora há quantos anos? 1 a 2 anos  3 a 5 anos  6 a 8 anos  mais de 10 anos  
 mais de 20 anos Outro: \_\_\_\_\_
- 7) Cidade/Bairro: \_\_\_\_\_

### II- ASPECTOS SOCIAIS E TRABALHO

- 8) Casa:  própria  Alugada  Cedida  Outros
- 9) Água:  Encanada  Cisterna  Depósito  Outros
- 10) Meio de transporte utilizado pela família:  Ônibus  Moto  Toyota  
 Carro
- 11) Já aconteceu algum acidente no trajeto (ida/volta) para o trabalho?  
 Sim  Não
- 12) Em relação a um emprego com carteira assinada, que aspecto você destaca por ser uma vantagem ou desvantagem de trabalhar na facção ou fabrico?  
 mais autonomia  flexibilidade no horário de trabalho  instabilidade de renda  maior tempo livre  concilia com outra atividade
- 13) Função ou atividade (s) desempenhada (s):  
 \_\_\_\_\_
- 14) Remuneração:  por peça/por produção  por tempo de trabalho  por dia de trabalho  
 por semana  por quinzena  por mês  
 Outro: \_\_\_\_\_
- 15) Quantas pessoas da família dependem da remuneração?  
 \_\_\_\_\_
- 16) Renda do trabalhador:  menos de um salário mínimo  1 salário mínimo  2 a 3 salários mínimos  
 4 a 5 salários mínimos  Mais de 6 salários mínimos  
 Outro: \_\_\_\_\_
- 17) Quantas pessoas família estão envolvidas no processo produtivo e quanto cada uma ganha?

Assinale: Menos de um salário mínimo (1) 1 salário mínimo (2) 2 a 3 salários mínimos (3) 4 a 5 salários mínimos (4) Mais de 6 salários mínimos (5)

Vínculo	Remuneração
Cônjuge ou companheiro (a)	
Filho (a)	
Enteado (a)	
Neto (a) ou bisneto (a)	
Pai ou mãe	
Sogro (a)	
Irmão ou irmã	
Genro ou nora	
Outro parente	

**18) Quais são os principais gastos da família?**

- Alimentação  Saúde  Previdência Social  Vestuário  Lazer  
 Aluguel  Luz/água  Transporte  
 Outros \_\_\_\_\_

**19) Jornada de trabalho:**  8h  10h  12h  14h  
 Outro: \_\_\_\_\_

**20) Há intervalo de descanso durante a jornada de trabalho?**  Sim  Não

**21) Se sim, quanto tempo?**

- menos de 10 minutos  entre 10 e 20 minutos  entre 20 minutos e 1 hora  mais de 1 hora. Quanto e quantas vezes ao dia?

**22) Quantas refeições costuma fazer por dia?**

- uma  duas  três  mais de três

**23) Quais as metas a atingir individualmente por semana, em relação ao número de peças a produzir?**

- menos de 100 peças  entre 100 e 300 peças  entre 300 e 500 peças  entre 500 e 1000 peças  mais de 1000 peças

**24) Confecciona para outras pessoas/empresas?**

- Sim  Não

**25) Existe algum controle da produção?**  Sim  Não

Se existe, quem faz?

- trabalhadores  dono de empresa  Outra pessoa contratante

**26) Como procede quando avalia que não irá conseguir atingir a meta?**

**27) Quais os vínculos que você possui com as pessoas que participam do processo de produção no seu ambiente de trabalho?**

- Família  Vizinhos  pessoas contratadas

**28) Os instrumentos de trabalho:**  são próprios  alugados  cedidos  do empregador

Outro: \_\_\_\_\_

**29) Há quanto tempo (anos e meses) trabalha na confecção?**

- menos de 1 ano  1 a 2 anos  3 a 5 anos  6 a 8 anos  mais de 10 anos

- 30) Trabalha diariamente?  Sim  Não
- 31) Trabalha nos finais de semana e feriados?  Sim  Não
- 32) Tira férias de trabalho durante o ano?  Sim  Não. Caso não, por quê?  
\_\_\_\_\_
- 33) Como utiliza o tempo livre? O que gosta de fazer no tempo livre?  
\_\_\_\_\_
- 34) Como a família mantém seu sustento nos períodos de baixa produtividade ou sem produção?  
 Benefícios  Agricultura  Comércio  Trabalho doméstico
- 35) Qual o destino da produção?  
 Comercializar  Feiras  Empresário  Outro contratante do serviço
- 36) Sua família está inserida em algum Programa Social?  Sim  Não
- 37) Caso sim, qual \_\_\_\_\_
- 38) Recebe algum tipo de benefício?  
 BPC  pensão  aposentadoria  auxílio doença  salário maternidade  
Outro: \_\_\_\_\_
- 39) Contribui para a previdência social?  Sim  Não
- 40) Caso sim, em qual condição?  Micro empreendedor individual  autônomo (contribuinte individual)

### III- SAÚDE

- 41) Quando precisa de atendimento médico consegue ter acesso aos serviços públicos de saúde do próprio município? Caso não, por quê? Quem busca? \_\_\_\_\_
- 42) Já teve que se afastar do trabalho por causa de problemas de saúde?  Sim  Não
- 43) Qual problema? \_\_\_\_\_
- 44) Quanto tempo? \_\_\_\_\_
- 46) Já sofreu algum acidente de trabalho?  
 Sim  Não
- 47) Conhece alguém que sofreu?  
 Sim  Não
- 47) O que faz quando sofre um acidente no trabalho ou é acometido por uma doença relacionada ao trabalho e não consegue o acesso aos serviços de saúde? Recorre a:

- Hospital  Unidades de Saúde  Benzedeiras  Medicamentos  Serviços privados  
 Outros

**48)**Quais são as principais dificuldades para utilizar os serviços, programas e políticas sociais no município, sobretudo, no âmbito da saúde?

- Não há vaga  Demora em marcar  
 Não há médicos  Distância/dificuldade de locomoção  
 Não é cadastrado na USF  Ausência de informação  
 Atendimento ruim  Não há dificuldade

**49)** Algo em seu ambiente de trabalho prejudica a sua saúde?  Sim  Não O que?

---

**50)**Você acha que o seu trabalho pode trazer danos à sua saúde?

- Sim  Não

**51)** Quais os riscos que o seu trabalho te oferece para sofrer um acidente ou adoecer?

- Riscos físicos: ruídos, vibrações, calor intenso;  
 Riscos químicos: poeira, produtos químicos (cola, por exemplo);  
 Riscos ergonômicos: Assento inadequado, esforço físico intenso, levantamento ou transporte manual de peso, ritmo excessivo, trabalho de turno e noturno, monotonia e repetitividade, jornada de trabalho prolongada;  
 Riscos biológicos: animais peçonhentos e venenosos (escorpiões, aranhas e cobras);  
 Riscos de acidentes: equipamentos com má funcionamento, máquinas sem proteção, iluminação deficiente, instalações elétricas deficientes, ferramentas defeituosas ou inadequadas, equipamentos de proteção individual inadequados ou ausência.

**52)** Que tipo de queixas você tem a fazer em relação à sua saúde?

- Dores articulares  Lesões por esforço repetitivo  
 Dores lombares  Perda auditiva  
 Infecção urinária  Doenças respiratórias (asma, alergia, bronquite, etc.)  
 Problemas na visão  Câncer  
 Colesterol  
 e triglicérides elevados  Inchaço nos membros inferiores  
 Varizes  Cansaço  
 Dores na cabeça  Tonturas

- Diabetes
- Hipertensão
- Insônia
- Angústia
- Obesidade
- Ansiedade
- Sonolência

**53) Você fuma?**  Sim  Não

**54) Você bebe?**  Sim  Não

**55) Já procurou algum médico?**  Sim  Não

**56) Faz algum tratamento?**  Sim  Não

**57) Se sim, que tipo?** \_\_\_\_\_

**58) Faz uso de medicamentos?**  Sim  Não

**59) Se sim, qual tipo?** \_\_\_\_\_

**60) Há alguma organização de trabalhadores?**  Sim  Não

Se sim, quais? \_\_\_\_\_

**61) Você participa?**  Sim  Não

## APÊNDICE B - ROTEIRO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

### 1- Condições de Vida e Trabalho

#### a) Histórico dos trabalhos anteriores

#### b) Descrever a atividade

- O que faz no trabalho
- Há quanto tempo começou a trabalhar no ramo
- Quais as mudanças que aconteceram no ramo
- Qual a jornada de trabalho
- Diferenças na jornada durante o ano
- Dias da semana que trabalhados
- Comparação com trabalho com carteira assinada
- O que mais gosta e do que menos gosta no trabalho
- Quem trabalha no local
- Como são feitas as encomendas das costuras
- Quem determina quanto será produzido
- Qual o valor da peça
- Como se define o valor da peça
- Dependendo da época do ano existe variação neste valor
- Qual o destino da produção da facção
- Em algum período do ano fica sem trabalhar na confecção
- Estratégias de sobrevivência
- Quais os principais gastos da sua família
- Quais as principais despesas na produção (luz, manutenção das máquinas, aluguel...)
- Salário (suficiente ou insuficiente)
- O que faz para se manter quando não está trabalhando
- Tempo livre

### 2- Condições de Saúde e Acidentes de trabalho e Doenças Relacionadas ao Trabalho

#### a) Descrever a utilização dos serviços de saúde

- Abordar a utilização dos serviços públicos de saúde
- Avaliação dos serviços públicos
- Sobre gastos com plano de saúde ou médico particular
- Faz algum tratamento médico ou medicamentoso

#### b) Relação acidentes e doenças relacionadas ao trabalho

- Falar sobre alguma experiência que tenha se machucado ou conhece alguém que sofreu um acidente trabalhando nas facções
- Problemas que acha que o trabalho na facção pode trazer para sua saúde
- Histórico de trabalhadores afastados por problemas de saúde



**c) Relação ambiente de trabalho adoecimento**

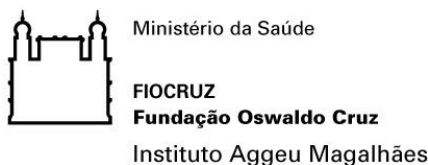
- Mudanças no ambiente de trabalho
- Mudanças de trabalho (relação, condição e ramo produtivo)
- Como você se imagina daqui a 10 anos?

## APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES PRODUTIVAS

### Caracterização das Facções

- 1) Município:  Toritama  Santa Cruz do Capibaribe
- 2) Bairro: \_\_\_\_\_
- 3) Tipo de instalação:  
 cômodos do domicílio  galpão  outros: \_\_\_\_\_
- 4) Há quanto tempo existe esse empreendimento?  
 menos de 1 ano  1 a 2 anos  3 a 5 anos  6 a 8 anos  mais de 10 anos
- 5) Qual o destino da produção?  
 Comercializar  Feiras  Empresário  Outro contratante do serviço
- 6) Atividades realizadas:  
 produção de peças completas  realização de etapas da produção (cortar tecidos, costurar partes da peça)  produção de componentes das peças (casas de botões ou bolsos de calças)  
 outras: \_\_\_\_\_
- 7) Quantas pessoas estão envolvidas no processo produtivo?  
 menos de 5  5 a 20  20 a 50  50 a 100  mais de 100
- 8) Qual é a média de produção por semana neste empreendimento?  
 menos de 100 peças  entre 100 e 200 peças  entre 200 e 300 peças  entre 300 e 400 peças  entre 400 a 500 peças  
 entre 500 a 600 peças  entre 600 a 700  entre 700 a 800  entre 800 a 900  
 entre 900 a 1000  mais de 1000
- 9) Riscos Observados no local  
 Físicos  Químicos  Acidentes  Ergonômicos  
 Biológico

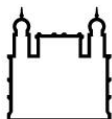
Obs: \_\_\_\_\_



**APÊNDICE D- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO**  
**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**  
(Resolução 466/2012 CNS/CONEP)

O Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa intitulado “**A DETERMINAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE DOS(AS) TRABALHADORES(AS) DA CONFECÇÃO DO AGRESTE PERNAMBUCANO: DESGASTE E ADOECIMENTO COMO EXPRESSÃO DA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO**”, sob a responsabilidade do pesquisador Paulo Victor Rodrigues de Azevedo Lira e sob a orientação e coorientação das professoras Idê Gomes Dantas Gurgel, do Instituto Aggeu Magalhães, e Ângela Santana do Amaral do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. O objetivo deste trabalho é analisar a relação entre o trabalho feito nas fábricas e a saúde dos trabalhadores do Polo de Confecções do Agreste. Dessa forma, vamos considerar características da vida e do trabalho dos trabalhadores, como por exemplo, o tempo de trabalho diário, quantidade de peças produzidas, se o trabalhador(a) já adoeceu alguma vez, entre outros, para relacionar essas questões com a saúde dos trabalhadores. Para realizar o estudo será necessário que o(a) Sr.(a) se disponibilize a participar de entrevista e/ou questionário. Para a instituição e para sociedade, esta pesquisa contribuirá para análise das condições de vida e trabalho e sua relação com o desgaste e adoecimento dos trabalhadores. Os riscos da sua participação nesta pesquisa estão relacionados a possibilidade de algum tipo de advertência posterior, por parte do empregador, nos casos em que esse exista, pelo Sr(a) participar da pesquisa. Esses riscos serão minimizados pela garantia do anonimato do entrevistado, e na abordagem do entrevistado, explicando os objetivos da pesquisa. Também poderá haver algum tipo de constrangimento no momento de aplicação do questionário ou na realização da entrevista, podendo ser minimizado também pela explicação sobre os objetivos da pesquisa.

Os benefícios da pesquisa (diretos e indiretos) para os voluntários: consistem na possibilidade de, a partir do diálogo no momento da entrevista, contribuir para que os entrevistados reflitam sobre as suas condições de vida, saúde e trabalho, analisando a relação entre o trabalho exercido por ele e o desgaste ocasionado à sua saúde em decorrência da sua atividade, além de subsidiar informações que podem ser utilizadas para a construção de políticas públicas ou adoção de ações para este público específico. Também foi pactuado com o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador Caruaru (Cerest-Caruaru), que tem os municípios de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe em sua área de abrangência, o encaminhamento e apoio matricial dos casos suspeitos de doenças e agravos relacionados a saúde dos trabalhadores do estudo.



O(a) Sr.(a) terá o direito e a liberdade de negar-se a participar desta pesquisa total ou parcialmente ou dela retirar-se a qualquer momento, sem que isto lhe traga qualquer prejuízo com relação ao seu atendimento nesta instituição, de acordo com a Resolução CNS nº466/12 e complementares.

As informações coletadas serão utilizadas unicamente com fins científicos, sendo garantidos o total sigilo e confidencialidade, através da assinatura deste termo, o qual o(a) Sr.(a) receberá uma cópia.

Para qualquer esclarecimento no decorrer da sua participação, estarei disponível através do telefone: (81) 99122-4241 e do endereço de e-mail: paulo.alira@gmail.com. O senhor (a) também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Aggeu Magalhães, Av. Moraes Rêgo, s/n, CEP- 50670-420, Recife-PE para obter informações sobre aprovação dessa pesquisa, através do telefone (81) 2101-2639, com funcionamento de segunda a sexta de 8:00 às 17:00h. Desde já agradecemos!

Eu \_\_\_\_\_(nome por extenso) declaro que após ter sido esclarecido (a) pelo pesquisador, lido o presente termo, e entendido tudo o que me foi explicado, concordo em participar da Pesquisa intitulada **“A DETERMINAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE DOS(AS) TRABALHADORES(AS) DA CONFECÇÃO DO AGRESTE PERNAMBUCANO: DESGASTE E ADOECIMENTO COMO EXPRESSÃO DA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO”**.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

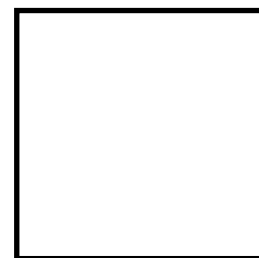
\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador

Nome por extenso: Paulo Victor Rodrigues de Azevedo Lira

Instituição: Instituto Aggeu Magalhães

Cel: (81) 99122-4241

E-mail: paulo.alira@gmail.com



Polegar direito (caso não assine).

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Entrevistado(a)